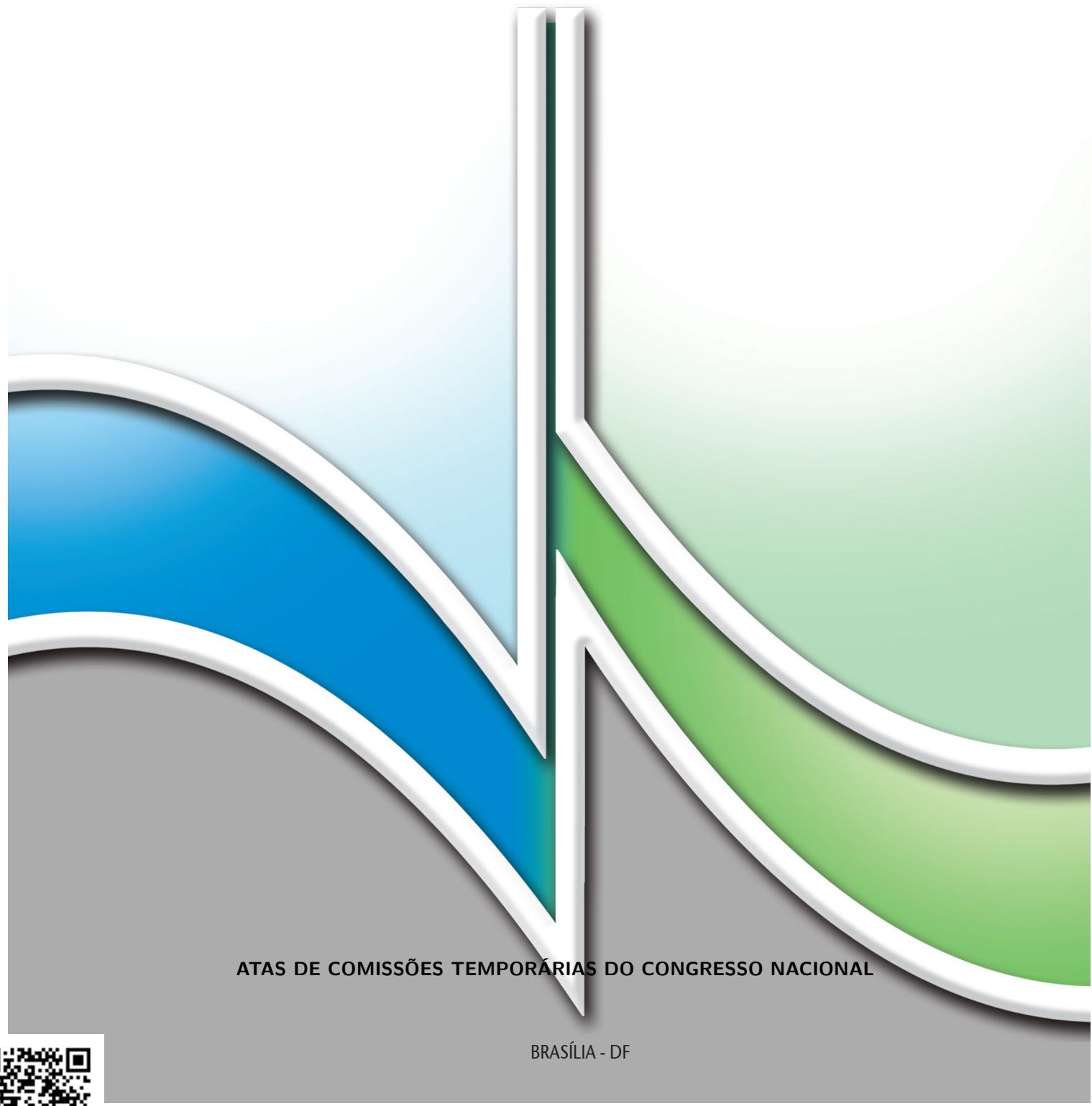




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXVIII SUP. ÚNICO AO Nº 23, QUINTA-FEIRA, 1º DE JUNHO DE 2023



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Arthur Lira (PP-AL)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (UNIÃO-PE)

1º Secretário

Deputada Maria do Rosário (PT-RS)

2ª Secretária

Deputado Júlio Cesar (PSD-PI)

3º Secretário

Deputado Lucio Mosquini (MDB-RO)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - Senador Dr. Hiran (PP-RR)
- 4º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Gilberto Nascimento (PSD-SP)
- 2º - Deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS)
- 3º - Deputado Beto Pereira (PSDB-MS)
- 4º - Deputado André Ferreira (PL-PE)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1164/2023

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 11, 12, 13 e 18 de abril de 2023	4
Ata da 2 ^a Reunião, realizada em 25 de abril de 2023	17
Ata da 3 ^a Reunião, realizada em 2 de maio de 2023	64
Ata da 4 ^a Reunião, realizada em 9 e 10 de maio de 2023	91

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1154/2023

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 11, 12 e 13 de abril de 2023	105
Ata da 2 ^a Reunião, realizada em 13 de abril de 2023	130
Ata da 3 ^a Reunião, realizada em 23 e 24 de maio de 2023	156

1.3 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1165/2023

Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 10 de maio de 2023	203
Ata da 2 ^a Reunião, realizada em 16 de maio de 2023	221
Ata da 3 ^a Reunião, realizada em 17 de maio de 2023	222
Ata da 4 ^a Reunião, realizada em 23 de maio de 2023	223
Ata da 5 ^a Reunião, realizada em 24 de maio de 2023	224
Ata da 6 ^a Reunião, realizada em 30 e 31 de maio de 2023	225





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1164, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 11, 12, 13 E 18 DE ABRIL DE 2023, NO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e cinquenta e sete minutos do dia onze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Soraya Thronicke, Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Dr. Hiran, Antonio Brito, Ricardo Ayres, Capitão Alberto Neto, Dr. Francisco, Odair Cunha, Patrus Ananias, Cristiane Lopes, Danilo Forte, André Fufuca, Julio Lopes, Geovania de Sá, Dorinaldo Malafaia, Márcio Honaiser, Dr. Frederico, Josenildo, Hugo Motta, Isnaldo Bulhões Jr. e Adolfo Viana, e ainda dos Parlamentares Professora Dorinha Seabra, Alice Portugal, Afonso Motta, Flávio Bolsonaro, Reimont, Marcos do Val, Davi Alcolumbre, Rodrigo Cunha, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Dr. Samuel Araújo, Efraim Filho, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Styvenson Valentim, Omar Aziz, Eduardo Gomes, Wilder Moraes, Mecias de Jesus, Andreia Siqueira, Fernando Rodolfo, Elmar Nascimento, Alfredo Gaspar e Fred Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dezesseis horas e quatro minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três. No dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três, às dez horas e quarenta e nove minutos, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, a reunião é reaberta. **1ª Parte - Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Em 11/04/2023, é instalada a Comissão. São eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Fabiano Contarato e o Deputado Dorinaldo Malafaia. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 12/04/2023. Em 12/04/2023, a reabertura é reagendada para o dia 13/04/2023. Em 13/04/2023, a reabertura é reagendada para o dia 18/04/2023. **2ª Parte - Reunião de Trabalho.** **Finalidade:** Apreciação de Plano de Trabalho. **Resultado:** Em 18/04/2023, é reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista. Aprovado o Plano de Trabalho, com as alterações propostas em plenário. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/11>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/18>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.164, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Fabiano Contarato, que muito nos honrará com a sua presidência.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. Já vem fazendo de todos...

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Então, está eleito o Senador Fabiano Contarato para presidir esta Comissão. Eu acho que ele merece uma salva de palmas aí. (*Palmas.*)

Passo, então, a Presidência para o nobre Senador Fabiano Contarato para presidir os trabalhos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Boa tarde a todos e todas. Inicialmente, eu quero agradecer a confiança dos colegas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Perdão.

Inicialmente, quero agradecer a confiança dos Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas por essa incumbência.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero informar que aqui, por acordo, foi definido que o Vice-Presidente será o Deputado Dorinaldo Malafaia, a quem eu parabenizo. E, nas mesmas circunstâncias, eu consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito o Vice-Presidente, Deputado Dorinaldo Malafaia – como Vice-Presidente.

Tendo em vista também o impasse com relação à designação da relatoria, esta Comissão será suspensa, mantendo o quórum, até as 14h30.

O SR. RENAN CALHEIROS (MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, por que nós não fazemos a eleição do relator entre os presentes? É o mais natural. Senão, nós vamos premiar indiretamente quem esteve ausente. O ideal era que algum Deputado presente se candidatasse à condição de relator. Eu acho que o mesmo teria que ter acontecido na medida anterior. É o mais natural. Nós temos quórum...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (MDB - AL) – ... para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Senador Renan, na verdade, nós temos que ter aqui em mente que a Comissão não elege o relator. Essa é uma atribuição da Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (MDB - AL) – Sim!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – E eu, por uma questão até mesmo ética, acho que é prudente a gente suspender, tendo em vista que está havendo esse diálogo de forma muito respeitosa para que nós possamos, sim, aí dando esse prazo até amanhã, definir essa designação da relatoria.

Eu queria, antes de declarar suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para amanhã, às 14h30, mantendo o painel, falar para vocês que muitas pessoas na minha vida política – esse é o meu primeiro mandato – me questionavam, me questionam sobre a minha permanência no Partido dos Trabalhadores.

E aqui eu quero fazer uma declaração, porque, contra fatos, não há argumentos. E é uma declaração, meu querido Deputado Lindbergh, uma declaração de gratidão, porque eu venho de uma família pobre, sempre utilizando o Sistema Único de Saúde, sempre utilizando a educação pública. Quando perguntam para mim, eu não tenho dúvida: Prouni, Pronatec, Projovem, Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, Brasil Soridente, Mais Médicos e esse aqui, Bolsa Família.

No Brasil, quantos brasileiros estão em insegurança alimentar? Passou da hora de este Parlamento derrubar os muros do Parlamento e interagir com o principal destinatário, que é a população que mais





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

precisa. Não basta a Constituição que se diz cidadã, no art. 6º, dizer que todos temos direito à educação, saúde, moradia, lazer, salário mínimo digno e as pessoas estarem morrendo de fome.

Por isso que eu tenho orgulho de estar no Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras. E quero contribuir muito para que nós possamos um dia reduzir o abismo existente entre os milhões de pobres e a concentração de riquezas na mão de tão poucos. Eu sonho o dia em que esta Casa vai ter a coragem de taxar dividendos. Eu sonho o dia que esta Casa vai ter coragem de instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas, como manda o art. 192 da Constituição Federal desde o dia 5 de outubro de 1988.

Até hoje a letra da lei está morta. Mas nós temos a obrigação de dar efetividade a todos os direitos sociais, a todos os direitos individuais e coletivos expressos principalmente no art. 6º da Constituição Federal. Muito me orgulha presidir esta Comissão, que vai tratar especificamente do Bolsa Família.

Agradeço mais uma vez.

Declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 12 de abril, às 14h30. Está suspensa a reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 57 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 04 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.164, de 2023.

Comunico que foi designado Relator o Deputado Dr. Francisco.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Dr. Francisco, para a leitura do plano de trabalho.

O SR. DR. FRANCISCO (PT - PI. Como Relator.) – Minhas saudações a todos os Parlamentares presentes, Sr. Presidente.

Passo aqui a fazer a leitura do plano de trabalho da Medida Provisória 1.164, que visa organizar o funcionamento da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.164, de 2023, que institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Sr. Presidente, não está abrindo aqui no sistema. Poderia distribuir o plano de trabalho físico?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Por gentileza, parece que ele não distribuiu ainda eletronicamente, mas estou pedindo para providenciar fisicamente para passar para os Parlamentares.

O SR. DR. FRANCISCO (PT - PI) – Vou fazendo a leitura pausadamente para facilitar a compreensão dos demais Deputados e Senadores.

A medida provisória submetida à análise deste Colegiado objetiva combater a fome, reduzir a pobreza entre as gerações e aumentar a proteção social das famílias, com foco em crianças, adolescentes e jovens.

A providência é necessária para, entre outros aspectos, restabelecer a equidade dos valores recebidos pelas famílias, eliminar o incentivo à proliferação de registros familiares unipessoais, melhorar o custo-efetividade do gasto com a política pública em questão, restabelecer instrumentos de controle sobre a gestão e a operação e aperfeiçoar mecanismos de controle e elegibilidade aos benefícios.

Nesse sentido, a medida retoma duas premissas importantes do Bolsa Família original, lançado no primeiro Governo Lula: pagamento de valores variáveis, dependendo do número de moradores do domicílio, e cobranças de contrapartida.

Como detalhamento, destacam-se as seguintes alterações. Nos valores do novo Programa Bolsa Família, na ampliação em relação à faixa atual de pobreza, o programa inclui famílias com renda de até R\$218 *per capita* – o valor anterior era de R\$210: as famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família cuja renda *per capita* mensal seja superior ao valor de R\$218 serão mantidas no programa por pelo menos 24 meses e, durante esse período, a família beneficiária receberá 50% do valor dos benefícios financeiros a que foi elegível; na hipótese de a renda familiar *per capita* mensal superar o valor de meio salário mínimo, excluído de seu cálculo o valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, a família será desligada do programa.

Será afiançado o valor de R\$142 por integrante de família beneficiária. Caso a soma dos valores não atinja R\$600, será dado um complemento, que é o benefício complementar, garantindo que todas as famílias receberão o valor mínimo de R\$600: serão criados dois benefícios complementares, famílias com crianças até sete anos de idade incompletos receberão o valor de R\$150 por criança – é o Benefício Primeira Infância; e será recriado o Benefício Variável Familiar, um extra de R\$50 para gestantes e para crianças ou adolescentes com idade entre 7 e 18 anos incompletos.

Contrapartidas, condicionalidades exigidas dos beneficiários: comprovação de frequência escolar das crianças e adolescentes, 60%, para os beneficiários de 4 a 6 anos incompletos, e 75% para beneficiários de 6 a 18 anos incompletos que não tenham concluído a educação básica; acompanhamento de pré-natal





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

das gestantes; caderneta de vacinação atualizada com todos os imunizantes previstos no Programa Nacional de Imunizantes – essa exigência vale para a família inteira –; crianças de até 7 anos incompletos terão que fazer o acompanhamento nutricional.

Assim, o escopo da MP reforça sua importância central para a ruptura do ciclo de reprodução da pobreza. E para viabilizar o importante debate, este plano de trabalho propõe, na sequência antes discriminada, duas audiências públicas e uma última reunião voltada para apresentação do parecer do Relator, discussão e deliberação da matéria.

Reuniões de trabalho. As reuniões de audiência pública da Comissão ocorrerão preferencialmente às terças-feiras – essa é a sugestão.

Etapas de trabalho. O debate e a apreciação da Medida Provisória 1.164, de 2023, deverá ser precedida e instruída por audiências públicas. Sugerimos a realização de uma primeira reunião de audiência com a participação de representantes da sociedade civil e na sequência propomos que seja prevista uma audiência com representantes dos ministérios mais envolvidos com a temática da medida provisória em análise. Após as audiências, haverá uma última reunião para apresentação do parecer e discussão e votação do relatório.

Apresenta-se o seguinte cronograma para os trabalhos da Comissão Mista, da qual estamos fazendo hoje a reunião de apresentação do plano de trabalho. Na próxima terça-feira, dia 25, é a proposta, às 10h30, da primeira audiência pública. E aqui foi elencada uma sugestão de entidades, mas também havendo aqui sugestão dos nobres Parlamentares, com representação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); representante do Conselho Federal de Assistência Social; representante da Oxfam; representante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan); representante da Rede Brasileira de Renda Básica; demais representantes da sociedade civil.

Para o dia 2 de maio, também uma terça-feira, no mesmo horário, às 10h30, a segunda audiência pública. Aí a sugestão é de representante do Ministério do Desenvolvimento Social; Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; representante do Ministério do Planejamento e Orçamento; representante do Ministério da Fazenda; e representante da Casa Civil, para a segunda audiência pública.

E no dia 3 de maio, na quarta-feira, seria a apresentação do parecer, discussão e votação deste, às 14h30. Então, essa é a proposta, Sr. Presidente, sobre o plano de trabalho para esta Comissão.

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO) – Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Obrigado, Relator.

Em discussão.

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO) – Sr. Presidente, para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Com a palavra, Deputado.

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO. Para discutir.) – Queria só sugerir ao nosso Relator que pudesse incluir no plano de trabalho a presença e a participação – e aí que se faça um convite para eles – os Ministérios da Educação e do Trabalho, uma vez que o programa tem uma intersecção muito forte com essas pastas.

E, aliás, é importante a gente pensar que o Programa Bolsa Família não pode se fechar em si mesmo. Nós precisamos criar alternativas para que os jovens, principalmente aqueles beneficiários que estão no ensino médio, possam ser incluídos no mundo do trabalho e ter acesso também à educação. E os números que tratam da evasão escolar dizem tudo.

É um esforço que a gente precisa construir juntos e, nesse sentido, então, a minha sugestão é que fossem também convidados Ministério da Educação e Ministério do Trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Perfeito.

Com a palavra, Capitão Alberto Neto.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Para discutir.) – Obrigado, Senador. Obrigado, Presidente, Relator.

Eu gostaria de incluir – estava falando agora com o nosso ilustre Relator – a questão que a medida provisória também trouxe, que foi o fim dos consignados para o BPC-Loas: que a gente possa pautar e discutir também esse assunto, trazendo as entidades responsáveis por esse crédito, que é o crédito mais barato no mercado.

Eu posso fazer as sugestões depois por escrito para o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Ainda em discussão.

Com a palavra, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobre Relator, o Brasil hoje tem um problema social profundo. O Bolsa Família hoje representa a renda de milhões de brasileiros. Em três estados da Federação hoje, nós temos mais gente, mais pessoas cadastradas no Bolsa Família do que trabalhando com carteira assinada. Isso é um problema social gravíssimo. Por outro lado, é de uma sustentabilidade muito frágil, porque, se você levar em consideração a conta da previdência, a conta dos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

benefícios e a conta do auxílio do Bolsa Família, você inviabiliza quase que a totalidade do orçamento do país.

Diante disso, eu acho que é meritório e é necessário – inclusive, votei tanto o auxílio emergencial no ano passado, em junho, julho de 2022, como voto o Bolsa Família pela urgência e a necessidade do combate à fome – que nós tenhamos uma preocupação nesse momento da alternativa da porta de saída, porque isso não se sustenta. Nação nenhuma no mundo vai conseguir se reerguer tendo um exército, uma quantidade maior de beneficiários dos programas assistenciais de Governo do que trabalhando na produtividade, na produção e tendo a dignidade de ter um emprego. A melhor política social do mundo é exatamente o emprego – e um emprego que dê dignidade e sustento para a família.

E aqui corroboro com os Deputados que me antecederam, exatamente na perspectiva de que nós possamos, nesse debate, também o ancorar numa proposta capaz de contribuir para a formação e ampliação da geração de emprego no país.

Então, diante deste momento, eu acho que o debate não pode se encerrar só no valor do Bolsa Família nem se encerrar só na perspectiva do acompanhamento pelas instituições sociais, mas fundamentalmente buscando na economia também induzir um debate sobre as reformas que o país precisa fazer, o apoio – principalmente a reforma tributária e a desoneração da folha de pagamento –, na medida em que isso hoje é um entrave muito grande para a geração de emprego no país e que a gente pode também abrigar esse debate aqui na Medida Provisória 1.164.

Foram feitas várias emendas ao Relator. Peço ao Relator que as examine com carinho para que a gente possa evoluir e não ter apenas mais uma discussão que, daqui seis meses, a gente esteja discutindo de novo aqui o reajuste do Bolsa Família ou a ampliação do Bolsa Família por não caber mais no orçamento, porque vai ter uma hora em que o orçamento vai se exaurir, e nós não vamos ter condições de pagar essa conta, se a gente não tiver uma política econômica capaz de retomar a geração de emprego.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Muito obrigado, Deputado.

Agradeço imensamente a colaboração dos nobres Deputados. Todas essas sugestões serão analisadas oportunamente pelo Relator. Acredito... (Pausa.)

Com a palavra, Deputada Geovania de Sá.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, bom dia, Senadores, Deputados.

Primeiro, quero dizer que é um privilégio estar aqui nesta Comissão, em que vamos tratar exatamente da medida provisória do programa Bolsa Família.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Inclusive eu tenho um projeto de lei desde 2016 que trata exatamente da saída dessas famílias que dependem do Bolsa. Um programa social não se mede pelo número de pessoas que entram, mas pelo número de pessoas que exatamente buscam sua independência. E nesse sentido eu desenvolvi um projeto de lei que vem, através de programas, através das instituições, universidades, buscar a geração do emprego e renda. Nós não podemos admitir no país que as pessoas dependam *ad aeternum* de um programa de transferência de renda. Alguém paga essa conta e quem paga é o brasileiro.

Por isso, eu quero, aqui nesta Comissão, nesta Comissão Mista, poder contribuir, corroborar para que realmente a gente encontre a independência, que essas famílias tenham autonomia e que realmente não vivam de um salário tão pequeno como é o do Bolsa Família. Entendemos a necessidade de tratar as famílias vulneráveis e que precisam, sim, de um suporte.

Eu fui, inclusive, Secretária de Assistência Social e Habitação no meu Município, e lá eu vi exatamente essa dependência, que, ao invés de reduzir, aumentava. Foi aí que criamos um centro de capacitação das famílias, e a gente percebeu que, incentivando essas famílias a irem para o mercado de trabalho, consegue-se criar essa independência.

Então é nesse sentido que eu quero estar aqui, através do meu partido, da Federação PSDB e Cidadania, e poder contribuir com um programa tão importante. Mas nós temos que ter essa consciência de buscar a independência e não as tornar cada vez mais dependentes.

Obrigada.

Sucesso a todos nós e que possamos fazer desta Comissão uma Comissão de debates em que a gente venha a contribuir com a nação brasileira!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Obrigado, Deputada, por suas contribuições.

Concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. DORINALDO MALAFIAIA (PDT - AP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria parabenizar pelo plano de trabalho que iniciamos, porque, logicamente, nós temos, além dos desafios da celeridade... Quem tem fome tem pressa, não é isso? e já foi citado aqui que 13 estados dependem diretamente desse auxílio do Bolsa Família, então, realmente, a cada hora, a cada minuto, esse importante programa representa exatamente a garantia dessa dignidade, não é?

Eu queria destacar três questões que acho que são fundamentais para corroborar também com o debate. O primeiro deles é exatamente o CadÚnico, porque nós temos e sabemos que nos últimos quatro anos do Governo Bolsonaro nós tivemos realmente uma desatualização desse importante instrumento. Então, nesta Casa, a votação dessa medida provisória também está diretamente ligada a uma





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

reestruturação do CadÚnico, porque provavelmente tem uma defasagem muito grande. E logicamente há a importância de nós, com um projeto desse, conseguirmos de fato ajudar na estratégia de sobrevivência das famílias.

No meu Estado do Amapá, no extremo norte do país, nós temos 125 mil famílias que dependem diretamente do Bolsa Família, ou seja, são mais dependentes do Bolsa Família do que empregos formais. Então, nós temos, assim, uma pressa muito grande, porque esse instrumento representa exatamente estratégia de sobrevivência. Não é pouca coisa, numa área de ressaca, que são as nossas favelas no Amapá, você ter, por exemplo, ali, um recurso para poder movimentar a economia, para poder pagar a comida, para poder melhorar ou pelo menos ter uma perspectiva dessa insegurança alimentar.

Portanto, eu penso que esse plano de trabalho, que me parece que já segue aprovado, pelo sentimento aqui desta Comissão, tem a importância de dar celeridade. Portanto, eu queria trazer o destaque da importância desta Comissão e do trabalho que aqui nós estamos realizando. Então, com muita celeridade – quem tem fome tem pressa mesmo. E a gente precisa realmente superar qualquer tipo de dificuldade e avançar no sentido de aprovação o mais rápido possível dessa medida provisória.

Por último, a questão da vacinação. Nós estamos trabalhando... Inclusive eu lancei a frente em defesa da vacinação aqui no Congresso, aqui na Câmara Federal – perdão – no sentido exatamente de fortalecer as baixas coberturas vacinais. Então, também o Bolsa Família entra nessa estratégia de elevar a cobertura vacinal, que é fundamental hoje para a proteção da saúde da população.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Obrigado, Deputado.

Encerrada a discussão.

Passamos à votação.

Em votação o plano de trabalho, com as alterações acatadas em Plenário.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o plano de trabalho.

Antes de encerrarmos os trabalhos...

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP. Para questão de ordem.) – Presidente, só por último, eu gostaria de apresentar uma questão de ordem. A questão de ordem é acerca, inclusive, do debate que foi feito em outras Comissões e trouxe uma reflexão para que a gente possa, realmente, aprimorar esta nossa Comissão. A questão de ordem versa sobre a possibilidade de pedido de vista ao plano de trabalho apresentado em Comissão Mista de medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu gostaria de fazer essa leitura breve e rápida, porque eu acho que acrescenta exatamente no desenrolar dos trabalhos aqui nesta Casa.

Sr. Presidente, com fulcro no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional e no art. 403 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicáveis subsidiariamente à presente hipótese, apresento a questão de ordem para questionar a possibilidade, ou não, de pedido de vista ao plano de trabalho apresentado em reunião de Comissão Mista de medida provisória.

Com efeito, Sr. Presidente, é sabido que, nos termos do art. 151 do Regimento Comum e do art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal, também aplicáveis subsidiariamente à presente hipótese, é prevista a possibilidade de apresentação de pedido de vista da matéria legislativa por uma vez, justamente "na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator", notadamente porque o relatório, se aceito pela Comissão, passa a constituir o parecer da Comissão sobre a matéria.

Para que não restem dúvidas, veja-se o excerto do Regimento do Senado Federal:

Art. 132. Lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer.

§ 1º O pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias, devendo ser formulado na oportunidade em que for conhecido o voto proferido pelo relator [...]

§ 2º Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida [da seguinte forma]:

I – por meia hora, no caso do art. 336 [...];

II – por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336, II [...].

§ 3º Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.

Ou seja, a *ratio* para haver a possibilidade de vista tão somente nessa hipótese é justamente o critério de proporcionalidade atinente à importância do relatório, que efetivamente é o núcleo duro do processo legislativo.

Ocorre, Sr. Presidente, que há um verdadeiro silêncio eloquente do Regimento na medida em que se trata da única previsão regimental acerca do pedido de vista, não havendo remissão a isso em nenhuma outra passagem regimental, seja do Congresso, seja do Senado, seja da Câmara. Isso implica dizer que não há previsão regimental, como se pode inclusive esperar, para a apresentação do plano de trabalho em Comissões Mistas, que em nada mais consiste do que em um conjunto de requerimentos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bem, toda a nossa documentação, a nossa questão de ordem segue – e eu queria aqui resumi-la – no sentido de dizer que a ideia é exatamente a gente formalizar esta questão de ordem, porque nós tivemos um problema na última Comissão quando se discutia exatamente a alteração do plano de trabalho. O plano de trabalho tem somente uma função, que é exatamente ordenar o andamento das medidas provisórias. Portanto, nós a apresentamos aqui na íntegra. Eu li parte dessa questão de ordem para não tomar muito tempo, mas queria que fosse acatada por esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES. Para responder questão de ordem.) – Obrigado.

Sobre a presente questão de ordem, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos.

Tanto o Regimento Comum quanto o Regimento Interno do Senado Federal e o Regimento Interno da Câmara dos Deputados são omissos com relação ao plano de trabalho. Por um lado, o plano de trabalho constitui apenas uma diretriz dos trabalhos a serem realizados pela Comissão, sendo, portanto, um documento sem natureza legislativa, destinado a dar previsibilidade às ações do Colegiado. Por outro lado, entretanto, é forçoso reconhecer que as Comissões do Congresso Nacional adotaram o costume legislativo de submeter o plano de trabalho apresentado, seja pelo Relator, seja pelo Presidente, à deliberação de todo o Colegiado. Tal prática encontra amparo no princípio da colegialidade, inscrito no inciso III do art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal. Por essa ótica, cabe determinar qual seria a natureza jurídica do plano de trabalho, a fim de determinar qual o procedimento legislativo a ser adotado em sua deliberação.

A partir de uma leitura sistemática dos regimentos, resta evidente considerar o plano de trabalho como um requerimento autônomo. Como tal, ele pode ser apresentado como item extrapauta, deve ser discutido e votado por maioria simples, não precisa de Relator e não pode ser objeto de pedido de vista.

Essa é a decisão da Presidência.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores e Parlamentares que...

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO) – Sr. Presidente, gostaria só de, caso possa, passar às mãos de V. Exa. um ofício.

Eu tinha produzido algumas emendas a essa medida provisória, e sobrevieram, então, outras sugestões, que eu acho bastante pertinentes e apropriadas que sejam apreciadas pelo Relator, por essa Presidência, como, por exemplo, a instituição do benefício, do auxílio-cuidador para as mães do BPC quando perderem os seus filhos...

Há outra também bastante relevante, que diz respeito aos juros e multas que foram praticados para aqueles que receberam e fizeram antecipação consignada no Auxílio Brasil, bem como também, de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

maneira bastante apropriada, aquilo que foi mencionado por um colega, agora há pouco, que diz respeito à possibilidade do consignado para as mães do BPC, que tanto penam para buscarem uma alternativa de renda para criar as condições de criarem seus filhos.

Então, eu gostaria de passar às mãos de V. Exa. esse ofício...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Perfeito.

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO) – ... já que eu não tive o tempo oportuno para a apresentação dessas matérias na forma de emendas à medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES) – Perfeito, Deputado.

Esta Presidência acolhe a sugestão e passará às mãos do Relator, que, oportunamente, vai se manifestar.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Senadores e Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 57 minutos e suspensa às 16 horas e 04 minutos do dia 11/04/2023, a reunião é reaberta às 10 horas e 49 minutos e encerrada às 11 horas e 16 minutos do dia 18/04/2023.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1164, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Fabiano Contarato, Dorinaldo Malafaia e Dr. Francisco, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023 com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Augusta Brito, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Capitão Alberto Neto, Ana Pimentel, Fernanda Pessoa, Geovania de Sá e Márcio Honaiser, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Flávio Bolsonaro, Dr. Samuel Araújo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Paulo Paim, Marcos do Val e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Omar Aziz, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Andreia Siqueira, Laura Carneiro, Ricardo Ayres, Fernando Rodolfo, Odair Cunha, Cristiane Lopes, André Fufuca e Fred Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1164, de 2023. **Participantes:** Edison João Costa, Presidente da Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (ANEPS); Eutália Barbosa, Representante do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Aldaíza Sposati, Representante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); Elisabetta Gioconda Iole Giovanna Recine, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); Leandro Teodoro Ferreira, Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica; Eduardo Matarazzo Suplicy, Deputado Estadual por São Paulo; Renato Carvalheira, Vice-coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN); e Jefferson Nascimento, Coordenador de Justiça Social e Econômica da OXFAM. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/25>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.164/2023. Neste momento, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Eu agradeço, imensamente, o comparecimento de todos os convidados. Conto com a compreensão de V. Exas. no que tange ao tempo estabelecido, porque serão duas audiências públicas e nós estamos aqui tentando trabalhar para um melhor texto da melhor forma possível e, neste momento, eu conto com a colaboração de vocês todos.

Quero aqui registrar a participação do meu querido Senador, sempre Senador Eduardo Suplicy. Senador Eduardo Suplicy, o senhor sempre foi uma referência na minha vida. O senhor não me conhecia, mas eu acho que todos aqui que me conhecem um pouco sabem disto: eu não tenho histórico de vida política, de mandato; eu fui eleito Senador e este é o meu primeiro mandato. Amo ser delegado de polícia e ser professor de Direito Penal e Processo Penal. Estou como Senador, mas sempre, à distância, lá do meu Estado do Espírito Santo, eu olhava para a atuação do Senador Suplicy e falava: "Nossa, a política vale a pena, existem pessoas que significam, e muito, a honrada classe dos políticos". E, para essa pessoa, eu não tenho dúvida ao falar do meu carinho, da minha deferência, do meu respeito e admiração. Bem-vindo novamente a sua Casa, esta Casa é sua, é de todos vocês que aqui estão: a Sra. Elisabeta Gioconda Iole Giovanna Recine, que é Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; o Sr. Renato Carvalheira, Vice-Cordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; o Sr. Leandro Teodoro Ferreira, Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica; o Sr. Edison João Costa, Presidente da Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País; a Sra. Eutália Barbosa, representante do Conselho Nacional de Assistência Social; a Sra. Aldaíza Sposati, representante do Conselho Federal de Serviço Social; e o Sr. Jefferson Nascimento, Coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado terá para sua exposição o tempo de cinco minutos e, em seguida, abrigaremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, faremos a leitura de perguntas e comentários enviados pelo Portal e-Cidadania para que os pontos levantados possam ser abordados durante as exposições. (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu vou pedir à Comissão que disponibilize as perguntas para cada convidado e, aí, no momento oportuno, aquele que se sentir melhor para responder uma delas... É uma forma de a gente prestigiar essa interação pelo Portal e-Cidadania, e vocês ficariam à vontade para se manifestar e responder a pergunta com a qual se sentirem mais confortáveis para responder.

Quero, de antemão, agradecer a participação do Guilherme Marques, de São Paulo; do Jeffersonn da Silva, do Rio de Janeiro; da Simone Aparecida, de São Paulo; do Ginaldo Teixeira, da Paraíba; da Rivanne Silva, do Estado do Rio de Janeiro. Surgindo mais perguntas, serão disponibilizadas para cada participante.

Quero aqui também enaltecer e agradecer a presença do Relator, meu querido Deputado Dr. Francisco, que tenho certeza de que vai estar atento para acolher as sugestões e, na medida do possível, integrá-las ao relatório que irá disponibilizar.

Também quero, no mesmo sentido, agradecer e falar que é com bastante alegria que tenho como Vice-Presidente o Deputado Dorinaldo Malafaia. Já usando da minha atribuição como Presidente, eu o convidaria para presidir esta Comissão, neste momento, tendo em vista que eu estou também em outras Comissões e estarei aqui, vindo aqui, se V. Exa. não se sentir, de alguma forma, incomodado com esse meu pedido.

No mais, eu desejo a todos uma ótima audiência pública. E eu tenho certeza de que tanto o Vice-Presidente como o Relator serão solícitos naquilo que for possível para o debate. É claro que a gente estabelece um prazo regimental aqui, mas nada que seja de forma tão objetiva e cumprida no rigor. Nós sabemos que temos vários convidados. Todos merecem e terão a oportunidade de falar e falarão, na medida do possível, naquilo que for aqui estabelecido.

Muito obrigado. Mais uma vez, uma excelente audiência pública para todos nós.

Neste momento, transfiro a Presidência para o Deputado Dorinaldo Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Boa tarde a todos e todas. Quero agradecer mais uma vez a presença nesta importante Comissão, também agradecer ao Presidente, porque todos nós aqui estamos num processo de ritmo muito intenso nas duas Casas, todos compartilhando Comissões. Eu também faço parte da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários.

Meu nome é Dorinaldo Malafaia, em primeiro mandato também como Deputado. Sou do Amapá, extremo norte do país, onde o Bolsa Família exerce também um papel muito importante na estratégia de sobrevivência das pessoas e das famílias.

Portanto, queria agradecer a presença de todas as autoridades. Informar que são cinco minutos para que cada autoridade, cada representante de entidade possa falar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Também quero seguir o mesmo raciocínio do nosso Presidente e, no mesmo raciocínio, também fazer referência ao Deputado Eduardo Suplicy, porque, mesmo lá no extremo norte do país, a gente acompanha desde o movimento estudantil o seu trabalho, a sua experiência. Parabéns por inspirar muitos de nós em todo o país. Então, sigo a mesma conduta do nosso Presidente também nessa deferência a sua pessoa.

Bem, queria então transmitir ao Deputado a palavra, para que ele pudesse utilizá-la agora neste momento.

Deputado Eduardo. (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY (Para expor.) – Caro Deputado Dorinaldo Malafaia, muito obrigado por suas palavras. Minha consideração também ao Senador Fabiano Contarato. Agradeço muito a sua atenção, inclusive de me convidar. Ao Deputado Dr. Francisco, Relator dessa medida provisória, que teve a gentileza de me receber hoje pela manhã, juntamente com Aldaíza Sposati, Professora na Pontifícia Universidade Católica, que tanto tem contribuído, junto com o Presidente Leandro Ferreira, que é Presidente da Rede Brasileira da Renda Básica.

Tivemos uma conversa muito construtiva hoje, assim como também, após um ótimo diálogo com o Relator, Deputado Dr. Francisco, com o Vice-Presidente da República, hoje Presidente em exercício, Geraldo Alckmin, que nos recebeu. Ele vem acompanhando passo a passo a tramitação, primeiro do programa de Governo, do programa de Governo de transição, e agora, sobretudo, essa passagem do Bolsa Família até que tenhamos a renda básica incondicional e universal.

Então eu quero, primeiro, agradecer. Sinto-me honrado de estar aqui outra vez, depois de 24 anos, desde 1991 a janeiro de 2015, nesta Casa, onde tanto aprendi. E muito tem a ver com a história a respeito de que estamos hoje trabalhando. Mas fico feliz de retornar ao Senado, hoje como Deputado Estadual.

E eu gostaria de brevemente contar aqui passos que foram dados ao longo dessa história da renda básica, da renda mínima, dos programas de transferência de renda. Em 1991, apresentei um primeiro projeto de garantia de renda mínima, através de um imposto de renda negativo. Toda pessoa adulta que não recebesse ao menos 45 mil cruzeiros da época, US\$150 da época, passaria a ter o direito de receber 50% da diferença entre aquele patamar e o nível de renda da pessoa. Então recebeu parecer entusiástico, favorável do Senador Maurício Corrêa, foi aprovado por consenso praticamente, com dois ou três Senadores que tinham dúvidas a respeito, mas numa sessão memorável, de quatro horas e meia, em 16 de dezembro de 1991.

E daí foi para a Câmara dos Deputados e recebeu parecer favorável de Germano Rigotto, do MDB, entusiástico também.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas aconteceu em agosto de 1991, quando Walter Barelli, coordenador do programa de governo paralelo de Lula, que havia perdido a eleição para Collor de Mello...Havia um encontro de aproximadamente 50 economistas para debater propostas pelo PT. E quando eu apresentei a sugestão, junto com Antonio Maria da Silveira...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Já acabou?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Pode continuar, por favor.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Eis que José Márcio Camargo falou que seria bom começar a garantia de renda mínima com as famílias carentes, desde que estivessem frequentando a escola, porque um dos maiores problemas brasileiros era um número tão grande de crianças em idade escolar que os pais colocavam, desde os 7, 8 9, 10 anos, para trabalharem precocemente. Se providenciássemos uma garantia de renda às famílias carentes, desde que as crianças estivessem indo à escola, iríamos cortar um dos principais elos do círculo vicioso da pobreza. E ele escreveu sobre isso, na *Folha*, em 1991 e em 1993.

Eis que, em 1995, aqui no Distrito Federal, o Governador Cristovam Buarque, do PT, então eleito, iniciou o chamado programa Bolsa Escola e, lá em Campinas, o Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, iniciou um projeto de garantia de renda mínima social da educação. Aí, Ribeirão Preto, Jundiaí, Belo Horizonte, Belém, Mundo Novo, Caxias do Sul, dezenas de municípios iniciaram projetos naquela direção. Aqui na Câmara e no Senado apareceram seis projetos, todos para que a União financiasse os municípios que adotassem programas naquela direção.

Nessa época, em 94, em conheci o criador da *Basic Income European Network*, depois *Earth Network*, Prof. Philippe Van Parijs, que veio ao Brasil. Em 96, solicitei que o Presidente Fernando Henrique recebesse Philippe Van Parijs, que então argumentou com o Presidente: "É muito bem começar a garantia de renda relacionada à educação porque é um investimento em capital humano, mas o objetivo maior será um dia chegarmos à renda básica incondicional".

Eu, mais e mais, venho interagindo e estudando com todos os que propõem a renda básica universal e, em dezembro de 2000, apresentei um novo projeto para instituir uma renda básica universal. O então Relator, Francelino Pereira, ex-Governador de Minas, ex-Presidente da Arena, do PFL, me disse: "Olha, Eduardo, eu estou com 81 anos, não vou mais ser candidato, mas quero estudar com atenção a sua proposta". Eu, então, dei a ele o meu livro, a 1ª edição, publicado em 1992, "Renda de Cidadania: a saída é pela porta".

Ele leu e disse: "Olha, Eduardo, é uma boa ideia, mas você precisa torná-la compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual, para cada despesa, precisamos ter a receita correspondente". E eu





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

achei de bom senso, aceitei e, graças a isso, tanto o Senado, em dezembro de 2002, quanto a Câmara, em novembro de 2003, aprovaram o projeto, que foi para o Presidente sancioná-lo ou não. Numa belíssima cerimônia, em 8 de janeiro de 2004, ele o sancionou.

A propósito, eu agradeço muito se puder, depois de ouvir os demais, aqui falar ainda sobre algo que é essencial, sobre quais são as vantagens da renda básica universal em relação ao programa Bolsa Família, que teve excepcionais resultados em termos de contribuir para diminuir a desigualdade, diminuir a pobreza absoluta e extrema no Brasil, a ponto de, em 2014 e 2015, a ONU ter declarado o Brasil como em situação de fome zero.

Mas, então, falta eu falar, Sr. Presidente, sobre por que a renda básica de cidadania será ainda melhor e por isso que temos propostas para a constituição de um grupo de trabalho do Governo Federal e do Congresso Nacional misto, para estudar as etapas em direção à universalização da renda básica.

O Brasil, que, infelizmente, perdeu a Copa do Mundo de futebol, pode, perfeitamente, ganhar a copa do mundo da renda básica de cidadania, porque é o primeiro país do mundo que aprovou uma lei nesta direção. Agora, depende muito do Deputado Dorinaldo Malafaia, para que o tenhamos o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Deputado Suplicy, mais uma vez, por essa abertura da nossa audiência, sempre com uma referência histórica importante nesse campo.

Quero aqui agradecer, também, a presença do Deputado Capitão Alberto Neto, que está aqui conosco – seja bem-vindo, Deputado! –, da Deputada Fernanda Pessoa, do União do Ceará, também presente – cadê a Deputada? Ali, no cantinho. Seja bem-vinda!

E, dando continuidade, nós chamamos a Sra. Elisabetta Gioconda, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A SRA. ELISABETTA GIOCONDA IOLE GIOVANNA RECINE (Para expor.) – Muito bem.

Boa tarde a todas, a todos, a "todes".

Agradeço o convite em nome do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Eu gostaria de fazer algumas observações mais gerais a respeito da importância dessa medida provisória e de, finalmente, dar mais um passo na qualificação desse processo da garantia de renda da nossa população.

Certamente, alguns aspectos que eu vou levantar aqui vão ser detalhados pelo Renato, pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, e também pela minha companheira, representante do Conselho de Assistência Social.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bom, acho que é absolutamente senso comum a importância da renda em relação à segurança alimentar e nutricional. Não é à toa que nós temos 33 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil e mais da metade da nossa população que enfrenta desafios diários para garantir a sua alimentação mínima. São amplas as referências dessa relação e a importância dessa combinação da garantia de renda via outras políticas, como valorização de salário mínimo e programas de transferência de renda.

Foi essa articulação de programas específicos em relação à renda, mas outros programas de garantia de serviços públicos básicos, de acesso a direitos humanos básicos, que fez com que o Brasil saísse do famoso Mapa da Fome em 2014. E foi exatamente o desmantelamento dessas ações que fizeram o Brasil estar de volta a esse mapa.

Nós talvez estejamos numa situação muito mais complexa do que estivemos antes de 2003, dada a situação de desagregação do ponto de vista social, mas também do ponto de vista do que aconteceu com as políticas públicas nos últimos anos. É importante recordar que os dados que Renato vai trabalhar de maneira mais precisa mostraram que o inquérito de insegurança alimentar e nutricional que aconteceu por dois momentos durante a pandemia mostrou o grau de deterioração das condições de vida da nossa população a ponto de chegarmos a esses 33 milhões de pessoas em situação de fome.

É mostrado também que, apesar de, durante a pandemia, o Congresso ter aprovado um auxílio emergencial, as condições como esse auxílio foi desenvolvido e foi implementado na nossa sociedade não garantiram a proteção das famílias em situação de maior vulnerabilidade. Tanto que os dados do inquérito mostram que parte das pessoas que recebiam esse auxílio continuavam em situação de insegurança alimentar mesmo grave.

Isso tem algumas explicações. Primeiro, como nós entramos na pandemia enquanto sociedade brasileira. A sociedade brasileira, na sua grande maioria, já se equilibrava em situações muito desafiadoras para garantir as suas condições de vida, seja pela precarização do trabalho, seja por uma fila que já existia no Bolsa Família que não era atendida, seja a fila dos benefícios do INSS. Enfim, a população brasileira entrou na pandemia com muito poucas condições de resistir ao grave cenário que se configurou.

Fora isso, a configuração do auxílio emergencial se deu de uma maneira absolutamente paralela à rede de proteção social. A gente já sentia uma deterioração das ações ligadas ao sistema de assistência social com orçamento absolutamente deteriorado, equipes enfraquecidas. Mas também outros programas como o apoio à agricultura familiar, o apoio à assistência técnica, etc. E é o que aconteceu também em termos da atenção básica.

Qual é o grande valor que retoma o Bolsa Família nos moldes em que ele existia e com aspectos melhorados? Primeiro, é essa articulação essencial das condicionalidades de saúde e educação. A gente não pode pensar... e logicamente a transferência de renda é essencial, mas a ampliação da oferta de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

serviços públicos de saúde, educação e assistência social são primordiais nesse momento. Isso cria uma rede de sustentação, uma rede de apoio às famílias.

Outro aspecto também é que, a partir do momento em que as famílias e as pessoas têm acesso a esses serviços básicos, elas se colocam também muito mais permeáveis, e os serviços conseguem dar orientações em relação à saúde, a todo o processo... (Pausa.)

Já estou acabando. (Risos.)

Bom, e os serviços de saúde nesse aspecto são muito importantes. A rede capilarizada da atenção básica... Os dados que a gente tem que analisaram os resultados do Bolsa Família mostram que as crianças das famílias que tinham acesso à atenção básica, via Bolsa Família, eram crianças que estavam tanto protegidas de excesso de peso – o que também é um problema de má nutrição – como também de baixo peso e baixa estatura. Também essas famílias tinham muito mais acesso a condições de informação e de orientação à saúde, o que fazia com que a disponibilidade de alimentos saudáveis dentro dessas casas era muito maior.

Então, a importância dessa medida provisória, nesse momento, é que ela traz a recuperação de uma rede de proteção social que vai muito além da transferência de renda e traz um outro elemento importante também, que é a recuperação do Cadastro Único.

Sobre o Cadastro Único, poucos países do mundo têm um instrumento como esse, que faz com que as políticas públicas tenham muito mais capacidade de chegar aonde elas chegam, aonde elas devem chegar, e ter uma eficácia e uma eficiência muito maiores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Quero agradecer à Dra. Elisabetta.

Chamo o Sr. Renato Carvalheira, Vice-Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O SR. RENATO CARVALHEIRA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos!

Não vai dar para, obviamente, falar de todos na apresentação, mas fica registrado aqui que a Rede Penssan se sente honrada e agradecida pelo convite por um importante programa, que é o Programa Bolsa Família, historicamente um sucesso.

O próximo, por favor.

Isso é um inquérito – o próximo, por favor – dos antecedentes aqui da rede. Eu não vou comentar, mas saiu, inclusive dentro do Consea, um grupo de pesquisadores e professores que trabalham com esse tema.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deixem-me ver se eu acerto aqui... Isso.

Isso foi então o nosso relatório, a nossa pesquisa. Fizemos dois, e esse é o segundo. É um projeto e um relatório que saíram do apagão, diga-se de passagem, do apagão de dados, que tinha sobre isso, em um país onde vergonhosamente a gente parece que sabe mais de gado do que de pessoas. Então, num momento em que não havia dados, em plena pandemia, a Rede Penssan, muito corajosamente, com um grupo de professores, fez o que foi possível. E fizemos com um conjunto de parceiros.

Eu não estou muito acertando isso daqui...

Muito bem, com um conjunto de parceiros.

Acho que vou preferir ir falando.

O próximo, por favor.

E a gente fez, então, também uns dados sobre os estados.

O próximo, por favor.

Aí a equipe – o próximo, por favor – e os parceiros que a gente fez.

O próximo, por favor.

Não vou comentar também, mas obviamente houve o método, o público entrevistado...

Primeiro a gente teve 2 mil entrevistas, numa metodologia que é a mesma do IBGE, a mesma. Inclusive, o grupo de pesquisa foi responsável, dentro da Rede Penssan, de colocar a escala brasileira dentro do IBGE. Portanto, saiu da gente. Não é verdade dizer que nós não somos Governo e "portanto, os dados não são válidos". Muito pelo contrário: é uma metodologia bastante robusta.

O próximo, por favor.

Aí são as perguntas que a gente faz.

O próximo, por favor.

É um conjunto de perguntas em que a família, o morador, o chefe de família vai responder se ele está em segurança alimentar – eis a medida das perguntas que ele vai respondendo – ou se ele está em insegurança. E existem graus: insegurança leve, moderada e grave.

A grave, portanto, é quantitativamente: falta comida naquela família!

Próximo, por favor.

Aí a amostragem pelas regiões. Inclusive, temos os dados dos estados.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Próximo, por favor.

A síntese.

Próximo, por favor.

Brasil Rural e Urbano.

Obviamente, em termos percentuais, o rural é muito pior do que a população urbana – próximo, por favor –, embora, obviamente, a população urbana seja absolutamente maior, em termos absolutos.

Números vergonhosos que a gente encontra neste País: são 33 milhões de pessoas que estão em insegurança alimentar grave e 125 milhões que estão com alguma insegurança – leve, moderada ou grave. Portanto, é mais do que a metade da população deste país.

Próximo, por favor.

Não vou comentar, também, exatamente as questões do Norte e Nordeste, enfim, tem piores dados.

Próximo, por favor.

A renda familiar. Aí já interessa um pouco mais. Vejam que a questão de renda tem um impacto muito grande na questão da fome. Quanto mais, obviamente, a família consegue ter recurso, ter dinheiro, efetivamente, a fome tende a diminuir, tende a desaparecer.

Próximo, por favor.

A situação do trabalho.

Obviamente, quem está desempregado... Quem tem trabalho, obviamente, é diferente. Neste país também há algo absolutamente paradoxal, o produtor rural ter uma questão de passar muita fome...

Próximo, por favor.

A questão de homem e mulher, a questão de gênero, é muito impactante. Quando a família é chefiada por mulher, sofre mais fome.

Próximo, por favor.

Não vou adentrar na relação de gênero, com relação a emprego e endividamento. Obviamente, quando temos homem e mulher, sempre as mulheres têm uma pior situação.

Próximo, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A mesma coisa com relação à raça, quer dizer, cor da pele. Preto e pardo sofrem muito mais fome do que quando é um chefe de família de cor branca.

Próximo, por favor.

Com relação à Bolsa Família, quando a gente fez, estava passando pela questão do Auxílio Brasil, Bolsa Família, depois veio o Auxílio Brasil, enfim...

Nessa virada, a gente percebe que, quando as famílias, obviamente, estão sendo atendidas, tende a diminuir a questão da fome, mas alguns programas de transferência de renda condicionada, como esses, não são por si suficientes. Não é suficiente, para você acabar com a fome neste país, um só programa. É um conjunto de programas.

Próximo, por favor.

A questão da água também. Quem tem sede, tem fome.

Próximo, por favor.

Inclusive estão fazendo uma pesquisa sobre segurança hídrica neste país, que ainda não existe.

A questão da escolaridade. Obviamente, quem tem menor escolaridade também sofre fome.

Próximo, por favor.

Renda, enfim...

Próximo, por favor.

A questão do Pnae.

As crianças... É um sofrimento terrível dizer isso, mas quem tem criança em seu lar sofre mais fome. Não deveria ser. Deveria ser o contrário. Mas, enfim, neste país, se é mulher o chefe de família, se é negro, se é de baixa escolaridade, se tem pouca renda, etc., alguns outros fatores, isso é sinal de que a fome bate à porta daquela família.

Próximo, por favor.

As pessoas passam, inclusive, pulam as refeições, e a que mais pulam é o jantar – próximo, por favor. As pessoas vão dormir com fome.

A gente viu também a questão da qualidade. A gente tem diminuído a questão do feijão, do arroz, das carnes... A gente sabe que tem a fila de ossos, troca por ovo etc., uma série de problemas com relação a isso, que também têm a ver com a questão da obesidade.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Próximo, por favor.

A evolução dessa questão.

E, obviamente, a gente coloca isso com os dados do IBGE, da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), da POF, que foi a última, em que foi aplicada a Ebia, a escala, e vejam que o azulzinho, que é a segurança alimentar, vinha subindo e, de repente, vem caindo, que é o que a gente está vendo atualmente.

O próximo, por favor.

Próximo.

Aí a relação dos estados.

Próximo, por favor, porque eu já passei do meu tempo.

Somente algumas questões.

A importância de se aprovar esse programa, a importância que tem. Obviamente, como eu disse, não basta só esse programa, as questões de desigualdades se retroalimentam, como causa e efeito dos sistemas alimentares não saudáveis. Embora a gente tivesse o auxílio emergencial, a fome persistiu, e persistiu por causa disso também, por causas, também, por exemplo, como a alimentação, que tem subido muito o seu preço, a questão da inflação, enfim, a questão das políticas públicas – como já colocou a Elizabeth aqui – com relação à destruição e desarticulação dos programas que existiam.

Vale lembrar que o MDA simplesmente foi extinto em 2016, quer dizer, o apoio à agricultura familiar.

A necessidade de monitoramento que a gente percebe da saúde das famílias, principalmente das crianças.

Deve-se associar esse programa com a alimentação saudável. Não basta o dinheiro em si, é preciso ter uma alimentação que garanta, que tenha programas específicos para isso.

Por fim, eu coloco – próximo, por favor – à disposição, a pesquisa está aí, a Rede está à disposição para um debate tão importante quanto esse de um programa tão importante, histórico, que tem e teve muito efeito com relação à fome neste país.

Muito obrigado e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Obrigado, mais uma vez, ao representante, Vice-Coordenador da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, o Sr. Renato Carvalheira.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, agora, com a palavra, o Sr. Leandro Teodoro Ferreira, que é Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica.

O SR. LEANDRO TEODORO FERREIRA (Para expor.) – Tenho uma apresentação também.

Já está no modo apresentação? (*Pausa.*)

Pronto.

Boa tarde. Obrigado pela participação de todos, todas e todes aqui na audiência, é um prazer estar aqui.

É uma honra poder participar desse debate, especialmente para a Rede Brasileira de Renda Básica, que, na figura do Suplicy, que é o nosso Presidente de honra inclusive, tem uma luta já de uma longa jornada em prol do aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família na direção de uma renda básica de cidadania.

Então, eu quero trazer aqui algumas contribuições que a Rede Brasileira de Renda Básica tem feito ao debate da MP 1.164. Ela se concentra no texto da MP, na medida em que fomos indutores de algumas das emendas que foram apresentadas. Das 256 emendas que foram apresentadas, temos um conjunto de 14 que se repetem algumas vezes, como contribuição do que nós fomos capazes de articular com alguns Deputados.

A avaliação da nossa rede é a de que o Governo Jair Bolsonaro foi desastroso para as políticas públicas, para a administração pública e a democracia em geral. Nós não diferimos disso, mas nós temos também uma avaliação de que foi durante o Governo Bolsonaro que os recursos destinados ao Programa Bolsa Família se elevaram em grande medida. O entendimento que nós temos é que isso se deu em função justamente de uma pressão da sociedade civil e dos próprios usuários dos programas de transferência de renda, no caso o auxílio emergencial, para que os valores dos R\$600, os famosos R\$600, não baixassem em relação ao que vinha sendo pago na pandemia. Então, o orçamento sai de aproximadamente R\$34 bilhões, antes da pandemia, para um valor hoje superior, com a PEC da transição, a R\$177 bilhões. Mas a gente considera isso uma conquista que a sociedade teve justamente sobre o Governo Bolsonaro e entendemos que o próprio auxílio emergencial, muito se fala do papel da Câmara, mas foi também resultado da campanha Renda Básica que Queremos, que buscou fazer aí uma proposta de garantia de renda no período da pandemia.

O Governo Lula deve usar essa oportunidade para desenhar um aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família, de forma a torná-lo o mais próximo possível de uma renda básica de cidadania, e aqui estão algumas razões do porquê.

Em primeiro lugar, porque esse caminho vai significar a preparação do sistema de produção social brasileiro para o futuro e vai cumprir algumas determinações legais. Além da Lei 10.835, aprovada aqui





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

no Congresso e sancionada pelo Presidente Lula em 2004, temos também alguns desdobramentos do período da pandemia, como, por exemplo, a decisão do Supremo Tribunal Federal no Mandado de Injunção 7.300, que determinou a regulamentação dessa lei, que é de autoria justamente do Suplicy.

Essa lei determina, portanto, que uma primeira etapa do Programa Bolsa Família, levando em conta os patamares então definidos de pobreza e extrema pobreza, deve significar uma regulamentação da renda básica de cidadania.

Então, são necessárias modificações no texto da MP que institui o PBF, para que sua conversão incorpore na prática as diretrizes de uma renda básica, de forma a fortalecer a dignidade e a liberdade real para todos.

Então, o Bolsa Família pode ser concebido como um primeiro passo na direção da renda básica universal e incondicional, conforme defendemos, embora com diferentes níveis de repercussão do que são as condicionalidades, uma vez que o esquema de renda mínima massivo como o que nós temos no Brasil pode ser um primeiro passo para a renda básica. E isso é um debate mundial. Esses autores que o Suplicy cita, como, por exemplo, o Philippe Van Parijs, citam isso.

Muitas vezes a gente vê experiências de renda básica. "Ah, na Finlândia está tendo uma experiência de renda básica, 2 mil pessoas". "Ah, Stockton, na Califórnia, está tendo uma experiência de renda básica, 135 pessoas...".

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO TEODORO FERREIRA – Você chega ao Brasil, a gente tem 55 milhões de pessoas no Bolsa Família, que servem muito melhor com uma *proxy* para o que pode ser uma renda básica universal do que essas próprias experiências.

Isso será possível na medida em que o programa garantir uma ética interna mais próxima dos valores da renda básica, que acreditamos que seja o motivo que embasa aí as propostas das emendas.

Quais são essas emendas? São 14. Aqui eu coloquei em primeiro lugar as que são efetivamente urgentes e que, em alguns casos, estão dialogadas, como disse o próprio Suplicy também, com o próprio Governo. Por exemplo, a criação de um GT da renda básica para discutir a transição do Programa Bolsa Família para Renda Básica Universal.

Essa ideia do GT é justamente para inclusive evitar a judicialização de não cumprimento da decisão do STF, que tem até, no §1º do art. 1º da medida provisória, uma previsão de que a lei do Bolsa Família será uma etapa de cumprimento da Lei 10.835 e do que está disposto no art. 6º da Constituição, recentemente incorporado por uma emenda constitucional.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Agora, esse é um ponto que foi introduzido na lei do Auxílio Brasil pelo Governo Bolsonaro, não pelo Governo Lula. Esse §1º do art. 1º está lá como uma tentativa do Governo Bolsonaro de justificar o cumprimento da decisão do STF. O Governo Lula repetiu o procedimento. Agora vai caber implementar na prática, para que isso não seja letra morta, como foi no Governo Bolsonaro, por uma série de outras razões que levaram às ineficiências que já foram tratadas aqui em torno do Auxílio Brasil.

Segundo lugar, canais de informação e escuta de beneficiários.

Acho que já passou da hora de a gente sair do recibinho, que sai na hora em que o cara saca o dinheiro no caixa eletrônico, para uma administração mais moderna. A Colômbia, por exemplo, acompanha rede social para saber o que está dando de problema na hora de pagar os benefícios, antes de o problema estourar e virar uma coisa impressionante – como a gente viu nas filas da Caixa Econômica – e o Governo poder antecipar as ações e corrigir os problemas.

Um ponto importantíssimo, que é a exclusão do BPC do cálculo da renda familiar.

Eu acho que ninguém aqui discorda de que uma família com uma pessoa com deficiência ou uma família com uma pessoa idosa tem necessidades adicionais em relação àquilo que pesa sobre sua renda. Então, eu não vejo razão para a gente considerar que um benefício socioassistencial deva ser incluído no cálculo de renda de um benefício de superação da miséria.

A obrigatoriedade de atualização dos valores e impedimento de formação de filas.

Viu, Elisabetta? Aqui nós temos um ponto crítico. Se você perguntar para qualquer pesquisador neste país o que precisava melhorar no Bolsa Família, ainda durante o Governo Lula e Dilma, seria isto: obrigatoriedade de atualizar os valores periodicamente e o impedimento de formação de filas.

A medida provisória não corrige isso. A medida provisória impede a atualização de valores a cada 24 meses. Precisa tornar obrigatória a atualização de valores a cada 24 meses e, evidentemente – ou 12 meses, não é? –, o impedimento da formação de filas. Uma das nossas emendas diz que ninguém deve ficar sem o benefício dentro de 40 dias, se for identificado como elegível para ele, dentro dos critérios estabelecidos na futura lei.

Equidade de crianças e adolescentes dependentes do Imposto de Renda de pessoa física, combinada com a Emenda nº 6 – fazer com que o valor de 150 seja pago não só para o zero a seis, mas também dos 7 aos 18 anos, uma vez que, dos 7 aos 18 anos, é uma idade crítica. Ela é crítica porque, como a gente viu na apresentação aqui do Renato, usuários com até dez anos de idade têm maior insegurança alimentar; ela é crítica porque, a partir dos dez anos de idade ou até antes, os seus membros em idade inferior a 14 anos iniciam o processo de entrada no mercado de trabalho – e a gente sabe que o trabalho infantil voltou nessa saída do Brasil dos patamares que a gente tinha de renda.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, é importante a gente fazer com que essa renda chegue também para adolescentes, para que as crianças não entrem no mercado de trabalho. Muita gente fala assim: "Ah, o Bolsa Família tem um efeito preguiça. As pessoas vão deixar de trabalhar para poder receber Bolsa Família". As únicas pessoas que deixaram de trabalhar para receber Bolsa Família, durante os Governos Lula e Dilma, foram crianças e adolescentes. E esses a gente quer que parem mesmo de trabalhar! Então, é importante garantir renda suficiente, para que o custo de oportunidade de se transferir para o mercado de trabalho não seja tão grande.

Então, a possibilidade de pagar os benefícios por bancos comunitários em moedas sociais, algo que o Deputado Francisco deve conhecer bem, porque tem lá no Estado do Piauí alguns bancos comunitários. Esse foi feito em conjunto com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que é o modo como Maricá hoje, que é a principal experiência de renda básica no mundo, realiza os seus pagamentos, e acho que o Governo Federal precisa permitir que os municípios façam isso também.

A suspensão de bloqueios e cancelamentos por não cumprimento de condicionalidades.

Aqui a Eutália não vai gostar muito dessa parte, mas é especialmente em caso de indisponibilidade de serviços.

Como é que pode alguém chegar num posto de saúde para tomar vacina, não ter a vacina, e ter o benefício do Bolsa Família cancelado por conta disso? É um absurdo! Ou como é que pode uma família, na cidade de São Paulo, ser despejada da ocupação onde mora, perto da escola para aonde vão os filhos, tem que ir para o outro lado da cidade, começa a ter falta na frequência escolar e se bloqueia o Bolsa Família? Isso está agravando a vulnerabilidade...

(Soa a campainha.)

... você não está facilitando a progressão daquela família.

O fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social.

Essa eu tenho certeza que a Aldaíza vai explorar com todo o seu conhecimento, mas diz respeito à necessidade de maior financiamento para a rede.

O detalhamento de unipessoais e o respeito à autodeclaração.

Nós bloqueamos, este Governo bloqueou, automaticamente, o benefício das famílias unipessoais, que são as pessoas sozinhas, e o que não foi levado em conta é que essa autodeclaração, na lei anterior, é que determinava o direito da pessoa, ilegibilidade. O Governo é que tem que fazer o batimento das informações, para ver se aquela pessoa se encontra inadequadamente no programa.

Adequação do benefício de renda de cidadania.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Esses R\$142 estão na medida provisória. Eu estou para ver alguém que explique melhor o que significa. Acho que tem algo aqui que nós não podemos deixar que incorra...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO TEODORO FERREIRA – ... e se transforme numa rede federal de fiscalização que pode significar um *lawfare* contra pobre. Nós não podemos deixar que a vigilância socioassistencial, desenvolvida a duras penas neste país pelo SUS, se transforme numa rede de fiscalização que vai ter Ministério Público Federal pedindo bloqueio de benefício, que vai ter TCU decidindo sobre averiguação cadastral dos beneficiários e assim por diante, órgãos que não têm competência como tinham, por exemplo, no primeiro Bolsa Família.

Estabelecimento de um parâmetro de linha de pobreza sobre o qual os valores devem se basear.

Os R\$218 – estou acabando, Deputado – que estão lá como linha de pobreza precisam ainda de uma melhor explicação e uma explicação que diga respeito mais sobre em que se está inspirando e, por sugestão, inclusive, do Suplicy, a ideia de um plebiscito, como ocorreu no Alasca, sobre a implementação de uma renda básica universal.

Quais são os desafios imediatos do MP? A recuperação da lógica aditiva do Bolsa Família, que é estar aberto às pessoas que dele precisarem para sempre serem incluídas; a recuperação da lógica entregadora de direitos, porque saúde e educação devem ser assim compreendidos; a recuperação da lógica de agenda do Bolsa Família que se perdeu no Auxílio Brasil.

Por fim, os desafios pós-medida provisória que precisam estar preparados para, dentro da MP agora, serem acolhidos num futuro muito breve, muito próximo.

Em primeiro lugar, a devolução do IVA, Imposto de Valor Agregado, que está na PEC 45. É preciso lei complementar, e esse recurso não pode ser baseado na devolução pelo CPF. Senão, o cara que é mais pobre, lá no interior do Nordeste, não vai ter nota fiscal para lançar o CPF, não vai ter devolução. Nós temos que garantir que esse dinheiro seja apropriado pela rede de proteção e pago de forma linear no Bolsa Família. Isso já foi o que aconteceu no governo do Eduardo Leite, lá no Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP. *Fora do microfone.*) – Concluindo.

O SR. LEANDRO TEODORO FERREIRA – Qual a regra fiscal? Precisa acolher possibilidade de adequação do Orçamento. Para acabar com as filas, o mínimo existencial que está na Lei de Defesa do Consumidor... Inclusive, em diálogo que precisamos fazer com as associações de crédito para que não comprometam a renda das pessoas, isso sim, pode ser uma boa linha de pobreza.

E a uniformização do trato de cidadania.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E assim concluo, Deputado Dorinaldo, dando o exemplo pessoal do meu filho de seis anos, que é lançado como meu dependente no Imposto de Renda. Ele tem um benefício de uma dedução de R\$190 por mês da renda que deve ser tributada de mim, o que significa que, mesmo multiplicado pela alíquota efetiva do Imposto de Renda, o meu benefício, pelo meu filho de seis anos, é maior do que uma mãe, no Bolsa Família, vai ter pelo seu filho, vivendo com menos de R\$218 por mês.

Então, a uniformização do trato de cidadania é indispensável para a melhoria do Programa Bolsa Família daqui para frente.

Muito obrigado.

E agradeço pela elasticidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Tudo bem. Muito obrigado.

É importante agradecer aos dois palestrantes iniciais e todo esse relato feito aqui. Consultei aqui o nosso Deputado Dr. Francisco, que é o Relator da MP, e muito do que foi apresentado aqui já está agregado nas emendas. Logicamente, nós vamos recepcionar a apresentação dos senhores como parte dessa reflexão, desse amadurecimento.

Quero também agradecer a presença da Deputada Geovania de Sá, que está aqui conosco – ela acabou de sair; então, fica o registro da sua presença –, e chamar agora para fazer uso da palavra Edison João Costa, Presidente da Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País.

Então, são cinco minutos. Por favor, dentro do tempo, vou pedir a gentileza, porque nós estamos nesse processo de outras Comissões também.

O SR. EDISON JOÃO COSTA (Para expor.) – Sim, vou tentar acelerar o máximo possível.

Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, eu agradeço pelo convite. Eu acho muito importante a participação, e a gente fica lisonjeado de poder colaborar com algumas informações e tudo mais.

Diferentemente dos outros expositores, a gente não vai falar aqui sobre a renda mínima, o Bolsa Família ou qualquer outro desses programas de benefícios. O objetivo da nossa vinda aqui está focado na questão do BPC/Loas, que é o benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Assistência Social, que foi – de uma maneira, talvez, digo, equivocada – incluído com a medida provisória aqui neste assunto, e a gente entende que precisa ser alterado.

Então, vamos lá.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Antes de mais nada, rapidamente, eu não posso deixar de falar sobre a Aneps. Nós somos uma entidade que existe há 21 anos em defesa dos profissionais de créditos e correspondentes no país. A gente é uma atividade complementar não exclusiva de instituições financeiras – ou seja, a gente exerce os serviços que não são feitos por elas. A gente é prestador de serviços e, ao contrário do que, muitas vezes, as pessoas falam ou colocam aí na mídia, a gente não é intermediário nem atravessador nem nada. A gente é o segundo canal de distribuição de produtos financeiros mais econômico do sistema financeiro. O primeiro deles é a distribuição digital ou eletrônica; o segundo é o correspondente; e o terceiro é a agência bancária.

Nós respondemos, hoje, por mais de 50% de todos os pagamentos de benefícios e recebimento de contas de pequeno porte no Brasil inteiro, em qualquer canto, a mesma coisa na distribuição de produtos financeiros. Todo esse público que não entra numa agência sofisticada e tudo mais é atendido pela gente. A gente está, hoje, no lugar onde os bancos já estiveram e não estão mais e onde eles nunca estiveram também. Então, isso equivale a tudo que é ponto remoto, seja ele num centro urbano, seja ele lá no Amazonas, numa comunidade ribeirinha.

Somos 400 mil CNPJs, segundo o Unicad do Banco Central – muita empresa pequena, média e micro que trabalha lá e algumas unifamiliares – e respondemos por 1,7 milhão de postos de trabalho.

Então, para passar rapidamente aqui, essa é a Aneps.

Bom, sobre o que a gente vai falar hoje? A gente vai falar sobre o BPC/Loas, que está amparado pela Lei Orgânica, do qual participam 5,257 milhões de beneficiários – a base é de fevereiro de 2023 e me foi fornecida pela Dataprev.

O que acontece com relação ao dispositivo que foi incluído na medida provisória, para o qual foram apresentadas algumas emendas? A gente quer focar aqui que o controle equivocado estreita o melhor caminho e piora a situação.

O fato de você tirar o beneficiário do BPC/Loas do consignado, como foi o caso colocado, não extingue a necessidade dele. Ele continua precisando de algum dinheiro, continua precisando de crédito. E, nesse sentido, na ausência desse caminho, que hoje é o melhor, do empréstimo consignado, porque estabelece alguma proteção em relação a custo e tudo mais, ele vai procurar os caminhos mais caros, os mais difíceis e vai acabar sendo sacrificado para isso.

Então, uma coisa em que a gente bate sempre é para evitar confundir as palavras proteção e tutela, porque proteger é você manter e oferecer...

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON JOÃO COSTA – ... as melhores condições para o consumidor, e tutelar é diferente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bom, no caso, o caminho que acabou sendo adotado com a suspensão do empréstimo consignado é empurrar o beneficiário do BPC/Loas para taxas dez vezes maiores, de 20% a 25%, porque você não proibiu de tomar empréstimo, você só fechou o melhor caminho.

Estou acabando aqui já.

Bom, para a gente concluir esta apresentação, a gente tem que estabelecer um termo de comparação. Hoje, nós temos 13,7 milhões de aposentados que recebem apenas um salário mínimo. Desses 13,7 milhões de aposentados, 50% deles, quase 50%, 6,124 milhões têm empréstimo consignado em folha de pagamento, ou seja, no benefício. Então, eles têm assegurado esse direito e são cidadãos como qualquer outro. Já no caso do BPC/Loas, que tem a mesma renda, uma renda assegurada por lei de um salário mínimo para todos aqueles que tenham mais de 65 anos de idade ou que tenham alguma deficiência, nós temos 5,2 milhões de beneficiários. Até fevereiro, 1,6 milhão tomavam empréstimo consignado e agora não podem tomar mais. Nós suprimimos uma situação de crédito que era extremamente favorável para esse cara e, com isso, vamos empurrá-lo para o endividamento desnecessário e muitas vezes impagável.

Esses são os pontos principais que a gente queria colocar. E o que a gente tem a favor da emenda são esses pontos que estão aí. São cidadãos, na sua maioria, do mesmo perfil social dos aposentados regulares com até uma renda, da mesma faixa de renda. As faixas etárias são muito similares, porque, a partir de 65 anos, eles têm as mesmas demandas dos pensionistas regulares do INSS. A opção de crédito que foi fechada é a melhor e mais segura – não que a gente queira dar crédito para ninguém, mas, se você fecha o caminho bom, ele vai para o caminho ruim –, porque com isso a gente mitiga, reduz o endividamento dele nos meios mais onerosos. Esses são os pontos que a gente tem para argumentar em função disso.

Acho que estourei só um pouquinho tempo.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – O senhor foi o mais disciplinado entre os nossos convidados.

O SR. EDISON JOÃO COSTA – Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito grato pela sua apresentação.

Mais uma vez quero aqui registrar a presença também do Deputado do PDT, meu colega de bancada, Márcio Honaiser, do Maranhão, que está presente – muito grato –, que também coordena a frente em defesa do serviço social, do Suas. Então, quero lhe agradecer pela presença.

Quero chamar agora... Teve uma pequena alteração aqui na ordem, mas chamamos a Sra. Aldaíza Sposati, representante do Conselho Federal de Serviço Social.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Realmente, houve uma mudança aqui e eu não estava pronta.

Então, eu quero agradecer e cumprimentar esta possibilidade de uma audiência pública sobre essa medida provisória, sobretudo porque a construção dela não foi discutida anteriormente. Então, eu penso e pediria aos senhores que até mais audiências sejam feitas, porque, se nós notarmos, nós não temos representação, nesta discussão, dos próprios beneficiários e penso que a nossa construção democrática exige, efetivamente, ouvir os cidadãos, os próprios usuários.

Então, o que eu colocaria aqui – eu estou representando o Cfess, que é o Conselho Federal de Serviço Social, e, dentro dele, o projeto ético-político de seguridade social – é que o nosso entendimento, assistentes sociais que somos, é que a assistência social é parte da seguridade social brasileira e, efetivamente, nós estamos discutindo não um programa de governo isolado, mas nós estamos discutindo uma política de proteção social – e acho que isso precisa ficar muito claro. Por quê? Depois que a Constituição, inclusive, no seu §1º, instituiu que há o direito à renda, nós não podemos dizer que isso é um programa de Governo. Nós estamos discutindo um direito de cidadania e, como tal, eu diria que, na verdade, o texto, a narrativa da medida provisória está mais próxima de um Estado fiscal do que, efetivamente, de um Estado social.

Então, tem várias questões relativas à população que não estão colocadas devidamente. Por exemplo, nós assistentes sociais temos sido convocados, nos municípios, para ir à casa das pessoas para verificar se o que elas dizem é, de fato, o que ocorre. Isso é não só uma distorção profissional – profissionais que se negarem têm levado punição – como é uma distorção na medida em que a declaração de renda – isto está em lei – é livre e tem que ser livre, como é para nós o Imposto de Renda, é livre.

Então, existem distorções como se, na verdade, as pessoas que são beneficiárias não chegassem a ser cidadãos ou cidadãs. A maioria dos beneficiários – dos 55 milhões – são mulheres, mães, pardas, negras, isso mais de 67%. Portanto, as punições que são feitas atingem mais diretamente a mulher e as crianças.

Então, o que nos parece... Inclusive, quando o Renato aqui nos falou sobre todas as pesquisas da rede Pensan, temos analisado muito, sou também pesquisadora e professora titular da PUC São Paulo sênior. E o que acontece? Veja, nós temos 55 milhões de beneficiários, e os 30 milhões que estão, vamos dizer assim, em situação infranutricional, certamente, estão aí, não estarão fora, até pelo recorte que tem. Todavia, nós não temos isso analisado. Nós nunca analisamos a nutrição dessas pessoas. Então, elas levam punição pela condicionalidade, elas levam punição por serem...

(Soa a campainha.)

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI – Não, agora, espera aí. Eu não vou levar punição. (Risos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, elas levam punição, mas, na verdade, há um conjunto, efetivamente, de condições que tem que ser assegurado. E o que nós entendemos? Que se, como diz, na verdade, a legislação ou a Constituição, a transferência de renda é um passo para a renda básica, a garantia de direitos tem que estar posta desde já na transferência de renda. Se nós fizermos uma leitura, na verdade, da medida provisória, nós vamos notar que não fica absolutamente claro qual é o lugar de manifestação das pessoas. Não tem sistema de presença e participação. Não tem lugar de escuta e de diálogo. Não existe isso. Há uma gestão de números, fundamentalmente. Então, há uma gestão de números e uma gestão que não é encarnada na vida real das pessoas. Eu acho que isso tem que ser superado. Nós temos que entender que nós estamos tratando de direitos de cidadania. Já foi colocado pelo Leandro aqui a questão de condicionalidade, mas o sistema que nós temos de avaliação não considera as condições objetivas de vida das pessoas.

Então, veja, tem um conceito de família que tem que ser superado. Como é que família são aqueles que vivem sob o mesmo teto? Isso não é família. Viver sob o mesmo teto não é uma relação, efetivamente, de, digamos, provedor e dependente, nem uma relação de consanguinidade. Então, eu acho que o próprio conceito que nós temos, o próprio conceito do Suas, o conceito que temos de assistência social não é que família são pessoas sob o mesmo teto. Isso quase chega a nos fazer pensar que, então, população de rua é tudo família, porque eles estão sob o teto do céu – é o mesmo. Então, são outras relações que estão colocadas e que têm que ser, efetivamente, consideradas.

Então, há uma outra questão: mexe, como o senhor dizia, a medida provisória mexe na Loas. E mexe em duas questões, Deputado, que não dá para entender.

Primeira questão: tira a obrigação do georreferenciamento. Mas como tirar georreferenciamento? Essa é uma ferramenta principal de localização, de agregação das pessoas. Por que tirar isso da Loas? Depois, tira, na verdade, da Loas a consideração de pobreza para substituir por uma questão... Tira baixa renda para substituir por vulnerabilidade. Para que isso? Não entende. Por que você, de alguma coisa que é concreta, vai para uma abstrata?

Então, penso que o que nós temos aqui, e acho que as emendas favorecem muito, nós precisamos discutir seriamente, entendendo que nós não estamos mais num programa de governo, nós estamos num direito de cidadania, e, como direito de cidadania, nós temos que incorporar na medida provisória elementos que deem segurança de permanência para as pessoas. Eu acho que nisso... Então, o que nós estamos aqui... O Conselho Federal de Serviço Social, que luta pela justiça, que apoia a renda básica, não aceita exatamente esse tratamento indigno, porque toda legislação fala realmente em garantias e dignidade, e não aceita que os assistentes sociais sejam usados como ferramentas de vigilância no pior sentido da palavra. Mas não, na verdade, como aqui já foi dito, é aquilo que sabemos fazer também, porque nós defendemos direitos, fazemos proteção social e fazemos também, evidentemente, a vigilância socioassistencial. Então isso tem que ser compreendido efetivamente num outro patamar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Sra. Aldaíza.

Antes de passar a palavra à representante do Conselho Nacional de Assistência Social, Sra. Eutália Barbosa, eu queria também repassar a Presidência ao nosso Deputado Dr. Francisco, Relator, e, antes disso, apenas posicionar a nossa opinião nesse debate.

Nós temos consenso em torno da necessidade de reformulação desse projeto, porque, de fato, concordo plenamente com a senhora, estamos aqui com tempo muito reduzido, de 120 dias, para aprovar, e nós estamos recebendo, como todos sabem, uma medida provisória e um programa que vieram num processo de desmonte. Essa é a percepção nossa. O CadÚnico está defasado, há toda uma estrutura flexibilizada, então, por tudo isso, nós precisamos entender que o momento é de reconstrução.

Eu sou também, junto com o próprio Deputado Dr. Francisco, muito otimista no sentido de que a gente poderá avançar também para um projeto de renda mínima mais consistente, mas nós precisamos criar instrumentos a partir de agora. Para nós, a importância da velocidade de aprovação com o máximo de consenso é o fundamental neste momento. Logicamente, nós temos que apontar para um processo de reconstrução também da política de serviço social e de assistência social neste país. Para nós está muito claro isso.

Eu gostaria de agradecer a presença de vocês. Tenho que ir para a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários, onde estamos discutindo também o que foi que representou a ditadura militar para essas populações. Eu faço parte dessa Comissão e, por isso, queria pedir licença e transmitir mais uma vez aqui a Presidência ao Dr. Francisco, nosso Deputado Federal, e agradecer mais uma vez ao Deputado Suplicy, que pediu a reinscrição, e acredito que é consenso...

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Eu gostaria de ter alguns minutos a mais para completar minha exposição, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Perfeito.

Muito obrigado.

Transmito, então, ao Dr. Francisco.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (Para expor.) – Por favor, Deputado, eu esqueci aqui que pediram para a gente responder perguntas, e tem duas questões aqui... A pergunta é: "Quando o pagamento dos benefícios será desbloqueado?". São duas perguntas.

Então, não se pode fazer isto: cassar um benefício; quando a pessoa chegar lá ele não estar, porque houve uma decisão unilateral do Estado – não se pode fazer isso. Então acho que nós temos que fazer uma cura do que está colocado aqui no texto da medida.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Agora gostaria de convidar a representante do Conselho Nacional de Assistência Social, Eutalia Barbosa, para a sua apresentação.

A SRA. EUTALIA BARBOSA (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas que compõem aqui esta importante audiência pública!

Quero cumprimentar todos os meus parceiros e parceiras de fala nesta audiência pública, convidados para esta audiência pública de escuta das entidades.

Quero parabenizar o Senador Contarato, que preside esta Comissão, e também o Relator, Dr. Francisco, pela iniciativa de chamar este debate.

Eu estou no Conselho Nacional de Assistência Social representando o Ministério do Desenvolvimento Social, sou Conselheira, representante governamental. Fui designada pela Presidente do CNAS para fazer esta fala e gostaria, inicialmente, de fazer as seguintes considerações.

Primeiro, gostaria de dizer que o Conselho Nacional de Assistência Social é um órgão de controle social, instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social, um órgão de controle social no campo da política da assistência social. Então, ele se coloca como guardião da Loas, como o órgão que deve cuidar dos interesses dessa política. E, obviamente, o Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda, situa-se como um direito de assistência social, um direito socioassistencial do direito à renda. Então, requer-se a esse conselho também o acompanhamento da implementação desse programa de transferência de renda.

O Conselho Nacional de Assistência Social tem várias comissões que analisam as matérias que chegam para sua discussão. E, dentro do Conselho Nacional, nós temos a Comissão de Benefícios, e é exatamente nesse lugar que o conteúdo referente à medida provisória e o conteúdo referente à implantação do Bolsa Família estão localizados. Essa comissão não conseguiu ainda concluir o seu parecer final, aprovado em Plenário, referente à medida provisória, mas ela já se debruçou sobre alguns assuntos importantes e também tem um plano de ação previsto para esse processo. Dentro desse plano de ação, uma das duas questões importantes que se referem ao processo de implementação do Bolsa Família trata da ação em que o conselho se propõe a debater e fazer proposições sobre critérios de concessão, monitoramento e manutenção do Programa Bolsa Família. E, para isso, o Conselho Nacional já se adianta, solicitando à Secretaria Nacional de Assistência Social um balanço mensal do Programa Bolsa Família, incluindo as suas conquistas e os seus desafios.

Uma outra ação importante que essa comissão apresenta ao Plenário do Conselho Nacional é que ela se propõe a acompanhar a decisão do STF referente à determinação constitucional de instituir uma





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

renda básica no país. Então, a tarefa dessa comissão dentro do Conselho Nacional é observar se a implantação de um programa de transferência...

(Soa a campainha.)

A SRA. EUTALIA BARBOSA – ... de renda se traduz numa caminhada escalonada para uma perspectiva de transferência de renda. Então, essas duas ações estão colocadas para o Conselho Nacional.

E uma outra decisão importante também, sobre a qual o Conselho Nacional já se pronunciou, já desde o antigo programa de transferência de renda, e ele repete esse posicionamento agora para a MP do Bolsa Família, que é a sua posição contrária... Aliás, ele se posiciona contrária à permissão do empréstimo consignado vinculado aos benefícios de transferência de rendas ligadas à assistência social, especificamente o BPC e o Programa Bolsa Família.

A sua manifestação se pauta no entendimento de que nós estamos tratando de uma população que acessa a transferência de renda na perspectiva da proteção social. Não na perspectiva do acesso à renda numa relação monetarizada, mas numa relação de proteção social e de enfrentamento à pobreza. Então, você permitir que essa população comprometa 40% da sua renda de proteção social, vinculado ao sistema financeiro, ao sistema bancário, isso traz mais vulnerabilidade, mais desproteção do que proteção.

Um outro posicionamento do Conselho com relação a isso é inclusive dizer que, se, porventura, esses beneficiários perdem esse benefício – porque ele não é um benefício vitalício –, quem assumiria essa dívida com a qual esses beneficiários se comprometem junto ao sistema financeiro e ao sistema bancário? Então, parece-me que... Parece-me não: o Conselho Nacional considera que essa concessão é muito mais um prejuízo para a vida dos mais pobres e beneficia o sistema financeiro e o sistema bancário do que necessariamente promove proteção social para a vida dos mais pobres.

Então, o Conselho Nacional mantém o seu posicionamento tanto em relação ao que foi permitido no antigo Programa Auxílio Brasil e mantém o seu posicionamento também agora na MP do Bolsa Família.

Bom, em nome do Conselho Nacional, eu quero dizer que, agora em maio, a comissão de benefício vai se reunir e a pauta específica vai se debruçar sobre os pontos da medida provisória, inclusive considerando alguns itens relativos às emendas apresentadas a essa MP, para emitir um posicionamento. Eu já havia falado com o Relator da possibilidade de o Conselho Nacional ainda ter tempo de encaminhar o seu posicionamento com relação a alguns pontos da MP.

E aí, já fazendo coro aqui com algumas falas, o Conselho Nacional pretende se debruçar sobre a questão do BPC incluído na composição da renda familiar.

O Conselho Nacional também se dispõe a discutir sobre a questão do entendimento do que é família unipessoal. O Conselho Nacional entende que família unipessoal existe, mas entende o posicionamento do ministério nesse momento de apresentar uma proposta de revisão cadastral. Inclusive, o Programa de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Revisão Cadastral, o Procad, foi apresentado no Conselho Nacional, mas ele não pode deixar de entender que família unipessoal existe.

Às vezes, tem pessoa que mora com uma planta, com um gatinho, com um animal, e ela é uma família e se declara como família. Então, o Conselho Nacional não se exime de discutir, de reconhecer que existe, sim, família unipessoal.

Então, são dois assuntos importantes a serem discutidos na Comissão, e a manutenção da posição do Conselho Nacional contrária à permissão da... O Conselho Nacional considera que é uma forma de endividamento da população mais pobre para beneficiar um setor da economia que nem sempre olha para os mais pobres, que é o sistema financeiro e o sistema bancário.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui a participação da Eutália.

Agora, para encerrar aqui esta primeira participação, convido o Coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam, Jefferson Nascimento.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO (Para expor.) – Olá, boa tarde a todos e a todas.

Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar os integrantes da mesa, a oportunidade de estar neste importante diálogo, o Presidente, Senador Fabiano Contarato, o Relator, Deputado Dr. Francisco, que preside, neste momento, a reunião, e também cumprimentar todas e todos os companheiros que estão aqui, colegas e lutadores que estão na sociedade civil, atuando por um Brasil melhor.

Bom, meu nome é Jefferson Nascimento. Eu represento a Oxfam Brasil, uma organização da sociedade civil brasileira que atua na erradicação da pobreza e da miséria, da fome e no combate às desigualdades.

Eu vou fazer uma apresentação, tentando ficar dentro do tempo. Muitos dos pontos que eu traria já foram muito bem apontados pelos meus companheiros. Estávamos ao lado da Rede Pensan no relatório a respeito dos dados a respeito da fome, junto com a Rede Brasileira de Renda Básica, também no debate, durante toda a pandemia, a respeito da importância desse programa social e de outros componentes que estão aqui.

Então, vou destacar alguns pontos nesta minha apresentação, pedindo já desculpas caso algum elemento ainda continue redundante.

Muito rapidamente falando, o nosso mandato, a nossa atuação dentro da organização se refere especificamente ao combate às desigualdades. Então, trazendo alguns elementos, os resultados dos programas de transferência de renda, alguns deles já foram muito bem trazidos anteriormente, mas apenas destacando elementos relevantes, a questão do impacto do Bolsa Família na redução de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

desigualdades, frente a outros programas de transferência de renda, isso na versão que perdurou aí durante quase 18 anos, o impacto que teve, mesmo tendo recursos orçamentários muito menores do que outros programas sociais... Todas essas informações também estão fundamentadas ali com estudos que apontam esse impacto.

Quero mencionar a questão do impacto do Bolsa Família entre 2004 e 2017 na redução da taxa de pobreza em 1,6 ponto percentual, pensando aí na linha da pobreza administrativa do programa inicialmente, no programa original.

Aqui a importância também, na redução – do programa de 2004/2015 – do Coeficiente de Gini, que é um indicador de concentração de renda, sendo que, no começo da implementação da primeira versão do Bolsa Família, esse impacto foi de quase 17% na redução da concentração de renda, que é um bom indicador da redução de desigualdade.

Falando aqui também na questão da redução da pobreza extrema, de 2012 a 2019, de 2,7 pontos percentuais. E esse impacto não foi continuado e, de certa maneira, foi um pouco prejudicado, pelos impactos da crise econômica, a partir de 2014, e também da pandemia.

Temos aqui um gráfico muito rápido mostrando um pouco o impacto do programa de transferência de renda, do Bolsa Família, desde 2012 até 2019, e a taxa de pobreza antes e depois do programa de transferência de renda. Então, é muito claro que, mesmo tendo essa queda, a partir do momento da crise econômica iniciada em 2014, a gente tem esse impacto significativo benéfico do Programa Bolsa Família.

Aqui temos alguns detalhes também de outros impactos do Programa Bolsa Família, como a diminuição da mortalidade na infância, principalmente a mortalidade associada à pobreza, por diarreia, desnutrição... Um impacto, por exemplo, na redução da mortalidade infantil, mais ainda, mais intensificado...

(Soa a campainha.)

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO – ... em crianças nascidas de mulheres negras; a contribuição, também, para o aumento da escolarização de crianças e adolescentes; o impacto positivo na participação escolar e progressão de estudantes mulheres.

E também há aqui alguns estudos que apontam a ampliação dos círculos sociais de mulheres beneficiadas; o afrouxamento da dependência de relações conjugais violentas e abusivas e também o rompimento dessa percepção da miséria como destino inexorável, imutável.

Então, é um pouco esse patamar, e acho que aqui foi muito bem trazida a importância desse programa, do seu fortalecimento e de algumas questões que também foram muito bem trazidas.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu destacaria, principalmente, alguns pontos que o meu companheiro Leandro destacou de emendas que foram apresentadas, como o dispositivo do art. 7º, §4º, da proposta de medida provisória, que restringe o período de reajuste do benefício em 24 meses. Isso é algo que tem que ser aprimorado, inclusive nesse contexto inflacionário que a gente tem vivido.

E aí, para ficar dentro do tempo, trago um dado para mostrar, pegando também um pouco as perguntas que foram apresentadas nesta audiência participativa e também o que uma outra companheira havia mencionado, esse aspecto relevante da importância desse diálogo e da importância, também, de ouvir as pessoas que são beneficiadas por esse programa, que é uma ausência. Então, tentando não suprir, obviamente, a ausência das pessoas que deveriam estar aqui também discutindo esse tema, quero mostrar qual é a base de apoio para esse programa.

Essa é uma pesquisa que a Oxfam Brasil faz desde 2017, com o Datafolha, de percepção a respeito de desigualdades no Brasil. E, na pesquisa mais recente que a gente realizou, no ano passado, em 2022, o número mais impactante de toda a pesquisa – é uma bateria de mais de 20 perguntas e 20 temas que são tratados nessa pesquisa –, as duas perguntas que tiveram maior apoio, que tiveram maior base de concordância por parte das pessoas que foram pesquisadas – é uma pesquisa de âmbito nacional, realizada presencialmente –, foram essas duas questões. A primeira delas é que 96% da população concordam que é obrigação dos governos garantir recursos para programas de transferência de renda e assistência social, principalmente para quem mais precisa. Então, 96% concordaram. Nenhuma outra questão, de vários temas perguntados, teve um apoio tão grande quanto essa pergunta.

E a segunda pergunta que teve maior apoio foi, justamente, "o programa de transferência de renda deve atender todas as pessoas em situação de pobreza".

Então, muito se fala que o Brasil está numa condição de um país polarizado nesse sentido, mas, com relação a esse tema específico, não existe nenhum tipo de polarização. Mesmo quando a gente faz recortes relacionados à renda. E esses daqui são dados de estratificação desses dados que o Datafolha apresentou nessa pesquisa que a gente publicou no ano passado.

Mesmo quando a gente faz esse recorte de renda, em todas as faixas de renda a gente tem um amplo apoio tanto sobre a obrigação de os governos garantirem recursos orçamentários para programas de transferência de renda, principalmente para quem mais precisa – podem ver, em todas as faixas, desde até um salário mínimo a até mais de cinco salários mínimos, a variação é pequena –, quanto sobre a pergunta relacionada também ao Auxílio Brasil, ao programa de transferência de renda ter que atender a todas as pessoas em situação de pobreza.

Isso também se vincula, um pouco, a um ponto trazido aqui da importância desse projeto e de o aprimoramento desse projeto lidar com o debate a respeito da fila do programa de transferência de renda.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, todo mundo que tem, enfim, que atende aos requisitos, deveria ter direito a receber esses benefícios. Deveria ter uma constrição, uma limitação orçamentária a que as pessoas que estejam dentro dos critérios determinados possam atender, possam receber esse benefício. E aí a gente tem esse número aqui, 95% da população brasileira concordando com essa visão dessa garantia desse benefício como um direito.

Termino aqui minha apresentação e mais uma vez agradeço essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui a participação de todos.

E gostaria, agora, neste momento, de deixar aberto aqui, franqueado para os Parlamentares – aqui, já, o Deputado Capitão Alberto Neto –, para fazerem algum questionamento aos presentes ou proferirem seu posicionamento.

Na sequência, eu gostaria de propor para ler aqui essas perguntas que apareceram e colocar para quem se considerar mais apto a responder essas perguntas que foram aqui disponibilizadas, que possam respondê-las e, aproveitando, fazerem, já, suas considerações finais.

Então, eu gostaria de, primeiro, permitir aqui ao Deputado Capitão Alberto.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente da audiência, mas Relator. Eu tenho certeza de que V. Exa. vai construir o melhor texto e aprimorar o texto que veio do Governo Federal em relação à renda mínima, em relação ao Bolsa Família.

Quero cumprimentar o Deputado Eduardo Suplicy, que foi o grande idealizador do nosso país em relação à renda mínima.

Deputado, eu estava vendo a entrevista, agora, do Elon Musk. Ele foi questionado sobre este momento que o mundo vive, da inteligência artificial. Cada vez mais, nós vamos reduzir o número de trabalhadores, a questão do emprego vai ficar sempre com uma interrogação, e ele disse que uma das soluções para acabar com a fome no mundo – porque ele sempre é questionado pelos bilhões que tem na sua conta, chegando aos trilhões... Ele disse que a renda mínima seria uma solução viável para o mundo inteiro.

Então, nós estamos fazendo aqui o dever de casa.

Eu acho que isso aqui não é uma questão de governo, se é Bolsa Família, se foi Auxílio Brasil, mas ficou muito claro: quando nós aumentamos o Bolsa Família para R\$600, a redução da pobreza foi, assim, notória. Nós temos que alguns números chegam a 23%. Então, quanto maior o valor desse auxílio, menos pobreza nós vamos ter no nosso país.

Lógico que é um sonho que a gente consiga alguns gatilhos para ligar esse Bolsa Família ou Auxílio Brasil – no caso, agora, Bolsa Família –, que se torne uma rampa social, que ele não fique apenas como





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Bolsa Família para sempre, mas que ele tenha gatilhos, condições e estímulos para entrar no mercado de trabalho, para o município se desenvolver, para o nosso país se desenvolver, para levar mais dignidade para o seu lar, porque ele quer ter um salário melhor.

Eu tenho certeza de que a gente precisa discutir mais sobre isso, não é uma tarefa simples, eu acho que não tem uma resposta fácil, mas que precisa de mais estudos, de alguns experimentos – muitas vezes a gente vai testar, não vai dar certo, mas podemos mudar depois e construir.

Eu queria citar o assunto do qual eu fui o Relator no Congresso – trabalhei na legislatura passada – , que é essa questão dos consignados. Então, eu recebo... As minhas redes sociais são inundadas por esse público. Não tenho nenhum vínculo com rede bancária, eu vim da segurança, sou Capitão da Polícia Militar, mas esse assunto acabou chegando até mim – trabalhei durante a legislatura e me aprofundei muito nesse dado.

Então, não vou entrar na questão do Bolsa Família, por ser mais polêmica e o tempo ser muito curto para a gente, de repente, chegar a alguma conclusão, mas o BPC-Loas... E esse público vem me questionando muito a retirada dele do acesso ao crédito mais barato do mercado.

Se o BPC-Loas não tivesse nenhum acesso a crédito, faria sentido. "Não, realmente, esse recurso é apenas para o benefício das suas condições primárias". O.k. Mas isso não é verdade. Quem recebe o BPC-Loas tem uma conta bancária, quem recebe o BPC-Loas tem acesso a diversas instituições financeiras, inclusive a instituição financeira que tem o maior juro do mercado – que recebe geralmente as pessoas negativadas –, que chega a cobrar juros de 20% ao mês. Isso é muito cruel.

Então, quando eu coloquei e trabalhei para colocar o BPC-Loas também no acesso ao consignado, era para retirar essa pessoa que tem algum tipo de deficiência, que precisa comprar um equipamento, que precisa ter acesso a crédito – porque todo mundo precisa ter acesso a crédito, da menor renda até a maior renda, isso faz parte da nossa vida. Então, retirar essa pessoa dessa instituição financeira, que está cobrando 20% ao mês, e dar acesso – caso ela queira, caso ela tenha uma necessidade – aos juros mais baratos do mercado, que nesse caso, no nosso país, são os consignados.

Então, peço ao Relator... Eu tenho uma emenda em relação a isso, que a gente... Infelizmente, eu não consegui trazer uma pessoa para falar sobre isso, mas, nas minhas redes sociais, eu tenho várias pessoas beneficiárias do BPC-Loas, tanto deficientes como idosos, acima de 65 anos, que estão reclamando e que precisaram ter o acesso a crédito e tiveram que tomar crédito com juros de 20% ao mês. Isso, sim, é muito cruel.

Então, essas são as palavras. Parabenizo a todos os expositores.

Aprendi muito aqui na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer ao Deputado Capitão Alberto.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E, aqui, eu gostaria de fazer uma leitura sobre alguns questionamentos que chegaram e, logo na sequência... Gostaria que todos ficassem atentos, os expositores, porque eu vou relacionando aqui para fazer as considerações finais, e se, em algum desses questionamentos, alguém se sentir à vontade para se posicionar, que contribua.

Aqui, o Guilherme Marques, de São Paulo, questiona: "Estabelecer uma renda *per capita* inferior a R\$500 para recebimento do benefício não seria algo equivocado?".

Jefferson da Silva, do Rio de Janeiro: "Quando o pagamento do benefício será desbloqueado? Tem muitas pessoas que precisam desses recursos".

Simone Aparecida, de São Paulo. "Qual medida vai ser tomada em relação a quem perdeu o Bolsa Família, está sem emprego e mora sozinho? O que o Governo tem a oferecer?".

Ginaldo Teixeira, da Paraíba: "Gostaria que fosse mantido o crédito consignado para os beneficiários do BPC".

Rivanne Silva, do Rio de Janeiro: "Não acho coerente que uns recebam o Bolsa Família no começo e outros, no final do mês".

João Victor de Lima Alves, Maranhão: "Quais os futuros projetos para o Programa Bolsa Família?".

Raquel Cristina Serranoni da Costa, São Paulo: "É preciso rever o conceito de família adotado no CadÚnico e a apuração de renda *versus* despesa quando do uso para definir *per capita* para o Programa Bolsa Família".

Raquel Cristina Serranoni da Silva, outra pergunta: "É urgente interromper esse bloqueio de benefícios à revelia, que somente serve ao 'agudizamento' da vida desprotegida das famílias beneficiadas".

Também a própria Raquel faz outro questionamento: "As emendas da Rede Brasileira de Renda Básica são fundamentais para o cumprimento da transição do programa de transferência de renda para a renda básica. A renda básica é a grande política de enfrentamento à pobreza e da garantia de dignidade humana".

Fabrícia Carvalho da Silva, Maranhão: "O Bolsa Família deve ser associado a outros programas sociais que visem à soberania e segurança para as pessoas em situação de vulnerabilidade".

Ainda a própria Fabrícia: "Qual o valor máximo que cada família pode receber e qual será a periodicidade e atualização dos cadastros?".

Paulo de Tarso, São Paulo: "Como que o Programa Bolsa Família, enquanto programa de transferência de renda com condicionalidades, pode ser a transição para a renda básica universal?".





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E a Jéssica Xavier Pinheiro Costa, Paraná: "Será um valor determinado mais outro valor por filho?".

Então, foram esses aqui os questionamentos.

Eu gostaria aqui... Para a gente seguir uma ordem, permitam-me deixar o Deputado Estadual, Senador Eduardo Suplicy, aqui para o final.

Eu acho que a Elisabetta não está mais. Assim, eu gostaria de convidar aqui o Renato Carvalheira para as suas considerações.

O SR. RENATO CARVALHEIRA (Para expor.) – Quero agradecer, antes de mais nada.

Aproveitando as perguntas, eu acho que a Fabrícia colocou a questão do programa sem ter... No caso da fome, que é um fenômeno que não se acaba exatamente apenas com o Programa Bolsa Família; são necessários outros programas. Mas é fundamental este programa, que requer a sua qualificação, a sua melhora, mas é um programa, repito, que deve continuar, que deve voltar, inclusive, aos patamares de antes, o Bolsa Família, no seu original, com relação ao Cadastro Único fortalecido, com relação a essas questões das condicionalidades...

Vejam, a melhor condicionalidade que tem é a questão, por exemplo, da educação com relação às crianças estarem na escola; a terem a sua capacitação e a sua formação completa para que possam ter uma vida plena.

Então, a grande porta... eu vejo muita discussão sobre isso: qual é a porta de saída? A porta de saída é a educação; educação, que a gente viu e mostrou aqui: quando a família tem a maior escolaridade, a presença da fome vai diminuindo.

Então, as minhas questões são essas. Eu coloco a Rede Pensan à disposição para o debate – ficamos muito honrados com o convite – e à disposição para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer ao Renato Carvalheira e à Rede Pensan pelas contribuições aqui nesta audiência pública e convidar o Leandro Teodoro, Presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, para suas considerações.

O SR. LEANDRO TEODORO FERREIRA (Para expor.) – Obrigado, Deputado Dr. Francisco.

Eu quero responder à pergunta do Guilherme, que fala do *per capita* de R\$500. Eu acho que essa foi, inclusive, uma referência próxima do que foi o auxílio emergencial, que era de meio salário mínimo. Na época, girava em torno dos R\$500.

Então, de fato, parece-me que isso fez com que a elegibilidade crescesse bastante, e eu considero que a perspectiva de meio salário mínimo é bastante adequada para a gente começar um debate e, inclusive, contemplar, na sequência do Programa Bolsa Família, famílias que se encontram em uma





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

condição de baixa renda, que são, inclusive, um volume expressivo do que está no Cadastro Único, assim como os dados da Pnad e qualquer outro que estabeleça a projeção de pobreza no Brasil são capazes de encontrar também.

Então, isso tem a ver, inclusive, com o Decreto da Regulamentação do Mínimo Existencial em relação à Lei de Defesa do Consumidor, porque é essa que implica a questão do crédito, que é uma questão do Ginaldo a respeito disso também, para os beneficiários do BPC.

Eu acho que aqui tem um debate a ser feito, capitão, a respeito do que o senhor colocou – também ao Edson, que fez uma exposição a respeito disso – que é o seguinte: eu acho que toda pessoa tem que ter o direito a receber o dinheiro que é de seu direito da forma como desejar. Então, algumas experiências compararam a renda básica com a dotação básica, que é pegar o dinheiro que o cara receberia no ano inteiro e pagar na forma de uma dotação básica em vez de pagar mensalmente.

De repente, isso pode ser um meio de caminho. Para uma parte do BPC, você fala: "Eu quero receber adiantado três meses". Se isso vai estar associado a um mecanismo de crédito ou não, independe. Agora, precisa estar devidamente regulamentado...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO TEODORO FERREIRA – ...para que os juros não impliquem perdas estratosféricas, como o senhor colocou, para os usuários da política. Então, eu acho que é um debate a ser feito sobre alternativas de desenvolvimento econômico.

O senhor colocou aqui bastantes questões relativas ao desenvolvimento local, o dinheiro que chega às cidades, às prefeituras... A gente sabe que qualquer cidade que tem um volume expressivo de beneficiários do Bolsa Família, se você passa na casa lotérica às vésperas do pagamento ou nos dias de pagamento, tem fila antes de abrir.

Então, eu acho que seria importante encontrar alternativas que potencializem esses programas como estratégia de desenvolvimento também. E o que eu quero dizer com isso? Vai lá em Maricá – do ex-Prefeito Washington Quaquá, Deputado Federal hoje aqui – e dá uma olhada em como o banco comunitário fez com que todo o custo do crédito no município caísse e ainda paga o benefício na forma de uma moeda social, que faz com que aquele dinheiro fique mais tempo circulando no município. Então, essas alternativas têm que ser combinadas. Se for dessa forma, a gente pode avançar na direção de entender isso como um elemento de desenvolvimento.

Então, lá em Maricá, isso faz com que o dinheiro circule 1,7 vezes ou 1,8 vezes antes de sair do município. Isso, associado com o efeito multiplicador que o Bolsa Família tem, já conhecido há muito tempo nos estudos do Marcelo Neri e do Pedro Herculano, mostra que, para cada R\$1 investido no Programa Bolsa Família, você tem um retorno de 1,78 para o PIB. Agora, se esse retorno de 1,78 para o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

PIB é relevante, ele inclusive tem que ter uma relação com a regra fiscal, que vai chegar aqui, daqui a pouco, também para o Congresso Nacional avaliar com bastante intensidade. Se ele tem esse tamanho efeito multiplicador, talvez ele deva, portanto – inclusive por conta das suas regras de atualização e impedimento de formação de fila –, ficar de fora de qualquer tipo de teto. Este é o discurso que está preocupado com o desenvolvimento econômico: é o discurso de que investir esse dinheiro nos programas sociais gera uma capacidade de desenvolvimento bastante expressiva.

E aí tem as perguntas da Raquel, que eu agradeço e que focaram bastante na renda básica. Eu acho que é por aí mesmo. O Paulo de Tarso fala de o PBF se transformar na renda básica. Eu acho que é uma oportunidade única essa da medida provisória e é por isso que a gente está aqui fazendo essas sugestões.

A associação com outros programas, que a Fabrícia perguntou, acho que tem que ser na perspectiva de garantir direitos e não na de tornar isso uma obrigação dos beneficiários. Inclusive quando se fala assim: "Ah, criar um monte de novas coisas associadas, relacionadas ao trabalho especialmente", eu acho que isso não pode se tornar uma obrigação, tem que se tornar um direito do beneficiário.

Mas fico por aqui.

Eu quero dialogar mais com vocês a respeito dessas alternativas, lá em São Paulo também.

Estou à disposição para continuar esse debate.

Eu agradeço ao Dr. Francisco, que nos recebeu gentilmente em seu gabinete, hoje pela manhã. Agradeço também a participação do Consea e do CNAS, que são muito importantes para esse debate, porque o Governo, no final das contas, vai ser quem vai operar tudo isso daqui para frente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui ao Leandro Teodoro pelas suas contribuições.

Agora quero permitir aqui ao Edison João Costa fazer as suas considerações finais.

O SR. EDISON JOÃO COSTA (Para expor.) – Bom, mais uma vez, eu gostaria de agradecer pelo convite e pela oportunidade da exposição.

Eu vou focar aqui rapidamente na pergunta do Ginaldo, que quer que o benefício volte a receber o empréstimo consignado.

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON JOÃO COSTA – O nosso objetivo aqui é esse mesmo, em fazer essa defesa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mas eu não posso deixar de mencionar algumas coisas importantes que foram ditas pela Sra. Aldaíza.

Toda vez que a gente fala nesse tipo de Programa – e o BPC/Loas é um programa, assim como o Bolsa Família e tudo o mais... Eu acho que o ponto de que ela falou e me tocou – e eu gostaria até de continuar participando de debates de outros... não só para BPC/Loas – é que uma coisa como essa, que está prevista lá, é um programa de Estado e não como um plano de governo. Isso para mim é fundamental. Sinceramente, eu gostaria de ver sair dessa medida provisória um programa que não fosse nem Bolsa Família, nem Auxílio Brasil, nem bolsa gás, nem nada disso, mas que fosse um programa efetivo, de médio e longo prazos, que todo e qualquer – estou falando como cidadão agora – governo seja obrigado a cumprir e ceder, sem palpites e sem opiniões, porque não se pode, no momento que está o governo A, achar que isso é bom; no momento que vem o B, achar que é ruim, e vice-versa. Em relação ao Loas/BPC, eu acho assim: nós estamos aqui um pouco como cidadão e um pouco como quem atende esse público lá. A gente está lá no campo, falando com eles, humanizando essa relação, e nós não somos instituições financeiras. A gente é prestador de serviço. Existimos desde o tempo das diligências. O Wells Fargo famoso, que a gente via lá, era um correspondente chamado de agente bancário, para prestar serviço para a população. E a gente sente. No momento em que suspendeu o BPC/Loas, todo mundo foi para o crédito mais caro. Ora, que tipo de proteção é essa, que empurra o sujeito para pagar 25%?

(Soa a campainha.)

O SR. EDISON JOÃO COSTA – Por uma questão de ponto de vista? Perdoe-me, não é bem assim.

Outra coisa é que a gente tem que aprender nesses programas, eu acredito, é que não pode confundir proteger com tutelar. Se é para tutelar, tira do sujeito o direito de ele fazer o que ele quiser, e nós aqui, do gabinete, com nosso sapatinho sem gastar a sola, vamos tomar a decisão por eles – você não pode fazer isso, você não pode fazer aquilo –, como se fosse um bicho numa jaula ou como a gente – desculpe falar – trata os indígenas aqui, porque acha que o cara não é capaz de pensar por si só.

A coisa passa pelo processo de educação, como ele colocou lá. Se a gente quer sair desse enroscô, tem que ser um projeto de Estado, com foco em educação, curto, médio e longo prazos. E nós não estamos aqui para disputar se beneficia A, B ou C. Nós somos parte de uma cadeia produtiva que faz todo esse mecanismo andar. Então, o que eu tenho para manifestar, em favor do BPC/Loas aqui, e em favor até dos programas sociais de governo, agora, como cidadão, é que isso tem que sair daqui até com outro nome – me perdoe –, para não ser programa de governo nenhum. Isso é um projeto de Estado e está claro e cristalino, na linha do tempo, para quem estuda e tudo mais, que vai ser necessário que as populações tenham programa de auxílio mesmo, de complementação de renda e tudo mais.

Desculpem a minha manifestação excessiva, mas eu não podia deixar de ser cidadão aqui também, além de defender a minha questão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Tudo bem, Edison. Agradeço a sua participação.

Gostaria de convidar também para as considerações finais a representante do Conselho Nacional de Assistência Social, a Eutalia Barbosa.

A SRA. EUTALIA BARBOSA (Para expor.) – Quero agradecer pela oportunidade, mas acho que a gente precisava fazer um debate aqui franco e sincero. Primeiro, pensar transferência de renda é uma responsabilidade societária. Então, muitas vezes a gente fala sem entender o que está falando. Nós precisamos criar programas de transferência de renda porque nós vivemos numa sociedade extremamente desigual, num mundo onde prevalece um sistema econômico que garante privilégios para uns e pobreza e miséria para outros. Então, a gente precisa falar de que modelo econômico e de que modelo de sociedade nós estamos pensando.

O Governo tem uma responsabilidade, e o CNAS tem a responsabilidade de acompanhar essas políticas geridas pelo Governo, sejam políticas universais – que devem ser universais, políticas públicas universais... mas esse debate transcende o Governo. Inclusive, ele coloca uma responsabilidade para este Parlamento, porque é este Parlamento quem aprova o Orçamento, e a gente sabe muito bem o que foi aprovar um orçamento para garantir mais de 170 bilhões a serem pagos para um programa que nós, aqui, ainda estamos dizendo que não dá conta do que a população precisa, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. EUTALIA BARBOSA – Exatamente. Isso.

O modo como ele está organizado e a forma... O modo como ele está organizado tem relação, obviamente, com o impacto financeiro que ele traz também. Então, eu penso que esse é um debate que envolve todos nós, esse é um debate mais societário do que institucional ou de governo. Então, eu penso que essa é uma tônica que o Conselho Nacional pensa também, a de que nós estamos lá para defender uma política pública que seja cada vez mais universal e que garanta o atendimento do conjunto da população, que necessita desse direito, e o direito à renda é um direito universal.

Nós vivemos numa sociedade capitalista em que, se você não acessa a renda, você não vive. Então, ele deveria ser inclusive um princípio, e não deveria ser um estranhamento.

Eu gostaria de dizer, principalmente para os Parlamentares e até para os dois expositores que falaram sobre a questão do consignado – não é uma questão pessoal, obviamente –, que os beneficiários do Bolsa Família sofrem um preconceito social muito grave dentro da sociedade, sobretudo as mulheres. Nós ouvimos comentários dos mais pejorativos sobre as famílias que acessam o Bolsa Família. As pessoas acham que as mulheres vão passar a engravidar porque, a partir de agora, vão receber R\$150 por criança. É esse modelo de sociedade conservadora que acha que pobre acessar transferência de renda é um favor que o Estado está fazendo e que essas pessoas são cidadãos ou cidadãs de menor direito na sociedade.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, acho que, antes de muita coisa, a gente precisava, inclusive, debater concepção, não é? O que nós defendemos? Por que nós estamos defendendo um programa de transferência de renda e por que o Suplicy, desde a década de 80, luta...

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) – Presidente, só para deixar claro. A senhora se referiu a mim em relação a essa fala dos 150?

A SRA. EUTALIA BARBOSA – Não, é porque a gente estava falando sobre acessar renda, a partir do crédito consignado.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) – Porque em nenhum momento eu falei sobre a questão de crianças.

A SRA. EUTALIA BARBOSA – Não, não, não, não.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) – É só para deixar claro, porque de repente quem ouviu acha que eu sou contra quem recebe esses 150 reais.

A SRA. EUTALIA BARBOSA – Então eu vou refazer a minha fala.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) – Porque em nenhum momento eu falei sobre isso.

A SRA. EUTALIA BARBOSA – Está bem, eu vou refazer a minha fala.

Eu quero dizer que nós estamos falando de acesso à renda, e você fazer um acesso secundário à renda a partir do crédito consignado não é a saída para se combater pobreza, não é a saída para se proteger família em situação de desproteção social pela ausência de renda. Esse é o posicionamento do Conselho Nacional.

Então acho que a gente precisa... Senão a gente confunde o debate. Eu acho que não é tutelar, mas ao autorizar um benefício de transferência de renda, seja pela pecúnia do BPC ou pelo Bolsa Família, você secundariza uma necessidade, autorizando o acesso ao crédito consignado num país onde os juros ultrapassam 13%. E quando o Governo quer debater ou a sociedade quer debater uma mudança no arcabouço e o mercado fica nervoso, a gente precisa discutir outras coisas. Então, é como se a gente estivesse enxugando gelo.

Nós defendemos transferência de renda como uma alternativa de proteção social, dentro de uma sociedade desigual, de altíssima concentração de renda, em que nós precisamos proteger os que mais precisam.

Nós não podemos misturar o debate do crédito consignado com proteção social. Nós precisamos encontrar outra forma para que as famílias consigam suprir e se proteger, a partir de um acesso à transferência de renda.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

É isso que eu quero deixar claro quanto ao posicionamento mais concreto que o Conselho Nacional já tirou mediante a MP.

E, para finalizar, Deputado, eu quero deixar aqui registrado o posicionamento do Conselho Nacional de que, no mês de março, a gente pretende apresentar, não sei se vai dar tempo... (*Fora do microfone.*)

Aliás, no mês de maio, um posicionamento do Conselho Nacional, sobre alguns pontos da MP, que são absolutamente importantes para nós.

E o Conselho Nacional defende a existência do programa de transferência de renda, com o nome de Bolsa Família, para resgatar o seu histórico de 18 anos de uma alternativa absolutamente importante para a vida da população brasileira que precisa de programa de transferência de renda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Obrigado, Eutalia Barbosa, pelas contribuições.

Gostaria agora de permitir à representante do Conselho Federal de Serviço Social, Aldaíza.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (Para expor.) – Pois não, Deputado.

Eu queria dizer que eu gostei muito desta audiência. Não só pelo fato de ela existir em si, mas por um conjunto de discussões que foram levantadas. E, no cruzamento delas, a gente vê que faltam coerências e consistências.

Vamos lá.

Primeiro, definir salário mínimo no Brasil em 1932 foi feito a partir de uma pesquisa do que comiam os lixeiros na cidade de São Paulo – Samuel Lowrie. Porque ele dizia: aquilo que come os que menos ganham é aquilo que deve ser o mínimo, do ponto de vista da existência.

Então, eu acho que, nesse diálogo aqui com a Rede Penssan, isto mostra que nós temos realmente que fazer uma parceria com a Rede Penssan para poder ver o que comem as pessoas que estão na transferência de renda. E são pessoas, são cidadãos, embora não se considere dessa forma nos seus direitos.

Então, veja, o salário mínimo foi baseado nisso e ainda, na América Latina, é a canastra básica, ou seja, a cesta básica que rege o custo que é, digamos, o mínimo. Nós não usamos nada disso, nós usamos valores que não têm significado nenhum. O que é R\$218? O que se compra, por mês, com R\$218? A cesta básica estava sendo entregue com 5kg de açúcar e 1kg de arroz. Quer dizer, essa questão da qualidade nutricional é fundamental e isso é condição de vida.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acho que esse é um ponto que... Nós não podemos abraçar um número, ainda que a medida tenha sido escrita, em grande parte, num diálogo com a Fazenda ou com o Tribunal de Contas, mas não pode se usar esse critério. Então, há uma questão orçamentária, sim, mas não é porque o orçamento está limitado que nós vamos precarizar a escola ou que nós vamos precarizar o hospital. Se não serão possíveis tantas escolas o.k., mas elas não poderão ser precarizadas. Nós não podemos ter um raciocínio de precarização porque a luta orçamentária é difícil. Claro, nós temos que ter, realmente, um raciocínio de uma outra justiça tributária, não tenho dúvida nenhuma, mas nós não podemos achar que, entre nós, alguém possa viver com R\$142 por mês. Isso é alguma coisa que é afrontosa a qualquer um. O que você compra por mês para comer – não estou dizendo para mais nada – com R\$142?

Então, eu acho que essa consistência e coerência são fundamentais. E eu concordo plenamente com os preconceitos, mas os preconceitos exigem também que o Governo não ache que é propaganda pegar o cartão do Bolsa Família e trocar por uma carteira de trabalho. Quem está no Bolsa Família, quem está na transferência, não é porque não trabalha, ninguém vive sem trabalhar, então, não dá para fazer esse raciocínio, entende?

Acho até que a única divergência que eu tenho é que, na verdade, o gatilho do Bolsa Família é para o trabalho, mas o senhor veja, o salário-família, que nós temos estipulado pelo INSS, é de R\$57 para o trabalhador que ganha até R\$1,7 mil. Qual é a criança que a gente consegue cuidar com R\$57?

Então, nós temos essas incoerências, entende? Quer dizer, então, não adianta eu dizer vai para cá, se depois você não tem uma atenção efetiva, uma qualidade. Por quê? Para quem ganha menos não tem peso financeiro? Claro, a mercadoria tem o mesmo custo. Nós temos que, então, criar nisso acessos que sejam de um outro valor, mas não no mesmo valor de mercado.

Eu queria só insistir, nós temos que parar de falar que Bolsa Família é um programa, não é! Não é um programa, é um direito de cidadania. Nós temos que aprender a falar de um outro jeito. Não dá mais para continuar porque programa foi dito: muda? Muda!

Veja o que, na verdade, nós temos na população. A população quer ter certeza, porque as pessoas que fazem as perguntas aqui estão dizendo: "Eu cheguei lá para retirar o benefício e não tinha nada". Eles não têm certeza, isso pode estar ou não estar de um dia para o outro. Isso não é proteção social, proteção social significa contar com, ter certeza de. E eu me sinto protegido, porque proteção é de fora para cá, não é de mim mesmo; proteção não é o suor do rosto, proteção é vir de fora para dentro.

Então, eu acho, Deputado, que é fundamental a gente usar os termos com os seus significados. Não adianta enfeitar de um lado e enfeitar do outro. Eu penso que foi muito importante. Embora a medida tenha que ser resolvida em curtíssimo tempo, não creio nem que haja tempo para que o CNAS se pronuncie, porque o tempo é curtíssimo. E eu queria pleitear que, por favor, o CNAS incluisse na sua discussão também família extensa. O Estado não tem o direito de dizer que quem está sob o mesmo teto





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

tudo que ganhar tem que ser dividido por todos. Isso não é competência do Estado. Isso é uma invasão. Quer dizer, as pessoas, mesmo sob o mesmo teto, elas não têm que dividir o que ganham. Não é um cofrinho para que cada um ponha a sua moedinha. Então, existem conceitos que são conceitos que não se usam para outros segmentos de classe, mas se usa para a população que menos tem, porque ela deveria ser solidária, ela deveria ser diferente, sendo que ela, para viver o cotidiano, é muito difícil.

Desculpem aqui alguns desabafos, mas eu lido com isso há muitos anos, pesquiso e estudo. Nós temos toda a condição para ir adiante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer à Profa. Aldaíza a sua participação.

Convido o Jefferson Nascimento, Coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam, para as suas considerações finais.

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou ser breve, porque vários pontos já foram tratados. Mas, fazendo uma menção direta à fala que me antecedeu, à excelente fala que me antecedeu, da importância de tratar o Bolsa Família, tratar o programa de transferência de renda não como um programa, mas como um direito. Mais uma vez, lembro um número que eu trouxe: 95% da população apoia que haja programa de transferência de renda. Todo mundo que atenda aos critérios tem que ter acesso ao programa de transferência de renda. Há um amplo apoio das pessoas, independente... Não tem polarização política, é um amplo apoio. Então, as condições estão dadas para que isso aconteça.

E aí eu trago um outro elemento, tentando ser muito breve, ao que foi mencionado aqui. Além dos elementos próprios do texto da MP, acho que tem uma questão anterior, uma questão que foi tratada aqui, que é a questão orçamentária. Então, há diversos elementos, aspectos relacionados, por exemplo, à própria fila, que estão atrelados a esse debate orçamentário, que é um debate que está acontecendo neste Congresso, que é um debate que vai acontecer com relação ao PPA Participativo, é um debate que se iniciou com relação ao novo marco fiscal. É importante que esses debates estejam conjugados e é importante também conjugar com outro debate importante que acontece neste Congresso nesse momento, que é o debate relacionado à reforma tributária.

Semana passada, eu tive oportunidade de estar na audiência no GT de Reforma Tributária e o debate que se faz naquele espaço é justamente de que há um limite para o que se pode fazer com relação à redução de desigualdade via receita. Então, óbvio, é importante que o sistema tributário se torne mais progressivo. Estamos trabalhando para isso, mas no limite...

Aqueles atores falam: "não, tudo bem, mas não dá para fazer redução de desigualdade somente pela receita. Há um limite do que você consegue fazer aí." Uma parte importante é feita pelo gasto. Então





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

vamos tornar o sistema tributário mais simples para você poder ter uma arrecadação maior, poder ter uma receita maior e o próprio marco fiscal novo é baseado no aumento da receita. Perfeito.

E aqui estamos falando justamente do gasto, desse investimento social. Então a gente não pode fazer o debate pela metade. Do debate que eles trazem de lá, eles falam: "não, a gente vai tratar isso em outro momento". Se redução de desigualdade é via gasto; a gente está falando aqui de gasto. Então falar de gasto e conjugar com esse debate importante que a gente está fazendo é começar a tratar o programa de transferência de renda, o Bolsa Família, como direito. E que base tem isso? Base nesses estudos, base nesse amplo apoio popular que a gente tem com esse tema. Então, conjugar esses debates.

É muito importante que a gente não trate as coisas atomizadas. Não trate o debate a respeito da redução de desigualdade via gasto e perca a oportunidade que a gente está fazendo aqui. Vamos continuar fazendo um aprimoramento do programa do Bolsa Família e trabalharemos também em conjugação com esse dado.

Acho que uma coisa importante que foi mencionada, por exemplo: a cesta básica. O debate que está sendo feito justamente com relação à reforma tributária é tirar todos os incentivos tributários a itens da cesta básica. Então como que a gente vai fazer esse debate a respeito de combate à pobreza, combate à fome, se uma parte do debate lá está sendo feito nesses termos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JEFFERSON NASCIMENTO – Exatamente. A gente tem que fazer as coisas de forma conjugada. Então é só, enfim, para também não passar muito do meu tempo. E outra vez agradeço esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui ao Jefferson e, para finalizar os oradores, permitir ao nosso sempre Senador Eduardo Suplicy, Deputado Estadual pelo Estado de São Paulo, fazer as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente e Relator, Dr. Francisco.

Primeiro, quero cumprimentá-los por estarem realizando esta audiência pública sobre a medida provisória que leva em consideração, primeiro, o estágio do que vai ser o Bolsa Família.

O Presidente Bolsonaro tinha extinto o Bolsa Família, mas esta medida provisória reinstitui o Bolsa Família e acaba com o Auxílio Brasil, o que acredito que possa ser aperfeiçoado. E o que eu tinha me proposto a aqui fazer é: por que a renda básica de cidadania universal e incondicional será ainda melhor do que o Bolsa Família, que tantos benefícios trouxe para o Brasil, e para a resolução de seus principais problemas sociais, como o da desigualdade, da erradicação da pobreza?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A renda básica de cidadania tem algumas vantagens sobre os processos de transferência de renda com condicionalidades, seja a do nível de renda a partir do qual as pessoas venham a ter o seu benefício, seja por condicionalidades relacionadas à educação, à saúde ou outros.

Primeiro, eliminamos, totalmente, qualquer burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada pessoa ganha no mercado formal, na carteira de trabalho assinada ou em qualquer atividade que se faça. Se uma mãe toma conta das crianças da vizinha e recebe um trocado no dia seguinte, não precisa declarar. Eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha da pessoa precisar dizer: "Olha, eu só recebo tanto, por isso, mereço tal complemento de renda".

Eliminamos também o fenômeno da dependência, que acontece quando se tem um sistema que diz que quem não recebe até certo patamar tem o direito de receber tal complemento. A pessoa está por decidir: "Vou ou não iniciar essa atividade que vai me render tanto, mas se eu iniciá-la e receber esse tanto, aí vem o Governo e me retira o que eu estava recebendo naquele programa". Eu talvez desisto e entro na armadilha da pobreza ou do desemprego...

Mas se todos iniciarmos da renda básica em diante, sempre haverá o estímulo ao progresso? Será mesmo? Será que não vamos estimular a ociosidade? O que é que vamos fazer com aquelas pessoas que tenham eventual tendência à vagabundagem? Será mesmo?

Pensem um pouco em nós, seres humanos. Todos nós amamos realizar uma série de atividades, mesmo sem qualquer remuneração no mercado: as mães, quando estão amamentando seus nenês, a qualquer hora do dia, da noite ou da madrugada, com todo o carinho e amor; nós, pais e mães, da mesma forma, com nossas crianças e adolescentes; nas igrejas de todas as denominações; nas associações de bairros; nos centros e diretórios acadêmicos; quantos de nós realizamos uma série de atividades porque nos sentimos úteis perante a comunidade?

A Constituição brasileira assegura o direito à propriedade privada, o que significa que aquela pessoa que detém a propriedade de uma fábrica, de uma fazenda, de um banco, de títulos financeiros, de propriedades imobiliárias, de hotéis e restaurantes, essa pessoa tem o direito de receber os rendimentos do capital, na forma de lucro, juros, aluguéis, e eu lhes pergunto: por acaso, para receber tais rendimentos, esta pessoa precisa, necessariamente, comprovar que esteja trabalhando e que suas crianças e adolescentes estejam indo à escola? Não.

Então, se asseguramos aos mais ricos o direito de todos participarem da riqueza daquelas formas de propriedade do capital sem aquelas exigências, por que não estendermos a todos – ricos e pobres – o direito de todos partilharmos da riqueza comum de nossa nação como um direito à cidadania?

Ainda mais, quando pensamos em certos aspectos da nossa história, o fato de que, por mais de três séculos, milhões de pessoas foram arrancadas de sua terra natal, na África, para vir ao Brasil ajudar no enriquecimento de tantas famílias, sem que lhes fosse dado qualquer remuneração que não fosse viver





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

em uma senzala e receber uma alimentação, o que fazia com que os escravos tivessem uma expectativa de vida pouco superior a 30 anos de idade.

Mas qual é a principal vantagem da renda básica de cidadania universal, para todos? "Mas como assim? Até os mais ricos também vão receber?". Sim. Para nós todos, Parlamentares também. Obviamente, os que temos mais vamos colaborar para que nós próprios e todos os demais venham a receber.

Qual a principal vantagem?

É do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, de que nos fala, por exemplo, o grande Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen, hoje na Universidade de Harvard, que diz, em *Desenvolvimento como Liberdade*, que desenvolvimento para valer precisa significar maior grau de liberdade para todos na sociedade. E ele exemplifica com o que aconteceu quando ele tinha dez anos de idade.

Morava em Daca, hoje capital de Bangladesh, mas era a Índia. Seu pai era um bom professor, e moravam numa boa casa. E eis que, certo dia, ele, brincando no jardim da sua casa, de repente, entrou um homem gritando por socorro, Kader Mia, esfaqueado nas costas. Ele, então, chamou por seu pai, que logo veio, e acompanhou seu pai levando aquele homem para o hospital.

No caminho, esse homem disse "bem que minha mulher tinha me avisado para não vir a esse lugar tão perigoso, caracterizado por lutas étnicas, mas eu não tive outra alternativa senão aqui, nesse bairro, encontrar um trabalho que pudesse dar o sustento da minha família".

Mas, ao chegar no hospital, Kader Mia teve uma forte hemorragia e veio a falecer.

Conclui Amartya Sen: Kader Mia não tinha liberdade real. Na verdade, precisou colocar a sua saúde e vida em risco para conseguir o sustento da sua família.

Ora, para aquela mãe, às vezes em Teresina ou em São Paulo, no Parque da Luz, por exemplo...

Certo dia, uma freira de uma ordem italiana, de origem italiana, que cuida sobretudo das prostitutas, veio ao meu gabinete. Eu resolvi ir até lá na Casa de Chá do Parque da Luz conversar com aquelas mulheres, e eu citei este caso: se houvesse a possibilidade de essa mãe, com a renda básica, sustentar a si e todos membros da sua família, aquele rapaz que, às vezes, não tendo alternativa para auxiliar no orçamento da sua família, resolveria se tornar o aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes, personagem dos Racionais MC's, do meu amigo Mano Brown?

Um homem na estrada recomeça sua vida

Sua [...] [dignidade], a sua liberdade





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Que foi perdida, subtraída
 E quer provar a si mesmo que realmente mudou
 Que se recuperou e quer viver em paz
 [...]
 [E] Dizer ao crime "nunca mais!"

O dia em que houver para si e para cada membro da família uma renda suficiente para atender às suas necessidades vitais, essa pessoa vai ganhar o direito de dizer: "Não, agora eu não preciso aceitar essa única alternativa que me surge pela frente. Eu, agora, quem sabe, posso fazer um curso aqui na minha cidade, numa instituição, com o Prof. Edison João Costa ou com a Profa. Eutália Barbosa, até que surja uma oportunidade mais de acordo com a minha vocação, com a minha vontade".

É nesse sentido, pois, que a renda básica de cidadania vai elevar o grau de dignidade e liberdade real para todos, e é por isso que eu acredito tanto nessa proposta e acho que depende muito agora do Dr. Francisco e de todos vocês. Que bom, Eutália, que você, que representa as entidades de assistência social, diz que está inteiramente aberta para caminharmos na direção da renda básica universal.

Você sabe, uma das maiores personalidades hoje no mundo, quem sabe o chefe de Estado que o Dr. Francisco mais admire – eu tenho essa admiração por ele –, o Papa Francisco, no seu último livro, *Vamos sonhar juntos*, diz que agora está na hora de nós implementarmos a renda básica universal, para que se possa propiciar a cada pessoa maior liberdade de poder escolher a sua atividade de trabalho sem se sujeitar necessariamente a condições que fazem lembrar a escravidão.

São muitos os que estão, não apenas Elon Musk, mas também o Mark Zuckerberg, Presidente do Facebook... O Barack Obama, na homenagem prestada por ele a Nelson Mandela perante um estádio de Joanesburgo lotado, em 2017, disse algo muito semelhante: que agora, com a velocidade do progresso da inteligência artificial, com o número crescente de robôs, com os automóveis que começarão a ser guiados sem motoristas e tal, mais e mais nós vamos ter que pensar em alternativas como a renda básica universal. E o Papa Francisco conclama todos os chefes de Estado, todas as nações a colocarem em prática aqueles instrumentos de política econômica que possam elevar o grau de justiça na sociedade, para que, então, possa haver a paz dentro de cada país e dentre os países.

Lá na Rússia e na Ucrânia, eu acredito que, o dia em que houver uma renda básica universal ali, para toda aquela região da Europa, a probabilidade de haver guerras a que a todo dia estamos assistindo, destruindo edifícios, pontes, usinas, matando pessoas...

É uma coisa que não podemos mais admitir. Como o bom senso indica, precisamos fazer o quê? Que bom que o Presidente Lula... Eu hoje, quando visitei o Vice-Presidente e Presidente em exercício,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Geraldo Alckmin, eu até falei: "Que bom que Lula e Alckmin estão até pensando em como ajudar a acabar com aquela guerra!".

Um dos maiores problemas que temos aqui, nas três Américas, é o número tão significativo de pessoas que estão atravessando a fronteira lá entre os Estados Unidos e o México. O dia em que houver, do Canadá até a Argentina, lá do Alasca até a Patagônia, uma renda básica de cidadania, nós iremos mudar o estado de coisas e ficaremos muito mais próximos da paz.

Edison João Costa, posso lhe perguntar: você já esteve no local onde se paga uma renda básica para todas as pessoas e sabe quais são os seus efeitos após 40 anos de experiência? Já esteve lá?

O SR. EDISON JOÃO COSTA (*Fora do microfone.*) – Não, nunca estive num lugar onde se paga renda básica para todos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Mas conhece todo o procedimento?

O SR. EDISON JOÃO COSTA (*Fora do microfone.*) – Sim, conheço, claro!

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Você também conhece?

O SR. EDISON JOÃO COSTA (*Fora do microfone.*) – Aqui no Brasil, sim.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Não, aqui no Brasil, em Maricá, está começando. Até o final do ano que vem, todos os habitantes que estejam lá há três anos ou mais estarão recebendo a renda básica paga em mumbucas.

Posso contar para concluir?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Só para concluir, porque aqui tanto eu quanto o Deputado estamos sendo chamados ao Plenário.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Está bem.

No início dos anos 60, o prefeito de pequena vila de pescadores, como tantas existem no Brasil, observou que de lá saía grande riqueza sob a forma de pesca, mas boa parte da população continuava pobre. Ele, então, disse: "Vamos criar um imposto de 3% sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá". Mas o imposto encontrou enorme resistência, demorou cinco anos para persuadir a comunidade. Uma vez instituída, deu tão certo que, dez anos depois, ele foi eleito Governador do Estado do Alasca, que descobrira uma enorme reserva petrolífera na Baía de Prudhoe, ao norte do Alasca. Ele, então, disse aos seus então 300 mil habitantes, hoje 732 mil: "Nós precisamos pensar não apenas na geração presente, mas na vindoura, porque o petróleo não é renovável. Então, vamos separar pelo menos 25% dos *royalties* decorrentes da exploração dos recursos naturais para instituir um fundo que a todos pertencerá". Ele quis que todos debatessem e votassem: 76 mil disseram sim; 38 mil, não – 2





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

para 1. Venceu. Aqueles recursos passaram, então, a ser investidos em títulos de renda fixa, ações de empresa do Alasca, contribuindo para diversificar a sua economia dos Estados Unidos internacionais, inclusive de mais de 200 empresas brasileiras – podem ver no *Alaska Permanent Fund site* – e empreendimentos imobiliários.

E o fundo passou de US\$1 bilhão, no início dos anos 1980, para hoje US\$78 bilhões. Cada pessoa que tivesse realizado o seguinte procedimento. Vamos supor que a Sra. Eutália Barbosa estivesse residindo no Alasca há um ano ou mais; ela preencheria um formulário: "Sou Eutália Barbosa, vivo neste endereço, viajei no ano passado, mas estou aqui de volta". Responde por suas crianças até 18 anos, por elas recebe igual para todos. "Trabalho em tal instituição". Não precisa dizer qual a sua remuneração nem o patrimônio acumulado. Duas pessoas que lhe conhecem dão o testemunho de se a declaração é verdadeira.

Se assim ela tivesse procedido, residindo no Alasca, teria recebido nos primeiros anos US\$300, depois US\$400, US\$500. Em outubro do ano passado, US\$3.284 por pessoa. Uma família pai, mãe e quatro crianças mais de US\$13 mil por ano. E qual foi a consequência? Alasca, 1980, o mais desigual dos 50 estados norte-americanos; hoje, Alasca, o mais igualitário, com o coeficiente de Gini de 0,42 e constitui suicídio político para qualquer liderança propor o fim desse sistema.

Eu acredito muito. Só quero lhe dizer aqui que estou pedindo a Deus para que me dê boa saúde porque eu gostaria de ver ainda, durante a minha vida e nesses quatro anos do Presidente Lula, a implantação da renda básica de cidadania. O Papa Francisco vai ficar muito feliz.

Muito obrigado a todos. Parabéns a vocês todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Agradeço, na oportunidade, a participação de todos; de modo muito especial, aqui ao nosso sempre Senador Eduardo Suplicy. Sabemos aqui da sua vida dedicada a estudar, pesquisar sobre a renda básica, conhecer, visitar várias experiências internacionais, alguns municípios que já estão trabalhando nessa linha. A gente fica feliz com as suas contribuições e de todos que aqui participaram.

Agradecer também ao Deputado Capitão Alberto, que pôde ficar aqui até o final. Está todo mundo com a agenda muito extensa. O nosso Presidente da Comissão, Senador Fabiano Contarato, esteve aqui no início, mas teve que sair porque também outras agendas. Assim como o nosso Vice-Presidente, o Deputado Dorinaldo, e outros Deputados que aqui participaram, mas agradeço aqui as contribuições de todos.

Acho que o debate foi muito bom, enriquecedor. Acho que ajuda, e muito, a nos direcionar sobre a finalização, o trabalho que teremos após outras audiências que ainda vamos ter aqui, tratando da Medida Provisória 1.164, para que cheguemos ao relatório final.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Acho que todas as contribuições foram muito pertinentes, embora saibamos que a discussão sobre a renda básica pode ter já alguns gatilhos, alguma coisa na medida provisória que já possa direcionar nesse sentido, mas precisamos, naturalmente, aperfeiçoar esse trabalho, porque como todos aqui entendem, existem várias outras variáveis também que precisam ser discutidas. O marco fiscal, que já está colocado, a discussão, que também em breve chegará aqui, sobre a reforma tributária.

E que a gente possa aperfeiçoar, já no PPA, nos outros instrumentos orçamentários, para que a gente consiga caminhar, buscando realmente algo que já é constitucional, que já tem lei. Não dá também para o Parlamento se esquivar de que não tem que discutir esse conteúdo, trabalhar naturalmente a sua regulamentação, não é? Então, parte poderá já, através da Medida Provisória 1.164, ter algumas sinalizações, alguns gatilhos que possam fazer.

Vejo que esse debate estimula a muitos, vejo aqui o entusiasmo do Vice-Presidente, que saiu, já procurando saber como está a discussão sobre a frente que trata, que cuida da renda básica, como também está buscando essa temática.

Eu acho se que precisa realmente de um grupo de trabalho aqui, também da Câmara, do Senado, que possa realmente aperfeiçoar, e a gente avançar nessa direção.

Mas para finalizar, agradeço realmente a presença de todos aqui que participaram, que se deslocaram. E também, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta audiência pública. Muito obrigado. (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 29 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1164, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2.

Às quatorze horas e trinta e quatro minutos do dia dois de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Fabiano Contarato e Dr. Francisco, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Weverton, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Augusta Brito, Dr. Hiran, Laura Carneiro, Ricardo Ayres, Capitão Alberto Neto, Delegado Ramagem, Ana Pimentel, Cristiane Lopes, Rosângela Moro, Geovania de Sá e Dorinaldo Malafaia, e ainda dos Parlamentares Alberto Mourão, Rogério Carvalho, Dr. Samuel Araújo, Efraim Filho, Izalci Lucas, Juliana Cardoso, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Beto Faro, Marcos do Val e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Omar Aziz, Eduardo Gomes, Wilder Moraes, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Andreia Siqueira, Fernando Rodolfo, Odair Cunha, Fernanda Pessoa, André Fufuca e Fred Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1164, de 2023. **Participantes:** Letícia Bartholo, Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Eliane Aquino, Secretária Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sérgio Pinheiro Firpo, Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento; Débora Freire Cardoso, Subsecretária de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Júlia Alves Marinho Rodrigues, Secretária Especial Adjunta da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil; Marcia Seroa da Motta Brandao, Coordenadora de Acompanhamento Educacional do Programa Bolsa Família no Ministério da Educação; e Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. A ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/02>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. PT - ES. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.164, de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Após conversa com o Relator, comunico o acordo para apresentação do relatório no dia 9 de maio de 2023, terça-feira. Convoco para a referida data a 4ª Reunião da Comissão às 14h30.

Convidado para assento à mesa os seguintes convidados: Letícia Bartholo, Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Sra. Eliane Aquino, Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; Débora Freire Cardoso, Subsecretária de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Júlia Alves Marinho Rodrigues, Secretária Especial Adjunta da Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil; Márcia Serôa da Motta Brandão, Coordenadora de Acompanhamento Educacional do Programa Bolsa Família da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão; e o Sr. Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior, Secretário de Proteção ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição por no máximo cinco minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, faremos a leitura de perguntas e comentários enviados pelo Portal e-Cidadania para que os pontos levantados possam ser abordados durante a exposição.

Todas as contribuições feitas pelo Portal e-Cidadania solicito à Secretaria que disponibilize aos convidados.

Quero aqui registrar e agradecer a participação de Ginaldo Teixeira, da Paraíba; Luan Felipe, do Rio de Janeiro; Josianne Pantoja Santana, do Amazonas; Ana Maria dos Santos Araújo Santos, Alagoas.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Mais uma vez, quero agradecer e elogiar sempre o espírito republicano e democrático do Deputado Dr. Francisco, que é Relator dessa medida provisória. Quero também aqui agradecer a presença dos queridos Senadores, meu estimado amigo, querido Senador Alessandro Vieira, do Estado de Sergipe; Beto Faro... Enfim, muito obrigado pelo comparecimento de todos vocês, que muito engrandece esta Comissão.

Quero também aqui registrar o comparecimento da querida Deputada Ana Pimentel, do PT de Minas Gerais; da Deputada Laura Carneiro, do PSD do Rio de Janeiro; do Deputado Ricardo Ayres, do Republicanos do Tocantins. Sintam-se acolhidos e abraçados. Agradeço o comparecimento de todos vocês nesta Comissão.

Antes de passar a palavra ao convidado, eu solicito ao Relator que, se possível, possa continuar a Presidência desta Comissão.

E passo imediatamente a palavra à Sra. Letícia Bartholo, Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Para a Secretária Letícia vamos disponibilizar o tempo de cinco minutos, tá?

A SRA. LETÍCIA BARTHOLO – Boa tarde, podemos começar?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Sim.

A SRA. LETÍCIA BARTHOLO (Para expor.) – Boa tarde, Deputado Dr. Francisco, a todos e a todas Senadoras e Deputados aqui presentes, aos meus colegas do Executivo federal. Eu não vou tomar nem cinco minutos da atenção dos presentes, porque nós fizemos um acordo, para a melhor organização de nossas falas, de que a Secretária Eliane Aquino use os nossos tempos para fazer uma apresentação mais consubstanciada do desenho do programa.

Sr. Deputado, pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI. *Fora do microfone.*) – Pode.

A SRA. LETÍCIA BARTHOLO – Foi o nosso combinado. Então, nós ficamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Então, já que teve esse entendimento, a gente disponibiliza aqui para a Secretária Eliane Aquino fazer a apresentação e, naturalmente, ficariam os outros participantes, convidados representando os diversos ministérios para essas perguntas que foram apresentadas aí pelo portal e também, após a apresentação, para as que os Senadores e Deputados presentes possam vir a fazer.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ELIANE AQUINO (Para expor.) – Olá! Boa tarde! Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Relator, Dr. Francisco, saudar todos os nobres Deputados e Deputadas aqui desta Casa, saudar os Senadores e as Senadoras e dizer que é uma honra estar aqui hoje para a gente poder discutir um programa que tem uma relevância enorme para o nosso país.

Nós estamos falando de um programa que tem... (Pausa.)

Ah, joia. Está bom. Obrigada.

Nós estamos falando de um programa que tem 18 anos de implantação no Brasil, teve na uma desconstrução e agora nós estamos redesenhando o modelo, que é o Programa do Bolsa Família.

Eu vou tentar fazer uma apresentação bem rápida para a gente poder ter tempo de abrir para as perguntas.

Nós estamos falando desses quatro eixos: prioridade e respeito às diferenças dos que mais precisam de proteção. Nós tivemos um aumento muito grande da pobreza e voltamos a colocar o Brasil no Mapa da Fome nos últimos tempos. Nós sabemos o quanto esse recurso é fundamental para as famílias brasileiras. É um programa consolidado, mas que precisa de várias outras políticas. Precisa do Congresso Nacional, dos Governadores e das Governadoras, dos estados, dos municípios, porque só assim a gente consegue fazer realmente uma rede de proteção efetiva para essas famílias.

Então nós dividimos o programa hoje em quatro eixos: prioridade de respeito às diferenças; garantia de renda e ampliação da proteção de crianças, principalmente na primeira infância. Nós já temos vários estudos no mundo que falam da importância dessa primeira infância. Quando a gente cuida dessa primeira fase da vida, essas crianças carregam o que de melhor foi passado para elas para o resto de suas vidas. E esse é um foco muito importante dentro do Programa Bolsa Família hoje em dia; uma preocupação do Presidente, uma preocupação do nosso ministro e de toda a nossa equipe, que já se debruçou sobre vários estudos, ao longo de todos esses anos, que já foram feitos através do Bolsa Família.

Então, a qualificação do Cadastro Único para focar a atenção aos cidadãos em situação de vulnerabilidade e pobreza. Nós estamos fazendo todo um novo olhar em cima do Cadastro Único; o fortalecimento da articulação federativa e interministerial. Isso é a articulação entre desenvolvimento, assistência social, saúde, educação e trabalho. É a gente voltando a construir juntos para olhar para essas famílias.

Por que a retomada do Bolsa Família? Como eu falei para vocês, é um legado de eficiência e transformação social de 18 anos do programa. Um dos programas... É o maior programa de transferência de renda do mundo, o maior programa pesquisado por outros países, cujo resultado nós sabemos: o quanto tirou a nossa população do Mapa da Fome, mas nós ainda precisamos avançar muito mais.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, o legado do Bolsa Família. Ele é um programa de transferência de renda condicionada no mundo e se caracteriza por três aspectos: foco em famílias em situação de pobreza; ampliação da oferta de serviços de saúde, educação e assistência social; promoção na renda e na oferta de serviços para reforço da autonomia e fortalecimento da proteção social. A atuação dos estados e municípios permitiu que o programa chegasse aos locais mais distantes e com maiores vulnerabilidades. Isso graças à pactuação federativa que foi construída, lá atrás, entre Governo Federal, estados e municípios.

O legado do Bolsa Família é a transformação das gerações futuras, as condicionalidades. Quais foram os resultados dessas condicionalidades? Aumento da matrícula e da frequência escolar; aumento da curva de crescimento de crianças de zero a cinco anos e melhora dos indicadores de saúde, em geral, como resultado das melhores condições de alimentação e nutrição; promoção do acesso à saúde de gestantes, crianças e adolescentes e à educação, visando romper o ciclo intergeracional da pobreza via articulação intersetorial e interfederativa para a oferta.

Os benefícios concedidos prioritariamente às mulheres. Nós sabemos o quanto que, no Brasil, nós temos uma grande parte das mulheres que são chefes de famílias, são mães solo, e que o recurso, chegando para elas, é muito mais bem utilizado nas condições básicas das necessidades de vida da nossa população. Então, nós queremos, estamos resgatando, colocando essa mulher como fonte prioritária, como beneficiária do Programa Bolsa Família.

O legado e a reconstrução ligados ao combate à fome. O Programa Bolsa Família foi o componente mais importante para a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014. Em 22 anos, a redução do problema havia sido de 84,7%; hoje, mais da metade da população brasileira, 58,7%, convive com algum grau de insegurança alimentar, seja grave, leve ou moderada. Então, nós precisamos tirar realmente o Brasil do Mapa da Fome. Para isso, como nós temos dito, é preciso principalmente fazer novamente um olhar para que a gente volte a colocar essas pessoas nos orçamentos, seja no orçamento federal, seja nos orçamentos estaduais e municipais, porque só uma ação realmente intersetorial, interfederativa para colocar peso no desenvolvimento dessas famílias.

Então, deixe-me colocar aqui.

Aqui, há os dados relacionados à saúde – gente, eu vou olhar para cá, porque eu não estou enxergando direito. Então, a redução de 17% da mortalidade entre crianças menores de cinco anos nos municípios com alta cobertura da Estratégia Saúde da Família. Nós sabemos o quanto, lá atrás, com o Programa Bolsa Família, em parceria com as saúdes municipais, com os municípios que tinham suas equipes de saúde montadas, nós conseguimos diminuir a mortalidade infantil. Hoje nós tivemos um aumento, nos últimos tempos, dessa mortalidade, devido à fome, devido à desnutrição, devido à falta de acompanhamento dessas crianças. Então, nós queremos realmente voltar, fazer com que essas condicionalidades sejam efetivadas e que essas crianças sejam acompanhadas em todos os municípios brasileiros.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós tivemos uma queda de 51% no déficit de estatura, da desnutrição crônica, para as crianças com acompanhamento; redução da prevalência de crianças nascidas com baixo peso; aumento da cobertura vacinal; redução do número de mulheres grávidas que deram à luz sem receber qualquer assistência pré-natal; taxa de cura 7% maior nos casos de tuberculose nos beneficiários, quando comparados com os não beneficiários.

Agora, nós estamos em plena reconstrução do Bolsa Família. Nós queremos a retomada dos acompanhamentos, em 2023, com meta de 80% nas condicionalidades de saúde até o ano de 2026.

Em relação ao acesso à educação, nós tivemos a diminuição da falta escolar de crianças entre 7 e 14 anos em 3,6%, em relação às crianças não beneficiárias. Ou seja, as nossas crianças que eram acompanhadas pelo programa Bolsa Família tinham uma maior frequência escolar. O recebimento dos benefícios responde por um aumento na probabilidade de as crianças de 7 a 14 anos frequentarem a escola de cerca de 128%.

O cumprimento das condicionalidades representa chance menor de repetência em cerca de 40%, aumento das matrículas de 1ª a 8ª série, diminuição das taxas de abandono escolar e aumento das taxas de aprovação.

O monitoramento das frequências diminuiu a taxa de evasão e aumentou a progressão escolar ao longo de 2008 a 2012.

Eu costumo falar muito que, quando a gente olha para as nossas universidades públicas hoje e quando a gente vê o grande número de pessoas, de jovens negros e negras que foram usuários do Programa Bolsa Família lá atrás, isso é fruto do legado que o Bolsa Família nos deixou.

Então, nós não temos como olhar para esse passado e falar que ele não teve realmente muita efetividade no nosso país. O que nós queremos não é que seja um programa de transferência de renda eterno para o nosso país, mas nós queremos, cada vez mais, chamar a atenção de todos os estados e municípios brasileiros para que a gente olhe para esse público e, principalmente, para esse público de crianças e adolescentes.

Nós falamos muito sobre o analfabetismo, sobre a miséria, sobre a violência, sobre a desnutrição, mas a única forma para 80% dessa população brasileira que é de baixa renda, a única forma de mudar esse quadro é se a política pública chegar até a vida delas. Se a política pública não chegar, nada mais chega.

Então, nós estamos chamando, nessa reconstrução desse novo modelo do Bolsa Família, nós estamos buscando, fortalecendo esse papel intersetorial, o pacto federativo com os estados e municípios, com os órgãos fiscalizadores – um dos pontos que a gente encontrou, agora, quando a gente chegou, já





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

foi toda uma recomendação dos órgãos de controle para a gente reformular a política de transferência de renda.

O novo Bolsa Família amplia o foco nessa nova geração, como eu acabei de falar para vocês: a reconstrução do pacto federativo como elemento essencial do fortalecimento do programa; a retomada da equidade, garantindo a transferência de renda justa para a superação de pobreza a todas as famílias; a ampliação do investimento na primeira infância; a atualização das linhas de pobreza, de R\$210 para R\$218, e de proteção, que é a permanência, de R\$525 para R\$660 – o que significa meio salário mínimo; a redução do custo-efetividade do programa, de forma a ampliar os impactos positivos com o mesmo valor do investimento financeiro.

Nós temos aqui dentro, hoje, do Bolsa Família, dos beneficiários do Bolsa Família, agora, no mês de abril de 2023, 54,3 milhões de pessoas beneficiárias. Nós temos 94 milhões de brasileiros no Cadastro Único. Isso significa que quase metade da nossa população está dentro do Cadastro Único.

Então, sobre isso, eu costumo dizer que nós precisamos trabalhar muito, porque tem alguma coisa errada quando nós temos metade da nossa população que está buscando um benefício e está dentro do Cadastro Único. Então, isso significa que nós precisamos melhorar muito a qualidade de educação, de trabalho, de renda, de saúde de todas as famílias brasileiras.

Desse público de 54,3 milhões, nós temos metade que é de crianças e adolescentes de até 18 anos, 23,8 milhões. Uma boa parte entre 0 e 18 anos é beneficiada, está nessas famílias.

O recurso financeiro da transferência de renda foi de R\$13,994 bilhões agora, no mês de abril.

Aqui nós temos, pelas faixas etárias, um percentual de beneficiários do Bolsa Família – por faixas etárias –, a situação da transferência antes da retomada do Bolsa Família.

Como funcionavam os R\$600 no programa anterior? Nós não estamos aqui, simplesmente, para falar de todos os problemas que os próprios órgãos de controle já nos mostraram, vários estudos também já nos mostraram, mas nós estamos aqui para olhar novamente para esse programa e olhar daqui para a frente. E não só para uma parcela do Brasil, mas nós queremos que isso seja um programa de todos nós, que nós consigamos olhar para esse programa com a efetividade de que ele precisa, mostrar e lembrar o seguinte: que o Brasil é de todos os brasileiros, como o Presidente costuma enfatizar muito fortemente.

O valor antes era um valor único de benefício por família, não levava em conta o tamanho da família. Ignorava as características de cada família, desconsiderava as suas necessidades. Havia ausência completa de equidade na distribuição de renda. Era um programa que pagava, por pessoa, mais para um homem que mora sozinho do que para uma família chefiada por mulheres e com crianças.

O benefício da primeira infância só atendia crianças de zero a três anos. Isso significa que nós tivemos um aumento muito grande de pessoas como um homem que morava sozinho que recebia,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

enquanto nós tínhamos ainda um número muito grande de famílias com crianças de mães solo e com pessoas com deficiência que não conseguiam entrar no programa.

Então, com esse novo olhar para o Cadastro Único, nós estamos querendo, realmente, fazer com que esse programa de benefício de renda chegue, cada vez mais, a essas famílias e às famílias mais vulneráveis do nosso país.

O novo Bolsa Família. Nós estamos colocando... Nós nem chamamos mais de o novo Bolsa Família. Nós estamos falando só o Bolsa Família, mas, como, aqui, a gente quer que se diferencie para vocês, então, nós colocamos a palavra novo. Um dos principais objetivos do novo programa é corrigir as desigualdades na transferência de renda entre as famílias, ocasionada pelo desenho equivocado do Auxílio Brasil.

O novo Bolsa Família retoma o olhar para o tamanho e as características de cada família na definição dos pagamentos e dos benefícios. O novo programa Bolsa Família retoma, em parceria com estados e municípios, o acompanhamento das crianças em todo o período da primeira infância – agora, nós estendemos o programa até os 6 anos, não só até os 3 anos – e também prioriza as demais crianças e adolescentes.

O primeiro Bolsa Família garantiu renda para que as famílias superassem a extrema pobreza. Agora, a renda garantida no novo Bolsa Família, articulada com outras políticas públicas setoriais, busca que as famílias superem a pobreza. Nós não estamos mais nem falando em extrema pobreza, estamos falando em pobreza.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIANE AQUINO – Também.

O foco na primeira infância, como eu já falei aqui, da importância realmente. Eu costumo dizer muito que, se a gente quer mudar realmente a situação de pobreza e vulnerabilidade neste país, a gente precisa fechar o ralo, o ralo das desigualdades, o ralo da evasão escolar e, para isso, a gente precisa realmente jogar peso em todos os estados brasileiros, olhando para as nossas crianças.

Em 2021, a taxa de pobreza no Brasil, de crianças com até 6 anos de idade, atingiu 44,7%, ou seja, 7,8 milhões de crianças em situação de vulnerabilidade de renda. É o pior índice desde 2012.

O novo Programa Bolsa Família expande significativamente o investimento nas crianças de até 6 anos de idade. O Bolsa Família já está atendendo 8,89 milhões de crianças nessa faixa etária, contribuindo para a garantia da alimentação nos primeiros anos de vida, fase em que a nutrição adequada resulta no desenvolvimento saudável do corpo e no aumento das capacidades cognitivas do indivíduo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

As premissas gerais do novo Bolsa Família: todas as famílias recebem no mínimo R\$600; todas as crianças da família, de 0 a 6 anos, recebem um adicional de R\$142; nenhuma família vai receber menos que o Auxílio Brasil na mudança do programa; e todas as crianças e adolescentes são prioridades no Programa Bolsa Família.

Aqui a gente está mostrando para vocês a estrutura do benefício. Nós estamos dando um exemplo ali de uma família, de uma mãe com um filho de 15 anos e uma criança de 0 a 6. Então, a nossa estrutura, que a gente chama de cesta de benefícios, compõe o seguinte: benefício de renda e de cidadania, que são R\$142 pagos a cada pessoa da família, então, cada um desses três já recebe um valor de R\$142, totalizando R\$426; um benefício complementar de mais R\$174 para poder chegar aos R\$600; e um benefício da primeira infância para as crianças de 0 a 6 anos, em que vão receber mais R\$150, pago por criança.

E aí vocês podem me perguntar: "Mas também vão continuar só duas crianças ou qual o número estabelecido?". Quantas crianças estiverem na família, de 0 a 6 anos, receberão o benefício da primeira infância de R\$150 e o benefício variável familiar, que são mais R\$50, a partir, agora, de junho, para crianças de 7, jovens de 18 anos e gestantes. Então, uma família com três pessoas recebe um benefício mensal por volta de R\$800.

São as considerações finais.

Como tínhamos só cinco minutos, tentamos fazer aqui o mais breve possível, mas vamos abrir aqui e dizer que estamos à disposição, tanto nós aqui como toda a equipe do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. Aqui nós estamos com o Secretário Nacional de Assistência Social, que é o André Quintão. Cadê o André? A Secretária Letícia Bartholo, que é a secretária responsável pelo Cadastro Único. Letícia? (Pausa.)

Está aqui. A Júlia, da Casa Civil; nós estamos com o Ministério, Eduardo – cadê ele? –, do Ministério do Trabalho, Carlos Augusto do Ministério do Trabalho; Débora Freire, que é a Subsecretária Fiscal da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda; temos representante do Ministério da Educação, cadê? (Pausa.)

Desculpa. Ministério da Saúde também. Ministério da Saúde acho que não está.

Mas eu quero falar para vocês que todos nós estamos à inteira disposição de vocês, para a gente poder vir aqui outras vezes, vocês visitarem o nosso ministério, e a gente fazer com que esse Programa Bolsa Família realmente seja um programa de todos os brasileiros que necessitem.

Então, nas considerações finais, o novo Bolsa Família aumenta expressivamente o valor dos benefícios do programa, bem como recoloca ênfase na qualificação do Cadastro Único e no





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

acompanhamento das condicionalidades, tendo como meta reduzir o ciclo intergeracional da pobreza e as desigualdades sociais.

Nós temos muita clareza que a gente precisa trabalhar muito, mas que só o Bolsa Família não é o fundamental para elevar a qualificação educacional, a geração de emprego e renda das nossas famílias brasileiras.

O Bolsa Família sozinho não dá conta jamais e nenhum programa de transferência de renda. Então nós precisamos, cada vez mais, articular com outras políticas nos estados e municípios para que olhem para esse público para que a gente realmente chegue num determinado momento e que a gente não sonhe simplesmente com o fim da transferência de renda no nosso país; que a gente consiga realmente elevar a condição de cada brasileiro e de cada brasileira, tendo no mínimo três refeições ao dia, melhorando a nossa educação, melhorando a nossa saúde e gerando oportunidades de igualdade para a nossa gente.

Nós temos já diversos estudos que mostram o quanto essa população trabalha e trabalha muito. Mesmo sendo pessoas que dependem do Programa Bolsa Família, mas que trabalham muitas vezes desde a sua infância e que trabalharam a vida inteira na informalidade, sem carteira assinada, muitas vezes em trabalhos precários e que dependem hoje do Bolsa Família.

O que nós queremos é exatamente articular com outras políticas, com os estados e municípios para a gente poder olhar para esse público Bolsa Família e falar assim: "Esse público é responsabilidade de todos nós, de todos os gestores e gestoras, de todo os servidores que atuam em prol de melhorar o nosso país".

Os benefícios serão maiores, especialmente para famílias com crianças, gestantes e adolescentes, aumentando efetivamente o combate à pobreza. Estabelece como essencial e estruturante a articulação interfederativa e intersetorial para o alcance da superação da pobreza.

Em 2018, o Programa Bolsa Família representava 0,6% do PIB. A nova proposta do Programa Bolsa Família representa 1,7% do nosso PIB. Então, nós conseguimos colocar o Programa Bolsa Família novamente de pé. Nós temos muita certeza do quanto ele já ajudou o nosso país, mas nós sabemos também que nós não podemos olhar para esse programa como há 20 anos.

Os desafios do nosso país mudaram, nós passamos por uma pandemia onde uma boa parte das nossas crianças ficou um tempo fora das escolas, então nós não podemos deixar de olhar para essas crianças.

Hoje, por conta da pandemia, nós temos crianças que chegaram ao 4º, ao 5º ano sem ler e escrever. Nós estamos vendo essas crianças hoje. Então, nós precisamos fazer essa articulação dentro do programa, fazer o acompanhamento novamente das condicionalidades.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós estamos discutindo muito com o Ministério da Educação e com o Ministério da Saúde, e a gente espera que, daqui a quatro anos, nós tenhamos essas crianças aprendendo na idade certa. Sendo assim, melhoramos o futuro, que não vai ser uma melhora do futuro só da vida delas, mas a melhoria do nosso país.

Então, me coloco à disposição aqui, Relator, agradeço pelo convite e estamos à disposição para a gente discutir qualquer ponto que tenha ficado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui à Secretária Eliane Aquino pela apresentação e quero aqui já passar, aqui, na ordem até de inscrição, ao Senador Beto Faro, para que ele possa proferir. E aí fica a Secretária Eliane Aquino ou algum dos outros representantes que se sentirem em condições de responder aos questionamentos dos Parlamentares.

Queria sugerir, aqui, como temos poucos presentes, que a gente fizesse a sequência dos inscritos e a gente devolvesse para que vocês pudessem fazer algum esclarecimento.

O SR. BETO FARO (PT - PA. Para interpelar.) – Nossa Presidente e Relator, Dr. Francisco, Deputado; Eliane, que representa aqui o Governo e os ministérios que estão diretamente ligados a essa questão do Bolsa Família; nobres Deputados e Senadores presentes, primeiro quero parabenizar a estruturação do programa. Nós estamos vendo um programa que tanto aumenta o custo do programa, a renda das pessoas, como trata essa questão de uma forma mais ampla, não como só um mero repasse de dinheiro para as famílias que precisam. Não é só isso. Trata da questão da educação, do acompanhamento, uma questão fundamental.

Eu pedi e já fiz uma conversa anterior inclusive com o nosso Relator, porque nós temos uma realidade na Amazônia e no meu Estado do Pará, que são os pescadores artesanais. Os pescadores artesanais, por uma portaria, desde a criação do programa e do seguro-defeso, recebiam os programas. Uma portaria feita no ano passado do Ministério da Cidadania fez com que as pessoas não pudessem receber os dois benefícios nos meses do seguro-defeso. Primeiro, o seguro-defeso é de acordo com a espécie. Então, tem espécie que é quatro, oito, cinco meses, depende, mas se contam hoje, através dessa portaria, seis meses. Você deixa de receber o Bolsa Família durante seis meses, mesmo sendo, para muitas das espécies, só quatro meses de seguro-defeso. O cadastro dessas pessoas é das regiões mais distantes, inclusive região rios, de ilhas, com muito mais dificuldade para se poder trabalhar. O programa trata de questões distintas. Nós estamos ali numa espécie de garantia, inclusive, à reprodução das espécies de pescado e tudo, no incentivo. E a gente percebe claramente que, quando as pessoas não têm essa renda naquele período, a espécie fica menor quando ela é pescada posteriormente, comprometendo inclusive a reprodução da espécie. Então, da nossa avaliação, não há por que as famílias não receberem esses benefícios.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Nós já tínhamos isso durante todo o período. É uma portaria. Acho que naquela política de diminuição, de não ter apreço, de fato, pelas pessoas que estão... Então nós precisamos fazer... Não fiz emenda; um equívoco. Não fizemos emenda no período correto, mas o Relator pode, na nossa avaliação, junto com o ministério, avaliar o impacto, na nossa leitura. Não é uma coisa exagerada, mas para aquelas famílias é importante e fundamental.

Então eu peço aqui – nós estamos já numa fase de bastante debate, daqui a pouco sai o relatório para que a gente possa votar na Comissão – ao nosso Relator, que eu sei que tem sensibilidade, conhece o problema, conhece a situação, e à equipe do nosso Governo que a gente possa garantir que as mães, as famílias que recebem o seguro-defeso naquele período possam também ter acesso ao Bolsa Família. Isso como uma garantia de que, com certeza, nós melhoraremos muito a vida, de fato, daquelas pessoas e, quem sabe, seja essa das formas também de a gente poder começar a sair do Bolsa Família e ir para uma política efetiva de renda para essas famílias.

É esta a solicitação para o Deputado Dr. Francisco: que a gente possa contemplar aqueles milhares de pescadores artesanais que vivem no Pará, na Amazônia, em várias regiões do nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Eu queria me permitir agradecer ao Senador Beto Faro e permitir agora a fala da Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nossos convidados, Srs. Senadores e Srs. Deputados, primeiro – eu não sei como é que funciona o Senado, mas sempre funcionou de outra maneira – eu queria sugerir que, a partir das próximas reuniões, nosso convidado fique à mesa para que a gente possa interagir de outra maneira, olhar como funciona... pelo menos sempre foi assim.

Enfim, como eu passei quatro anos fora desta Casa e eu nunca vi tantas mudanças, então continuo me assustando.

Bom, eu tive a honra, nobre Relator, de, durante a última gestão, participar do Governo da Prefeitura do Rio, especialmente na Secretaria de Assistência Social. Então acompanhei essa transição malévola para a população, o que foi perder o Bolsa Família – não só na época do auxílio emergencial, mas, depois, na época do Auxílio Brasil – e como isso impactou as prefeituras, especialmente, no meu caso, a Prefeitura do Rio de Janeiro.

Eu queria saudar a todos aqueles que construíram o Cadastro Único. Não existe – e eu estudei muito – nada semelhante ao Cadastro Único. Talvez seja o grande resumo de dados de um país como o nosso. Mas é importante a gente lembrar algumas coisas. Eu, às vezes, fico preocupada porque as pessoas acham que todo mundo tem direito ao Bolsa Família. Não é um programa de transferência de renda como foi o auxílio emergencial, que era por um momento. É um programa para as pessoas vulneráveis.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quantas vezes eu ligava a televisão no Bom Dia RJ e via aquelas filas gigantescas do Cras, aí vinha uma pessoa e dizia assim: "Eu recebo um salário mínimo e queria receber também o Bolsa Família e o PAA". Eu digo: "Mas ela não tem direito. O que ela está fazendo na fila do Cras?". Então, a minha primeira sugestão não para V. Exa. – eu fiz uma emenda; eu vou, já, já, falar nela –, mas para a equipe do ministério é de que, pelo amor de Deus, informe quem tem direito! Eu estou informada, mas a população não está informada. Divulguem quem tem direito; façam entender que o Bolsa Família não é para todas as famílias, não é uma complementação de renda, mas é uma tentativa de salvar a vida daquele vulnerável, absolutamente vulnerável!

A Eliane estava falando, e eu consertei e disse: "Não, extrema pobreza também", mas, de qualquer jeito, extrema pobreza ou pobreza são valores muito pequenos se a gente pensar que é o preço provavelmente de um jantar de alguém muito importante numa cidade, num restaurante importante de São Paulo. Não vou dizer os nomes, senão o povo se assusta, mas vamos continuar.

Bom, isso é o Cadastro Único. Letícia, boa sorte e conte comigo no que você precisar, onde eu puder ajudar!

E, Eliane, o Bolsa Família se consolida por conta do que vocês chamam de condicionalidades, ou do que eu chamaria de condicionantes. Sem elas – e foi este o grande erro da proposta do Auxílio Brasil –, sem essas condicionalidades não faz nenhum sentido, é simplesmente entregar o dinheiro. Claro que resolve a vida pontual, mas aí você nunca vai – é a tal história da vara de pescar, que as pessoas conhecem mais –, você nunca vai transformar efetivamente a vida daquela pessoa.

Agora, eu vou fazer um pedido, meu Relator: eu apresentei... Eu assumi no mandato passado, eu cheguei a assumir, mas eu passei um dia e voltei para a secretaria, porque eu achava que era mais produtivo. Mas eu apresentei um PDL para acabar com o que eu chamo da portaria do calote, que é a Portaria 2.362, e eu não consigo votar, porque, no fundo, ela é interessante para qualquer governo, mas ela é criminosa. Essa é a portaria do calote, porque ela diz mais ou menos, Relator, o seguinte: se eu, no Ministério da Assistência, não tiver dinheiro, eu não repasso para os municípios e não cumpro a Constituição. Então, é a esculhambação da esculhambação! Perdoe-me pela palavra, mas imagina uma portaria que diz: "Não vou passar, não vou fazer os repasses constitucionais", ou seja, vou desrespeitar a Constituição por portaria. Então, como eu faço parte desse Governo, votei no Presidente Lula e sou Vice-Líder do Governo, eu me sinto na obrigação de dizer que este, sim, seria um grande avanço quando a gente fala de transformação na área de assistência e quando a gente diz da importância de ajudar os municípios.

Outro ponto que eu acho que é hiper-relevante – nisso a gente nunca pensa –: os orçamentos municipais para assistência são mínimos, mínimos, em todos os estados, em todas as cidades; é um negócio assustador! E a gente entende, por conta do Suas, dos repasses que nunca chegam, mas que existem. No Rio, foram quase 40% a menos; o Prefeito da cidade bancou com a fonte 100. Mas uma coisa





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que talvez fosse importante seria que as secretarias, as secretarias principalmente do Bolsa Família e do Cadastro Único, começassem a pensar que os Cras não estão estruturados para receber tanta gente. É impossível, com quatro, cinco profissionais, você atender uma cidade. Então, as filas são muito além do que é esperado, não por desídia, mas por falta absoluta de estrutura. E isso não funciona, Senador, não é só na cidade do Rio de Janeiro, não, mas em qualquer cidade, é na menor e na maior, porque como é que você está preparado para a pobreza de 50% da população? Ninguém está preparado para isso e muito menos a assistência social de uma maneira geral por conta dos investimentos.

E eu queria, terminando, Relator, por conta do tempo – não vou falar aqui todas as mazelas, porque eu iria ficar doida –, eu fiz uma emenda, porque tenho certeza de que foi apenas um equívoco, para que a gente pudesse incluir, além das gestantes, as nutrizes, porque elas também, em um determinado momento, precisam muito mais de recursos até do que as gestantes porque elas vão estar amamentando suas filhas e filhos.

E quero agradecer e parabenizar pela possibilidade de participar desta Comissão porque eu acho que a gente pode... quer dizer, nessa medida provisória o nosso Governo, o Governo Lula, de alguma maneira, restabelece o que eu acho que é o principal, que é – e eu vim da ONU, numa reunião da juventude – repensar a questão da primeira infância. Não tem nada mais sério nesse momento, se a gente quer um Brasil mais justo, mais humano, do que fortalecer cada vez mais as crianças de zero a seis anos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui à Deputada Laura, que já teve a oportunidade de ser gestora da área...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – ... que conhece muito bem essa situação, e vou permitir aqui ao Deputado Ricardo fazer o seu questionamento.

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO. Para interpelar.) – Eu gostaria de agradecer pela oportunidade, de parabenizar a nossa secretaria pela exposição, assim como também agradecer pela presença de todos os representantes de outros ministérios, que vêm contribuir com esse importante debate, quando a gente se debruça sobre uma medida provisória da maior relevância. Porque o programa Bolsa Família, para mim, é o maior programa e o mais importante programa do nosso país, e a gente precisa dar a devida importância a ele nessa visão mesmo de olhar cada família do jeito que ela é, para ali, de acordo com a realidade, poder garantir a renda mínima adequada para essas pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade.

Mas é preciso reforçar aqui – e essa é a minha preocupação – essa visão interdisciplinar do programa. É importante a gente garantir essa renda às famílias que passam por uma situação de extrema





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pobreza. E o nosso país, infelizmente, tem grande parte da sua população vivendo nessa condição, e a gente não pode fechar os olhos para essa realidade.

Contudo, o que me parece é que falta ainda um diálogo mais forte entre os ministérios. Tanto é que foi a partir de um requerimento de minha autoria que esta Comissão achou por bem a presença do Ministério da Educação, a presença do Ministério do Trabalho para a gente reforçar esse alcance, esse olhar diferenciado para o programa, porque eu tenho alguns questionamentos, algumas preocupações.

Nós temos três estados brasileiros que têm mais beneficiários do programa do que pessoas com carteira assinada. Isso reflete uma preocupação quanto à extrema pobreza em que vivem esses estados, principalmente os da Região Norte ou Nordeste. Daí a necessidade de a gente debater, de uma maneira mais consistente, a capacitação profissional, para que essas pessoas inseridas no programa possam ter acesso ao mundo do trabalho. Eu acho que isso precisa ser uma constante, principalmente nesse diálogo com o Ministério do Trabalho, para a formulação desses diversos programas. A gente tinha o Pronatec, a gente tinha o Projovem. A gente precisa pensar isso de maneira mais coordenada.

Outra questão também que me traz bastante preocupação – e não é a visão de penalizar duas vezes essas famílias, mas o acompanhamento mesmo – é como se dá a comprovação da frequência escolar, como é que a gente vai acompanhar a frequência escolar desses beneficiários, uma vez que essa também é uma condicionante do programa. É claro que a gente não quer penalizar essas famílias que já estão penalizadas pela situação de infortúnio que vivem, mas é importante a gente garantir uma interlocução também com o Ministério da Educação, com os secretários de estado de educação e com as secretarias municipais, nesse esforço de manter essas crianças e esses jovens na educação regular.

Daí vem outra constatação. Participei esses dias de uma audiência importante na Comissão de Educação, que traz um dado muito preocupante com relação ao aumento da evasão escolar: os nossos jovens estão saindo da escola para poderem trabalhar – e não trabalham com carteira assinada. Felizmente a gente precisa ter um olhar e uma atenção a essas questões.

Outra preocupação diz respeito às mães, que geralmente são negras e pardas. Nós temos pelo menos 67% dos beneficiários com essa característica. Que tipo de ação nós vamos voltar a essas mães no que diz respeito também à qualificação, à capacitação e ao empreendedorismo, para que se possa também garantir a condição de buscar a sua própria sobrevivência, crescendo a renda da família, como maneira inclusive de migrarem, e, ao ganhar essa condição, poderem sair do Programa Bolsa Família com dignidade?

Eu também tive a oportunidade de apresentar aqui... Foi sugerida a suspensão do consignado para o BPC. É claro que a gente precisa aqui entender... Eu também vejo com uma certa preocupação com relação ao Bolsa Família até maior do que ao BPC. Hoje, infelizmente, com a suspensão do consignado para o BPC, essas famílias se sujeitam a pagar 10 a 15 vezes mais juros dessas operações. E a gente precisa





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

olhar com atenção. Inclusive, eu fiz esta gestão junto ao nosso Relator, para que a gente possa reavaliar a condição de abrir a possibilidade para que os beneficiários do BPC sejam atendidos com essa operação de antecipação, para que possam também buscar alternativas de renda para melhorar a sua condição de vida.

E falando das mães do BPC, tem algo aqui que me cala profundamente. Nós temos mães que criam os seus filhos e fazem isso com muito amor, com muita fraternidade. São filhos que infelizmente têm deficiências que obrigam as suas mães a lhes dedicarem a sua vida toda. E me preocupa o fato de que, depois de as mães exercerem esse papel, infelizmente, quando perdem os seus filhos – e os estudos mostram que isso geralmente acontece até os 40 anos –, essas mães não têm qualquer tipo de renda ou qualquer condição de ter acesso ao mercado de trabalho. A gente precisa encontrar um jeito, seja através da Previdência, seja instituindo um benefício que possa garantir também para as mães do BPC essa condição.

Mas, resumidamente, o que eu gostaria de perguntar, principalmente ao Ministério da Educação e ao Ministério do Trabalho: o que vem sendo produzido, junto com o Ministério do Desenvolvimento Social, no que diz respeito à capacitação e ao acompanhamento dos beneficiários do programa, que estão na educação regular, como forma de garantirmos, para além do Programa Bolsa Família, a autonomia dessas pessoas, que só vai acontecer, verdadeiramente, através da oportunidade de emprego, que eu acho que é o mais importante?

Quero parabenizar e agradecer essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui ao Deputado Ricardo Ayres.

Agora passo a palavra para o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PSDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, quero parabenizar, pela exposição, a Secretária Eliane e toda a equipe do Governo Federal que está aqui presente e pedir uma particular atenção de V. Exa., Sr. Presidente, para duas emendas que apresentei.

Apresentei uma série de emendas tentando aperfeiçoar o texto, mas, para duas, em particular, eu peço que V. Exa. tenha atenção. A primeira delas é a 182, que suprime o §2º, do art. 4º da medida provisória, que nada mais faz do que excluir o BPC da base de cálculo da renda *per capita*. Porque, veja, são verbas de objetivos absolutamente diversos, e hoje o recebimento do BPC, não raro, impede aquela família do recebimento do Bolsa Família. Você penaliza uma família por uma situação que não depende dela. Então, peço a atenção de V. Exa. para essa emenda e também para a Emenda 249, que foi apresentada, por sugestão do ex-Senador Suplicy, que defende a criação de um grupo de trabalho para a renda básica de cidadania. Ele não gera nenhum tipo de custo, não gera nenhum tipo de alteração





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

orçamentária, mas já cria um GT para que possamos avançar na garantia daquilo que é um direito constitucional hoje, que é a renda básica da cidadania, que será o futuro daquilo que hoje o Bolsa Família representa.

Então, peço a V. Exa. esse cuidado e reitero o agradecimento pela oportunidade de fala, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer aqui ao Senador Alessandro Vieira, e permitir ao Deputado Alberto Mourão que possa fazer uso da palavra.

O SR. ALBERTO MOURÃO (MDB - SP. Pela ordem.) – Eu queria aproveitar a oportunidade. Não sou da Comissão, mas apresentei uma proposta, a Emenda nº 100, e a minha presença aqui é para falar um pouco sobre...

Nós distorcemos, ao longo dos anos, a questão do projeto, introduzido há muitos anos. A gente tinha que fixar a obrigação da frequência, a questão da vacina, todos os instrumentos necessários para que a gente, no tempo, vencesse as dificuldades que tinha lá atrás.

Isso se deturpou nos últimos anos e a gente tem uma situação caótica. O abandono e a retenção é muito grande. Nós estamos a quase 20%, na área da educação, no ensino médio, porque muitos dos jovens abandonam a escola para trabalhar, ou a retenção é provocada porque ele está naquela provocação do trabalho informal no dia a dia. Eu entendo que, se a gente não avançar num suporte às famílias que têm filhos no ensino médio, principalmente estimulando o ensino de período integral, a gente não vai conseguir avançar numa boa formação.

Então, a minha proposta é que, já que o ministério anunciou que vai reduzir em aproximadamente 5 milhões as pessoas dentro do sistema, porque há duplicidade... Fez-se muita coisa errada ao longo dos anos, aceitando cadastro de pessoas que não eram adequadas. Eu diria que parte dessa redução pode ser utilizada para introduzir uma bolsa de R\$600 para o jovem que estiver no ensino médio de período integral, até porque no Brasil isso deve representar algo em torno de 800 mil jovens, mas nem todos estarão no período integral. Isso seria uma forma de a gente incrementar o projeto no processo educacional adequado. Então, esse é o meu pedido para que se olhe com carinho essa emenda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Agradeço ao Deputado Alberto Mourão.

Eu queria aqui, não tendo mais nenhum inscrito, retornar a palavra para os convidados.

Vou deixar muito à vontade para que cada um possa... Aqui é mais direcionado à pergunta do Deputado Ricardo Ayres, que tem um direcionamento mais para o Ministério da Educação e o Ministério





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

do Trabalho, mas as outras eu acredito que o Ministério do Desenvolvimento Social possa responder. Então, vou deixar aqui a palavra...

A SRA. MARCIA SEROA DA MOTTA BRANDAO (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero agradecer ao Deputado por nos ter dado essa oportunidade de compartilhar um pouco o que nós temos pensado e feito no âmbito do Ministério da Educação com relação, na verdade, não ao Programa Bolsa Família... O Programa Bolsa Família, no nosso entendimento, é inquestionável em toda a importância que tem para o país, para a sociedade, para toda a população. Mas, em especial, nós do Ministério da Educação temos uma questão que nos tem sido muito favorável, porque, por meio do sistema que faz o registro da frequência, que é o Sistema Presença... Existe um sistema, no Ministério da Educação, que se chama Sistema Presença. Ele, no passado, esteve com o Inep e, a partir de janeiro deste ano, foi internalizado pelo Ministério da Educação. E, por meio desse sistema, nós temos muitas informações do aspecto educacional do programa, que é uma questão de que a gente não pode abrir mão de refletir.

Veja, a gestão local é feita pelas secretarias de educação estaduais e municipais. São eles que fazem a gestão, são pessoas das escolas que registram a frequência. E aí é bom esclarecer que a escola registra a frequência. O sistema que nós temos não é o sistema no qual a frequência é registrada. Nós temos um sistema em que disponibilizamos, de dois em dois meses, a sua abertura para as coordenações estaduais e os municípios, obviamente, para que os beneficiários que nos são oferecidos por meio de um arquivo pelo MDS sejam tratados dentro do sistema por meio do registro da frequência.

Então, há total transparência e segurança com relação a esse registro. Os municípios são responsáveis pela fiscalização do sistema no local e há uma rede que hoje conta com praticamente 90 mil profissionais em todo o país. Essa rede, do campo da educação, estaduais e municipais, é a rede que é responsável por registrar, importar essa sequência que é feita nas escolas para o Sistema Presença, que é aquele que nós, então, encaminhamos ao MDS, que é o acompanhamento do cumprimento da condicionalidade da educação.

Então, esse é um aspecto que diz respeito ao sistema, mas o sistema, para a gente, é apenas uma ferramenta. É uma ferramenta fundamental, porque garante a segurança das informações, a sua transparência, a sua validade, mas é uma ferramenta, porque, de fato, o que nós precisamos e começamos a fazer, nós, enquanto... Eu estou aqui representando a Secadi, uma secretaria que foi desfeita no Governo passado, que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão, e o que nós estamos, agora, começando a perceber – desculpe, não é perceber –, a identificar é que as informações que são geradas pelo sistema são aquelas que permitem ao Ministério da Educação a formulação de políticas públicas do campo da educação, voltadas, por exemplo, para permanência e êxito escolar.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, não se trata apenas a questão da intersetorialidade. Ela confere uma escala a uma política pública extremamente importante para o conjunto do país, mas também, para o Ministério da Educação, tem um gostinho especial, digamos assim, porque nos permite, junto com as secretarias estaduais e municipais de educação e, portanto, com o Consed e a Undime, refletir, formular e buscar estratégias, para que não haja uma criança fora da escola, não haja um adolescente ou um adulto fora da escola e, além de estar na escola, que ele tenha êxito escolar.

Aí o senhor traz a questão da qualificação profissional, que também nos é muito cara, para integrar a formação – seja a do ensino da educação básica – à capacitação profissional. Por exemplo, o MEC tem uma ampla rede federal formada pelos institutos federais. Então, poder fazer essa integração e de que forma isso pode ser feito, junto com o Sistema S ou outras entidades que oferecem a formação profissional, também já está sendo considerado.

Mas o que me parece ser o mais importante de tudo isso é a capacidade que nós estamos tendo. E eu gostaria de dizer que a gestão nacional do Programa Bolsa Família pelo MDS eu acho que contribui muito para essa questão da intersetorialidade, porque ele consegue fazer, nos níveis federal, estadual e municipal, essa integração da educação, do trabalho, da saúde e da assistência social.

Então, nós temos alguns dados, caso o senhor tenha interesse. O acompanhamento é feito de dois em dois meses. Nós acabamos de fazer, no dia 26 da semana passada, e encaminhamos ao MDS o arquivo com o resultado de todos os alunos, os beneficiários objeto de acompanhamento, com a frequência registrada. Para o senhor ter uma ideia, nós recebemos do MDS, dentro da faixa etária de quatro a dezoito anos incompletos, o número de 19.758.210. Então, esse é o público desse período de fevereiro e março. Para o período que vem, que começa agora em maio, o público pode ter aumentado. Geralmente, vai aumentando.

Nós temos também todo o acompanhamento que foi feito, basicamente, no ano anterior, que demonstra a taxa de acompanhamento. A taxa de acompanhamento significa o quê? Significa estudantes com frequência registrada. Porque nós temos muitas situações. E ela nos permite ver, por exemplo, escolas que não têm código do Inep, geralmente porque são escolas em áreas mais pobres, em que a escola é criada por meio de um anexo. Então, até ela receber o código do Inep, como é que fica a situação desse aluno? Permite-nos ver...

Nós temos, no formulário do sistema, uma exigência em que, quando o operador lança uma matrícula que esteja abaixo dos 75% e 60%, respectivamente, para a idade de 4 a 6 anos incompletos e de 6 a 18 anos incompletos, nós temos registros de baixa frequência. Então, a gente consegue identificar, por meio desse registro, onde não tem escola, onde não tem ônibus escolar, onde não tem alimentação escolar, se há algum problema de violência doméstica, se há problema de saúde, se há problema de falta de alimentação... Então, isso é muito mais do que uma condicionalidade, não é verdade? É um exercício





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de direito, e o Programa Bolsa Família também nos oferece essa dádiva, no sentido de a gente poder ter acesso a informações que, de uma outra forma, a gente não teria.

É isso, obrigada.

A SRA. ELIANE AQUINO (Para expor.) – Só para complementar aqui um pouco da fala, nós estamos voltando fortemente a fazer essa articulação com os ministérios, principalmente com o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, que são as duas grandes bases do programa.

A gente precisa lembrar que foi um programa que foi muito desmontado. Nós estamos vindo de algumas áreas do Governo Federal que foram completamente deixadas de lado, como esse acompanhamento do nosso público do Bolsa Família. E colocar novamente um programa como o Bolsa Família de pé, da mesma forma que ele é um programa extremamente grandioso – o maior programa social do nosso país –, também é o mais complexo. Então, nós estamos trabalhando muito, todas as áreas envolvidas, porque é uma determinação nossa mesmo e eu acho que de cada um que está compondo as secretarias nacionais, que tem compromisso real com a causa, e do nosso Ministro e do nosso Presidente.

Então, nós estamos fazendo realmente essa articulação, para que o Bolsa Família volte a ser acompanhado não como uma parte punitiva dentro das condicionalidades, mas que a gente tenha muito mais uma proteção social dessas famílias, que a gente trabalhe em conjunto nessa articulação para realmente fazer a proteção chegar lá na ponta, seja através do Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, seja através de todos os outros ministérios, que também fazem parte na construção deste legado que é o Programa Bolsa Família.

Eu quero só falar para vocês que eu acredito muito que, daqui a quatro anos, nós vamos olhar – não é, Letícia? – para todo esse histórico do que nós pegamos e do que nós deixaremos de resultado positivo daqui a quatro anos, seja na reconstrução do Cadastro Único, que, como a Nelma falou, é uma ferramenta que não é simplesmente uma base de dados, é uma ferramenta que ajuda qualquer estado e município.

E o que nós queremos realmente é que a população tenha muita ciência de quais são os critérios para fazer parte do Bolsa Família, e a gente quer que chegue realmente a quem precisa, essa é a nossa luta. Então, nós teremos ainda muito trabalho pela frente. Nós iniciamos a reconstrução do Bolsa Família, mas ainda temos muito trabalho pela frente, e com certeza também teremos muitos resultados positivos para a nossa população.

O SR. CARLOS AUGUSTO SIMÕES GONÇALVES JUNIOR (Para expor.) – Isso, Deputado.

Em primeiro lugar, agradeço o convite ao Ministério do Trabalho para participar deste evento tão importante. Agradeço ao Deputado Dr. Francisco e ao Deputado Ayres, que fez o requerimento e nos abriu aqui a oportunidade de participar deste evento.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Vou ser breve, mas gostaria de chamar a atenção para três aspectos que envolvem a discussão das políticas do trabalho e do Bolsa Família.

Só para recuperar um pouco, no primeiro ciclo e segundo ciclo do Governo do Presidente Lula, havia uma agenda permanente de discussão que envolvia o Ministério da Cidadania, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação. E ali se constituíam unidades de públicos para intervenção, especialmente no âmbito da qualificação profissional, ainda que se reconheça, e deva ser reconhecido, que os públicos não são necessariamente os mesmos. O do Bolsa Família tem uma característica claramente definida e circunscrita à vulnerabilidade social, que precisa de mecanismos e de estímulos para reinserção no mercado de trabalho, enquanto que a qualificação profissional e social no âmbito do Ministério do Trabalho trabalha com públicos mais amplos: aquele que, em tese, estaria vulnerável, mas também aquele que vive uma vulnerabilidade temporária em decorrência do desemprego no mercado formal do trabalho ou que busca alternativas no mercado de trabalho e não necessariamente é constitutivo do cadastro do Bolsa Família, mas busca ocupações, busca o trabalho, busca uma alternativa de renda.

Então, no passado, o Ministério do Trabalho trabalhava com esses três desenhos, *grosso modo*, no desenho da sua política de qualificação e tinha uma concertação política em torno desses públicos que tornavam a intervenção dos três ministérios complementares. E acho que é essa complementariedade que nós temos que resgatar na agenda desses ministérios. O Ministério do Trabalho está inteiramente à disposição para a gente reconstruir essa agenda, e gostaria de felicitar o Deputado por nos provocar, tomar essa iniciativa.

O segundo é chamar a atenção para o legado que nós assumimos no trabalho. O Ministério do Trabalho é decorrente, é um órgão novo, que já guardou memória na história do trabalho no país, mas ele é novo, ele é fruto do desmembramento do Ministério da Educação e, depois, do Ministério da Previdência Social. E, só para alertar os senhores, o orçamento da qualificação nos últimos anos – só para dar um nivelamento básico de informações aqui – foi, em 2018, para a qualificação profissional, R\$8,1 milhões de orçamento; em 2019, ele foi de R\$2,5 milhões; em 2020, ele foi de R\$16,9 milhões; em 2021, R\$6,9 milhões; em 2022, R\$19,8 milhões; e, agora, com a recomposição em 2023, cerca de R\$120 milhões. É um avanço importante o que se tem entre o ano 2022 e 2023, mas isso é só para deixar claro que a qualificação profissional e social no âmbito do trabalho foi completamente destruída – destruída não só em razão de uma dotação orçamentária; mas de memórias, de *expertises*, de gestores e formuladores de políticas capazes de nuclear a formulação da política e, ao mesmo tempo, interagir com os demais órgãos de Governo, especialmente com aqueles ministérios que desenvolvem ações que têm clara interface com a nossa agenda.

Então, este é o legado: um legado de reconstrução de políticas, um legado de reconstrução de equipes e de recursos. Quero aqui já antecipar que o esforço do Ministério do Trabalho no momento é a





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

reconstrução da política de qualificação profissional e social. A agenda com o Bolsa Família está sendo proposta e discutida já com o Ministério do Desenvolvimento Social, mas é uma agenda por ser construída, é uma agenda por ser detalhada, seja de universos, de compartilhamento de recursos, ou seja, de desenho dessa reconstrução, desse projeto a ser redefinido.

Assim também o Ministério da Educação. O Pronatec é fruto, em grande medida, de um esforço político e institucional no passado que envolveu Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e o próprio Sistema S. E essa é uma agenda que está ainda por ser... Ela está identificada, está sendo tratada entre os órgãos, mas precisa encontrar um eixo em termos de proposição comum que possa refletir essa interface claramente definida, Deputado, que me parece que é uma vontade política não só do Poder Executivo mas do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Eu queria aqui, para que a gente possa abrir até mesmo para as considerações finais dos expositores, ler algumas das perguntas que chegaram aqui da população de modo geral. Predominantemente, as perguntas são referentes ao BPC-Loas, à possibilidade do consignado aos beneficiários do BPC-Loas.

Aqui, a exemplo do que foi questionado pela Daiana Marques, do Rio Grande do Sul; Paulo e Márcia, do Distrito Federal; Ginaldo Cabral, da Paraíba; Nino Santos, de Sergipe; Paulo Ricardo, do Paraná; Dudu Reis, do Rio de Janeiro; Ginaldo Teixeira, também da Paraíba; Dudu Reis, do Rio de Janeiro, já colocamos; Vanila Santos Novo, de São Paulo; Robson Oliveira Mendes; Ana Maria dos Santos Araújo, de Alagoas; Nataniel Justino, de Mato Grosso; todos esses fazendo questionamentos sobre a possibilidade de retomada do empréstimo consignado para o BPC-Loas.

Também nós temos o José Pedro, do Distrito Federal, que questiona: "Como mais beneficiários e valor maior de benefícios podem contribuir para o crescimento econômico e melhoria das condições de vida em geral?".

O Luan Felipe, do Rio de Janeiro: "É importante que o governo invista em fiscalização do programa. Existe um desperdício bilionário desses recursos com pessoas irregulares".

A Josianne, do Amazonas: "Quais critérios necessários para obter o bolsa família, sendo que pessoas que necessitam foram cortadas do programa?". E a Josianne também coloca: "Este programa é necessário para baixa renda, pois diminui consideravelmente a fome".

Então, em resumo, são essas as perguntas que aqui chegaram.

Eu queria deixar aqui o espaço para as considerações finais dos expositores, começando aqui pela Secretária Eliane Aquino. Também fica aberto o microfone para os outros convidados fazerem suas considerações.

A SRA. ELIANE AQUINO (Para expor.) – Eu quero, em primeiro lugar, agradecer o convite.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero falar para vocês que nós estamos muito atentos a todas essas questões que foram colocadas aqui, principalmente em relação ao BPC. Nós estamos abrindo grupos de estudos para analisar, porque todos nós sabemos que nós temos um limite orçamentário que precisa ser muito bem trabalhado, mas, de forma alguma, nós estamos longe dessa questão.

E aí eu falo não só como Secretária Nacional, não só como a representante da Secretaria de Renda e Cidadania, mas eu falo como uma mãe especial. E eu sei exatamente a dificuldade do que é ser uma mãe solo e ter que cuidar de todas as questões de que as pessoas com deficiência precisam. Se nós estamos tendo dificuldade com as crianças ditas normais na inclusão no nosso país ao longo desses últimos quatro anos, em que todas as políticas foram desmontadas, imaginem na área de deficiência. Então, se nós estamos falando de um Brasil que precisa ser melhor para a primeira infância, para a nossa juventude, nós precisamos ainda de muito olhar para esse público do BPC, para esse público com deficiência, para as nossas crianças e adolescentes.

E nem de longe o Governo Federal está fechando os olhos para essa discussão. Nós estamos com muita clareza, mas com muita base técnica para fazer os estudos necessários dentro do orçamento permitido e dentro das questões de prioridades do nosso país.

E vou responder só a outra pergunta de quais são os critérios para entrada no Bolsa Família: em primeiro lugar, é estar dentro do Cadastro Único. Em segundo lugar, é ter uma renda *per capita* de até R\$218 para linha de entrada no programa. Então, se a renda *per capita* dessa família, fazendo a renda de todos os componentes da família, for de R\$218, ela vai ter o direito a estar no programa.

Então, ao longo da nova avaliação do Cadastro Único, dessa averiguação cadastral que nós estamos fazendo, eu acho que estamos vivendo um momento nunca passado pelo país como esse que nós estamos vivendo agora nessa reconstrução desse programa. E, realmente, precisamos colocar novamente o Cadastro Único de pé.

Como eu tenho dito – e todo mundo lá do Ministério diz, a Letícia também fala disso, toda a equipe fala muito bem –, o Cadastro Único não é só para o Bolsa Família; o Cadastro Único é a espinha dorsal de uma base de programas do Governo Federal. O Bolsa Família é um dos programas. Então, nós precisamos de um Cadastro Único que realmente demonstre a nossa população brasileira e que principalmente mostre as pessoas que mais precisam das políticas públicas. Na hora em que nós tivermos esse olhar de todos os estados e municípios para os seus cadastros únicos, para as suas equipes que coordenam o Cadastro Único das suas localidades, aí sim vamos estar nos dando as mãos para realmente olhar para as pessoas que mais precisam.

Colocamo-nos aqui completamente à disposição. Nós – toda a equipe do MDS e todos os outros ministérios que aqui estão – estamos nessa reconstrução não só do programa mas na reconstrução do país, porque nós somos o Brasil. E nós queremos um Brasil melhor não só por nós, não só pela gestão do





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Presidente Lula, mas pelas nossas gerações, pelos nossos filhos, pelos nossos netos. Nós temos essa obrigação de construir um país que não seja um país para poucos, como tem sido nesses últimos anos. Nós queremos um país para todos os brasileiros, sejam brancos, negros, pessoas com deficiência, com não deficiência. Nós queremos um país para todos e é para isso que nós estamos lutando e trabalhando.

Então, muito obrigada, Francisco, pela oportunidade de estarmos aqui.

Estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Muito bem. Quero agradecer à Secretária Eliane.

Vou passar a palavra para a Secretária Letícia Bartholo.

A SRA. LETÍCIA BARTHOLO (Para expor.) – Bem, muito rapidamente, porque a Secretária Eliane já falou bastante sobre a importância do Cadastro Único, quero só reforçar – e conto com esta Casa e com os aqui presentes para isto – o esclarecimento à população de quem pode ou não participar do programa. Nós precisamos fazer a articulação devida com estados e municípios para que as informações cheguem às famílias, mas esta Casa é muito importante. Precisamos esclarecer à população que: somou a renda de todo mundo da família, dividiu pelo número de pessoas, deu até R\$218, então pode entrar no Bolsa Família. Se a renda for maior, não é o caso. Haverá outros programas, inclusive usuários do Cadastro Único, que poderão atender a população.

O Cadastro Único é essa ossatura lógica, essa espinha dorsal dos programas, e, para isso, é preciso que ele tenha qualidade. Então, por gentileza, vamos esclarecer à população que informem todas as pessoas que moram com a família, todas as características de sua casa, de seu domicílio, porque é assim que essas pessoas poderão ter acesso não só ao Bolsa Família, mas à Tarifa Social de Energia Elétrica, ao Minha Casa, Minha Vida e a uma diversidade de outros programas sociais.

Quero reforçar aqui a fala da Deputada feita há pouco da importância de olhar também o Sistema Único de Assistência Social, em que tudo isso que a gente está conversando ocorre – esse sistema, universal para quem precisa, previsto na Constituição Brasileira, que sofre de tanto desfinanciamento. Está aqui o Secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão, nosso colega, que sabe exatamente do que estamos falando. Então, também contamos com esta Casa para esse olhar mais detido e cuidadoso com todo o nosso Sistema Único de Assistência Social.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Quero agradecer à Secretária Letícia aqui.

Passo a palavra ao Secretário Sérgio Pinheiro.

O SR. SÉRGIO PINHEIRO FIRPO (Para expor.) – Boa tarde a todas as pessoas. Boa tarde, Sr. Deputado Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Obrigado pelo convite para participar desta audiência pública. Queria agradecer também aqui os colegas que juntamente têm repensado o Programa Bolsa Família, com um desenho que retoma a origem do programa, mas também o aperfeiçoa.

Todos nós sabemos da relevância programa. É um programa que foi capaz de tirar da extrema pobreza milhões de crianças ao longo dos anos. É um programa que cortou esse vínculo; essa transmissão da pobreza foi cortada entre as gerações, o que é superimportante na medida em que há condicionalidade de investimentos em educação e em saúde.

Eu represento o Ministério do Planejamento, sou Secretário de Monitoramento e Avaliação. Essa Secretaria de Monitoramento e Avaliação assessorava um conselho interministerial, que é o CMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas), formado por cinco ministérios: Planejamento, Fazenda, Gestão, Casa Civil e CGU.

Ao longo dos anos, o CMAP avaliou diversas políticas públicas, e o Bolsa Família foi uma delas. Então, em 2020, o Bolsa Família foi avaliado, e o relatório de avaliação é público – todas as políticas públicas que são avaliadas têm o seu relatório tornado público. E, nesse relatório de avaliação do Bolsa Família, ficaram bem claros os efeitos positivos que o programa apresenta, no curto prazo, sobre as crianças e as famílias, sobre os beneficiários em geral. A literatura acadêmica também aponta esses efeitos benéficos de longo prazo que eu trouxe.

O relatório sobre o Bolsa Família de 2020 traz, contudo, um ponto que o novo programa – como a Secretária Eliane falou, chama Novo Bolsa só para diferenciar, mas, na verdade, é o Bolsa Família – agora conserta, que é o pequeno valor dos benefícios. Então, o pequeno valor dos benefícios era o principal entrave para que houvesse a superação da pobreza no desenho antigo. E a gente sabe que, com o novo desenho do Bolsa Família, esses benefícios aumentaram – de certa maneira, eles aumentaram, mas levando em conta os diferentes arranjos familiares. Então, eles aumentaram para todos os arranjos familiares, e não da maneira como o programa Auxílio Brasil fazia, que era indiferente aos arranjos familiares. Então, os benefícios crescem mais à medida que há mais pessoas na família. Isso tem efeitos benéficos, portanto, para a superação da pobreza, como o relatório do CMAP apontava.

Eu só queria então trazer que esse é um programa que já foi validado, avaliado. O CMAP tem um ciclo de avaliação anual e, como boa parte das políticas já foi avaliada, a gente tem o projeto de continuar a avaliar políticas novas e refazer algumas avaliações também dos programas que já foram avaliados pelo CMAP.

É isso. Queria agradecer a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Agradeço ao Secretário Sérgio.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Vou conceder a palavra aqui à Subsecretária de Política Fiscal da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Débora Freire.

A SRA. DÉBORA FREIRE CARDOSO (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos. É um superprazer estar aqui. Gostaria de agradecer esta oportunidade.

O Bolsa Família, em termos pessoais, é um programa muito importante. Sou pesquisadora, antes de ser Subsecretária, então já pesquisei os impactos econômicos, inclusive, do programa; e fico muito feliz e honrada de participar deste momento tão importante, que é a retomada do Bolsa Família com as suas principais características – que foram, na verdade, no auxílio, retiradas. Então, quero só agradecer essa oportunidade.

Em termos das perguntas que foram colocadas para o Ministério da Fazenda, gostaria de destacar que o Ministério está sensível à demanda da sociedade para reconsiderar o consignado, para a retomada do consignado do BPC, a partir do entendimento de que é uma renda de caráter mais permanente. Então, estamos ouvindo a sociedade e há sensibilidade nesse quesito.

Em termos da pergunta sobre os impactos sobre o crescimento econômico, o Secretário Sérgio já falou muito bem da importância do programa e das evidências que a gente tem no âmbito da avaliação do impacto do Bolsa Família nas condições de vida e em inúmeras características, como avaliação nutricional, questões de ganho na escolaridade das crianças e assim por diante.

Do ponto de vista econômico, a gente pode dizer dois efeitos principais, um de mais curto prazo e outro de longo prazo.

O de curto prazo, basicamente, é que a gente está dotando de capacidade de consumo uma parte relevante da população que estaria excluída do mercado de consumo caso não recebesse a transferência de renda. Então, na medida em que a gente agora tem um programa mais focalizado e com benefícios que são, em termos de valor, maiores – mas que agora têm um refinamento na sua focalização em termos de benefícios variáveis –, o impacto que a gente pode, de fato, antever é o da capacidade de consumo de uma parte relevante da população. Esse consumo, basicamente, movimenta a economia – em termos de consumo, vai movimentar as vendas e, consequentemente, o emprego, a produção, o investimento. E a gente acaba observando impactos que são conhecidos como impactos multiplicadores dos programas de transferência de renda. No curto prazo, é muito importante a gente ressaltar esse efeito multiplicador da transferência de renda.

E, no longo prazo, é muito importante a gente entender que se trata de um programa, principalmente a partir das voltas das condicionalidades de saúde e educação, em que a gente está investindo na produtividade das pessoas, na produtividade de crianças que, sem o programa, não conseguiriam se alimentar, ter uma nutrição adequada e, consequentemente, não conseguiriam aprender na escola. Ao mesmo tempo, a gente está acompanhando a saúde dessas crianças, a vacinação, para que





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

essas crianças sejam adultos produtivos. Então, o programa de transferência de renda tem um efeito sobre o crescimento econômico no longo prazo a partir dos ganhos de produtividade que são absorvidos quando você tem crianças que estão vivendo em lares mais harmônicos, porque não faltam, de fato, condições básicas, a partir do acompanhamento de saúde, a partir da obrigatoriedade de presença escolar.

É muito importante a gente registrar esse efeito de longo prazo sobre o crescimento econômico, do aumento da produtividade, do ganho da produtividade. Ao mesmo tempo, agora, há o benefício exclusivo, de fato, para crianças de 0 a 7 anos e há inúmeras evidências na literatura de que o benefício focalizado na primeira infância tem efeito sobre a produtividade dessas crianças quando se tornam adultas. Então, é muito importante essa nova característica do programa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Francisco. PT - PI) – Agradeço aqui à Débora.

Não temos aqui mais oradores inscritos.

Eu gostaria também de aproveitar...

Antes de encerrarmos os trabalhos desta Comissão, eu proponho a aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores da Comissão.

Provoco os Parlamentares que concordam para que permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço pela participação dos Parlamentares e pela contribuição de todos que vieram para esta audiência pública de hoje.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 02 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1164, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 09 E 10 DE MAIO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia nove de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Fabiano Contarato e Dorinaldo Malafaia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Omar Aziz, Jorge Kajuru, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Teresa Leitão, Augusta Brito, Eduardo Gomes, Jorge Seif, Laércio Oliveira, Andreia Siqueira, Laura Carneiro, Ricardo Ayres, Charles Fernandes, Rogéria Santos, Capitão Alberto Neto, Delegado Ramagem, Dr. Francisco, Odair Cunha, Ana Pimentel, Patrus Ananias, Cristiane Lopes, Rosângela Moro, Julio Lopes, Geovania de Sá e Dr. Frederico, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Dr. Samuel Araújo, Lucas Barreto, Efraim Filho, Izalci Lucas, Paulo Paim e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Wilder Morais, Mecias de Jesus, Fernando Rodolfo, Fernanda Pessoa, André Fufuca e Fred Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e zero minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dez de maio de dois mil e vinte e três. Às quinze horas e cinquenta e quatro minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e três, sob a Presidência do Deputado Dorinaldo Malafaia, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. Medida Provisória nº 1164, de 2023** que: "Institui o Programa Bolsa Família e altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Dr. Francisco. **Resultado:** Em 09/05/2023, a reunião é aberta. É lido o Relatório pelo Deputado Dr. Francisco. É concedida vista coletiva da matéria e a reunião é suspensa, com a reabertura agendada para o dia 10/05/2023. Em 10/05/2023, a Reunião é reaberta. Apresentada Complementação de Voto do Deputado Dr. Francisco. Aprovado o Relatório do Deputado Dr. Francisco com as alterações feitas em plenário, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.164, de 2023; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nº 96, 99, 199, 218, 230, 243, 244 e 252, as quais foram consideradas inconstitucionais; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 7, 9, 10, 16, 20, 21, 24, 27, 30, 36, 40, 41, 42, 57, 61, 67, 72, 76, 101, 123, 124, 128, 139, 145, 151, 158, 172, 194, 196, 206, 212, 220, 221, 233, 238, 240 e 256; pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 3, 6, 11, 15, 19, 26, 28, 29, 31, 33, 34, 44, 46, 49, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 71, 73, 75, 82, 85, 94, 95, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 113, 120, 126, 127, 129, 135, 136, 138, 141, 148, 150, 153, 154, 156, 159, 165, 166, 170, 173, 174, 176, 180, 183, 186, 191, 195, 200, 202, 203, 205, 208, 209, 210, 211, 216, 219, 225, 226, 227, 229, 232, 236, 239, 242, 245, 246, 250, 251 e 254; pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 8, 12, 13, 14, 17, 18, 22, 23, 25, 32, 35, 37, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 59, 70, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

96, 97, 99, 100, 105, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 152, 155, 157, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 171, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 201, 204, 207, 213, 214, 215, 217, 218, 222, 223, 224, 228, 230, 231, 234, 235, 237, 241, 243, 244, 247, 248, 249, 252, 253, 255 e 257; e no mérito pela aprovação da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das Emendas nºs 7, 11, 16, 19, 20, 28, 36, 49, 57, 67, 73, 94, 101, 103, 123, 124, 128, 139, 145, 154, 156, 158, 165, 168, 170, 172, 174, 180, 183, 194, 195, 196, 208, 212, 219, 220, 221, 233, 236, 238, 239, 240, 242 e 251 acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo; e pela rejeição das demais Emendas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenas horas e vinte e seis minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Dorinaldo Malafaia

Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1164, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/09>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/10>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir o parecer sobre a Medida Provisória nº 1.164, de 2023.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Só quero pedir um pouco de compreensão porque a voz está um pouco comprometida. Então, peço silêncio.

A Presidência comunica que no dia 9 de maio o Deputado Dr. Francisco procedeu à leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Dr. Francisco, para as suas considerações.

O SR. DR. FRANCISCO (PT - PI. Como Relator.) – Boa tarde a todos!

Quero agradecer a presença, a participação dos Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras.

Aqui é a retomada da discussão da Medida Provisória 1.164, que trata do Bolsa Família. Ontem, nós tivemos, no início da discussão, pedido de vista. Nesse pedido de vista, foi solicitada, por parte dos Deputados que pleitearam a vista, uma melhor redação sobre o texto que trata da possibilidade do empréstimo consignado para os beneficiários do BPC. Essa redação já foi aqui colocada, como também um ajuste que foi percebido como necessário aqui nesse texto, sem muitas alterações.

Também tivemos um texto, que fechamos agora, até mesmo para buscar aqui o entendimento e evitar a possibilidade de destaques, a fim de que possamos votar essa matéria, já que ela foi amplamente discutida. Tive a oportunidade de falar com vários Parlamentares aqui, ontem, que fizeram solicitações, como a Deputada Geovânia, que solicitou um acréscimo ao texto das condicionalidades. Mas discutimos com a Deputada, e a Deputada compreendeu, para, em outro momento, em outro expediente tratarmos do pleito, que era a necessidade de melhorar os índices na educação, principalmente com a presença das famílias, dos pais, nas reuniões escolares. Mas ficou acertado de deixarmos essa discussão para outra temática também.

Conversamos também com a Deputada Cristiane e com o Deputado Ricardo, que estavam solicitando a discussão sobre a margem do BPC, em que apresentamos uma redução. Hoje a margem é de 45%, dos quais 35% são para empréstimo consignado; 5%, para empréstimo com cartão de crédito; 5%, para empréstimo com cartão benefício. E o texto vem com essa redução. Considerando que o beneficiado do BPC só recebe 12 parcelas anuais de salário, não recebe 13º, a gente reduziu essa margem para 30% para empréstimo consignado e 5% para cartão benefício ou cartão de crédito. Então, esse foi o texto que a gente ajudou a construir junto.

Também tivemos aqui um texto, do qual eu quero fazer a leitura, que trata de um destaque que o princípio foi colocado pelo Senador Alessandro Vieira e que ajustamos no texto da medida provisória, acrescentando um parágrafo, que não é novidade – vou deixar isso claro, não é uma novidade desse





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Programa Bolsa Família – e que deixa expressa a vedação da retirada do benefício de prestação continuada do cálculo da renda *per capita*.

Desde 2003, 2004, iniciado o Bolsa Família, o Auxílio Brasil, eles já tinham essa previsão, então é um apelo meritório. No entanto, pelo impacto financeiro que, naturalmente, essa medida provocaria – não é o mérito que está em discussão, mas o impacto; o Programa Bolsa Família já tem uma previsão, para este ano, de 175 bilhões –, com o impacto dessa medida, teríamos um acréscimo de 19 bilhões.

Então, é preciso, realmente, o Governo fazer um planejamento, uma programação de como atender melhor isso. A proposta é que, com essa redação, a gente possa – o Governo – se comprometer, de forma gradativa, a tratar desse tema. Então vem essa redação, aqui, ao parágrafo desse artigo, em que:

O Poder Executivo poderá autorizar o desconto de faixas percentuais do valor do Benefício de Prestação Continuada [...] no cálculo renda familiar per capita mensal de que trata o inciso II do caput, observando-se, no que couber, o critério [...] [previsto no] inciso I do art. 20-B da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 [que é a Lei Orgânica da Assistência Social], na forma do regulamento.

Então, só para ler, para fazer uma leitura rápida aqui da complementação de voto para que a gente libere para a discussão.

Então, na complementação de voto, na 4ª Reunião da Comissão Mista...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. FRANCISCO (PT - PI) – Então, vamos logo direto para o voto, para poder facilitar:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória 1.164, de 2023;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva das Emendas nºs 96, 99, 199, 218, 230, 243, 244 e 252, as quais consideramos ser inconstitucionais.

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.164, de 2023, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista – o texto está disponível para os Deputados e Senadores:

c.1) pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das emendas aí relacionadas no texto;

c.2) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das relacionadas no texto;





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

c.3) pela inadequação orçamentária e financeira das emendas – uma quantidade significativa, por conta do impacto orçamentário e financeiro que causariam essas emendas;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da medida provisória e das Emendas nºs 7, 11, 16, 19, 20, 28, 36, 49, 57, 67, 94, 101, 103, 123, 124, 128, 139, 145, 154, 156, 158, 165, 168, 170, 172, 180, 183, 194, 195, 196, 208, 212, 219, 220, 221, 233, 236, 238, 239, 240, 242 e 251 acolhidas parcialmente ou integralmente, com o projeto de lei de conversão em anexo;

d.2) pela rejeição das demais emendas.

Então esse é o voto, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado ao nosso Relator.

Em virtude da Ordem do Dia, nós precisamos propor aqui uma alteração na pauta da votação do relatório. Se tem acordo, inclusive, a votação do relatório com alterações feitas no Plenário. Então, façamos a votação. Em seguida, nós continuamos com todas as inscrições. Tudo bem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – O.k.

Os Parlamentares que concordam...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Perfeito. O importante é votar, não preciso falar nada.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – O.k.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Já estou inscrita também, mas o importante é votar.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Os Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Então, aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão.

Passamos aqui à lista dos inscritos. Nosso técnico está bem acelerado aqui. *(Risos.)* Deputados inscritos: Deputada Laura Carneiro, Deputada Geovania de Sá e Deputado Ricardo Ayres depois.

Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sr. Presidente, é apenas para saudar V. Exa., saudar o nobre Relator, Dr. Francisco, agradecer pela emenda das nutrizes. A gente sabe que foi





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

pouquinho dinheiro, mas, com certeza, as nutrizes agradecem. Quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira pela emenda maravilhosa que nos proporcionou, o Deputado Coronel... o Capitão, perdão; é muito militar, eu não sou boa nisso.

Vamos lá: o Capitão Alberto, pelo carinho com que ontem apresentou as suas razões, especificamente na emenda que apresentou em defesa do empréstimo consignado. Acho que nós avançamos no projeto, é importante que nós todos, que queremos um Brasil ainda melhor, ainda mais solidário com os vulneráveis... Aproveito para saudar o Presidente Lula e saudar o Ministro Wellington Dias por esse trabalho.

Eu tenho certeza de que nós só avançamos... Não ainda como gostaria o Senador Alessandro, mas é isto: avançamos *step by step*, como se diz, não é? É passo a passo, para que a gente chegue num mundo, num país onde as políticas públicas possibilitem que a gente não precise mais de nenhum tipo de transferência de renda; que efetivamente as pessoas tenham um emprego, tenham renda, tenham a sua dignidade respeitada e, portanto, não precisem do Governo para essa reposição. Isso ainda é nossa realidade, mas chegaremos a um dia em que ela não seja, Geovania. E eu acho que é esse o objetivo de todos desta Casa, e é esse o objetivo da transformação, da retomada do Programa Bolsa Família, que transforma o antigo auxílio emergencial, que, no meu entendimento... Tendo sido secretária, sei das dificuldades que ele tinha e da importância de se ter retomado o Bolsa Família, com as suas características e com a possibilidade de efetivamente você ter condicionantes que são essenciais quando você fala em política pública de assistência social.

Obrigada a V. Exa. Parabéns, Presidente, V. Exa. foi mais rápido do que todos nós juntos! E eu peço desculpas, eu e as outras Deputadas, pois vamos ter que nos retirar, porque neste momento estamos votando, na Secretaria da Mulher, a composição de chapa da Procuradoria, do Observatório e da Coordenadoria da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados. Obrigada a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Obrigado, Deputada Laura Carneiro. Todos estamos nessa correria.

Queria pedir a compreensão de todos os Deputados e Senadores aqui presentes, porque nós vamos estabelecer três minutos, em virtude desta pauta já instalada.

Deputada Geovania de Sá.

A SRA. GEOVANIA DE SÁ (PSDB - SC. Para discutir.) – Nobre Presidente, quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo pela condução; quero cumprimentar o Dr. Francisco, nosso Relator dessa medida provisória tão importante.

Nós sabemos da importância de termos um olhar sensível para as famílias vulneráveis do nosso país. Lembro que todo programa social é fundamental, mas a minha defesa, como... Já fui Secretária de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Assistência Social também, lá na ponta, sabemos da importância de buscar uma porta de saída. Tão importante quanto o programa social é a porta que nós vamos trazer para essas famílias.

Precisamos, como o Senador Alessandro sugeriu, como o Capitão sugeriu, avançar, e muito, mas acredito que, com essa medida provisória, nós conseguimos já, com algumas condicionalidades a mais... E eu tinha sugerido – Dr. Francisco me ouviu muito bem – que nós tivéssemos também não só a exigência da frequência da criança na escola, mas a qualidade do ensino dessa criança. Por isso é que o acompanhamento do responsável é importante lá na ponta. E tem como acompanhar através do CadÚnico, que é integrado com três políticas públicas importantes e fundamentais envolvidas com programa de saúde e assistência social.

Então, educação. Temos como medir, mas acredito que serão outras etapas. Eu tenho um projeto, desde 2015, que trata dessa questão e que trata também da questão da autonomia. Que a família também busque, através de capacitação, qualificação da mão de obra. Que a gente possa dar uma saída a essa família, porque é muito mais dignidade o que nós procuramos.

Eu quero terminar refletindo sobre uma frase do Ronald Reagan de que gosto muito. Diz assim: "Devemos medir o sucesso dos programas sociais pelo número de pessoas que deixam de recebê-lo e não pelo número de pessoas que são adicionadas." É importante? É. Precisamos dar dignidade a todos? Precisamos, mas a porta de saída, a autonomia, a independência da família, também é fundamental.

Muito obrigada.

Parabéns a todos desta Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Deputada Geovânia de Sá. Grato por suas palavras.

Deputado Ricardo Ayres, três minutos, por favor.

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar e parabenizar o Dr. Francisco, Relator dessa matéria, pela atuação no sentido de nos ouvir à exaustão para que a gente pudesse aperfeiçoar essa medida provisória tão importante e cara para o nosso país.

Aqui, nas audiências públicas, eu tive a oportunidade de convidar, através do nosso Relator, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho no sentido de nós identificarmos a necessidade de buscar uma porta de saída para esse programa, inserindo esses beneficiários no mundo do trabalho, garantindo educação de qualidade para que eles possam se aperfeiçoar e, assim sendo, encontrar uma oportunidade de subsistência sem a intervenção do Governo Federal.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Porém, a gente não pode deixar de considerar a importância e a relevância deste programa, que é o maior programa de transferência de renda do mundo. E aqui quero lançar dois tópicos importantes que foram aperfeiçoados pelo nosso Relator.

Eu tive oportunidade de apresentar emendas e uma sugestão, inclusive através de ofício, para que fosse avaliada. Inclusive aqui foi alcançado o sucesso da sugestão do nosso Senador Alessandro Vieira, que propôs a retirada do BPC do cálculo *per capita* do Programa Bolsa Família, até porque são programas distintos – o BPC tem uma natureza diferente da do Bolsa Família. Quando a gente avança no sentido de colocar nesse texto o Governo Federal, no sentido de normatizar o escalonamento da retirada do BPC, levando em consideração os diversos graus de deficiência, a gente avança para alcançar um maior número de beneficiários do Bolsa Família, e esse é um grande objetivo que nós estamos perseguinto.

Quero também parabenizar o nosso Relator, que pôde acolher outra sugestão nossa. Nós tivemos aí a garantia de reserva de 35%...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO) – Sr. Presidente, eu tenho três minutos, estou acompanhando por ali.

Eu gostaria de cumprimentar o nosso Relator. Nós temos a garantia de utilização de 35% do valor do benefício para operação de crédito consignado e/ou utilização de cartão de crédito e benefício. Isso traz uma isonomia com os aposentados e pensionistas do INSS, que já têm essa condição. Quando a gente assegura esses 35% a gente vai dar dignidade a essas famílias, para que elas possam empreender, buscar alternativas de renda para garantir sua sustentabilidade. Agora, a gente precisa avançar mais e aqui é o nosso esforço no sentido de conseguir garantir para os tutores, os curadores do benefício do Bolsa Família uma condição de prosseguirem com o benefício quando infelizmente não tiverem mais seus entes para serem cuidados.

Essa é a nossa pauta e vamos trabalhar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Aelvs. Três minutos corretinhos.

O SR. RICARDO AYRES (REPUBLICANOS - TO) – É Ayres.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Ayres, perdão.

Senador Alessandro Vieira, três minutos, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PSDB - SE) (Para discutir.) – Sr. Presidente, antes de qualquer coisa, acho que é extremamente válido registrar uma saudação ao retorno das Comissões Mistas. Esta





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Comissão é a demonstração mais clara de que o regime constitucional tem seu lugar não é à toa; a presença na Comissão Mista permite uma construção rica em benefício dos brasileiros.

Eu quero agradecer e parabenizar pelo trabalho o Deputado Dr. Francisco, pelo acolhimento parcial das nossas Emendas 139, 154 e 182, que tratavam respectivamente da correção anual do benefício, da impenhorabilidade da natureza alimentar da verba e agora, nesse acordo de última hora, da exclusão do BPC da base de cálculo *per capita* para percepção do Bolsa Família. É uma medida extremamente meritória e é preciso que nós todos tenhamos a consciência de que o Brasil precisa avançar cada vez mais na redução da desigualdade.

Esta Comissão, este trabalho realizado tem uma importância fundamental, porque estamos falando do maior programa de transferência do mundo, e o mais bem-sucedido. Tínhamos, ainda temos aqui a presença do Deputado Patrus Ananias, que participou disso desde o seu início, e é extraordinário o alcance do programa.

Então parabenizo todos os envolvidos, o Presidente Dorinaldo Malafaia. Cada etapa vencida é uma etapa vencida em benefício dos brasileiros. E agora, com o compromisso do Governo Federal de fazer essa implantação em faixas progressivas, na forma do regulamento, a gente já ganha a possibilidade de, a partir de amanhã, começar a cobrar para que a gente tenha esse atendimento o mais breve possível.

Obrigado a todos. Parabéns pelo trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Senador Alessandro Vieira.

Chamamos agora o Deputado Capitão Alberto Neto.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Tenho que começar minha fala parabenizando toda a Comissão, mas em especial o nosso Relator, Dr. Francisco, que fez um grande trabalho atendendo todos os Deputados de maneira individual, trazendo outros atores para que o projeto pudesse ser aperfeiçoado. Realmente o Relator conseguiu aperfeiçoar o projeto em vários sentidos.

Em especial o que eu trouxe aqui para a Comissão foi a questão do consignado para o BPC Loas. O Governo errou ao retirar a possibilidade dos consignados para o BPC Loas, ele empurrou 5 milhões de pessoas, metade dos que precisassem, em torno de 3 a 2,5 milhões, para um crédito predatório que chega a até 20% ao mês.

Todos nós precisamos ter acesso a crédito – da baixa renda, da média e da alta renda –, todos nós, e o que nós estamos fazendo aqui é corrigir essa falha. O Relator corrige essa falha e volta novamente a dar





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

acesso ao crédito consignado, ao BPC Loas. Isso faz com que ele saia dos juros de 20% lá naquelas instituições financeiras com juros predatórios e tenha acesso, caso precise, aos juros mais baratos do Brasil.

Isso nas redes sociais, nas minhas e de vários Deputados aqui, era um clamor muito grande de milhões de pessoas que recebem o BPC Loas. Essas pessoas nessa medida agora, nessa correção do texto, nesse relatório, estão tendo mais dignidade, estão sendo vistas. Ela vai ter acesso a um crédito barato. Se ela precisar de um cartão para comprar na internet, para comprar na farmácia, são benefícios que pessoas com renda maior têm e agora o BPC Loas também vai ter esse mesmo acesso. Isso é mais dignidade para essas pessoas.

Lógico que nós queremos muito mais, Presidente: nós queremos ver este país crescendo. Não é porque eu estou na oposição que vou querer que o Brasil dê errado só por fazer oposição. Não. Nós queremos que o Brasil dê certo. E esse programa é o maior programa de distribuição de renda, eu acho, feito na história.

Só com o aumento para R\$600, no ano passado, nós conseguimos uma redução de 23% da pobreza. Então, funciona, é comprovado que dá certo. Só que nós precisamos avançar mais. Talvez o relatório ainda tenha sido muito prematuro, e o tempo é muito curto. A gente precisa voltar a essa discussão. Como uma pessoa que ganha o Bolsa Família de R\$600 pode sair desse Bolsa Família? E só tem uma solução: é o crescimento econômico do nosso país.

Nós precisamos criar essa rampa social para essa pessoa sair da zona de vulnerabilidade porque, mesmo com R\$600, ela ainda está numa situação muito difícil. A família é muito grande muitas vezes, a dificuldade é muito grande. Então, nós precisamos criar um programa social que vire realmente uma escada...

(Soa a campainha.)

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM) – ... uma escada, uma rampa social.

Infelizmente, nós não trabalhamos a questão do crédito para o Auxílio Brasil, mas estou pensando, estamos trabalhando em abrir uma frente parlamentar da democratização do crédito, para que essas pessoas que ganham R\$600 possam se inserir no mercado de trabalho, possam abrir um negócio, um crédito diferenciado, possam ser estimuladas para melhorar a sua vida. Levar mais qualidade de vida para a sua família. É isso que nós queremos.

Só reduzir... me permite só mais 30 segundos, Presidente.

Só a questão de reduzir a desigualdade social é uma fala um pouco já, me permita, um pouco obsoleta ou então não é completa. Se você olhar na Venezuela, lá reduziu a desigualdade social, mas foi todo mundo para a miséria. Então, é menos desigualdade, mas com mais miséria. Na Argentina, a mesma coisa.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O que nós queremos é crescimento econômico para que todos os brasileiros tenham oportunidade de trabalho, de crescer na vida, porque o melhor programa social ainda é o pai de família e a mãe trabalhando, empregados, levando dignidade para o seu lar.

Mais uma vez, quero agradecer ao Relator por atender essa demanda da nossa emenda, que agora volta, e o Brasil comemora o BPC Loas e comemora a volta do crédito barato para essas pessoas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Obrigado, Deputado Capitão Alberto Neto.

Teremos mais duas inscrições, para finalizar: Deputada Cristiane Lopes e Deputado Patrus Ananias.

A SRA. CRISTIANE LOPES (UNIÃO - RO. Para discutir.) – Boa tarde, Presidente.

Quero cumprimentar a todos. Boa tarde a todos os Deputados, ao Relator, Deputado Francisco. Obrigada pelo acolhimento. Fez questão de ir até o nosso gabinete para conversar, para buscarmos uma solução que fosse a melhor.

Eu quero iniciar falando que, quando nós pensamos, falamos em políticas públicas, em benefícios, quando nós falamos de Bolsa Família, estamos falando de algo em torno de 21 milhões de famílias envolvidas nessa situação, o que demonstra que faltam, realmente, políticas públicas para que a gente venha a mudar a situação e a quantidade de pessoas que dependem, hoje, desse benefício no nosso país.

E sobre essas políticas públicas o que nós precisamos é realmente pensar diferenciado. A gente precisa investir – esse sempre foi o meu pensamento – em estudo de finanças nas escolas. As crianças precisam aprender, desde cedo, ainda na idade escolar, a como controlar, a como administrar as suas finanças, e aqui a gente fala da importância da educação. A gente precisa falar sobre empreendedorismo dentro das nossas escolas, incentivar o empreendedorismo. A gente precisa falar sobre capacitação profissional, principalmente incentivar a capacitação profissional, com políticas públicas voltadas para as mulheres, que são, em sua maioria, as líderes do lar e que acabam cuidando das crianças, das pessoas com deficiência até o fim da vida. E muitas delas não têm condição de trabalhar fora, precisam de oportunidades para que possam trabalhar dentro de casa, para poder ganhar a sua renda, e ainda ter condição de cuidar do filho.

Então, precisamos falar também da abertura de portas de emprego, porque eu tenho certeza de que essas famílias...

(Soa a campainha.)

A SRA. CRISTIANE LOPES (UNIÃO - RO) – ... não queriam depender de um benefício, essas famílias não queriam depender de um Bolsa Família. Elas queriam, elas mesmas, ter condição de tirar a sua renda, de sustentar a sua família. Mas precisamos tratar sobre isso, já que faltam políticas públicas no Brasil,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

há muitos anos, para inserir, para dar condição a essas famílias, com mais portas abertas no mercado de trabalho.

Quero reforçar a importância de a pessoa com deficiência, que tem o benefício, também ter direito ao Bolsa Família. Por quê? Porque, muitas vezes, a pessoa tem o benefício, mas a mãe que cuida da pessoa com deficiência, dependendo do grau da deficiência, não pode trabalhar fora e ela não tem nenhuma renda a mais. Então, o Bolsa Família, nesses casos, vem para ser um a mais na renda familiar e para que essa família tenha condição de comprar mais medicamentos, cadeira de rodas, fraldas descartáveis e tudo que é necessário, enfim, cada um na sua condição.

Então, é um tema muito importante. Fico feliz de fazer parte dessa história, ressaltando aqui o alinhamento, independente de ideologia partidária, com todos conversando para que a gente possa trazer benefícios para as nossas famílias que tanto precisam.

Muito obrigada ao Relator Francisco, mais uma vez, e ao Presidente.

Parabéns a todos, e que a gente possa, sim, colaborar com o nosso Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Passamos a palavra ao Deputado Patrus Ananias.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) – Está ligado aí, Presidente? Está, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Sim, senhor.

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG. Para discutir.) – Eu quero saudá-lo, Presidente, Deputado Dorinaldo, quero saudar o nosso Relator, o Deputado Dr. Francisco, quero saudar as Senadoras, os Senadores, as Deputadas, os Deputados presentes, saudar também as servidoras e os servidores do Legislativo aqui presentes, que possibilitam os nossos trabalhos.

Eu vivo um momento de grande alegria com a retomada do Programa Bolsa Família, que nós implantamos no Governo do Presidente Lula, a retomada do Programa Bolsa Família como política pública integrada, como nós integramos, com as políticas públicas da assistência social, da segurança alimentar. Integramos também com a educação, com a saúde, porque as condicionalidades exigidas pelo Estado proporcionam também às famílias o direito de exigirem do Estado políticas públicas de educação e saúde de qualidade.

Então externo aqui uma grande alegria por este momento. Por isso, estou aqui com o coração aquecido, parabenizando o Relator, todas e todos os Parlamentares que contribuíram para este momento.

E quero também, Presidente, fazer uma reflexão. Quando Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, eu tive a oportunidade de conhecer a experiência de outros países. E qual não foi a minha grande surpresa, Dr. Francisco, quando constatei que em países europeus, Áustria, Suécia, eles tinham





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

políticas vigorosas de transferência de renda. Eles estabeleciam o mínimo necessário. Eu não me esqueço nunca da perplexidade, do encanto de um assessor meu quando disse: "Mas como é elevado aqui, Ministro, o mínimo deles, hein?". Se a pessoa, se a família caísse naquele mínimo, automaticamente o Estado estava presente para garantir aquele mínimo.

(Soa a campainha.)

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) – E ouvi de um ministro na Áustria dizendo isto: "Nós não fazemos isso por boa vontade, por caridade, não. É por política pública". Nós sabemos que uma família sem renda ou com uma renda aquém das suas necessidades tende a se desconstituir, a retirar as suas crianças na escola, e nós queremos que as crianças estejam na escola, que as famílias preservem os seus vínculos e valores familiares e tenham alimentação.

Eu estou colocando isso para dizer que não se trata de pensar... É importante abrirmos novas portas. É importante abrirmos novas portas de entrada no trabalho, na educação, na saúde, na moradia digna, mas tenhamos clara uma coisa, Presidente: no sistema capitalista, haverá sempre desemprego. É da lógica do sistema capitalista. Se nós igualarmos trabalho e capital, esse equilíbrio não interessa ao capital.

Então é fundamental, concluindo, Presidente, essas políticas públicas, nesse sentido de possibilitar que todas as pessoas, todas as famílias tenham condições básicas para exercer os seus direitos e deveres de cidadania.

Parabéns, portanto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Deputado Patrus Ananias.

Só queria relatar aqui, referenciar a sua fala: da mesma maneira que, muitas vezes, o Estado socorre os banqueiros, é necessário que socorra as famílias mais necessitadas. Seu exemplo é perfeito. Eu queria agradecer mais uma vez a sua presença neste plenário.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

Nós temos aqui um Parlamentar e nós, da Mesa. *(Pausa.)*

Então, aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e até a próxima.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos e suspensa às 15 horas do dia 9/05/2023, a reunião é reaberta às 15 horas e 54 minutos e encerrada às 16 horas e 26 minutos do dia 10/05/2023.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1154, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 11, 12 E 13 DE ABRIL DE 2023, NO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dezessete minutos do dia 11 de abril de 2023, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Davi Alcolumbre e Otto Alencar, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Cid Gomes, Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Plínio Valério, Daniella Ribeiro, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Eduardo Girão, Esperidião Amin, Dr. Hiran, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta, Merlong Solano, Alencar Santana, Pedro Uczai, Danilo Forte, André Fufuca, Julio Lopes, Adolfo Viana, Josenildo, Guilherme Boulos, Túlio Gadêlha, Afonso Motta e Tarcísio Motta, e ainda dos Parlamentares Teresa Leitão, Giordano, Yury do Paredão, Dr. Frederico, Patrus Ananias, Dr. Francisco, Soraya Thronicke, Dorinaldo Malafaia, Efraim Filho, Izalci Lucas, Juliana Cardoso, Weliton Prado, Professora Dorinha Seabra, Alice Portugal, Flávio Bolsonaro, Antonio Brito, Beto Faro, Nelsinho Trad, Reimont, Zenaide Maia, Delegada Katarina, Odair Cunha, Aureo Ribeiro, Marcelo Castro, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Paulo Paim e Fernando Mineiro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Augusta Brito, Eduardo Gomes, Wilder Morais, Hamilton Mourão, Zé Trovão, Caroline de Toni, Elmar Nascimento e Alfredo Gaspar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. É instalada a Comissão e eleito Presidente o Senador Davi Alcolumbre. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia 12 de abril de 2023. Designado relator o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos do dia 12 de abril de 2023, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Davi Alcolumbre e Marco Bertaiolli, a reunião é reaberta. É eleito o Deputado Marco Bertaiolli como Vice-Presidente. É apresentado e lido o Plano de Trabalho. Às dezesseis horas e quarenta e dois minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia 13 de abril de 2023. Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia 13 de abril de 2023, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Parlamentar Marco Bertaiolli, a reunião é reaberta. Aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Aprovada a Ata, que será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Marco Bertaiolli

Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/11>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/13>

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.154, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a Relatoria com o Deputado Federal indicado pela Câmara dos Deputados, que compõe esta Comissão, como foi acordado.

Quero, inclusive, fazer o registro de que esta reunião da Comissão Mista para apreciar essa matéria estava prevista para terça-feira da semana passada. Foi adiada em comum acordo, segundo informações, com os Líderes da Câmara dos Deputados. Portanto, houve uma tolerância de oito dias para abrir e instalar esta Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória 1.154.

Quero, inclusive, fazer o registro de que esta reunião da Comissão Mista para apreciar essa matéria estava prevista para terça-feira da semana passada. Foi adiada em comum acordo, segundo informações, com os Líderes da Câmara dos Deputados. Portanto, houve uma tolerância de oito dias para abrir e instalar esta Comissão Mista para apreciar a Medida Provisória 1.154.

Pede a mim, pela ordem, e eu acato, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós estamos no limite... Bom, primeiramente, boa tarde a todos os colegas Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Nós estamos no limite para conseguir o quórum para instalar as três Comissões Mistas. Nós precisamos do quórum para instalação, ou seja, as três medidas provisórias podem já ser dadas por instaladas. As três Comissões Mistas das três medidas provisórias podem ser dadas por instaladas, porque nós temos seis Sras. e Srs. Deputados para a Medida Provisória 1.154, da organização administrativa do Governo; temos quórum já para a Medida Provisória 1.162, que é a medida provisória do Programa Minha Casa, Minha Vida. Já alcançamos quórum inclusive para a eleição do Presidente. Nós estamos com cinco Sras. e Srs.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputados para alcançar o quórum da Medida Provisória 1.164, que é a medida provisória do Programa Bolsa Família.

Portanto, Sr. Presidente, nós já temos quórum para instalar e deliberar uma medida provisória. Então, logo em seguida, eu peço para o Senador Marcelo Castro ficar por aqui para fazer a instalação dessa Comissão Mista em seguida, a 1.162, e estamos precisando apenas de mais um colega Deputado ou Deputada para fazer a instalação da Comissão Mista da Medida Provisória 1.154, da organização administrativa do Governo.

Então, eu sugeriria, Sr. Presidente, que nós – como o senhor está conduzindo a instalação da primeira medida provisória – aguardássemos mais um pouco, para mais um colega Deputado chegar – e está em curso –, um colega Deputado ou uma colega Deputada chegar para concluir o quórum a 1.154, e aí faríamos a eleição da Presidência da Medida Provisória 1.154.

Enquanto isso, já instalada esta primeira Comissão Mista, os colegas Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras poderiam ir se pronunciando até o quórum ser alcançado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Srs. Deputados, a proposta do Senador Randolfe Rodrigues é de que possamos votar, deliberar e eleger o Presidente da Medida Provisória 1.162.

Pergunto aos Srs. Deputados e Senadores se concordam com a proposta do Senador Randolfe Rodrigues? (Pausa.)

Não há nenhum Senador ou Deputado que conteste a proposta.

Está encaminhado aqui o nome do nobre Senador Marcelo Castro, por acordo, para presidir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, de novo, se me permite, pela ordem.

É porque eu fui informado agora de que para a Medida Provisória 1.162, que é do Programa Minha Casa, Minha Vida, já temos oito colegas Deputados e Deputadas presentes. Portanto, da Medida Provisória 1.162 nós já temos quórum para fazer a instalação, a eleição do Presidente e a designação do Relator.

Dante disso, Presidente, minha sugestão é que a V. Exa. suspenda provisoriamente a 1.154; nós chamamos o jovem há mais tempo da 1.162, que seria o Senador Marcelo Castro, para fazer a instalação da...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Marcelo Castro está presente?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – ... da 1.162.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele não está presente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Não há...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Ele já está a caminho.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Mas não há nenhum prejuízo para que eu possa conduzir, não. Não vejo... *(Pausa.)*

O Senador que eu indiquei para essa Comissão é o Senador Angelo Coronel, que não está presente. Sou Líder do PSD e me autoindico para compor a Comissão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, está resolvido. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... 1.162...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – ... em se tratando o Brasil, em se tratando de fazer as reformas de que o Presidente precisa. Portanto...

O SR. EFRAIM FILHO (UNIÃO - PB) – Presidente, quero solicitar só que a Secretaria alterne o painel para a 1.162.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Já me autoindiquei no lugar do Senador Angelo Coronel e passo a compor a 1.162 e também a presidir já a instalação dessa Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, faça os procedimentos da 1.162.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – E tenho aqui por acordo, para presidir essa Comissão Mista, o nome do Senador Eduardo Braga. E eu faço a indicação com muita alegria, porque é um Senador competente, sei que vai presidir com toda a transparência e dedicação essa Comissão Mista para avaliar o Minha Casa, Minha Vida, que é um programa superimportante que o Presidente Lula volta a trazer para o Brasil. Eu tenho certeza absoluta de que vai atender a grande maioria das pessoas que não têm moradia.

Suspensa, então, a Comissão da 1.154.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Declaro reaberta a reunião da Comissão Mista para apreciação da Medida Provisória 1.154, medida provisória que, editada pelo Governo, traz a lei de reordenamento administrativo do Governo Federal, com a criação de ministérios e outras entidades públicas para o segmento do Governo.

Pedi-me a palavra o Senador Eduardo Braga. Senador Eduardo Braga, com a palavra. Depois de presidir já aqui a Comissão Mista do Minha Casa, Minha Vida, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM. Pela ordem.) – Meu querido Presidente Otto Alencar, na realidade, eu pedi a palavra, porque, efetivamente, nos últimos meses, o país tem assistido a esse debate sobre uma matéria constitucional extremamente relevante que culmina, no dia de hoje, com a instalação, finalmente, da primeira Comissão Mista de medida provisória da Legislatura de 2023, que quebra um ciclo de exceção que nós vivíamos nos últimos anos, em função da emergência sanitária que o Brasil vivia.

Essa emergência sanitária acabou em função, graças a Deus...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM) – ... de termos vencido, através da vacinação e através de um grande esforço nacional, a covid-19, que, lamentavelmente, ceifou a vida de mais de 700 mil brasileiros. Mas nós vivemos hoje uma outra realidade, e esta realidade nos permite estarmos presencialmente no Congresso Nacional. O Congresso, hoje, se reúne e instala, ainda há pouco, sob a Presidência de V. Exa., a primeira Comissão Mista de medida provisória desde o início da pandemia. Isso faz com que a normalidade constitucional se restabeleça no Congresso Nacional. E isso é motivo, obviamente, de alegria e de satisfação porque a norma constitucional se restabelece. E a norma constitucional não é uma norma de conveniência, Sr. Presidente. Ela não pode ser exercida só quando é conveniente a um ou a outro. Ela é uma norma constitucional de garantias individuais e coletivas, de direitos fundamentais, que precisam ser respeitados por todos, principalmente por quem jurou cumprir a Constituição no exercício dos nossos mandatos, sejam Senadores, sejam Deputados Federais. Todos nós juramos cumprir a Constituição.

E ainda há pouco V. Exa. cumpriu o direito constitucional e o dever constitucional de instalar a Comissão Mista do Congresso Nacional para a discussão, a aprovação e o debate do relatório da Medida Provisória 1.162, que vai tratar de um dos mais importantes projetos do novo Governo – o Minha Casa, Minha Vida –, que vai buscar resgatar um déficit habitacional do Brasil gigantesco e, ao mesmo tempo, estabelecer uma política de geração de emprego e renda na indústria da construção civil, que nos últimos anos vem sofrendo drasticamente perda de investimentos, quando se abandonou um programa que era exemplo de sucesso no Brasil.

E aí, não por acaso, nós temos visto, lamentavelmente, perdas de vidas em áreas de risco. Os brasileiros repetidamente têm assistido a desastres naturais acontecerem em áreas em que nós





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

poderíamos ter avançado, seja por substituições de habitação, seja por planejamento urbano, seja por políticas públicas que poderiam trazer segurança habitacional para o povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero aqui cumprimentar o Congresso Nacional, quero cumprimentar tanto o Senado como a Câmara dos Deputados por esse passo importantíssimo dado no dia de hoje. E eu espero, Sr. Presidente, que esta não seja a primeira, nem a única instalação que nós possamos fazer.

Há poucos Deputados para poder alcançar o quórum necessário para a instalação das outras Comissões previstas no dia de hoje, mas eu espero sinceramente que nós possamos instalar sucessivamente as outras medidas provisórias, para trazer a normalidade do funcionamento do Congresso Nacional, que é o que espera o povo brasileiro, é o que espera o Brasil, para termos resposta à geração de emprego, renda, crescimento econômico, resposta inclusive ao enfrentamento daquilo que tem pressa, que é a fome neste país.

E uma das medidas provisórias que nós vamos instalar no dia de hoje é o novo Programa Bolsa Família, que é fundamental no enfrentamento da fome neste país.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Eduardo Braga, quando V. Exa. fala, todo mundo ouve. O silêncio foi grande para ouvi-lo. Parecia que estávamos ouvindo aqui Cícero no Senado romano. Aliás, dizia-se que, quando Cícero falava, as pessoas de Roma diziam: "Sigamos com ele". Eu vou seguir com V. Exa., com o seu raciocínio correto...

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM. *Fora do microfone.*) – V. Exa. continua inspirado! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Até porque o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, no ano passado, deram uma grande demonstração de compromisso com a sociedade, de compromisso patriótico, quando, a três meses das eleições de 2022, nós todos votamos aqui à época o Auxílio Brasil. Eu, que fazia oposição responsável, como sempre fiz, ao Governo anterior... Votamos, sabendo até que íamos em prejuízo político ao nosso candidato e hoje Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nós votamos com o compromisso com o Brasil, com o povo brasileiro.

Quando V. Exa. se refere à Medida Provisória 1.164, que será o novo Bolsa Família, não há como, absolutamente, não se estar presente para votar uma matéria tão importante e que vai ao encontro dos interesses das pessoas que estão hoje no Mapa da Fome e que têm grandes dificuldades com a alimentação. Portanto, eu espero que a pacificação possa acontecer, que os Deputados e Senadores, todos aqueles que compõem o Congresso Nacional possam comparecer para votar essa matéria.

V. Exa. fala corretamente: nós estamos respaldados pela Constituição Federal – se não me engano, pelo art. 69, §9º, da Constituição –, que prevê a instalação de Comissão Mista com paridade. Além da Constituição, as Resoluções nº 1, de 1989 e de 2002, do Regimento Comum das duas Casas preveem também a instalação da Comissão Mista com paridade, com a metade de Senadores e com a metade de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputados Federais. Quantas vezes o Congresso Nacional assim procedeu! Então, nós somos respaldados pela lei, pela legislação que rege o comportamento dos Senadores e dos Deputados Federais. Portanto, eu concordo plenamente com V. Exa. e espero que possamos ainda hoje fazer a instalação das duas Comissões Mistas para apreciarmos a Medida Provisória 1.154, que é a lei de reordenamento administrativo do Governo Federal, e também a Medida Provisória 1.164, que é medida provisória do Bolsa Família.

Pede a palavra pela ordem, e eu concedo, o Deputado Pedro Uczai.

V. Exa. tem a palavra, Deputado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente dos trabalhos de instalação das medidas provisórias, Senador Otto Alencar, cumprimento os Senadores, as Senadoras, os Deputados e as Deputadas.

Na esteira da fala do Senador Eduardo Braga, nós estamos buscando reconstruir este país, e as medidas provisórias são as bases que fundamentam as diferentes políticas públicas deste início de Governo, cuja democracia elegeu como Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

Em segundo lugar, além desta medida provisória do Minha Casa, Minha Vida... E quem já teve a experiência de pagar uma dezena de anos de aluguel e depois foi para sua casa... Eu vivi essa experiência em piso bruto, colocando o meu menino de um ano naquela casa, eu senti o que significava o direito de conquistar uma moradia e morar no que é seu. E não tenho dúvida de que a outra medida provisória, que trata da reestruturação dos ministérios, não é criar cargo, porque não foi criado nenhum cargo. A reestruturação dos ministérios está dando novamente visibilidade ao que se invisibilizou ao longo dos últimos anos, como o Ministério das Mulheres, como o Ministério da Igualdade Racial, como o Ministério dos Povos Indígenas, como o Ministério dos Direitos Humanos, como agora o Ministério da Pesca, uma atividade produtiva, econômica, fundamental para o nosso Brasil, porque é mais uma proteína para se produzir alimento para o Brasil e para o mundo. Eu tive o privilégio de coordenar no grupo de transição a constituição de um novo ministério como o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar). Esses milhões de brasileiros que vivem no campo querem ter o direito a uma política específica para a agricultura familiar, como o Pronaf, a assistência técnica, o crédito subsidiado e uma política de abastecimento no Brasil para esses milhões de brasileiros que passam fome, e quem objetivamente pode produzir alimento para o povo brasileiro é a agricultura familiar e camponesa neste país.

Sr. Senador Otto Alencar, eu partilho, depois de muitos anos aqui, fazer parte novamente desta cena belíssima da democracia, belíssima de uma Comissão Mista, do Senado e da Câmara dos Deputados, para instalar estas medidas provisórias.

Obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço ao Deputado Pedro.

Já temos quórum para deliberação da Medida Provisória 1.154, de 2023.

Por acordo, está sendo indicado o nome do Senador Davi Alcolumbre, ex-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, para presidir a Comissão sobre a MP 1.154, da lei de reordenamento administrativo.

Eu coloco em votação o nome do Senador Davi Alcolumbre.

Os Srs. Senadores e Senadoras e os Deputados Federais e Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está eleito para presidir a Comissão Mista o Senador Davi Alcolumbre, a quem convido para presidir a sessão. (*Palmas.*)

Senador David Alcolumbre, V. Exa. tem 30 segundos para presidir, para tomar posse aqui. Por favor, compareça. Agora, agora, 30 segundos. (*Risos.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Senadores, Senadoras, Presidente Otto Alencar, Líder, eu queria agradecer, Senador Fabiano Contarato, Senador Renan Calheiros, Senador Marcelo, Senador Eduardo, nas pessoas dos Deputados Josenildo e Lindbergh, a confiança dos Deputados, das Deputadas e dos Senadores, Senador Beto.

Eu queria agradecer ao Senador Efraim, Líder do nosso partido, a confiança da indicação para que eu pudesse estar aqui hoje eleito por aclamação para presidir uma Comissão, que, sem dúvida nenhuma, é uma das mais importantes desta nova gestão do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Vice-Presidente Geraldo Alckmin, que é a da Medida Provisória 1.154, de reestruturação da máquina pública do Estado brasileiro, com a criação de ministérios que, sem dúvida nenhuma, serão muito importantes para esse novo modelo que será implementado no Governo do Presidente Lula.

Eu queria agradecer ao Deputado Danilo, Deputado Federal pelo nosso partido, o União Brasil, porque foi a presença do Deputado Danilo que proporcionou o quórum na Comissão para que a gente pudesse fazer a eleição. Peço uma salva de palmas para o Deputado Danilo, Deputado do Estado do Ceará. (*Palmas.*)

Eu queria agradecer a coordenação do Líder Senador Randolfe Rodrigues, Líder do Governo no Congresso, que fez toda a articulação para que a gente pudesse, nesta semana, fazer a instalação dessas três Comissões de medidas provisórias importantes.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu queria resgatar a fala do Líder Otto Alencar e a fala do Senador Eduardo Braga, Líder da bancada e também Presidente de uma das Comissões Mistas, e exaltar o papel e a importância deste Colegiado para a relação institucional entre a Casa da Federação e a Câmara dos Deputados.

Eu quero fazer esse registro e reconhecer também na pessoa do Presidente Arthur Lira o papel importante na construção do entendimento para que a gente pudesse chegar ao dia de hoje, Presidente Renan, construindo, implementando e implantando o retorno das Comissões Mistas Permanentes de medidas provisórias, baseado na Constituição brasileira. É preciso entender que, diante da divergência, diante do desentendimento, foi buscado, acima de tudo, Senador Fabiano, um consenso entre as duas Casas, que é o de seguir o mandamento constitucional. Então, eu quero exaltar aqui os Líderes da Câmara dos Deputados, sob a liderança do Presidente Arthur Lira, e os Líderes do Senado Federal, sob a liderança do Presidente Rodrigo Pacheco, que está em viagem para a China, acompanhando a delegação, a comitiva do Presidente Lula. Eu quero exaltar, agradecendo-lhes, o Presidente Rodrigo e o Presidente Arthur pela oportunidade de estarmos hoje deliberando e retomando o papel, como disse, relevantíssimo das Comissões Mistas de medidas provisórias.

Agradeço ao Senador Otto, nosso Líder.

E quero informar ao Plenário que, Presidente Renan e Líder Presidente Marcelo, a Câmara dos Deputados ainda está aguardando a busca do entendimento com a Liderança do Governo para indicar o Relator da matéria. Então, esta Presidência vai tomar uma providência e informar ao Plenário. Nós vamos convocar para amanhã... Eu vou suspender esta reunião para nós mantermos o mesmo quórum para a reunião de amanhã, enquanto, na Câmara, os Líderes e os blocos partidários chegam a um entendimento para que a gente possa fazer a eleição do Relator da matéria. Eu vou suspender, portanto, a Comissão da Medida Provisória 1.154, informar à Secretaria que nós vamos manter o quórum para a reunião de amanhã e convidar os Senadores, os Deputados, as Deputadas e as Senadoras para amanhã, às 14h30, aqui, para que nesse período a Câmara possa chegar a um entendimento, junto com a Liderança do Governo, na indicação do Relator desta importante medida provisória.

Eu declaro suspensa esta reunião e marco a reabertura desta mesma reunião para amanhã, dia 12 de abril, às 14h30, nesta mesma sala do Senado Federal.

Está suspensa a reunião, retornando a Presidência ao Senador Otto Alencar... Perdão, convido o Senador mais experiente ou o jovem há mais tempo, convido o Senador Marcelo Castro para fazer a instalação da Comissão Mista da Medida Provisória 1.164.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos, reaberta às 15 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde!





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.154, de 2023.

Conforme foi anunciado ontem, foi indicado como Vice-Presidente S. Exa. o Deputado Marco Aurelio Bertaiolli.

Gostaria, do ponto de vista regimental, consultar o Plenário se podemos fazer a eleição do Vice-Presidente por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro eleito Vice-Presidente o Deputado Federal Marco Aurelio Bertaiolli.

Eu gostaria de passar os trabalhos da Comissão para o Vice-Presidente, Deputado Marco Bertaiolli. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Passo a palavra ao Relator, para que faça a leitura do plano de trabalho desta Comissão.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Boa tarde a todas e a todos!

Cumprimento os integrantes desta Comissão Mista e cumprimento o Presidente Bertaiolli.

Dando prosseguimento aos trabalhos desta Comissão, passarei a ler o plano de trabalho para a apreciação dos senhores membros.

O presente plano de trabalho visa a organizar o funcionamento da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.154, de 2023, que dispõe "sobre a instituição de um novo modelo para a organização das estruturas do Poder Executivo Federal, estabelecendo as atribuições e competências dos diversos órgãos do Poder Executivo".

A medida provisória submetida à análise deste Colegiado objetiva reorganizar a estrutura administrativa do Poder Executivo federal, considerando-se o novo Governo consagrado nas urnas em 30 de outubro de 2022, visando a implementar uma gestão pública eficiente e inovadora, de modo a refletir uma concepção de organização do aparelho do Estado que priorize as políticas sociais e de desenvolvimento econômico previstas no programa do Governo apresentado pelo povo brasileiro.

Nesse sentido, a medida reestrutura o Poder Executivo federal em 31 ministérios e 6 órgãos com *status* de ministério, remetendo a decretos de estrutura regimental a atribuição de estabelecer a denominação e as competências de suas unidades administrativas. Previu-se ainda que a vinculação das entidades aos órgãos da administração pública federal deve ser feita por ato do Presidente da República.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Como detalhamento, consigne-se que foram criados 24 novos órgãos, sendo 19 por desmembramento de pastas; dois transformados (Secretaria de Governo da Presidência da República na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; e o Ministério do Meio Ambiente em Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima); e três novos órgãos (Secretaria de Comunicação Social, no âmbito da Presidência da República; o Ministério da Igualdade Racial; e o Ministério dos Povos Indígenas).

Outrossim, o Ministério da Economia foi desmembrado em quatro novas pastas, a saber: Fazenda; Planejamento e Orçamento; Gestão e Inovação em Serviços Públicos; e Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

A medida provisória estabelece também que cada ministério deve ter, no mínimo, como estrutura administrativa: gabinete do ministro; secretaria executiva, exceto no Ministério da Defesa e no Ministério das Relações Exteriores; consultoria jurídica, exceto no Ministério da Fazenda, no qual a função será exercida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; ouvidoria e secretarias, cujo quantitativo máximo será estabelecido em ato do Poder Executivo Federal.

No concernente às mudanças de denominação de órgãos, a medida alterou a Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas; o Departamento Penitenciário Nacional para Secretaria Nacional de Políticas Penais; a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para Agência Nacional de Águas, cuja vinculação passa do MDR para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Saliente-se que as competências relativas a saneamento básico foram transferidas do MDR para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Ademais, a medida previu que o Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos passa a ser o ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e não mais o ministro do Desenvolvimento Regional.

Previu-se, ainda, alterações nos cargos comissionados de nível 18, que terão sua alocação, denominação e eventual transformação em cargos em função de nível inferior definida por ato do Poder Executivo federal, cujo prazo limite para extinção de cargos em comissão, funções comissionadas e gratificações não transformadas em CCE ou funções comissionadas executivas FCE é de até 31 de março de 2024.

No tocante à requisição de servidores para determinados órgãos, a MP, ao vincular o ato ao dispositivo do art. 2º da Lei 9.007, de 1995, torna-o impassível de recusa. Ademais, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos poderá estabelecer critérios, limites e parâmetros nas requisições para alguns órgãos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A cessão de servidores da administração pública federal direta e indireta para exercício de cargos em comissão em serviços sociais autônomos supervisionados pelo Poder Executivo federal, por sua vez, será realizada por meio de contrato de gestão.

Outrossim, dentre as principais novas atribuições das pastas ministeriais, cabe pontuar as seguintes:

Ministério da Fazenda: retornam as atribuições do Conselho de Controle de Atividades financeiras.

Casa Civil: Programa de Parcerias de Investimentos, antes era uma secretaria do Ministério da Economia.

Ministério da Cultura: cuidar das políticas nacionais de cultura e das artes; zelar pelo patrimônio histórico, artístico e cultural; regular os direitos autorais; entre outras finalidades.

Ministério dos Povos Indígenas: reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas; tratar da política indigenista, cujas atribuições estavam distribuídas entre as pastas da Agricultura e da Justiça.

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação de terras de comunidades quilombolas, cujas atribuições eram do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ministério da Igualdade Racial: políticas de ações afirmativas e combate e superação do racismo; políticas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

As competências dos órgãos extintos ou transformados pela MP 1.154, de 2023, assim como para os seus agentes públicos, ficam transferidas para os órgãos e os agentes públicos que recebem as atribuições. A medida promove também a transferência e a incorporação dos direitos, créditos e obrigações decorrentes de lei, atos administrativos ou contratos, e o acervo documental e patrimonial dos órgãos e entidades extintos ou transformados aos órgãos que absorvem as competências.

Destarte, os agentes públicos em atividade nos órgãos extintos, transformados e incorporados ou desmembrados pela medida serão transferidos aos órgãos que absorvem as suas competências.

Assim, o objeto da medida provisória conduz à discussão da pertinência da nova estrutura administrativa proposta. Para viabilizar o importante debate, este plano de trabalho propõe, na sequência adiante discriminada, duas audiências públicas, devido logicamente ao prazo curto que teremos, diante da instalação desta Comissão Mista após a vigência improrrogável da medida provisória.

Reuniões de trabalho.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

As reuniões de audiência pública da Comissão Mista ocorrerão preferencialmente às terças-feiras à tarde e às quintas pela manhã.

As etapas sugeridas.

O debate e a apreciação da medida provisória deverão ser precedidos e instruídos por audiências públicas.

Sugerimos a realização de reuniões para audiência de representantes dos diversos ministérios envolvidos, mormente daqueles que receberam novas atribuições em suas pastas ministeriais.

Na sequência, propomos que seja prevista uma audiência com eventuais representantes da sociedade civil. Após as audiências, e apresentado o parecer, passa-se à discussão e votação do relatório.

Apresenta-se o seguinte cronograma para os trabalhos da Comissão Mista: no dia 11/4/2023, hoje, esta apresentação; no dia 13/4, às 10h30, audiência pública com representantes da Casa Civil da Presidência da República e representantes do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; no dia 18/4, audiência pública; no dia 25/4/2023, às 14h30, apresentação e consequente votação do parecer.

É essa, Presidente, a sugestão deste Relator, já antecipando que, logo após o encerramento da apreciação desse plano de trabalho, ouvidas as sugestões dos demais membros, apreciação e votação, apresentarei a V. Exa. já, digamos assim, uma análise das mais de 150 emendas apresentadas dentro de um resumo, Deputado Acácio. De repente, poderemos diminuí-las, de forma significativa, por dois aspectos: primeiro, por abordar o mesmo objetivo; segundo, para análise desta Presidência, se por acaso houver matéria estranha do que, Deputado Alencar, aborda essa medida provisória. Então, é esse o plano de trabalho apresentado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado ao nosso Relator Isnaldo. Quero parabenizá-lo pela velocidade da apresentação desse plano de trabalho, haja vista que a Comissão foi instalada ontem, que a designação foi feita ontem, e que hoje nós já estamos aqui em sessão para a discussão do plano de trabalho.

Passamos à discussão do plano de trabalho.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte, para discussão.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro quero fazer uma constatação fática: parece que o nosso Presidente Arthur Lira tinha razão, brigou-se tanto para fazer a Comissão Mista e a Comissão Mista está parecendo um sanduíche misto de





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

escola pública, só tem um lado. Só veio a Câmara. Os Senadores estão ausentes, o que é lamentável neste momento, já que se queria tanto a participação do Senado nesse debate.

Segundo, quero esclarecer alguns pontos que eu acho que são importantes nessa matéria. Eu fiz uma emenda, ainda no dia 4 ou 5 de janeiro, se não me engano, com relação à reforma de Estado e acho que hoje é muito importante, na reforma do Governo brasileiro, o papel das agências reguladoras. Nós temos vivido isso, principalmente, lá na Câmara. É um debate muito efervescente sobre a eficiência dos serviços concessionados, no Brasil, nos quais as onze agências reguladoras têm um papel importante. Em todas elas nós notamos e percebemos um distanciamento muito grande da presença do consumidor brasileiro.

A família brasileira, muitas vezes, sofre as consequências das decisões tomadas pelas agências, mas ela não participa, no dia a dia, das deliberações, do acompanhamento e, muito menos, da fiscalização dos trabalhos dessas agências.

Essas agências foram inspiradas no modelo americano, cujas agências também viveram essa crise, também passaram por uma reestruturação. Inclusive, nos Estados Unidos, o órgão fiscalizador das agências passou a ser as comissões permanentes do próprio Congresso Nacional. No nosso caso, nós temos a Comissão de Minas e Energia. Ela é responsável pelas agências correlatas às Minas e Energia no Congresso americano.

Então, esse papel de fiscalização é dado àqueles que são, inclusive, eleitos pelo povo e que têm a obrigação, inclusive, de fiscalizar, o que é o papel do Poder Legislativo com relação às ações do Poder Executivo.

Em outros países, a evolução foi para a criação de órgãos de fiscalização, inclusive com a participação da sociedade. E o que a nossa emenda faz, nada mais é, nada menos é... Inclusive teve até alguns órgãos de imprensa que disseram que era um jabuti... Não é um jabuti porque todas as referências que o nosso brilhante Relator fez no seu plano de trabalho fazem menção à reestruturação e à reorganização do Poder Executivo. Inclusive, trata da própria mudança com relação à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

Então, não existe nenhuma interlocução estranha ao tema da Medida Provisória nº 1.154, já que no plano de trabalho, o próprio Relator aqui atribui a uma das ações do seu plano de trabalho o exame dessa matéria concernente a uma agência reguladora.

E, por outro lado, também, a confiança que nós temos... E fico feliz com a indicação do Deputado Isnaldo Bulhões, que é um democrata e que é muito participativo por onde tem passado. O seu trabalho... Durante toda a convivência que nós tivemos na Câmara dos Deputados e como Líder do MDB também, ele tem feito o trabalho de escuta, e escutar é muito importante para liderar uma bancada com a importância que a Bancada do PMDB tem, para que a gente possa, também, avançar nesse debate, na





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

medida em que, hoje, a grande maioria dos serviços concessionários precificados passam, exatamente, pela tutela das agências reguladoras.

Então, eu queria que fosse feita uma análise, para que a gente possa, inclusive, evoluir no debate com relação à Emenda nº 54, de minha autoria. Eu acho que é uma proposição que já está fazendo um debate muito efervescente em todos os setores da economia. A gente tem visto, nos diversos segmentos, esse debate sobre a emenda.

Eu acho que é hora de o poder ser compartilhado com o povo brasileiro, porque essa marginalização tem acarretado crescente precificação, muitas vezes, acima do processo inflacionário que o Brasil está vivendo nos preços que são repassados para os consumidores. Inclusive, a própria questão da energia, que é uma questão de que eu estou mais a par, foi apreciada uma matéria da Resolução da Aneel, da agência reguladora de energia, em que se dizia que a mudança do sinal locacional ia baratear o preço da energia e todos os reajustes que foram dados às concessionárias de energia, desde a instalação, a mudança da norma com relação ao sinal locacional foram de aumentos com relação ao preço da energia em todos os estados, independentemente de serem estados com maior geração ou com menor geração de energia.

E o que a gente vê com isso, Deputado Isnaldo, é o Nordeste pagando uma conta que não é sua. Nós estamos há 500 anos tentando mudar a pauta econômica do Nordeste. Nós somos sacrificados por uma questão climática que perdura na nossa pauta econômica períodos após períodos, que é o período da estiagem, o período da seca, e o senhor conhece muito bem o Semiárido nordestino.

E no momento em que o Nordeste tem uma oportunidade de alavancar a sua economia a partir daquilo que hoje é a maior cobrança do mundo, que é a diminuição da emissão de carbono, que é a diminuição do aquecimento global, e a economia que o país faz hoje com a energia limpa, a energia do sol e do vento, que é a energia mais barata do Brasil, hoje nós estamos impedidos de avançar nos investimentos.

Para você ter uma ideia, nós temos mais de R\$60 bilhões de projetos aprovados na Aneel para serem instalados no Nordeste e que estão exatamente impedidos por causa das mudanças da postura da Aneel com relação tanto à cobrança de preço na transmissão da energia, já que nós somos região geradora e não somos região consumidora, como também pela atribuição dessa mudança do marco do sinal locacional, que era uma coisa estudada em 2004, quando a matriz energética do Brasil, naquela época, era a hidráulica e a térmica.

E hoje, de lá para cá, a gente viu um crescimento abrupto, graças à competência do empreendedorismo brasileiro, da energia do sol e do vento, que hoje é responsável por quase 20% da geração da energia do país.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, eu acho que essa questão que a gente coloca na Emenda 54 é exatamente trazer para o conjunto da sociedade a sua participação, que elas possam também fiscalizar o papel das agências reguladoras, tanto é que a gente propôs uma comissão de fiscalização tripartite, com a participação das universidades, que têm um papel acadêmico e que hoje estão totalmente fora do debate político do país, como também dos consumidores.

Você não vê em nenhuma agência reguladora do Brasil um representante de um órgão de consumidor, nem do Procon, nem de Idec, nem de associação de mães, nem associação de família, nenhum segmento diretamente ligado ao consumo no país, e também do setor empresarial, que é importante, sim.

Nós não estamos aqui nem extinguindo a agência nem as enfraquecendo. Mas, pelo contrário, nós estamos fortalecendo na medida em que nós vamos fazer essa fiscalização não no que diz respeito ao mérito das ações, mas no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelas agências e as determinações ou resoluções dali tiradas que possam, inclusive, criar dificuldade para o investimento e fragilizar, inclusive, a segurança jurídica tão necessária no nosso país, porque nós não podemos ignorar as leis do Congresso Nacional – e, muitas vezes, as normativas fazem uma análise equivocada das leis que são aprovadas pelo Congresso Nacional – como também nós não podemos, como já aconteceu no caso de agência, não cumprir a ação judicial num país em que o embasamento das nossas instituições é exatamente a garantia dessa obediência que nós devemos ter ao Poder Judiciário.

Então, diante desses fatos, eu aqui parabenizo o plano de trabalho e gostaria de pedir vista desse plano de trabalho para que, na próxima sessão, a gente pudesse, inclusive, contribuir com mais opiniões, já que hoje o debate está muito enfraquecido pela ausência dos Srs. Senadores, e eu acho que é importante o Senado também participar da elaboração do plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Eu gostaria só de contemporizar com nosso Deputado que o tempo que nós temos nesse plano de trabalho para discussão é exíguo e, se fosse possível, apelando à aquiescência dos nossos...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Mas o Senado lutou muito pelas Comissões Mistas e eu acho um desrespeito com o processo que nós estávamos dando atenção da Casa, começando pela Câmara, em que a agilidade... O senhor participou de várias medidas provisórias na Câmara, e querem fazer o debate com a participação completa. Eu acho um desrespeito o que os Senadores estão fazendo conosco aqui. Não tem um Senador nesta sala. Por que eles lutaram tanto pelas Comissões Mistas? Eu estou pedindo vista exatamente por isso, porque os Senadores precisam participar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Só lembrando também, Deputado...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – É regimental.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Sim, claro que é regimental. Lembrando também que o nosso quórum está mantido de ontem e nós temos 12 Senadores. E, se nós não aprovarmos o plano de trabalho fica comprometida a própria sessão que está marcada para amanhã, às 10h.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Presidente Marco, por V. Exa. eu tenho o maior respeito...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Sim.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Inclusive sou seu Vice-Presidente na Comissão de Empreendedorismo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – A recíproca é verdadeira.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Então você sabe que tenho o maior respeito pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Mas eu acho que é necessário, neste momento, afirmar uma posição até em defesa do que a gente estava defendendo na Câmara. Nós não podemos negar o nosso papel na Câmara e a Câmara estava defendendo um processo mais ágil, e o Senado lutou tanto por isso. Agora, eu acho que os Senadores precisam participar. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – É regimental. Vista concedida ao Deputado Danilo Forte.

Portanto, declaro suspensa a presente reunião, remarcando a reabertura para amanhã, dia 13, às 10h da manhã.

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pois não.

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP) – Um minuto.

Consultamos aqui a área técnica.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado?

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP) – Dorinaldo Malafaia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Por favor, Deputado.

O SR. DORINALDO MALAFIA (PDT - AP. Pela Liderança.) – Vice-Líder do Governo e representando a Liderança do Congresso.

Não nos parece regimental; porque são procedimentos de rotina já instalada.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, o plano de trabalho precisa seguir, porque não há essa possibilidade de pedir vistas nesse procedimento. Então, acho que é muito importante consultar a área técnica, para saber, exatamente, se o pedido do Deputado procede. Isso é uma coisa. A outra é o mérito do debate levantado pelo nosso colega Deputado, porque, para nós, está superado. Nós estamos aqui atrasados, inclusive, para a instalação desses trabalhos, há bastante tempo. Está superada essa afirmação de uma divergência entre as duas Casas.

Isso nos parece que foi superado, nos parece, a partir do momento que teve bastante acordo para que a gente avançasse. Então, nós temos um tempo exíguo, nós temos necessidade de aprovação dessas medidas e, portanto, eu queria pedir que pudesse realmente consultar a área técnica, para a gente saber, realmente, qual é o procedimento legal, a partir do momento que nós temos dúvidas sobre o pedido de vistas do Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Acácio, por favor.

O SR. ACÁCIO FAVACHO (MDB - AP. Pela ordem.) – Primeiro, Presidente, queria parabenizar e desejar sucesso, tanto a V. Exa., que preside os trabalhos no dia de hoje, e, em seu nome, parabenizar os outros Vice-Presidentes; o Presidente Davi, que também preside esta Comissão, desejar sucesso ao Líder Isnaldo, que, tenho certeza, com muita sabedoria, com muita serenidade, com muito equilíbrio, vai apresentar um grande relatório nesta Comissão; Comissão que, todos têm conhecimento, não só com esta primeira medida provisória, mas as três, com muito esforço, com muita dedicação, chegou a um denominador comum. E fazer um acordo nessas três Comissões, para essas três medidas provisórias avançarem. E hoje aqui quero desejar esse sucesso, Isnaldo, porque hoje inicia o trabalho, nesta legislatura, da primeira Comissão Mista constituída, e V. Exa. tem aqui um grande trabalho. Uma, presidir; e o senhor relatar e apresentar um grande plano de trabalho. Queria pedir aqui também que a gente possa complementar com um ajuste de procedimentos de como a Comissão deve funcionar.

E aí eu queria fazer um parêntesis aqui, porque, no dia de ontem, o painel está mantido com os Senadores... Todos têm conhecimento de que nós estamos trabalhando, tanto o Senado, também a Câmara, em modelo híbrido. Não é por que a permanência ou a ausência dos Senadores, que não estão fisicamente aqui no Plenário... Isso não significa que os Senadores não possam estar acompanhando pelos nossos meios de comunicação, a TV Câmara, a TV Senado, e terem também a oportunidade de votar e acompanhar, se o procedimento da Casa for também votar hibridamente através do aplicativo.

Então, como o painel está mantido, eu tenho certeza que todos têm a responsabilidade... Tem Senadores que devem estar em outras Comissões, em outros afazeres, podem estar no Plenário desta Casa.

Então, eu queria deixar essa ponderação, inclusive ao Deputado Danilo Forte, que a gente possa fazer uma revisão nesse sentido, fazer uma boa análise, tendo em vista que está iniciando o trabalho. O





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

painel de ontem está mantido. E, é claro, que, muitas vezes, a gente não consegue dialogar presencialmente com os Parlamentares, que poderiam estar aqui, os Senadores... É difícil, até para a gente amadurecer o debate, mas tenho certeza que todos, que têm um compromisso e que se colocaram à disposição para estar representando nesta Comissão os seus partidos, para discutirem esta medida provisória tão importante para a engrenagem do país, devem estar muito atentos, tanto através dos seus aplicativos, através da sessão, acompanhando de outro lugar, com as suas assessorias compostas aqui.

Então, acho que é prudente da nossa parte aqui, no dia de hoje, ter um bom senso, até mesmo para dar oportunidade ao Líder Isnaldo apresentar o seu cronograma de trabalho, a Presidência apresentar um acordo de procedimentos, como vai caminhar esta Comissão, de palavras, de momentos. Eu acho que é importante a gente deixar, ter toda a boa vontade e um esforço muito forte do Líder Isnaldo, de ontem para hoje, já tentar apresentar, e através de requerimento... No nosso entendimento, também V. Exa. poderia apresentar, sem precisar colocar no sistema, essa questão do procedimento, de como seria o seu plano de trabalho, e de ter o bom senso, para não ter vista, não ter nada, não prejudicar os afazeres de amanhã. E a gente pedir a todos para fazer correção para cada vez mais a gente estar presente aqui, os Senadores, ter um quórum aqui qualificado para o debate avançar e para o Brasil avançar.

São essas as minhas considerações a todos. E quero desejar sucesso e que a gente tenha muita maturidade e que Deus possa abençoar, que a gente possa apresentar um grande trabalho para o nosso Brasil, que é isso que a gente está precisando.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, pela ordem, pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro!

Com a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela Liderança.) – Presidente, o pedido do eminente, e ainda mais vindo do eminente Líder e colega Danilo... Quando o Danilo faz um pedido, a gente corre para aconchegar. Se ele pediu para às 4, a gente corre para aconchegar até às 3. Entendeu? Então, o pedido do colega Danilo obviamente, e além de tudo por conta do pedido ser regimental, é óbvio que tem que ser assegurado.

Mas, permita-me, meu querido Danilo e os colegas, meu Vice-Líder Dorinaldo, meu colega Deputado Acácio, demais colegas presentes, meu Relator Isnaldo, e Presidente, nós estamos há 70 dias desta medida provisória. Ela foi assinada pelo Presidente da República no dia 1º de janeiro. De todas as medidas provisórias que nós estamos a instalar, essa, eu diria, é a mais sensível pelo impositivo constitucional, que não é possível a reedição de uma medida provisória. Essa é a mais sensível porque nós





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

estamos há 70 dias, temos 50 dias para que esta medida provisória seja votada na Comissão Mista, encaminhada para o Plenário da Câmara e depois encaminhada para o Plenário do Senado.

Então, só tentando construir aqui acho que um acordo de procedimento, no cronograma que o Líder Isnaldo, que o nosso Relator Isnaldo aqui apresentou, teríamos previsto para amanhã a audiência pública. Então, com a concordância de todos, V. Exa., Presidente, poderia chamar a reunião para às 10h, atendendo ao pedido de vista aqui apresentado pelo Deputado Danilo; atenderíamos o pedido de vista e às 10h nós retornaríamos para votar, porque só podemos ter as audiências públicas após votar o plano de trabalho. Haveria um acordo aqui entre nós, entre todos os Líderes de não ter qualquer pedido de verificação amanhã, o que poderia derrubar a sessão e prejudicar o cronograma. Se nós conseguirmos, caro Danilo, essa sequência, poderíamos contemplar o pedido de vista, que é regimental, votarmos amanhã às 10h, termos já implementado na prática as audiências públicas iniciando, inaugurando-as às 11h e cumprindo o cronograma para a semana que vem a Comissão Mista entregar o relatório desta medida provisória para o Plenário da Câmara.

Era só uma proposta de encaminhamento e sugestão que eu faria ao caro colega Deputado Danilo e aos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Agradecemos ao nosso Senador Randolfe.

Com a palavra, o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Pela ordem.) – Eu comprehendo a sua preocupação, Senador Randolfe, e tenho por você o maior respeito, e você sabe disso, não é de hoje, comprehendo a agonia do tempo. Eu sei que a gente precisa votar as matérias. Inclusive, eu, ontem, fiz questão de dar quórum exatamente para dar celeridade porque o Brasil está atônito, o Brasil está passando por um momento de tédio, de desencontro, de desarmonia muito grande, e a gente precisa ver o Governo governando, a gente precisa ver as coisas acontecendo. O país tem que sair dessa paralisia que está, inclusive, maltratando muito a nossa economia. Eu estou vendo fábricas fechando.

Para você ter uma ideia, Senador Randolfe, agora, neste mês, no Estado do Ceará, três fábricas de calçados fecharam, mais de 8 mil postos de trabalho foram reduzidos no meu Estado. Nós temos 13 estados no Brasil hoje onde temos mais pessoas habilitadas recebendo bolsa família do que trabalhando de carteira assinada, o que é lamentável, e nós não podemos deixar isso perdurar num país com o potencial e com a riqueza do Brasil. Eu tenho responsabilidade.

Essa decisão política que eu tomei com relação a essa averiguação não foi em função do prazo, nem da agonia que o Brasil está vivendo, mas em função exatamente do que a gente sofreu, porque esse prazo poderia ter sido superado se há 30 ou 45 dias a gente tivesse dado início a essa discussão pela Câmara dos Deputados. Com certeza, a Câmara uma hora dessa já estaria votando o relatório, e a gente, com certeza, iria entregar no prazo a votação. Mas isso é passado, e ninguém conserta passado. A gente pode





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

corrigir o futuro. E, na correção do futuro, o Senado, que tanto lutou por essas comissões mistas, tem a obrigação de se fazer representar nas comissões mistas. Foi por isso que eu fiz esse alerta e esse chamamento.

Eu concordo com a proposição do seu acordo, não tenho dificuldade nenhuma com relação a isso. Agora, a audiência pública é precedida dos convites para essa audiência pública. Quem serão os convidados? O Sr. Relator já tem o rol dos convidados? Como a gente vai poder mobilizar essas pessoas para que amanhã possam participar de uma audiência pública aqui com relação a essa reforma administrativa?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Presidente, só para eu responder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Com a palavra o nosso Relator, Isnaldo Bulhões.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Quero cumprimentar aqui o meu Líder Randolfe, Líder do Governo no Congresso Nacional.

Num primeiro momento, Deputado, quero agradecer a sua compreensão. Sempre ficou claro, apesar de interpretações, cabíveis, ontem de que não houve nenhum objetivo, nenhuma manobra em busca de obstrução, tanto que o Deputado Danilo foi quem completou o quórum ontem para dar andamento, que o atraso principal foi o meu, devido, logicamente, às definições necessárias a acontecer na reunião de Líderes da Câmara dos Deputados. Primeiro, agradeço sua compreensão, deixando claro, repito, que não há nenhum objetivo de obstruir.

Quanto à apreciação amanhã, dentro de um acordo do plano de trabalho apresentado e de logo em seguida nós darmos continuidade aos trabalhos com a audiência pública com os representantes da Casa Civil e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, esse plano de trabalho já está publicamente colocado.

Então, não acredito, Líder Randolfe e Presidente Bertaiolli, que tenhamos nenhuma dificuldade para dar sequência ao trabalho. Não há dificuldade, porque, se há um acordo claro, efetivamente, entre os aqui presentes, cada um na responsabilidade pelos membros e por suas bancadas, não de imediato, mas com um prazo que, por via eletrônica, a gente comunique esses órgãos para que os representantes aqui estejam para que aos trabalhos possamos dar sequência, que é a construção de um acordo, logicamente preservando, como o Líder Randolfe falou aqui, os preceitos regimentais.

Não tenho nenhuma dúvida de que, pela relação que temos, V. Exa. tem total certeza de que procurarei conduzir essa relatoria para o caminho que venha, em primeiro lugar, atender à necessidade do país. As políticas públicas necessárias na ponta, em que estão aqueles que mais precisam, os mais humildes – nós vivemos na mesma região – venham a recebê-las com mais eficácia, com mais efetividade. Primeiro, nessa questão que o resultado esses brasileiros venham a recebê-lo; e, segundo, ouvindo todos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

– todos os partidos, os representantes aqui na Comissão e as lideranças – e tentando convergir num relatório possível de ser aprovado.

Portanto, eu quero pedir a V. Exa. a compreensão para que a gente dê o encaminhamento para caminhar adiante. Caso contrário, também não há nenhum problema. Nós teremos sexta, teremos segunda, teremos terça, mas sempre contamos com essa compreensão recíproca.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – A compressão está dada. O problema é o seguinte: os representantes seriam os ministros?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, e é exatamente isso. Respondendo, Deputado Danilo, se me permite, aqui, no plano de trabalho, consta um convite a um representante da Casa Civil, obviamente um representante que esteja apto a falar sobre o tema, e um convite da nossa Comissão ao Ministério da Gestão e da Inovação para que um representante, que também esteja gabaritado para defender o tema, esteja conosco aqui amanhã, às 10h30.

Em aprovado, nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Se nós não temos o plano de trabalho ainda, vamos, então, aqüiescer a sua solicitação de vista e manter aqui a sessão suspensa, para que o quórum seja mantido, e a sua continuidade amanhã, às 10h30.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pode ser assim, Deputado?

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Pode.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Para atender ao Líder Danilo, nós poderíamos, previamente... É claro que, por óbvio, não há nenhuma oposição – eu entendi, não vi, não encontrei nenhum tipo de oposição ao plano de trabalho. Então, por óbvio, podemos antecipar – eu acho que o Relator pode definir isso com V. Exa. – quem poderia, eventualmente, ser os convidados, tanto da parte da Casa Civil quanto do Ministério da Gestão, para estarem presentes.

Concedida vista, às 10h, amanhã, V. Exa. restabeleceria a sessão, que se encontraria, a partir de agora, suspensa, e às 10h30, teria a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – E, às 10h, nós...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Isso, às 10h, retomava sessão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, retoma a sessão já com os nomes de quem serão os convidados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Perfeitamente. Exatamente. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Danilo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Só queria fazer uma rápida intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não existe hipótese de nós encerrarmos esta audiência sem ouvirmos as luzes e a sapiência do nosso ilustre Senador Esperidião Amin!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Deputado Bertaiolli, não se iluda: nós nos vemos apenas quatro vezes por mês, por isso o senhor pensa tão bem de mim! (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu tenho meu testemunho. No meu caso, eu convivo com ele.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – E a nossa amizade quase ruiu porque eu ri com a derrota do Flamengo; ele, não. Ele continua desconsolado.

Mas eu só queria dizer o seguinte: não se iluda, aqui eles me conhecem um pouco mais, a barra não é tão limpa assim.

E eu queria dizer que vou guardar uma frase que ouvi agora do nosso Senador Randolfe. Randolph Frederich, sabia disso?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Nome de batismo. Acho que foi batizado em Blumenau ou em Pomerode... (*Risos.*)

Mas ele disse que não encontrou nenhuma oposição, ele falou isso agora. Sabe por quê? Porque ele está do lado de lá. (*Risos.*)

Porque, quando ele estava do lado de cá, ninguém procurava, já sabia onde é que estava. (*Risos.*)

Ninguém precisou de bússola para encontrá-lo. Agora que ele está do lado de lá, perdeu a bússola.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Muito bem, então...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Essa é apenas uma homenagem ao Líder do Governo. Você veja: tão dedicado que abriu mão de encetar essa viagem à China por dedicação integral.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Como eu dizia, há muito tempo queria ter um Líder assim também.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Bom, havendo a compreensão de todos, concedida vista do plano de trabalho ao Deputado Danilo Forte, declaro suspensa a presente reunião, marcando a reabertura dos trabalhos para amanhã, dia 13 de abril, às 10h da manhã.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos, reaberta às 15 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 55 minutos do dia 11/04/2023; reaberta às 15 horas e 55 minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 12/04/2023.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Declaro reaberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.154, de 2023.

Ontem, por solicitação de vista do Deputado Danilo Forte, nós suspendemos a sessão e a restabelecemos neste momento.

Nós suspendemos exatamente no momento em que nós estávamos em discussão. Então, encerrada a discussão sobre o plano de trabalho apresentado pelo Relator Deputado Isnaldo Bulhões Jr.

Coloco em votação o plano de trabalho apresentado pelo Relator. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Parlamentares se opõe, está aprovado o plano de trabalho.

Os Parlamentares permaneceram como estavam.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação, então, da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada a ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião, convocando a 2ª Reunião para hoje, dia 13 de abril, às 10h30, para a realização da primeira audiência pública desta Comissão.

Está encerrada a nossa reunião.

(Iniciada às 15 horas e 17 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 24 minutos, reaberta às 15 horas e 25 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 55 minutos do dia 11/04/2023; reaberta às 15 horas e 55





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

minutos, a reunião é suspensa às 16 horas e 42 minutos do dia 12/04/2023; reaberta às 10 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos do dia 13/04/2023.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1154, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 3.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia treze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Marco Bertaiolli, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcos do Val, Humberto Costa, Esperidião Amin, Isnaldo Bulhões Jr., Danilo Forte e Professora Goreth, e ainda dos Parlamentares Leila Barros, Randolfe Rodrigues, Dorinaldo Malafaia, Margareth Buzetti e Efraim Filho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho apresentado pelo Relator, Deputado Isnaldo Bulhões Jr. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1154, de 2023. **Participantes:** Adauto Modesto Junior, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Pedro Pontual, Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República; e Kathyana Buonafina, Secretária Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e catorze minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Marco Bertaiolli

Vice-Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/13>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.154.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convidado para assento à mesa as seguintes autoridades convidadas: Sr. Pedro Pontual, Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Adauto Modesto Junior, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Sra. Kathyana Buonafina, Secretária Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Esta audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

De acordo com as normas regimentais, cada convidado fará sua exposição pelo tempo de dez minutos. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Parlamentares inscritos.

Antes de darmos início à participação dos nossos convidados, eu gostaria de consultar o nosso Relator, Isnaldo Bulhões, se podemos dar sequência ou se há alguma observação, por favor.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Cumprimento aqui o Presidente Marco Bertaiolli, Deputado Danilo Forte, convidados para esta primeira audiência pública.

Primeiro, Presidente, quero agradecer a disponibilidade dos colaboradores do Governo Federal para aqui fazerem, sem dúvida nenhuma, importantes observações que contribuirão para o nosso debate aqui na Comissão Mista que aprecia a Medida Provisória nº 1.154.

Quero cumprimentar o nosso Senador Humberto Costa também aqui.

No decorrer, logicamente após o tempo definido por V. Exa. para as colocações de cada um, nós abriremos o debate e, aí sim, acredito que teremos oportunidade de colocar qualquer que seja a observação, para que tenhamos a oportunidade também de tirar qualquer dúvida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Sr. Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Concedo a palavra para discorrer sobre a Medida Provisória 1.154 ao Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Sr. Adauto Modesto Junior, a quem eu já agradeço pela aquiescência ao convite desta Comissão para que estivesse aqui colaborando com as discussões acerca da Medida Provisória 1.154.

Com a palavra, por dez minutos, Sr. Adauto Modesto Junior.

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR (Para expor.) – Bom dia, Deputado Marco Bertaiolli. Bom dia, Deputado Isnaldo Bulhões, Relator dessa importante medida para o funcionamento da administração pública federal, para o governo.

Cumprimento aqui também meus colegas expositores na manhã de hoje e a todos os senhores e as senhoras presentes aqui na Comissão nesta manhã.

Nós vamos fazer uma breve apresentação e eu compartilharei os dez minutos também com a minha colega Kathyana, que fará algumas considerações relevantes ao final da exposição.

Bom, o primeiro ponto, Deputado, que eu gostaria de ressaltar são as principais características desta medida. A sua importância diz respeito à construção dessa nova estrutura do Governo Federal, que está alinhada aos objetivos de união e reconstrução do país.

Essa implementação de novas estruturas – e isso é um tema que a gente gostaria de destacar desde o início da nossa apresentação – foi realizada sem o aumento de despesa. Isso foi possível mediante o remanejamento e a transformação de cargos e funções de confiança que já existiam na estrutura administrativa anterior do Poder Executivo Federal.

E é importante destacar também que essa estrutura foi fruto de um grande debate ao longo do período de transição e reflete o modelo de Estado cuja relevância se assenta na implementação de políticas sociais e desenvolvimento econômico sustentado, alinhado às prioridades e ao programa de governo eleito nas eleições do ano passado.

Esta medida provisória está estruturada em seis grandes blocos, os quais eu vou rapidamente passar por aqui para facilitar a compreensão dos senhores a respeito da organização desse texto normativo.

O primeiro ponto, que é a maior parte da medida, dos arts. 2º até o 49, diz respeito à definição dos órgãos e de suas competências. É uma lista exaustiva dos órgãos e das competências que cada um deles deverá executar no próximo período.

Em segundo, tratamos das estruturas comuns a todos os ministérios. Uma medida de gestão importante, que permite, inclusive, essa reconfiguração ministerial sem aumento de despesa. Por fim,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

uma parte mais técnica da medida, que diz respeito ao processo de transformação, criação, extinção de órgãos e cargos da administração pública.

O quarto elemento traz regras para requisição de servidores que são necessários à composição de força de trabalho principalmente dos órgãos que estão sendo criados dentro dessa nova lógica de organização da administração. Temos um bloco referente a alterações em legislações específicas para torná-las coerentes com a nova proposta de estrutura que está sendo apresentada.

E, por fim, algumas regras de transição para dar segurança jurídica da transição da estrutura anterior para a nova estrutura ministerial.

Os principais pontos que a gente gostaria de trazer nessa intervenção inicial, primeiro diz respeito às estruturas comuns. Nesse aspecto, a lógica da construção da proposta tem a ver com o processo de racionalização e padronização dessas estruturas, buscando sempre o princípio da eficiência administrativa e, sobretudo, o foco nas ações finalísticas dos órgãos. Então, drenando recursos das áreas de suporte para as áreas finalísticas, facilitando com que os ministérios, de fato, implementem políticas que impactem positivamente a vida dos cidadãos.

E, portanto, cada ministério deverá ter, no mínimo, o gabinete do ministro, uma secretaria executiva, que exerce o papel de organização da gestão e coordenação da atuação das secretarias finalísticas, a consultoria jurídica e a ouvidoria, que é um órgão importante de diálogo com o cidadão, com a sociedade civil de um modo geral.

E por fim, é importante destacar novamente que a execução dessas atividades de suporte, então toda a parte de gestão de pessoas, administração patrimonial, execução orçamentária, poderá ser realizada e já está sendo realizada neste momento por meio de arranjos colaborativos, em que diferentes ministérios colaboram entre si para a execução dessas atividades, e também por modelos centralizados, em que estruturas executam atividades para outros ministérios, economizando recursos, tempo e, muitas vezes, gerando resultados desse suporte mais eficientes e eficazes para a administração.

E essa reconfiguração, como eu já disse, foi realizada por meio dessa transformação e extinção de órgãos, sem criação de despesa adicional. Então, na prática, 19 ministérios dos 37 que hoje estão dentro da estrutura da administração pública foram criados por meio de desmembramentos de ministérios que já existiam; dois ministérios foram transformados; três novos ministérios criados e treze mantidos da estrutura administrativa anterior, tá? Só para ter aqui uma distribuição lógica que configura aí o novo arranjo.

Então, neste momento, eu passo a palavra para a minha colega Kathyana, que vai tecer considerações em relação aos dois últimos pontos daquela lista inicial que nós...

(Interrupção do som.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. KATHYANA BUONAFINA (Para expor.) – Bom dia. Cumprimento os membros da mesa. Não vou perder muito tempo nos cumprimentos, porque o Adauto já completou.

Só passando para outros dois aspectos importantes da medida provisória, o próximo são as regras de requisição de servidores. Então a MP traz o poder de requisição para alguns órgãos, principalmente os ministérios novos ou desmembrados, mas ela também trata do poder de requisição do Coaf e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, que recentemente foi convertida em agência. Então, como não tem ainda quadro próprio, ela tem esse poder de requisição. E também trata da possibilidade de cessão para serviços sociais autônomos, mediante contrato de gestão.

Nesse caso, só para vocês entenderem, como a gente tem vários novos ministérios, a gente não criou novos cargos e não teve aumento de despesa, não teve aumento de despesa, teve transformação dos cargos, a gente precisa racionalizar a distribuição dos servidores. E por isso, o poder de requisição, principalmente para os ministérios finalísticos, os ministérios novos, que não têm quadros, não têm carreiras específicas, tá?

Pode passar, Adauto.

Outro aspecto da MP. Na verdade, esse aspecto, apesar de existir lá, já foi basicamente todo superado, já teve seus efeitos. São as regras de transição da estrutura antiga para a nova estrutura. Então basicamente ele vai dizer que é uma transferência, uma redistribuição das competências dos órgãos anteriores para os novos órgãos. Então foram distribuídas as competências, o pessoal próprio dos órgãos. Então, o órgão que ficou com aquela competência levou aquelas respectivas carreiras e pessoas vinculadas àquele órgão. Os direitos, créditos e obrigações legais também foram transferidos para os novos órgãos que atuam com aquela política específica, os atos administrativos, os contratos, as receitas e despesas e também as dotações orçamentárias.

Então, o que era orçamento finalístico de determinada política foi para o novo órgão que trabalha com aquela política.

As estruturas foram mantidas em vigor, dos ministérios antigos, até a entrada em vigor dos novos decretos. Então, este ano, foram publicados todos os decretos de estrutura no dia 1º de janeiro, mas eles entraram em vigor no dia 24 de janeiro, porque existe um período que é necessário para a gente fazer as alterações no sistema que possibilitem que as pessoas sejam nomeadas nos novos cargos, na nova estrutura.

Então, hoje, já temos em vigor as novas estruturas. Todos os decretos regimentais de todos os ministérios já estão em vigor.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Adauto, alguma complementação? (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Quero agradecer aqui a participação da Secretária Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão, a Kathyana Buonafina.

Obrigado pela participação e pela intervenção.

Eu sugiro que a gente ouça todos e aí, na sequência, que a gente possa passar aqui para as perguntas, sugestões, indagações.

Então, eu passaria a palavra, agora, ao Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil da Presidência da República, o Sr. Pedro Pontual, para discorrer sobre a Medida Provisória nº 1.154, agradecendo muito a sua atenção com o convite desta Comissão.

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – Imagina, Deputado! Eu é que agradeço o convite dos senhores e das senhoras para fazer essa discussão extremamente importante para a gente poder esclarecer os pontos que se fizerem necessários aqui aos Parlamentares que estão hoje debruçados sobre essa medida.

Então, dando bom dia ao Deputado Isnaldo Bulhões e ao Deputado Marco Bertaiolli e aos demais membros desta Comissão, como os meus colegas do Ministério da Gestão e da Inovação acabaram de colocar, essa MP nº 1.154 já é uma ferramenta tradicional da nossa República democrática, porque ela sempre reflete a forma como os governos pretendem trabalhar e gerir as políticas públicas.

Então, nesse caso não é diferente. Há uma opção aqui nesse desenho que os senhores estão discutindo para que se trabalhe com estruturas que sejam mais horizontais. Então, nós trabalhamos com estruturas menores e com foco muito mais preciso, que é hoje, na verdade, uma das recomendações dentro das discussões de gestão, e, principalmente, de gestão pública, em oposição, talvez, a estruturas por demais verticalizadas, que acabam por criar muitos níveis hierárquicos e nem sempre conseguem entregar os resultados de maneira concreta e satisfatória.

Esse é um Governo que está comprometido com essas entregas e, dessa forma, o que é apresentado aqui ao Parlamento é uma proposta que viabiliza, dentro do que existe de restrição do ponto de vista da limitação dos recursos. Então, dentro do que já existia de recursos alocados para a estrutura do Governo Federal, foi feita uma reorganização, que não houve nesse passo, e isso é mais incomum, qualquer tipo de acréscimo dos gastos com esses com essas estruturas.

E, na verdade, vários dos modelos que estão nessa MP hoje são modelos que vêm de estudos e inovações para a gestão pública, de forma que nós estamos trabalhando com um Estado, hoje, absolutamente comprometido com a entrega de bens e serviços públicos à população brasileira.

Feito esse esclarecimento, eu fico à disposição das Sras. e Srs. membros desta Comissão para esclarecer os demais esses pontos que venham a ser necessários.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Quero agradecer ao Secretário-Executivo Adjunto da Casa Civil, Sr. Pedro Pontual, pela participação; ao Sr. Adauto e à Sra. Kathyana.

Vou passar a palavra ao Relator desta Comissão, Deputado Isnaldo Bulhões, para suas manifestações.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, eu queria primeiro registrar que fundamentalmente essa medida provisória existe para que, dentro de uma reestruturação da Esplanada dos Mistérios, as políticas públicas propostas pelo atual Governo e implementadas por meio desta, cheguem na ponta, àqueles que mais precisam.

Eu gosto que muito de repetir isso, porque daí, nessa toada, sem dúvida nenhuma, os nossos trabalhos serão muito facilitados, para que essas políticas cheguem de forma mais efetiva.

Muito foi discutido sobre o aumento da máquina pública – não é? –, indo de encontro às opiniões daqueles que, ao contrário de mim, são extremamente liberais, mas essas comprovações de que – a gente aqui assistiu na apresentação – todo o desenho, todo o escopo e toda a execução que a medida provisória tem proposto, com todo cuidado pelo Governo, não houve aumento de despesas.

Porque dois pontos são fundamentais: um, a questão da manutenção da despesa, não aumentar a máquina pública. Segundo, uma que me preocupa mais e acho que... porque eu não tenho nenhuma dúvida de que o que o Governo fala é a realidade, do ponto de vista do não aumento dessas despesas. Outra, Presidente, que muito me preocupa é a questão das competências, e isso nós vamos debater bastante, num curto espaço de tempo – acho que vou debater muito mais no individual ou em menores grupos do que no coletivo aqui, Ministro Humberto, devido à instalação da Comissão Mista ter acontecido, faltando poucos dias ou no curto prazo da sua vigência, e a gente vai precisar muito desses esclarecimentos.

As demandas que tenho recebido eu quero transmitir aqui aos representantes do Governo para que conversem com os titulares das pastas que aqui representam. Iremos conversar bastante também com eles sobre as questões das competências ou de sua transferência. Na verdade, mais ainda, serão discutidas as divisões ou que são interpretadas como divisões.

Por exemplo, há pouco eu conversava aqui com o integrante do Ministério da Integração Nacional, Senador Humberto, sobre as políticas públicas de segurança hídrica – o Presidente Bertaiolli participou –, entre o que se assegurava, de forma quase que absoluta, do ponto de vista principalmente da execução do Ministério da Integração, agora, num primeiro momento, divide com o Ministério do Meio Ambiente e também parte fica no Ministério da Integração.

Aí eu queria ouvir um pouco sobre isso.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Logo em seguida, foi editada uma nova medida provisória, já modificando essa medida provisória no que diz respeito a esse ponto e a alguns. Acho que em 10 de janeiro, salvo-me engano, com o nº de 1.061. Não sei se é isso. Se me falhar a memória, vocês me corrijam.

Então é muito importante deixar isso claro. Um exemplo: as competências que ficaram lá atrás, no Ministério da Agricultura, e agora com a volta lúcida do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a exemplo da Conab, a exemplo do Mapa com o meio ambiente, do serviço florestal.

Então, são pontos que têm que ficar muito claros. Estou citando apenas alguns. Serão pontos que deverão ser negociados – não tenha dúvida nenhuma – na primeira reunião, na reunião de instalação.

Eu fiz questão de colocar a muitos ou a quase a totalidade dos meus colegas que têm maior aproximação comigo, sejam Senadores, Senadoras, Deputados ou Deputadas, que esse relatório será construído para atender à população brasileira nos serviços públicos de que ela precisa, mas, acima de tudo, para que seja aperfeiçoado e que seja possível de ser aprovado.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que aqui nós estamos porque o Governo elencou e o Congresso também veio a concordar que essa medida provisória é prioritária, é a mais importante, o que nos traz muita responsabilidade, como foi já demonstrado desde a sua implantação.

Ontem, o Deputado Danilo Forte fez um requerimento de adiamento, mas, com muita compreensão, antecipou, dentro de um acordo aqui, o horário previsto regimentalmente.

Então esse será o caminho da construção desse relatório.

Eu queria muito que vocês tanto colaborassem como, em qualquer momento que venha a ser colocada em dúvida a manutenção da despesa, diante da nova estrutura, que nós estivéssemos municiados para comprovar e convencer da realidade: a efetiva realidade é que não houve aumento de despesa. E também que deixassem bem claras, justificadas e bem abertas – e falo de todo o Governo – as modificações no que dizem respeito às divisões ou às transferências de competência. Eu acho que toda sugestão, fora aquelas que não tenham objeto com a matéria, ou aquelas que não sejam excluídas por duplicidade de objeto, vão ser levadas em consideração para a busca da conclusão e consequente apresentação do relatório até o dia 25 de abril.

São essas observações, a princípio. Eu queria deixar bem à vontade, num momento oportuno, se algum dos integrantes aqui, dos nossos convidados, queiram falar sobre esses pontos de competência, sobre as constatações. Aqui nós vamos discutir no campo mais democrático que possa existir, discutindo com situação, com oposição, com representantes de vários setores da sociedade. Então, é fundamental que não sejam colocados os pontos principais, a espinha dorsal da proposta, em dúvida ou em xeque.

Muito obrigado, Presidente. Apenas essas considerações.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado ao nosso Relator, Deputado Isnaldo Bulhões.

Eu consultaria, dos nossos secretários... O Adauto pode fazer a sua colaboração com esses pontos levantados e apontados pelo Deputado Relator.

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Primeiro, um esclarecimento, Deputado, em relação ao ponto que o senhor trouxe sobre a MP 1.161. O que aconteceu foi que a MP 1.161 fez uma correção de alguns erros materiais na MP 1.154 que é o texto original da estruturação administrativa. Nesse caso específico havia uma duplicidade de competências que foi ajustada, de modo que haja coerência no texto final.

Agora, a segunda parte eu queria só colocar para o senhor que o Governo já está bastante atento e debruçado neste momento sobre o conjunto expressivo de sugestões que foram já trazidas pelos Srs. Parlamentares. Estamos trabalhando. Na Casa são pouco mais de 150 sugestões que foram trazidas. Nós, a partir de agora, providenciaremos um alinhamento interno no Governo a respeito do conteúdo dessas emendas, para posterior diálogo com o senhor e com o restante dos Parlamentares para a gente buscar o entendimento e o aperfeiçoamento que esse processo certamente trará ao conteúdo da medida.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, apenas para complementar. Então, Adauto, com esse acompanhamento sendo feito, eu acho que o Governo já pode trabalhar diante de uma análise das sugestões dessas medidas, 150. Eu vou encaminhar para vocês também o que nós reduzimos em duplicidade ou em matéria estranha, que será discutido em um segundo momento junto com o Presidente Davi Alcolumbre. Portanto, a análise que vocês fizerem, é fundamental que vocês nos enviem o quanto antes, para, dentro da construção, nós já termos como base, referência, o que é mais caro, o que vocês já foram convencidos de que venha a colaborar no PLV com um avanço nessa futura legislação em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Por favor, Pedro, para sua complementação.

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – Muito obrigado, Deputado.

Eu queria só agradecer as observações do Deputado Isnaldo Bulhões e dizer que Casa Civil e Ministério de Gestão e Inovação dos Serviços Públicos estão trabalhando em conjunto, *pari passu*, nos debates justamente para produzir as informações que são necessárias por parte do Governo, para melhor subsidiar esta Comissão no seu trabalho e nas suas discussões.

É importante trazer que, como o nosso compromisso é com a participação social, a MP 1.154 é fruto de um trabalho de transição, em que a gente teve vários grupos com grande diversidade de contribuições e sugestões. Desses grupos, saiu essa estrutura, saiu essa proposta de Ministérios e distribuição de atividades.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Como há de ser em situações em que a gente faz a participação social, sempre aumenta a complexidade dos trabalhos. Daí a necessidade posterior da MP 1.161, para corrigir esses erros materiais referidos pelo Adauto.

Agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Relator?

Dando continuidade à nossa audiência, passamos agora à concessão da palavra aos Parlamentares inscritos, iniciando com o nosso Parlamentar Danilo Forte; na sequência o nosso Senador Esperidião Amin.

Antes que o senhor solicitasse, ela já estava feita.

Deputado Danilo.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Para discutir.) – Isso que é prestígio.

Bom dia a todos e a todas.

Conforme acordado ontem, eu acho que é interesse do Brasil como um todo a solução dos problemas. Nós não estamos aqui para criar dificuldades ou para inviabilizar o Brasil. Nós estamos todos aqui imbuídos do espírito e da obrigação que nós temos para com o nosso povo, que nos elegeu exatamente para estarmos aqui discutindo, debatendo, dialogando sobre as demandas que o Brasil tem e sobre a necessidade da solução dos problemas vividos pela sociedade brasileira.

Um país de dimensões continentais, como o nosso, diversificado na sua população, com desigualdades regionais profundas, tem uma ausência muito grande dos serviços públicos na grande maioria da gestão dos municípios brasileiros.

Estou aqui ao lado do ex-Ministro da Saúde Humberto Costa, do ex-Governador Esperidião Amin, dos demais Deputados. Temos uma vivência prática das dificuldades que o nosso povo vive e da ausência dos serviços públicos, da distância. É comum se dizer, pelo Brasil afora, que Brasília é uma realidade diferente da realidade vivida na periferia do Brasil.

Dante disso, eu acho que o Estado tem que se aperfeiçoar mesmo. Eu acho que ninguém pode ser contra a evolução administrativa.

Eu acho que, com esta medida provisória, sem sombra de dúvida, Deputado Isnaldo Bulhões, foi oferecida a oportunidade de dar a maior contribuição que um Governo no seu início pode ter, que é da sua reestruturação, vencendo velhos vícios, vencendo o atraso administrativo, atualizando as instituições e dando à governabilidade uma eficiência sonhada por todos nós.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O Dr. Ulysses gostava de dizer que a grande quimera dos homens é a perfeição, porque eles não a têm. Nós não vamos ter um Estado perfeito, um Governo perfeito, mas nós temos a obrigação de lutar para que isso possa acontecer.

Diante disso, eu acho que este debate poderia se aprofundar nas questões pontuais que a medida provisória tem.

Eu acho que, do ponto de vista filosófico, da necessidade e dos atributos que essa reforma pode trazer, nós fomos muito bem. Dez para todo mundo. Agora, na prática, no dia a dia das pessoas, o que essas mudanças podem ocasionar na gestão pública?

Por exemplo, vou começar aqui pela área do agro, que hoje é responsável por um terço do PIB brasileiro. E hoje o Presidente da República está, com uma grande comitiva, no maior parceiro comercial internacional do Brasil, e o carro chefe das negociações é a ampliação do mercado do agro. E uma mudança no que diz respeito à questão da Conab é uma questão muito profunda, porque a produção do agro não está no pequeno produtor, não está na agricultura familiar, a produção do agro que precisa ser armazenada e redistribuída e que precisa inclusive ofertar segurança alimentar para o Brasil e para o mundo, hoje, já que o Brasil alimenta 1 bilhão de pessoas no mundo inteiro, está no grande produtor e no médio produtor. E a mudança dela, do Ministério da Agricultura, que é quem cuida da produção em escala, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem um Ministro amigo, que é o Paulo Teixeira, mas que vai cuidar do pequeno produtor, talvez não seja uma mudança qualitativa, do ponto de vista da operacionalidade do armazenamento e da redistribuição da safra agrícola e da responsabilidade que o Brasil tem com relação a isso.

Então, eu acho que um ponto como esse é que precisa ser aprofundado. E aqui, trazendo para a nossa vivência maior, a minha e a do Ministro Humberto Costa, que foi Ministro da Saúde, e eu fui Diretor da Fundação Nacional de Saúde – e agradeço muito à Funasa a oportunidade que ela me deu de conhecer os rincões do Brasil –, eu fico muito preocupado com essa mudança em relação ao saneamento básico, em relação ao abastecimento de água, de uma instituição que aprendeu muito ao longo de uma vivência muito pequena. A Funasa não é uma instituição secular. A Funasa foi criada no Governo Fernando Henrique, sob a tutela, talvez, de uma das pessoas que melhor pensam a saúde pública do Brasil, que não era médico, por sinal, o ex-Ministro José Serra, que pensou a Funasa, exatamente, numa ação preventiva de saúde pública, e num país em que pessoas morrem por doença de veiculação hídrica, num país em que as crianças são desidratadas, num país que tem a convivência de mais de 50% da população com rede de esgoto a céu aberto, e ainda temos um terço da população brasileira que toma água sem ser tratada. Eu acho que essa mudança, da extinção da Funasa, é de uma radicalidade muito grande para uma experiência que não atende a demanda dos pequenos municípios.

Você pode fazer qualquer pesquisa, com qualquer Prefeito, de qualquer região do Brasil, e perguntar quem o trata melhor, na convivência, desde a apresentação do projeto à execução da obra, se





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

é a Funasa ou a Caixa Econômica, 100% vão dizer que a Funasa trata melhor os Prefeitos, respeita mais os Prefeitos dos pequenos municípios do que a Caixa Econômica.

Digo isso por uma experiência vivida, porque tive a oportunidade de ser Diretor Executivo da Funasa e depois Presidente, no segundo mandato do Presidente Lula, e nós, naquela época, conveniávamos com 3,6 mil municípios. E o que mais me surpreendeu é que a realidade da falta de água, Senador Esperidião Amin, não era só no Nordeste; eu vi a falta d'água em Tenente Portela, na fronteira do Rio Grande do Sul e nos Pampas gaúchos. E foi a Funasa que foi lá, inclusive, que apresentou um projeto para a solução do problema de 40 municípios dos Pampas gaúchos.

Eu vi a experiência vivida da desinformação não pela má-fé, mas pela boa-fé, quando eu tive a oportunidade de entregar melhorias sanitárias domiciliares banheiros, em Manacapuru, no Amazonas, e me surpreendi, Ministro Humberto, quando o dono da casa que recebia aquele banheiro tinha guardado a chave do cadeado do banheiro, que era fora da casa, como é tradicional no Norte e no Nordeste brasileiro, num armário, numa cômoda, no seu quarto. E quando ele pegou a chave, eu disse: "Esse senhor cuida bem do banheiro dele". E adentramos, passando por uma ponte de palafita, chegamos ao banheiro. Quando ele abriu o banheiro, qual foi a grande surpresa? O vaso sanitário tinha sido transformado num vaso de flores. Ele plantava ali um jardim. E é exatamente a Funasa, com seus agentes de endemias, com seus funcionários que estavam lá na ponta e que fazem, inclusive, a educação para essas pessoas. E eu perguntei: "O senhor está usando como vaso e o senhor faz as suas necessidades onde?" Ele disse: "Eu faço como sempre fiz, na beira do rio". Porque isso é cultural, a tradição dele era aquela e é uma tradição que precisa ser mudada.

Então, são essas questões que eu não vejo um servidor da Caixa Econômica jamais fazendo, diante de uma situação em que sequer foi feita essa avaliação, numa instituição tão jovem como a própria Funasa, que trouxe os pequenos municípios para dentro de uma política de saneamento básico, para dentro de uma política de esgotamento sanitário. E eu não tenho dúvida de que qualquer um de vocês que puder fazer um levantamento, nos municípios abaixo de 50 mil habitantes, de quem teve a maior eficiência na execução de obras hídricas, a Funasa ou a Caixa Econômica, verá que a Funasa dá de goleada na Caixa Econômica, por um simples motivo: a operacionalidade da Caixa Econômica é muito pequena para atender a complexidade de projetos muitas vezes de adução, de barragens, de saneamento, de esgotamento sanitário, que não têm um padrão único. A realidade do Nordeste é uma... Dentro do Nordeste nós temos várias realidades, a realidade dos Lençóis Maranhenses é totalmente diferente da realidade de Balsas, no sul do Maranhão, ou de Imperatriz, na Floresta Amazônica, dentro de uma só região.

Eu me lembro de uma passagem minha na Funasa, no Morro do Jaraguá, em São Paulo, quando nós fomos botar água lá em cima, porque, em São Paulo, a cidade mais rica da América Latina, lá onde ficavam





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

as torres de televisão, não tinha água para abastecer a população indígena que morava em cima daqueles morros, onde fica o Morro do Jaraguá.

Então, eu acho que mudanças abruptas podem ocasionar uma defasagem na aplicação dos recursos. E quero fazer mais uma homenagem à Funasa, e está aqui o Ministro Humberto Costa, ao meu lado, que viveu esse drama. A Funasa, quando cuidava da saúde indígena, e olha que foi uma mudança abrupta que foi feita, conseguiu, em dez anos, reduzir em 50% a mortalidade infantil indígena. Ela conseguiu erradicar uma oncocercose dos ianomâmis, que agora a gente vê em uma situação paupérrima.

E a culpa não foi da Funasa, porque de lá foi retirada a saúde indígena, em 2013. Estão abandonados. E eu me lembro muito bem de que, quando nós trabalhamos lá, nós ganhamos um prêmio da Fundação Carter. O ex-Presidente americano Jimmy Carter veio ao Brasil e me entregou um prêmio pela erradicação da oncocercose na comunidade ianomâmi, porque a Funasa substituiu o trabalho que estava sendo feito e o abandono que estava lá e cuidou da nutrição, e cuidou das comunidades indígenas. Quem inaugurou aquela Casai, Casa de Saúde Indígena, em Boa Vista, fui eu, quando estava Presidente da Funasa. E foi uma mudança abrupta, porque como segmentos da saúde indígena tinham saído da Funasa – eu mesmo tirei 37 ONGs da Funasa que não estavam prestando um bom serviço naquela época –, essas ONGs se reuniram na mudança de governo, no Governo da Presidenta Dilma, e criaram a Secretaria de Saúde Indígena, e lá começou o abandono das comunidades indígenas que nós estamos vivendo hoje, e a culpa não foi da Funasa. Pelo contrário. Em toda a evolução da Funasa, podem ter tido percalços, podem ter tido dificuldades, como tem em qualquer órgão público do Brasil, mas tudo foi apurado e houve uma evolução, e os números finais da Funasa foram satisfatórios, no período em que ela tanto trabalhou na saúde indígena, como no período, até agora, em que ela tem trabalhado na área do saneamento.

E aí vai. Eu acho que esse aprofundamento precisa ser feito na busca da tal eficiência. E, muitas vezes, você reestruturar, reaparelhar o órgão, dar qualificação aos seus funcionários, que já têm a *expertise* e a história inicial, é muito mais importante do que você entregar a uma instituição bancária, que não tem a vocação para a política de saneamento nem de saúde pública, a aplicação dos recursos dessa área.

Eu vou ter muita pena aqui, e todos nós Deputados e Senadores vamos sofrer muita pressão de senhores Prefeitos e secretários de saúde nos seus municípios, e secretários de infraestrutura, porque se hoje já tem pouca eficiência na execução das obras, podem ter certeza de que na Funasa executa mais do que na Caixa Econômica, nos pequenos municípios.

E avanço mais ainda. O Brasil, inclusive nesse novo modelo de gestão de serviços públicos, avançou para os serviços concessionados, serviços públicos feitos em parcerias público-privadas. E, para isso, precisava de um órgão regulador para poder dar a garantia, a esses setores privados que adentravam nas funções do serviço público, da fiscalização, do acompanhamento desses serviços concessionados.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Tivemos evoluções fantásticas, como, inclusive, o caso da telefonia celular, porque o Brasil é o país que tem o sinal de telefonia celular mais bem distribuído no mundo, inclusive melhor do que nos próprios Estados Unidos, e temos a internet mais barata do mundo, inclusive mais barata do que nos Estados Unidos e na Europa. Mas, por outro lado, também temos ineficiências abruptas de alguns segmentos. E, muitas vezes, o modelo de gestão a partir das agências reguladoras divorciou, separou essa gestão do setor público, dando uma autonomia sem o devido acompanhamento, sem o devido controle dessas agências, que se sobrepueram inclusive ao Poder Legislativo, em alguns momentos, quando aqui foram votadas leis e que não foram sequer normatizadas ou foram normatizadas dentro de um espírito diferente do contexto em que elas foram votadas pelo Congresso Nacional e pelo Poder Legislativo, e até mesmo há decisões judiciais que foram descumpridas pelas próprias agências, como se elas se sentissem acima da estrutura administrativa do país.

E aqui eu falei ontem... E hoje inclusive vi de novo na imprensa, equivocadamente, dizerem que, quando a gente trata de agência na MP 1.154, é jabuti. Não é jabuti! Eu fiz a emenda no dia 4 de janeiro, e está aqui o Relator já colocando no seu plano de trabalho, inclusive, mudanças na Agência Nacional de Águas com relação à política de saneamento. Então, o texto é compatível com o que está no texto da reestruturação administrativa do Estado. E se o Estado quer fazer uma reestruturação administrativa, ele tem que passar por todos os segmentos do setor público e, dentro dos segmentos do setor público hoje, uma gama expressiva, inclusive de investimentos, no Brasil, é o que passa pelos setores dos serviços concessionados pelas agências reguladoras.

Então, é diante disso que a gente também precisa discutir o aperfeiçoamento da cobrança da sociedade quanto ao papel das agências. Elas não estão imaculadas, elas não estão acima do serviço público, como nenhuma outra repartição deve estar acima. Os Poderes são iguais, inclusive os Poderes devem ter harmonia entre eles. Nem o Poder Judiciário é superior ao Legislativo nem ao Executivo e nem vice-versa. Da mesma forma, as agências não são superiores ao Poder Executivo e devem prestar contas, sim, à sociedade.

E essa crise, essa dificuldade vivida pelo Brasil e retratada nas 11 agências do Brasil inteiro, quando muitas vezes nós somos obrigados a ter, inclusive, discussões positivas e negativas...

E aqui quero fazer uma homenagem à Anvisa, que teve uma visão positiva com relação à questão da vacina, mas também faço uma crítica quando ela não aperfeiçoa a questão dos defensivos agrícolas. Hoje a gente trata a questão do agro com defensivos agrícolas totalmente ultrapassados e ainda de origem cancerígena, quando nós temos produtos muito mais modernos que não são analisados – o Senador Humberto Costa entende muito mais disso do que eu. Nós precisamos também ter um acompanhamento e uma fiscalização com relação a isso.

E aí veio a minha ideia de a gente criar um conselho de fiscalização que poderia ser tripartite, do qual participariam os consumidores, porque não tem nenhum diretor de agência no Brasil ligado ao





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

consumo – e todo reajuste de preço nas agências, principalmente na área de energia e de água, são superiores aos preços da inflação. Nós poderíamos, inclusive, tendo um consumidor também, ter a garantia da preocupação com a presteza desses serviços públicos na sua qualificação. O setor empresarial também participaria – ele é importante porque é ele que vai fazer o investimento e vai fazer parte da parceria –, assim como as universidades, que também estão muito esquecidas hoje, pelo senso crítico que elas têm de poder participar inclusive da administração pública sob uma visão crítica e uma visão universal do que esses serviços públicos precisam ter.

E foi essa a minha emenda, a Emenda 54, que apresentei ao Relator, Deputado Isnaldo Bulhões. Peço que ele olhe carinhosamente para isso, porque ela demonstra uma evolução também da administração pública no Brasil e um fortalecimento das agências. Não pensem vocês que as agências vão ficar enfraquecidas quando elas têm que prestar contas; ficam enfraquecidas quando elas ficam dentro de uma autonomia sujeita à livre postura de seus dirigentes.

Por último, eu quero aqui relatar a compreensão de que nós podemos evoluir muito. O Brasil tem muitas contradições. É inadmissível que, num país tão rico como o Brasil, nós tenhamos milhões de brasileiros passando fome e milhões de brasileiros excluídos. A coisa que mais me deixa triste na vida é ver uma cidade pujante como São Paulo com milhões de pessoas abandonadas no centro da cidade, nas ruas, vivendo de forma moribunda.

Eu acho que a gente precisa evoluir porque isso é um retrato da ausência dos serviços públicos. Hoje se sofre muito mais no abandono, nas periferias das grandes cidades, do que nos sertões do Nordeste, eu não tenho dúvida com relação a isso. Agora, a gente precisa harmonizar e dar eficiência ao serviço público e talvez a gente precise rever, e é por isso que esta Casa existe, e aqui peço a todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores que participam desta Comissão que aqui possam contribuir inclusive para fazer a modernização, para que a gente possa contribuir para uma evolução do texto básico dessa medida provisória.

É comum usar a frase que o Congresso Nacional, pela vivência que tem, aqui estão representados todos os segmentos da sociedade brasileira, aprimora os projetos de lei. E eu não tenho dúvida, com a competência do nosso Relator, de que nós seremos capazes de entregar uma medida provisória muito melhor do que nós recebemos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Danilo.

Nosso Relator? Claro.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Apenas uma observação na fala do Deputado Danilo Forte, só para esclarecer, porque os nossos convidados podem estar se perguntando por





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

que o debate da Funasa ser levantado, quando há outra medida provisória tratando apenas desse tema. É porque há uma discussão prévia diante da possibilidade, logicamente no campo da negociação aqui do Legislativo e da comprovação de que sejam matérias comuns, textos de outras medidas provisórias, de que a gente possa absorver nesta, para simplificar e otimizar o andamento e a apreciação das matérias encaminhadas pelo Executivo.

Não há definição, nós abrimos já a discussão até a questão da extinção da Funasa, da vinculação do Coaf e do programa de parcerias de investimentos também. Então a ideia de abrir a discussão não significa que está definida a presença dessas demais medidas provisórias nesta aqui discutida por esta Comissão, só para justificar aos senhores.

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE. Pela ordem.) – Só complementando a fala do Deputado Isnaldo, nosso Relator, é que na 1.154, no remanejamento de servidores, já há uma modificação também com relação aos servidores da Funasa, está implícito ali também na modificação. Então, nessa política de esvaziamento que foi feita na Funasa, nesse curto espaço de tempo, está se mexendo também, dentro da 1.154, nos servidores da Funasa. Então, se estão mexendo nos servidores, também faz parte do debate a questão da própria Funasa, que não vai existir se não tiver servidor lá.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Perfeito. Obrigado, Deputado Danilo.

Passo a palavra aos nossos Secretários-Executivos para que a gente possa ir estabelecendo um debate ou uma explicação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Minha inscrição?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Sim, sim, claro, é que eu iria passar a palavra para o Secretário para ele responder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Se ele for responder todas as perguntas... A minha intervenção...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Eu queria sugerir um encaminhamento. Talvez nós ouvíssemos...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Todos?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Todos, depois nós vamos pontuando...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – A minha sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Por decisão da maioria...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Senador Esperidião Amin, por favor

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para discursar.) – Mas é da regra das Comissões Mistas que se estabeleça um prazo para cada um de nós, com direito a repescagem.

Então, por exemplo, eu fiquei muito contente. Ouvi com muita atenção o depoimento do meu querido amigo Danilo Forte, ilustrativo. Eu só vou fazer duas ponderações e breves, que eu acho que poderiam ser incorporadas ao tempo do Sr. Adauto e ao Relator.

Porque todo mundo sabe que eu tenho um compromisso, eu vou votar com o Relator. Se ele votou em mim em 1994, eu não vou retribuir o voto? Mas eu quero ver se consigo influenciá-lo. Então, eu preciso exercer não o poder de imposição, mas de sedução, que é uma coisa muito mais séria.

As minhas ponderações são duas. Acho que o depoimento do nosso Deputado Danilo Forte foi muito valioso. Mudanças abruptas geralmente deslocam o eixo do veículo até e da tripulação também, que é mais sensível. Então, aplaudo tudo que ele falou e tenho uma questão pontual e uma geral.

Vou começar pela pontual. Coisas que se escrevem e não se afere a consequência são muito complicadas. Atribuir, por exemplo, ao Ministério dos Povos Indígenas a competência que já foi objeto de controvérsia, nós estamos repetindo, de demarcação de terras, conforme está no inciso III do art. 42 do projeto, é muito mais do que alinhar. É desalinhá-lo.

Primeiro, isso já foi tentado no Governo Bolsonaro. Tentou atribuir ao Ministério da Agricultura. Ou seja, nem foi adotado aquele modelo e não será adotado este. A questão da demarcação de terras indígenas é... Nós estamos espichando o pavio.

O marco temporal adotado aparentemente tinha pacificado essa questão. O Supremo já tem dois votos, realinhando o marco temporal, que não será mais 5 de outubro de 1988. Como é que isso vai repercutir em cada estado da Federação eu não sei, mas sei como é que vai ser no meu.

Nós somos um estado com o melhor índice de Gini do Brasil, em matéria de concentração de terra. Somos o estado com a menor concentração de terra. O único reparo que eu faço ao Deputado Danilo Forte é que, lá na China, eles importam é da pequena propriedade sim.

Nós somos o maior exportador de suíno para a China e não tem nenhuma grande empresa produzindo suíno lá. Tem processando suíno. E nós exportamos coisas com valor agregado. Tudo de pequena propriedade, cooperativas. Temos a maior cooperativa... O maior exportador é uma cooperativa: Cooperativa Aurora.

Eu levei essa gente para a Rússia, para a China, em 2000. Fizemos um esforço brutal. Bancamos, desde 2000, a condição de primeiro Estado livre de aftosa sem vacinar, ou seja, se alguém analisar o sangue, não tem o vírus ali. Então isso é um esforço hercúleo de uma unidade da Federação. Nós estamos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

lá. Nós temos qualidade, eles compram coisas com marca. Tive orgulho, querido amigo Deputado Bertaiolli, de, no Kuait, ficar num supermercado e ver uma "brima" daquelas dizer assim: "Eu quero 'chadia'". Sadia. Quanto vale isso? E o que é a Sadia? É um grande frigorífico, mas toda a produção de aves e suínos é de pequena propriedade, são os integrados. Pequenas empresas familiares. Então esse arranjo é importante.

E aí eu volto para a questão da demarcação. Há um pouco de boato nisso também, mas anuncia-se que temos dez redemarcações por serem homologadas. Porque uma coisa é demarcar, outra coisa é homologar.

O que está escrito aqui é: "Constituem áreas de competência do Ministério dos Povos Indígenas: [...] III - reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras e dos territórios indígenas." Isso hoje é competência do Ministério da Justiça. E a homologação é decreto presidencial, portanto.

Os laudos antropológicos são algo muito respeitável, mas também muito questionável. Não vou me alongar nisso.

E conferir a um ministério que tem a obrigação de defender o povo indígena...

E aí eu faço um particular. Quero também dizer, especialmente a quem vai responder, o seguinte: eu tenho muito orgulho da forma como tratei os indígenas. A primeira escola de ensino médio do Brasil foi inaugurada no dia da celebração dos 500 anos do descobrimento, no meu Governo, em abril de 2000, projetada por um índio, 20 salas de aula e com internet, que as escolas do estado não tinham ainda. A primeira escola com banda larga de Santa Catarina. Vinte salas de aula. O primeiro crédito agrícola para indígenas, pelo Banco do Brasil, com garantia do estado também foi nessa época. E pagaram. Não precisou o aval do estado funcionar. Construímos escolas indígenas para a nação caingangue, para a nação xokleng, que só existe em Santa Catarina, e para a tupi, que é a nação mais numerosa do Brasil. Não fizemos tudo. Projeto habitacional, parque da saúde. A Funasa teve grande papel nisso aí. Então não somos um estado que não tem nada para fazer.

Essas escolas têm que ser recuperadas. Aliás, o Governador assumiu esse compromisso anteontem, numa reunião da AGU. Enfim, se, de dez, uma redemarcação dessa for decidida com base na medida provisória que está em vigor, uma só, nós vamos ter problemas muito sérios, porque isso significa desalojar pequenos proprietários que estão dando certo. São dez áreas.

"Ah, é demarcação, mas eles não terão...". Como que não terão? Tem a palavra final! Isso é matéria controvertida. Já se tentou passar para o Ministério da Agricultura, o que eu também acho que não era correto. E foi adotada a medida do equilíbrio. Qual é a medida do equilíbrio? Está no Ministério da Justiça, que tem a responsabilidade de um pouco mais de amplitude do que quer na agricultura, quer no Ministério dos Povos Indígenas. Aí, é um direcionamento total, assim como ao ministério dos povos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

originários está cometido o direito de decretar área de quilombolas, demarcar. E isso está subordinado a projetos que estão na Câmara que o Presidente Lira não bota em votação para não convulsionar esse ambiente. E mais: há uma discussão em curso, aliás, há uma decisão em curso no Supremo. Já tem dois votos, afetando o entendimento atual do marco temporal.

Então, eu acho que isso é uma questão específica para a qual eu peço atenção. Não se vai resolver hoje. Isso é uma questão de política, mas não levantar esse problema e fazer de conta que ele não existe não é meu papel, de quem já viveu isso.

E, só para terminar: o diabo sabe porque é diabo... Em espanhol fica mais bonito, não é? *El diablo sabe por diablo, pero más sabe por viejo* – sabe mais porque é velho. Eu vivenciei a criação de uma reserva indígena, como Governador, em 1986, antes da Constituição. O Governo Federal indenizou a Sede Trentin, perto de Chapecó, e converteu-a no Toldo Chimbangue 1 e pagou a terra, coisa que, pela atual Constituição, ele não vai fazer mais. Quando chegou Toldo Chimbangue 2, eu era Governador de novo, em 1999. Eu disse: "Não, vocês vão ter que pagar a terra de novo". Quer dizer desapropriou a tua propriedade e pagou a terra. A minha, que estava fora desse perímetro, não paga. O meu título de propriedade é nulo. Eu vivi isso. Toldo Chimbangue 2 e Toldo Chingangue...

Você imagina dar autoridade para demarcar para o advogado de uma parte. É o caso. O Ministério dos Povos Indígenas tem obrigação de defender, como fez Rondon, o Marechal Cândido Rondon. É claro. Ele tem que ter lado. Então, ele não pode ter a caneta do juízo, do árbitro. Como o da Agricultura também não pode.

Então, a solução de equilíbrio... Depois, eu vou mostrar para o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. a pedra do equilíbrio. Vou lhe mostrar. O senhor vai gostar. O equilíbrio é a busca de uma solução que contemple os vários interesses da maneira mais justa e menos danosa possível.

Então, isto não pode, este mal-entendido não pode prosseguir. Por quê? E vou concluir. Dia 19 de abril, dia do povo indígena. É o Dia do Índio. É o Dia do Exército, mas também é o Dia do Índio, anuncia-se que o Governo vai...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Fora do microfone.) – ... demarcação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... demarcar. Quem vai demarcar? Aí, eu me dirijo ao Líder do Governo. Isso é um negócio muito sério, porque depois de assinar...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Fora do microfone.) – Na vigência da medida provisória.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Na vigência da lei. E ontem foi feito um B.O. em uma delegacia de polícia sobre ameaças de perda de propriedade, no Município da Palhoça, ao lado de Florianópolis: "Olha, vocês não são mais donos", numa região que deve ser o distrito mais antigo de Santa Catarina, Enseada de Brito, coisa dos açorianos, lá do século XVIII.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, isso é uma questão muito perigosa, independentemente de demanda judicial, que já existe, já tem ação no Supremo sobre esse assunto, mas eu faço a seguinte comparação: nós já vivemos isso em 2019, estamos vivendo agora, e o pior que pode acontecer, Deputado Randolfe, Senador Randolfe, é um fato consumado, um fato concreto.

Fato concreto aí complica, porque você tem... E nós estamos vivendo um momento de muito pouca tolerância. Essa é o meu aditivo. E a segunda questão, que é de natureza geral, eu quero dizer o seguinte: eu vou votar a favor de qualquer modelo ou desenho de gestão que o Governo queira. O sujeito foi eleito tem o direito de organizar o seu quadrado.

Agora, quando mexe na atribuição de serviço público, como bem lembrou o Deputado Danilo Forte, nós temos que nos preocupar com duas frases, uma é atribuída a um maranhense ilustre, Vitorino Freire: as consequências vêm sempre depois. Elas vêm, não dá para não ter consequência. Jabuti subiu em árvore, foi enchente ou mão de gente – também é dele. Então, as duas frases são dele.

E a grande preocupação é isto: não avaliar as consequências disto, que é afetar o serviço público, especialmente quando ele interessa aos que mais precisam, aí é mais doído ainda. Foi o que você lembrou.

Então, são essas duas colocações. Uma é muito particular – e acho que muito perigosa – e a outra é uma cautela geral, que não elimina o direito do Presidente eleito de desenhar o seu Governo.

Vou votar a favor, sem dúvida alguma, porque acho que é um direito implícito aos compromissos que ele assumiu e que o povo homologou na urna. Esse é um princípio básico de Estado de direito e de democracia.

Agradeço por ter me excedido, mas é porque não está delimitado o tempo. Se o senhor delimitar nós todos vamos cumprir. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Perfeito, Senador Esperidião Amin. É sempre uma alegria ouvi-lo, é o nosso momento de aprendizado e de sabedoria.

Obrigado, Senador.

Como não há Parlamentares mais inscritos para esse debate, eu passo a palavra, então, ao Secretário-Executivo da Secretaria de...

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, só uma rápida consideração.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Desculpe. Claro.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Pela ordem.) – Meus cumprimentos e agradecimentos aos representantes de nosso Governo que compareceram.

Ao ouvir aqui o Senador Esperidião Amin e saber também das contribuições do Deputado Danilo Forte, acho que ao fim e ao cabo de todos os desencontros que tivemos, Deputado Isnaldo, sobre a realização ou não das Comissões Mistas, eu acho que temos aqui a virtuosidade das Comissões Mistas, a possibilidade desse debate, a possibilidade da contribuição com a experiência do Senador Amin, a possibilidade de o Deputado Danilo trazer aqui as contribuições para que possamos aperfeiçoar o texto da medida provisória.

Este Governo quer o debate, exulta o debate e comprehende que do debate podem sair as melhores contribuições para aperfeiçoar quaisquer medidas que o Governo tem.

Eu acho que esse é o grande bom ponto de Comissão Mista. A Comissão Mista tem, a despeito e ao cabo de eventuais soluções dos impasses que existem no entendimento, Deputado Danilo, essa possibilidade de trazer os representantes do Governo, de fazer a exposição e ouvir contribuições que acho que têm que ser por nós refletidas no mais democrático debate. Eu acho que isso é algo que tem que ser exaltado. É só para fazer este registro.

Tenho certeza que o nosso Relator irá ponderar e considerar muito tanto as contribuições do Deputado Danilo, quanto o ensinamento de sempre das luzes que vêm de Amin para todos nós.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – O versículo bíblico de hoje é: "Vinde 'a mim' vós todos os que estais cansados e sobrecarregados e eu vos aliviarei." Mateus 11:29.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Senti identidade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Encerrada a palavra dos Parlamentares, eu passo a palavra aqui ao nosso Secretário-Adjunto do Ministério da Inovação, o Adauto Modesto, para as suas considerações sobre o que foi aqui apresentado pelos nossos Parlamentares.

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR (Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Bom, primeiro eu queria agradecer as contribuições do Deputado Danilo Forte e do Senador Esperidião Amin, que, no meu ponto de vista, trouxeram questões fundamentais e que merecem um exame atento por parte tanto do Governo quanto dos integrantes dessa Comissão para o adequado endereçamento das questões relativas a essa medida provisória.

O primeiro ponto, de natureza mais geral, Deputado, é que acho que o senhor trouxe uma avaliação com a qual nós temos concordância sobre a insuficiência da oferta de serviços públicos, em especial em algumas regiões do nosso país. E essa é uma das razões principais da própria criação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, por entender que é um ministério essencial para que a gente





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

possa ampliar as capacidades estatais e ter condições de ofertar serviços públicos de melhor qualidade e numa escala adequada para os desafios de um país continental como o Brasil.

Então, acho que isso está explícito, inclusive nas competências do ministério, e nós temos instrumentos, dentro das nossas secretarias, para executar melhor e dar suporte aos demais ministérios nesse sentido, por exemplo, através dos arranjos colaborativos dos serviços compartilhados, em que nós vamos conseguir trazer maior condição de operação, formulação e implementação de políticas públicas.

Então, aqui tem uma concordância que que vai na direção da medida, Deputado.

Entrando em algumas das questões mais específicas trazidas por V. Exa., eu queria também falar um pouco sobre a questão da Conab. A Conab é uma companhia estratégica para o país. Ela é essencial tanto para o desenvolvimento da nossa produção, mas também para o tema da segurança alimentar da população brasileira, e ela precisa ser fortalecida e valorizada nessa condição.

O modelo que está se construindo, Deputado, é justamente um modelo também imbuído desse espírito de compartilhamento de competências e de sinergia de atuação, de maneira que, no meu ponto de vista, há um diálogo em curso e já há uma concertação bem encaminhada entre o Ministério da Agricultura e o MDA, que se reflete inclusive numa composição compartilhada na diretoria da companhia, e que vai executar esse seu mandato de natureza diversa, de maneira organizada e confluente entre os objetivos perseguidos de maneira mais evidente por essas duas pastas.

Em relação à Funasa, eu acho que aqui há um debate profundo também que esta Comissão e os Parlamentares, que no contexto na MP 1.156 corroboraram o entendimento do nosso Relator, sobre certa similaridade temática desses dois assuntos. O primeiro ponto: o desafio que nós temos no nosso país – e concordo novamente com V. Exa. sobre os números muito ruins em relação ao acesso da nossa população a serviços de saneamento, por exemplo –, o desafio que está colocado no Plano Nacional de Saneamento (Plansab) é bastante rigoroso e a extinção da Funasa, mas sobretudo a alocação das suas competências dentro do Ministério das Cidades e do Ministério da Saúde se insere justamente em uma estratégia governamental de acelerar a implementação de projetos de saneamento que nos aproximem do atingimento das metas que estão previstas no Plansab. Então, eu acho que não se trata exatamente de transferir...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Pela ordem.) – Posso fazer só um questionamentozinho, que eu não coloquei na minha fala? Nós temos um problema muito grave aí de financiamento disso, porque enquanto a Funasa estava no Ministério da Saúde, ela era abrigada pela obrigatoriedade do orçamento da saúde. Isso está na Constituição. A Funasa indo para o Ministério das Cidades, ela vai entrar nos 2% que nós temos de investimento do Orçamento Federal. E com essa variedade e essa impossibilidade até de a gente saber se nós vamos ter os 2% ou não, se vai ter sobra de orçamento ou não, você vai botar todo esse orçamento da Funasa em uma insegurança financeira muito grande, porque quando o Serra





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

criou e botou o financiamento dos pequenos municípios lá, era exatamente para abrigar na obrigatoriedade do orçamento aquela parcela do orçamento da Funasa para atender os pequenos municípios, e os pequenos municípios agora vão ficar soltos, vão ficar numa fragilidade muito grande, porque não vai ter orçamento para eles. Só vai ter orçamento se tiver sobra do investimento do orçamento federal, porque no Ministério das Cidades não tem obrigatoriedade de percentual na Constituição. Só tem educação e só tem saúde. Então, é mais uma insegurança, Deputado Isnaldo, que precisa ser lembrada. A Funasa vai ficar sem orçamento fixo, sem orçamento impositivo, porque na saúde ela tem; nas Cidades, ela não vai ter.

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR – Obrigado, Deputado.

Só continuando o raciocínio. O entendimento inclusive exarado de uma série de acordos dos órgãos de controle que prestam assessoramento direto a esta Casa, em especial o Tribunal de Contas da União, apontam justamente as dificuldades que a fundação vinha encontrando ao longo dos anos para executar suas ações finalísticas e fazer com que o país avançasse. Além de tudo, nós temos hoje o novo marco regulatório do setor de saneamento, que foi aperfeiçoado recentemente já pelo novo Governo, em que o modelo da Funasa não estava bem alinhado a essa nova estratégia em curso, provida pelo novo marco regulatório, que foi aprovado, inclusive, aqui pelo Congresso Nacional.

Então, esse processo da Funasa se insere dentro desse contexto de adequação à lógica do novo marco de saneamento e também de nós acelerarmos o cumprimento das metas do Plansab e ampliarmos o acesso da nossa população aos serviços de saneamento.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Outra contribuição, Adauto. E é a última contribuição que eu vou dar: você sabia que 50% dos municípios brasileiros não pagam pela conta de água e que 80% não pagam pelo esgoto?

Como é que o novo Marco Legal do Saneamento vai fazer que haja obrigatoriedade, principalmente nos pequenos municípios, onde a renda *per capita* é muito menor?

Hoje, nós temos 13 estados no Brasil em que nós temos mais gente no Bolsa Família do que trabalhando de carteira assinada. E esse pessoal mora nas cidades. Esse pessoal não vai pagar água e esgoto.

É ilusão pensar que o novo marco de saneamento vai fazer água e esgoto nos pequenos municípios e, principalmente, nas regiões periféricas. Centro-Oeste, Norte e Nordeste, esquece, porque não têm viabilidade econômica.

É por isso que eu digo que Brasília é distante do Brasil.

Eu conheço as realidades do Brasil. A Funasa me deu essa oportunidade de conhecer. E eu acho que precisa ter essa preocupação também.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Obrigado.

Foi a última vez que eu participei.

Desculpem-me.

O SR. ADAUTO MODESTO JUNIOR – Muito obrigado, Deputado.

Só um último ponto, Presidente, se me permitir, desculpe-me, mas estou me alongando um pouco. São questões realmente relevantes que o Deputado tem trazido, e eu acho que é importante o esclarecimento aqui para a Comissão.

Esse processo também da Funasa, ao contrário de outros processos de transformação, extinção de órgãos no passado, tem como foco principal da atuação do Governo a preocupação com os servidores. Os servidores estão sendo preservados na sua remuneração, no seu local de trabalho, a ambientação nos novos órgãos, de maneira que há um cuidado do Governo de se fazer um processo de diálogo com as entidades sindicais representativas, para que não haja insegurança ou problemas aos servidores que são diretamente afetados com esse processo.

A gente está buscando construir e respeitar esse diálogo. O Ministério está contribuindo, junto com os Ministérios das Cidades e da Saúde, também mantendo um canal permanente com todos os instrumentos que hoje nós temos dispostos para dialogar com o conjunto de servidores da Funasa.

Então, com isso, Presidente, eu concluo aqui a minha intervenção.

Talvez, eu creio, os colegas aqui da Mesa tenham outros temas para trazer e para responder às considerações.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO PONTUAL (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Também da mesma forma, gostaria de agradecer o comentário aos Parlamentares, ao Deputado Danilo Forte, ao Senador Esperidião Amin, ao Senador Randolfe.

No Governo, a lógica dos debates que estão colocados é baseada em vários trabalhos e informações que estão postos e que acabam por orientar o trabalho do Governo.

Como o meu colega Adauto colocou, a gente tem estudos e propostas desde 2018 que já aventurem um modelo para a Política Nacional de Saneamento em que a Funasa seja talvez otimizada na sua atuação, quando deixa de ser um órgão apartado e passa a fazer parte das atribuições dos Ministérios.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, esse novo desenho de uma política, tem uma base de propostas, de estudos, que não são recentes e não são pouco embasados. Na verdade, há pelo menos cinco anos, essa ideia é debatida e discutida dentro desse âmbito.

Talvez questões mais específicas sobre a política de saneamento ambiental possam ser melhor discutidas com os próprios órgãos a quem justamente incumbe esse trabalho, essa função.

Com relação à Conab, à produção agrícola, tanto o Ministério da Agricultura e Pecuária, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, são ministérios, hoje, postos como estrutura do Governo Federal, porque o nosso Presidente entende que a atenção que o Estado precisa dar, que o Governo precisa dar, ao grande e ao pequeno é a mesma. Não podemos dar menos atenção a um ou ao outro.

Dessa forma, a estruturação do MDA, a reestruturação, a recolocação do MDA no cenário administrativo federal, faz parte dessa lógica de contemplar o pequeno agricultor, como colocou o Deputado Danilo Forte e, dentro de uma lógica de trabalho cooperativo, também, que é como a gente vê a própria Conab funcionando, a partir de um entendimento de formação de equipe e de colegiado, digamos, pelos dois Ministros e pelos dois ministérios, que também estarão aqui nesta Casa, talvez, na semana que vem, e poderão esclarecer, especificamente, como eles têm funcionado. Mas a operação se dá dessa forma. Com relação ainda à proposta dos órgãos reguladores, como eu mencionei, a Funasa é uma ideia que traz um estudo anterior, de alguns anos, e entendendo que aqui é o local do diálogo e que diálogo é a forma como o nosso Governo entende que as coisas devem seguir, como foi bem colocado já aqui, talvez possamos trabalhar um estudo no mesmo sentido de compreender esse modelo proposto, novo modelo para as agências reguladoras, e possamos refletir e discutir sobre ele, para melhor entender como ele poderia vir a ser implementado.

Dessa forma, acho que, com relação à política indigenista, nós temos um ministério de política indígena justamente dentro de uma lógica de que precisamos fazer uma discussão especializada. Então, é um ministério que é criado e hoje ele tem a sua força de trabalho composta por pessoas que são dedicadas especificamente ao tema.

Isso garante maior eficiência na gestão dos recursos e uma responsividade muito melhor na hora do atendimento dessa população, e nós sabemos que temos já muita dívida com a população indígena no Brasil em termos de prestação de serviços e mesmo atenção, desde o momento em que o Brasil se tornou Brasil.

Pontos específicos sobre a homologação e a demarcação de terras indígenas talvez possam ser discutidos também com o próprio órgão e, eventualmente, com o Ministério da Justiça, que já teve essa competência no passado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, agradeço ao Sr. Relator, também, por podermos ter esclarecido e informo que estamos absolutamente abertos e à disposição para qualquer outra informação ou esclarecimento que se façam necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Muito obrigado.

Quero agradecer aqui a presença do Secretário-Executivo da Casa Civil, Pedro Pontual; do Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Gestão e Inovação, Adauto Modesto Junior, e da Sra. Secretária Adjunta de Gestão e Inovação, Kathyana Buonafina.

E antes de encerrar, passo a palavra para os comentários finais do nosso Relator, Deputado Isnaldo Bulhões.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, quero fazer dos seus agradecimentos e referências aos convidados os meus.

Gostaria apenas de fazer uma solicitação, que a equipe aqui presente disponibilizasse a apresentação e a Secretaria desta Comissão a disponibilizasse para todas as Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas integrantes desta Comissão. E também deixar registrado que é fundamental um quadro comparativo que comprove a manutenção dessas despesas. Não estou querendo aqui colocar em dúvida, até porque tenho certeza de que foi mantido, mas a qualquer momento este Deputado, aqui nesta função árdua e como aliado do Governo, poderá ser questionado, o que, com certeza, deverá acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Antes de encerrar e já cumprindo o plano de trabalho aprovado, informo a realização de uma audiência pública na próxima terça-feira, dia 18 de abril, às 10 horas de manhã, com a agenda a ser publicada na próxima segunda-feira.

Agradecendo a presença dos nossos convidados, agradecendo a presença de todos os Parlamentares, e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1154, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 23 E 24 DE MAIO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIOS N° 2 E 6.

Às onze horas e três minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Parlamentar Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcos do Val, Cid Gomes, Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Carlos Viana, Otto Alencar, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Humberto Costa, Rogerio Marinho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Dr. Hiran, Isnaldo Bulhões Jr., Ricardo Maia, Sidney Leite, Aluisio Mendes, Giacobo, Caroline de Toni, Zé Trovão, Merlong Solano, Alencar Santana, Carlos Zarattini, Pedro Uczai, Danilo Forte, Celso Sabino, Kim Kataguiri, Ana Paula Leão, Julio Lopes, Josenildo, Dorinaldo Malafaia, Raimundo Santos e Túlio Gadêlha, e ainda dos Parlamentares Magno Malta, Zenaide Maia, Mecias de Jesus, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Ana Pimentel, Romário, Dr. Zacharias Calil, Ciro Nogueira, Marcos Tavares, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Professora Dorinha Seabra e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Gustinho Ribeiro e Adolfo Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. São apresentados os Requerimentos nº 1, de adiamento de votação, nº 2, de retirada de pauta, e nº 3, de destaque, de autoria do Deputado Kim Kataguiri. O Requerimento nº 1 é prejudicado e o Requerimento nº 2 é indeferido. O Deputado Isnaldo Bulhões Jr. faz a leitura do relatório. É concedida vista coletiva. Às doze horas e vinte e quatro minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três. Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Marco Bertaiolli, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1154, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Isnaldo Bulhões Jr.. **Relatório:** Pelo atendimento aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.154, de 2023; pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria e das emendas apresentadas, com exceção das nºs 13, 20, 34, 37, 38, 52, 53, 61, 62, 68, 69, 81, 83, 84, 88, 94, 98 e 105, para as quais conclui pela inconstitucionalidade e injuridicidade; pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública da Medida Provisória 1.154, de 2023; pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública ou pela adequação financeira e orçamentária das emendas, com exceção das Emendas nºs 2, 13, 37, 38, 52, 53, 61, 62, 68, 69, 79, 81, 83, 84, 88, 90, 94, 102, 105, 108, 125, 129, 150 e 154, para as quais conclui pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira; e, no mérito, pela aprovação da MPV 1.154, de 2023, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 4 a 7, 19, 21, 22, 25, 27, 30, 31, 33, 35, 36, 39, 45, 55, 56, 58, 60, 63, 64, 65, 70, 75, 77, 82, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 103, 104, 109, 110, 113 a 118, 120, 121, 123, 128, 130, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 149, 152, 153 e pela rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Resultado: Em 24/05/2023, é apresentada complementação de voto. São apresentados os Requerimentos nºs 4 a 10 e 19 a 26, de destaque; nº 11 a 13 e 15 a 18, de votação nominal; nº 14, de adiamento de votação e nº 27, de votação em globo dos requerimentos de destaque. São retirados os Requerimentos nºs 3, 6, 15 a 18 e 20 a 23. São prejudicados os Requerimentos nºs 7 a 10, 13 e 14. São rejeitados os Requerimentos nºs 11 e 12. É aprovado o Requerimento nº 27 e são rejeitados em globo os Requerimentos nºs 4, 5, 19 e 24 a 26. O Deputado Isnaldo Bulhões Jr. acata alteração sugerida em plenário. Colocado em votação, o Relatório é aprovado. É solicitada a verificação de votação. Procedida a chamada nominal, são computados 15 votos favoráveis e 3 contrários. É aprovado o relatório do Deputado Isnaldo Bulhões Jr., que passa a constituir o Parecer da Comissão, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e quatro minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. A ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1154, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/23>

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/24>

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP. Fala da Presidência.) – Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Declaro reaberta a 3ª Reunião da Comissão Mista, destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.154, de 2023.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A Presidência comunica que, no dia 23 de maio, o Deputado Isnaldo Bulhões Jr. procedeu a leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se a reunião em seguida.

O relatório, que terá agora o seu complemento de voto pelo nosso Relator, o Deputado Isnaldo Bulhões, já está à disposição dos Srs. Deputados, das Sras. Deputadas, dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras através dos terminais instalados nas bancadas.

Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Isnaldo Bulhões, para suas considerações.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Boa tarde a todas e a todos: Senadoras e Senadores, Deputadas Federais e Deputados.

Primeiro eu quero pedir desculpas, porque demorou um pouco para subir no sistema o relatório e também a conclusão. Então, estamos bem atrasados. Sei que causa transtorno nas nossas agendas, mas reitero as minhas escusas.

Presidente, ontem nós lemos o relatório. Conforme V. Exa. acabou de falar, a sessão foi suspensa para vista. E eu trago, na reunião de hoje, a complementação de voto ao relatório que ontem apresentei.

Da Comissão Mista sobre a Medida Provisória 1.154, de 2023, que estabelece a organização básica dos Órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Na reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, iniciada em 23 de maio de 2023, apresentamos relatório perante esta Comissão acompanhado de Projeto de Lei de Conversão (PLV). Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria.

Na presente complementação, acatando sugestões de Parlamentares, membros desta Comissão Mista:

- inserimos no âmbito do Ministério da Agricultura e Pecuária (art. 19) competência para a comercialização, abastecimento, armazenagem e garantia de preços mínimos; e para a produção e divulgação de informações dos sistemas agrícolas e pecuários. Tais competências contribuirão para o exercício da missão do MAP, quanto ao desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, garantindo a segurança alimentar, a qualidade dos produtos agrícolas e o fomento da agroindústria, contribuindo para o crescimento econômico e social do Brasil;

- inserimos no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (art. 25) competência para a produção e divulgação de informações da agricultura familiar e da sociobiodiversidade; garantia de preços mínimos dos produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade; e comercialização dos produtos da agricultura familiar. Julgamos que tais competências reforçam, da mesma forma, a missão do Ministério





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

do Desenvolvimento Agrário na promoção e desenvolvimento sustentável do setor agrícola, fortalecendo a agricultura familiar e garantindo a segurança alimentar no país;

- restabelecemos a redação original da medida provisória para os art. 3, 8 e 32, parágrafo único, 41, 47, por reconhecermos que, diante do novo desenho da administração pública, reflete o caminho mais adequado aos fins do Estado;

- acatamos parcialmente as Emendas nºs 35, 55 e 92, para deixar expressa entre as competências do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a política nacional de redução de demanda de álcool e outras drogas, extra-hospitalares.

- acerca da Emenda 54, embora louvável, julgamos que tal discussão, dada a relevância e especificidade do tema, à luz do princípio democrático, requer uma discussão em sede própria. Razão pela qual sugere-se a sua rejeição.

Ademais, alteramos a competência já existente...

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Rejeição pelo mérito ou pela inconstitucionalidade?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Pelo mérito. É a questão do conselho. A correção, a rejeição é pelo mérito...

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Obrigado.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – ... que, no relatório, estava por inconstitucionalidade.

(Intervenção fora do microfone.)

Ademais, alteramos a competência já existente nesse ministério para inserir, entre a articulação das políticas e os programas dos governos federal, estaduais, distrital e municipais e as ações da sociedade civil, a temática ligada à redução de demanda de álcool e outras drogas.

Julgamos que tais atribuições são essenciais para prevenir o uso abusivo dessas substâncias, promover a saúde mental e o bem-estar da população, além de reduzir os impactos sociais e econômicos causados pelo consumo descontrolado;

- alteramos ainda o art. 69 pelo PLV, de modo a deixar consignado que a composição do Conselho Deliberativo de que trata o art. 4º da Lei nº 10.668, de 2023, será de sete representantes do Poder Executivo e cinco de entidades privadas, conforme o texto da Emenda nº 101, parcialmente acolhida.

Diante do exposto, votamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa da matéria, bem como das Emendas, com exceção das nºs 13, 20, 34, 37, 38, 52, 53,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

61, 62, 68, 69, 81, 83; 84; 88, 94, 98 e 105, para as quais votamos pela inconstitucionalidade e injuridicidade;

Pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública da Medida Provisória 1.154, de 2023;

Pela não implicação em aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública ou pela adequação financeira e orçamentária das emendas, com exceção das Emendas nºs 2, 13, 37, 38, 52 a 54, 61, 62, 68, 69, 79, 81, 83, 84, 89, 90, 94, 102, 105, 108, 125, 129, 150 e 154, para as quais votamos pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira;

No mérito, pela aprovação da MPV 1.154, de 2023, com o acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 1, 4 a 7, 19, 21, 22, 25, 27, 30, 31, 33, 35, 36, 39, 45, 55, 56, 58, 60, 63, 64, 65, 70, 75, 77, 82, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 103, 104, 109, 110, 113 a 118, 120, 121, 123, 128, 130, 132, 133, 135, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 146, 149, 152, 153, e pela rejeição das demais emendas, tudo nos termos do projeto de lei de conversão em anexo.

Esse é o voto complementar, Sr. Presidente.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Isnaldo Bulhões, que fez o seu complemento de voto.

Antes de passar, então, às discussões, questão de ordem do Deputado Kim Kataguiri.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) (Para questão de ordem.) – Muito obrigado, Presidente Marco Bertaiolli.

A questão de ordem tem, como base, as arts. 131 e 151 do Regimento Comum, o art. 403 do Regimento do Senado e o 95 do Regimento da Câmara dos Deputados.

Primeiro, eu não posso deixar de fazer a observação de que, na reunião passada, foi negada a audiência aprovada no plano do Relator, que só poderia ser dispensada sob deliberação do Plenário – essa é a previsão expressa do Regimento Comum –, foi negado o prazo de 48 horas solicitado pelo Senador Girão para a análise do texto, também pelo Deputado Danilo Forte, foi negado o encerramento da reunião com um fundamento ilegal no Regimento do Senado, já que existe previsão no Regimento Comum...

Então, primeiro registrar que eu me impressiono aqui com a ginástica olímpica e hermenêutica do Senado, de vez em quando, em relação a esses indeferimentos daquilo que está literalmente expresso no Regimento.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Sr. Presidente, na reunião de ontem, eu solicitei a palavra para a realização de uma questão de ordem momentos antes de o Presidente Davi Alcolumbre suspender a reunião. No entanto, o Presidente Davi Alcolumbre optou por encerrar a reunião, mesmo sabendo que havia uma questão de ordem pendente.

Eu entendo que a conduta do Presidente Davi Alcolumbre não foi regimental e explico abaixo as razões.

A questão de ordem é um instrumento que o Parlamentar possui para dirimir dúvidas sobre a interpretação ou aplicação do Regimento em determinadas soluções. A sua realização de forma tempestiva é um requisito fundamental para que se possa alcançar o objetivo de sanar dúvidas ou até mesmo modificar procedimentos que não estão sendo conduzidos de acordo com o Regimento. Nesse sentido, os Regimentos das Casas estabelecem um tratamento diferenciado para as questões de ordem. O art. 131 do Regimento Comum e o art. 403 do Regimento do Senado Federal são unâmines em definir que as questões de ordem podem ser suscitadas, aspas, "em qualquer fase da sessão". O art. 274 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, estabelece que a formulação de questão de ordem é um dos únicos motivos para se interromper a discussão. Art. 274: "A discussão não será interrompida, salvo para: I – formulação de questão de ordem;".

Outro exemplo de se dar a palavra tempestivamente a Deputado para formulação de questão de ordem está no art. 169 do Regimento da Câmara dos Deputados, que estabelece:

Art. 169 Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para requerer prorrogação de prazo, levantar questão de ordem [que é o caso em tela] ou fazer comunicação de natureza urgente e de extrema urgência [...]

Há, inclusive, uma questão de ordem na Câmara dos Deputados – a 187, de 2012 – que estabelece que a questão de ordem tem por objetivo: a organização dos trabalhos da Casa e tem precedência sobre a comunicação de Liderança quanto ao uso da palavra. Nesse sentido, note-se que o legislador teve um cuidado especial para que a questão de ordem tivesse natureza de comunicação extremamente urgente e que pudesse ser apresentada de forma tempestiva.

Mais precisamente em relação à reunião de ontem, o fato de a reunião estar em iminência de ser finalizada não é motivo para que o Presidente Davi Alcolumbre não me desse a palavra para a realização da minha questão de ordem. No caso supracitado, minha questão de ordem versaria exatamente sobre a suspensão da reunião, em vez do seu encerramento. A referida suspensão trouxe consequências para a reunião de hoje, na medida em que manteve o quórum da reunião de ontem, prejudicando a obstrução legítima da Oposição.

Em vista disso, eu peço deferimento de V. Exa., solicitando que esse tipo de conduta não seja adotado na reunião de hoje e que eu tenha tempo para elaborar a questão de ordem que elaboraria na reunião passada,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

com base nos arts. 24, 151, do Regimento Comum; art. 108, §3º, do Regimento do Senado; e art. 70, do Regimento da Câmara dos Deputados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Solicitando antes aqui, por gentileza, aos assessores, que se acomodaram na quarta fileira, nós temos Parlamentares, Senadores e Deputados, que já estão aqui para participar da sessão, para que possam ter espaço.

Deputado Kim, está assegurado o seu tempo e estão asseguradas as suas questões de ordem quando forem pertinentes. As de ontem ficaram na sessão de ontem, mas vamos hoje estipular inclusive um tempo adequado, para que todos possam formular as suas questões de ordem.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Pela ordem.) – Rapidamente, Sr. Deputado, Presidente desta sessão, Deputado Marco Bertaiolli.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Relator e agradecer pela acolhida de nossas emendas, mas, como membro desta Casa, que recebe de forma muito honrosa os Deputados Federais – eu estou aqui no Senado há quatro anos –, eu me senti constrangido com o que aconteceu ontem. O Deputado Kim, antes do final da sessão – eu testemunhei –, pediu essa questão de ordem importantíssima para sequência da reunião, e ela foi tratorada. Não foi ouvido o Deputado, que é um colega do senhor, que é um Parlamentar em uma Casa como esta, em que a regra da convivência deve ser o respeito, por mais que a gente possa ter divergências de ideias.

Eu quero dizer que o senhor tem a chance, de uma certa forma, trazer de volta uma justiça de uma questão de ordem importante, para que a gente possa ver o que fazer, mas eu já acho que houve um vício nisso tudo para a presente sessão ocorrer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Perfeito. Obrigado, Senador Girão.

Questão de ordem, Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – A minha não é questão de ordem, não. É só que eu não entendi...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Então, nós vamos abrir, então, a discussão. E aí na discussão nós vamos passar a palavra...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Só um minuto! Não, é uma pergunta ao Relator. É só uma pergunta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Pela ordem.) – Como é que pode ter inadequação financeira na Emenda 54, se ela não tem nenhuma implicação financeira? Então, esse texto que o senhor leu de que a Emenda 54 tem inadequação financeira não cabe. Ela não gasta nada! Não tem nenhuma despesa para a União...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Deputado Danilo, esse ajuste...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – ... a Emenda 54. (Risos.)

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Não, não precisa rir, Danilo. Eu até fiz um acordo com você para ela não... Primeiro, em um momento, julguei que era inconstitucional, o senhor pediu revisão, e assim eu acatei. A Consultoria orientou positivamente. Cria-se um conselho, e esse conselho gerará um custo. E nós vamos debater isso dentro de um projeto de lei, dentro do nosso compromisso.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Certo. Eu...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – É esse mesmo mérito. Nós temos um acordo.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Eu sei. Eu sei que eu tenho um acordo. Eu sou cumpridor de acordo. É só que não tem uma implicação financeira na constituição do conselho...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Vamos em frente, então, para nossa discussão.

Deputado Kim, vamos garantir hoje todo o tempo...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Então, eu...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – ... para que todos possam formular as suas questões, as suas questões de ordem.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Presidente, como nas palavras de V. Exa. a minha questão de ordem foi deferida...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, não. Não disse isso.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Não foi deferida?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Eu disse que a sua questão de ordem terá o tempo necessário para ser formulada. A questão de ordem que o senhor abordou foi deferida ou não deferida ontem pelo Presidente Alcolumbre. Não vamos retomá-la.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Não, não. A questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Hoje, nós vamos dar o tempo necessário para que todas as questões sejam formuladas.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Presidente, a questão de ordem não foi feita na reunião passada, porque não me foi dado o tempo. E o que eu pedi a V. Exa. é justamente o deferimento para que eu faça a questão de ordem que eu faria na reunião passada.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – O senhor pode solicitar a questão de ordem a qualquer momento desta sessão...

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Pois muito bem. Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – ... e formular a questão de ordem, independente de ontem não ter sido feito.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – É um direito que V. Exa. tem.

Por questão de ordem, Deputado Kim Katagiri.

Vamos fazer esta sessão na maior tranquilidade do mundo, no dia de hoje, com tempo a todos os Parlamentares

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP. Para questão de ordem.) – Questão de ordem com base nos arts. 24 e 151 do Regimento Comum, no art. 108, §3º, do Regimento do Senado e no art. 70 do Regimento da Câmara dos Deputados.

Ao final da reunião de ontem, após pedido de vista, o Presidente Davi Alcolumbre decidiu que a reunião desta Comissão Mista de MP fosse suspensa em vez de encerrada, marcando o reinício para hoje, às 14h30. Tal decisão teve como implicação aproveitamento do painel de presença de um dia para o outro, o que dificultou a atuação legítima da oposição de obstruir no quórum para o início da reunião. A decisão se baseou no art. 108, §3º, do Regimento do Senado, que dispõe que a suspensão de reunião de Comissão somente será permitida quando sua continuação ocorrer em data e hora previamente estabelecidas.

A referida decisão não obedeceu às normas regimentais, conforme passo a discorrer abaixo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O art. 151 do Regimento Comum estabelece que, nos casos de omissão do Regimento Comum, aplicar-se-ão as disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omissivo, será aplicado o Regimento da Câmara dos Deputados.

Nesse caso, Sr. Presidente, o Regimento Comum versa sobre suspensão de reunião, mas, ainda assim, foi aplicado o Regimento do Senado, que deveria ser aplicado apenas subsidiariamente ao Regimento Comum, que tem a previsão de suspensão de reunião. E a previsão é a seguinte: "A sessão poderá ser suspensa [apenas] por conveniência da ordem", e não havia nenhum tumulto, e não havia nenhum tipo de desordem na reunião passada para que houvesse essa suspensão de reunião prevista no Regimento Comum, que é o único aplicável: o do Senado não pode ser aplicado subsidiariamente, porque há uma previsão expressa no Regimento Comum.

Nesse sentido, nota-se que o Regimento Comum, quando trata da suspensão das reuniões, não é omissivo; pelo contrário, ele define uma única hipótese de suspensão de reunião, qual seja, por conveniência da ordem.

Em vista disso, considerando o motivo da suspensão, que não foi a conveniência da ordem, mas, sim, a fruição do prazo de vista, a suspensão da reunião foi feita em desacordo com os mandamentos regimentais.

Cabe mencionar que a prática de suspender a reunião, em vez de encerrá-la, é prática recorrente no âmbito das reuniões de Comissões Mistas de medidas provisórias. Tal prática, no entanto, além de ser antirregimental, acaba por trazer insegurança jurídica para o Colegiado e macula o processo legislativo, na medida em que os Parlamentares que deram presença na Comissão no dia anterior muitas vezes não estão nem presentes no Congresso Nacional quando do reinício dos trabalhos do dia seguinte.

Essa questão é tão sensível que em 2021 foi aprovada uma resolução na Câmara dos Deputados alterando o seu Regimento Interno para dispor, em seu art. 70, que: "O Presidente poderá suspender a sessão por uma única vez, pelo prazo máximo de uma hora, findo o qual considerar-se-á encerrada".

Ante o exposto, eu peço o deferimento da minha questão de ordem, solicitando que a reunião seja encerrada e que se abra novo painel de presença, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado pela questão de ordem, Deputado Kim, que teve todo o tempo para fazê-la.

Vamos convencionar só que as próximas questões de ordem respeitarão o prazo máximo de três minutos, porque são várias, e a gente vai poder vencer. Vamos convencionar três minutos para que todos possam falar.

A questão levantada pelo Deputado Kim se ampara no art. 24, que trata das suspensões em Plenário.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A suspensão da reunião utilizada pelo Presidente Davi Alcolumbre no dia de ontem é permitida expressamente, Deputado Kim, pelo Regimento Interno do Senado, no seu art. 108, §3º, não havendo, portanto, a necessidade de aprovação dos membros desta Comissão para que a reunião seja suspensa.

A única condicionante colocada pelo Regimento é que sejam agendadas dia e hora para reabertura, como foi feito pelo Presidente Davi Alcolumbre.

Portanto, está indeferida a questão de ordem por esta Presidência.

Vamos à discussão do relatório lido pelo nosso Relator, Deputado Isnaldo Bulhões.

A Presidência informa que a discussão será realizada pela ordem previamente de inscrição, alternadamente entre Deputados e Senadores. Convencionou-se que o prazo limite seriam 15 minutos. Como nós temos diversos, para não dizer quase uma dezena, Parlamentares corretamente inscritos e é prerrogativa da Presidência, vamos convencionar todos que nós utilizaremos, Celso, por três minutos a palavra para cada Parlamentar.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Não, não, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pode ser?

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Não, aplicação do Regimento, Presidente.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – É regimental.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – É regimental. Ele prevê não é nem até: é que você terá os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Kim, eu estou fazendo uma proposta.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Nós estamos negando.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, o senhor está negando. Calma. Vamos convencionar com todos.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – O senhor está negando por todos. Calma.

O art. 13 do Regimento Comum diz que qualquer membro poderá discutir o relatório apresentado pelo prazo máximo de 15 minutos, uma única vez. Ora, se o dispositivo estipula um limite máximo de tempo, é porque obviamente admite um limite mínimo. Cabe ao Presidente da Comissão ordenar e dirigir os trabalhos da Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, Deputado Danilo, vamos fazer direitinho aqui.

O SR. KIM KATAGIRI (UNIÃO - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – O Regimento do Senado, art. 89, inciso I, diz que é prerrogativa desta Presidência. Eu não quero utilizar esse artigo, estou propondo aos Parlamentares que nós convencionemos. Quinze minutos é muito, pela quantidade de Parlamentares. Podem ser três minutos, Deputado Giacobo? *(Pausa.)*

Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Deputado? Pela ordem, Deputado, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro. Senador Girão, todo tempo do mundo.

Pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Para deixar registrado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro!

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – A gente tem que ter cuidado com os dois pesos e as duas medidas. Quando é interessante o Regimento Comum, o senhor usa. Pouco tempo atrás, o senhor utilizou o Regimento do Senado para negar questão de ordem. Eu não estou entendendo mais nada!

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Senador Girão, veja bem, eu não estou aplicando o regimento, eu apenas usei como exemplo e estou propondo que nós convencionemos três minutos; quinze é muito.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pela ordem, Deputado Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA. Pela ordem.) – Eu gostaria de apresentar um recurso à decisão de V. Exa. Indeferindo a questão de ordem do Deputado Kim Katagiri, porque não se aplica, nessas reuniões, o Regimento do Senado, deve ser aplicado o Regimento Comum, da Câmara e do Senado. Nos casos omissos, nos casos omissos, e esse caso não é um caso omissio, no caso omissio se recorre ao Regimento do Senado e, na sequência, se ainda permanecer a omissão, ao Regimento da Câmara.

Então, eu gostaria de apresentar o recurso à decisão de V. Exa. e dizer que não há acordo, Presidente, para reduzir o tempo de discussão de 15 minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Mesmo porque, Presidente, exatamente a mesma previsão que existe neste Regimento Comum, de até 15 minutos, existe no Regimento da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Só respondendo aqui ao Deputado Celso a questão de ordem levantada pelo Deputado Celso.

Deputado Celso, não dá para recorrer de uma decisão já arbitrada pelo Presidente na sessão de ontem. Vamos em frente. O que eu estou propondo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, não, não, não. Eu não estou colocando a questão, eu estou propondo, Deputado. Podemos utilizar por até três, quatro, cinco minutos o tempo para discussão.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – Presidente, o recurso que apresento a V. Exa., com todo respeito e acatamento e amizade que tenho...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Claro!

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – ... é em relação à decisão de V. Exa. de negar provimento à questão de ordem apresentada pelo Deputado Kim Katagui.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Olha, eu não neguei, foi colocado ontem pelo Presidente Davi Alcolumbre.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – O Deputado Kim Katagui fez uma questão de ordem para que a sessão fosse encerrada e aberto um novo painel, e V. Exa. negou, indeferiu.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Isso foi negado ontem.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – Não. Foi negado agora.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Não, não, não, Presidente.

Eu fiz hoje. Ontem eu não fiz.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Pessoal, nós podemos recorrer aqui ao...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Ontem, o Presidente Davi Alcolumbre tomou a decisão de suspender e reabrir hoje com o mesmo painel. Hoje ele está pedindo para que a gente volte essa decisão na sessão de ontem. Não há como nós retrocedermos nessa posição.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – É isso. Ponto. Está respaldado. Não tem o que a gente discutir. A discussão agora é a discussão do relatório, e eu estou propondo que sejam cinco minutos. Se isso for ensejar uma discussão muito longa, vamos resolver logo os 15 que está tudo certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – São duas coisas diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – São duas coisas diferentes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – No que ele tomou a decisão de suspender a sessão, isso está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – É isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Agora, quanto a reduzir ou não, o senhor pode propor e em último caso bota e votação.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Exato. É isso que eu estou propondo.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – Presidente, Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Celso Sabino.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – Permita...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Questão de ordem, por favor.

O SR. CELSO SABINO (UNIÃO - PA) – Até porque tenho interesse na decisão do recurso dessa questão de ordem, quando, porventura, ela ocorrer.

O Deputado Kim Kataguiri apresentou uma questão de ordem na sessão de hoje, reiniciada hoje, pedindo que, com base no Regimento Comum, fosse aberto um novo painel. Esse foi o pedido hoje. E V. Exa. interpretou que a decisão foi tomada ontem, que já estava o assunto vencido e, por isso, negou provimento à questão de ordem apresentada hoje.

A esta decisão, com todo o respeito e acatamento, eu gostaria de apresentar um recurso. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Meu amigo, Deputado Celso Sabino, entendo totalmente a sua colocação, mas, em relação ao que o Presidente Davi Alcolumbre decidiu ontem, está decidido. Não voltaremos e não regressaremos no tempo.

Agora, eu vou avançar na discussão.

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Presidente, pela ordem...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado...

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – ... para lhe ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Para ajudar, então, por favor. Eu estou tentando ser bastante complacente.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Esta aqui é uma Casa política. O senhor, como paulista que é, sempre tem pressa, porque paulista é apressado por natureza.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, pelo contrário, estou com toda a calma do mundo.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Eu concordo que a gente reduza o tempo de 15 minutos, que é regimental...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Perfeito.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – ... desde que haja uma compensação e um compromisso da Mesa de votar destaque um a um. Se a Mesa topar se votar destaque um a um, está acordado e a gente vai para os cinco minutos.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – Eu digo mais, Presidente, aceito a redução da discussão para 30 segundos se os destaque forem votados individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Olha, vamos por partes, então, como um bom paulista: vamos resolver primeiro a discussão; e depois nós resolvemos a votação.

Está em discussão.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – É uma Casa política.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Concedo a palavra por cinco minutos para o Deputado Pedro Uczai, iniciando a discussão do relatório do Deputado.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Não, então não está feito o acordo dos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – E fica estipulado o tempo de cinco minutos.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Não está feito o acordo dos cinco minutos. O senhor está sendo autoritário. Desculpe-me, mas o senhor está sendo autoritário. Vamos cumprir o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Pedro Uczai, vamos em frente, cinco minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Sras. Senadoras e todos que acompanham esta sessão que analisa o mérito da Medida Provisória 1.154, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Presidente e agora o Vice-Presidente, que preside essa sessão, e cumprimentar o nobre Relator Isnaldo Bulhões, com quem, por várias oportunidades, tive a oportunidade de dialogar, discutir, ponderar sobre o mérito da matéria – matéria complexa, matéria que define diferentes interesses e valores aqui no Parlamento brasileiro.

A primeira consideração que eu queria fazer: quando um Governo democraticamente é eleito, ele define sua estrutura de Governo, define sua composição e seus objetivos à luz da democracia e do soberano voto do povo brasileiro. Por isso, reestruturaram-se os ministérios, dando destaque a alguns ministérios e a algumas políticas públicas que estavam subsumidas no período anterior.

E, nesse sentido, eu quero aqui, com muita fraternidade, além de elogiar, além de definir que a nossa bancada vai votar favoravelmente a este relatório do nobre Relator... Nós queríamos ainda, no momento do debate, Deputado Isnaldo, ponderar alguns pontos aqui.

A primeira consideração: quando a gente discute competências de ministérios, a nossa compreensão não é por cargos ou forças políticas ou partidos políticos que compõem determinado ministério, mas pela finalidade última daquele ministério. Como o Ministério dos Povos Indígenas, que foi uma criação deste Governo, inexistente em outros governos, tem sua especificidade, que deve ser preservada; como o Ministério do Meio Ambiente; como o Ministério, o MDA e demais ministérios que se constituíram como estruturas de governo e de políticas públicas específicas. Nesse sentido, quando dialogamos com o Relator e agradecemos a incorporação do papel do MDA na tarefa fundamental e decisiva para produção de alimento, para o mercado de massa nacional, para as políticas sociais, para enfrentamento da inflação dos alimentos e também para enfrentamento da fome no nosso país.

Como também, e aí os apelos que eu queria fazer ao Relator ainda... O Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, que no relatório está se propondo para o MDR, nós queríamos fazer um apelo para manter também, no Ministério do Trabalho, na área urbana, e no MDA, quando diz respeito ao Pronaf B.

Então, o primeiro apelo que eu gostaria de fazer ao Relator é que, no Ministério dos Povos Indígenas, quando se discute a demarcação... Se é transferida para o Ministério da Justiça, para que seja ouvido, ou em articulação com o Ministério dos Povos Indígenas para o debate territorial.

Em relação à Conab, a gente gostaria que MDA pudesse também construir a política de abastecimento.

E, em relação ao MMA, o Ministério do Meio Ambiente...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – ... tanto a ANA quanto os recursos hídricos que deram origem, em grande parte, a esse ministério, nós temos entendimento de que deveriam permanecer nesse ministério.

Então, concluo a minha fala agradecendo a oportunidade que a bancada nos concede. Vamos votar favoravelmente ao relatório, com esses apelos que estou fazendo aqui ao nobre Relator, porque esse ainda é o momento do debate, da construção política, para que a gente consiga aperfeiçoar o texto desta matéria.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Eu não sei se o Sr. Relator prefere responder caso a caso ou responder no final.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Pela ordem.) – Eu sugiro que o Relator, com a sua equipe, anote porque, senão, acaba...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Já não preciso falar, estamos em total sintonia, meu amigo. Era exatamente isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Até que enfim. Voltamos ao 94.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Na hora que encerrar a discussão e a fala dos Parlamentares, o nosso Relator faz...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, acaba de acontecer a volta para o futuro: 94.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Com a palavra o Senador Jorge Seif.

Por favor, pelo tempo estipulado de cinco minutos.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para discutir.) – Presidente, tudo bem com o senhor? Boa tarde.

Sr. Relator, uma boa tarde; Senador Randolfe Rodrigues, boa tarde; senhoras e senhores, na pessoa da Senadora Augusta Brito, cumprimento todos.

Nós fizemos, enquanto Líder do PL, já algumas proposições, mas eu gostaria de utilizar este meu momento para fazer uma reflexão para todos aqui dentro e para aqueles que nos assistem remotamente em todo canto do Brasil.

O Presidente Temer reduziu de 31 ministérios, da Presidente Dilma, para 29, na ocasião que foi empossado Presidente da República. O Presidente Jair Bolsonaro reduziu de 29 ministérios para 23 – 22 inicialmente, depois para 23. E, ainda em 2019, o Presidente Bolsonaro extinguiu 21 mil cargos comissionados, mostrando seu compromisso fiscal, econômico e de responsabilidade, acima de tudo, com o dinheiro, com o Erário público. E algumas matérias publicadas pela imprensa nacional demonstram que o aumento de 23 para 37 ministérios vai impactar no Orçamento público e no Tesouro Nacional numa





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ordem de R\$4 bilhões, lembrando, Sr. Presidente, que em janeiro esta Casa teve que aprovar uma PEC para prover recursos ao Governo Federal, que não teria como cumprir suas obrigações mais básicas.

Então, na minha opinião, nós temos aí um contrassenso, sem considerar ainda, vale destacar, que a criação desses ministérios não teve – e eu não tenho dúvida do que eu estou falando – nenhum compromisso ou intuito de melhora na governança. Ao contrário, muitos políticos que não se elegeram estão compondo hoje, são os gestores máximos dessas pastas, e, infelizmente, alguns deles, inclusive, com alguns processos judiciais e até condenados.

Mas concordo parcialmente com as palavras do Deputado do meu Estado, Santa Catarina, Deputado Pedro Uczai, de que uma vez que um governo é eleito, ele tem autonomia e tem a prerrogativa dada pelo povo, conforme o parágrafo único do primeiro artigo da nossa Constituição Federal, de fazer a sua estrutura administrativa.

Sr. Presidente, para finalizar, eu quero uma reflexão de todas as senhoras e senhores, independentemente de questões político-partidárias aqui.

Foi recriado o Ministério da Pesca e Aquicultura, uma pasta da qual eu tive a honra e o prazer, no passado, de ser o gestor máximo. No entanto, cometem uma equivocada decisão de colocar esse ministério sob a partilha do Ministério do Meio Ambiente.

Eu pergunto para o senhor: imagine se o Ministério da Agricultura tivesse todos os seus atos normativos submetidos ao Ministério do Meio Ambiente. O Brasil não produziria um ovo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... sequer para esta nação.

Da mesma forma, estive com o Ministro André de Paula, conversando sobre questões de pesca e aquicultura, e ele, ainda que veladamente, me explicou as questões que estão impactando na pesca e na aquicultura do Brasil. Numa parte, nós temos 8,5 mil quilômetros de costas, os maiores rios do mundo, a maior ictiofauna do mundo, e, no entanto, somos importadores de pescados. Imagina o ministério, que tem, no seu âmago, que proteger, defender, proibir, coibir, pressionar, em cima do Ministério da Aquicultura e Pesca. Nós, dessa forma, seguiremos eternamente sendo importadores de pescados.

Então, a minha proposição, senhor, é que o Ministério de Pesca e Aquicultura tenha a sua gestão compartilhada revogada para que esse ministério, junto com o gestor André de Paula, consiga exercer as suas funções e desenvolver, finalmente, continuando o legado que nós iniciamos, o desenvolvimento de produção de pescados em nossa pátria amada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Muito obrigado, Senador Jorge Seif.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Na alternância aqui dos oradores, Deputado Merlong Solano, por favor.

O senhor tem a palavra por até cinco minutos.

Não precisam ser os cinco, pode ser menos; vai até cinco.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Pela ordem.) – Vai ser bem menos, Sr. Presidente. Para o mais rápido andamento dos trabalhos, eu retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Mas também não precisava fazer tão rápido assim. (*Risos.*)

Na nossa alternância de Casas, com a palavra o nosso Senador Esperidião Amin, o nosso mestre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para discutir.) – Presidente, quando eu ouvi, agora, o Senador Seif falar que compartilhar com o Ministério do Meio Ambiente poderia ser prejudicial, parecia que eu estava ouvindo o Senador Randolfe Rodrigues. Quando fez recentemente as pazes com o povo do Amapá e defendeu, junto com o Senador Davi Alcolumbre e com o Senador Lucas Barreto, o direito de prospecção da costa do Amapá, ele disse mais ou menos a mesma coisa, só que de maneira – me perdoe o Seif – um pouco mais erudita, porque faz tempo que ele é um bom gestor das letras e da língua portuguesa.

A minha observação aqui é, primeiro, para agradecer ao Deputado Isnaldo Bulhões pelo esforço que fez e, segundo, pontualmente, para dizer o seguinte. Quero só confirmar, eu não estou... Deputado Pedro Uczai, eu acho louvável criar o Ministério dos Povos Indígenas, e V. Exa. sabe que, como Governador, eu me orgulho muito de ter construído a maior escola de ensino médio do Brasil, em Ipuaçu, para a reserva indígena, a Escola de Educação Básica Cacique Vanhkre, a primeira escola ligada à internet banda larga do Brasil e desenhada pelos índios.

Então, lá fizemos o primeiro empréstimo com garantia de equivalência preço/produto feito pelo Governo do estado para a produção agrícola dos próprios índios, e eles pagaram a conta. Quero dizer, portanto, que tanto com as nações caingangues quanto xocengues, que são praticamente nações catarinenses, digamos assim, e guaranis, procuramos dar um tratamento condigno.

Agora, o meu pedido, sob forma de emendas, versou sobre duas questões.

Primeiro, reconhecer e demarcar, Deputado Pedro, terras indígenas, isso tem sido feito historicamente pelo Ministério da Justiça, e é do Executivo também. Se alguém quiser demandar vai para o Judiciário, discute com o Ministério Público. Eu suponho que V. Exa. tenha aceito que reconhecer e demarcar terras indígenas continue com o Ministério da Justiça.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E quero aqui dar a mão à palmatória, porque esse histórico que respalda o meu pedido não se aplica no caso de quilombolas. Por quê? Porque nós não temos uma condição pregressa de reconhecimento de quilombolas. E fiquei sabendo de uma coisa: até hoje o Incra, que é o órgão incumbido disso, não concluiu a titulação integral de nenhum território quilombola – disso eu não sabia –, nenhum! E isso está previsto na Constituição de 1988. Então, eu não faço a mesma objeção e reconheço que pode continuar com o Incra. Se o Governo desloca o Incra para outro ministério, eu retiro a minha objeção, aliviando a sua consciência do compromisso que tinha assumido.

(Soa a campainha.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Agora vem uma questão de confessionário: está perdoado o seu pecado de transgressão à sua promessa, e, com isso, o senhor pode se reconciliar com a sua mãe, que o senhor não consultou na hora de votar, na flor da sua juventude, em 1994. Está perdoado. *(Risos.)*

Agradeço a lisura do seu comportamento e deixo bem claro: não estou querendo cercear direito de ninguém. Apenas acho que tem que haver um foro administrativo que tenha lógica – lógica! –, história, bem ou mal, mas com responsabilidade para ser conduzido. Não estou falando de pessoa, de ministro, quem é o ministro, quem não é. Apenas tenho que reconhecer que o Ministro Paulo Teixeira me forneceu esse subsídio sobre o qual eu refleti, e acho que a minha lógica tem que ter coerência: se vale para Chico, vale para Francisco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Perfeito, Senador. Muito obrigado pela participação e pela indicação, que, pelo que eu li, foi aceita pelo Relator.

Deputado Túlio Gadêlha, pelo tempo limite de cinco minutos.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE) – Para discutir.) – Presidente Bertaiolli, Relator Isnaldo, primeiramente, faço uma saudação a vocês pela condução dos trabalhos.

Mas eu queria, antes de tudo, Relator, relembrar – porque eu acho muito importante a gente relembrar alguns fatos recentes – que, há quatro anos, estávamos aqui nesta Comissão, debatendo a reforma administrativa do Governo Bolsonaro e nos colocamos como resistência aos retrocessos que estavam ali postos. Entre esses retrocessos, o desmonte da Funai. E nós dizíamos e repetíamos: Funai inteira, não pela metade.

Naquele momento, o Governo Bolsonaro tentou colocar a Funai no Ministério da Agricultura, principalmente a parte de demarcação de territórios indígenas. Fizemos aqui a resistência, articulamos, conversamos com os nossos pares e conseguimos convencê-los. Uma emenda de minha autoria foi aprovada, e devolvemos a demarcação dos territórios indígenas para a Funai, assim como devolvemos a Funai para o Ministério da Justiça.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Naquele tempo, não havia Ministério dos Povos Indígenas, Senador. Por isso é que a demarcação dos territórios indígenas estava no Ministério da Justiça.

Tendo isso como premissa, Relator, o que a gente vem aqui pedir é que a gente deixe que os povos indígenas decidam sobre seu futuro. Se a gente demarca, se a gente separa, a gente prejudica uma política pública de reconhecimento e demarcação, que são políticas e atos administrativos contínuos. Não faz sentido a gente ter o Ministério dos Povos Indígenas depenado, o Ministério do Meio Ambiente depenado!

E é isso que está acontecendo quando a gente tira a ANA (Agência Nacional de Águas) do Ministério do Meio Ambiente, porque água não é só para produção, não é só para as necessidades humanas. A água é para o meio ambiente sobreviver. E, se o meio ambiente não sobrevive, nós não sobrevivemos.

Por isso, esse pedido que nós fizemos é para mantermos todos esses órgãos, que são fundamentais para as políticas de água, de terra, de preservação, do Cadastro Ambiental Rural, todas essas políticas.

E eu falei com o Deputado Isnaldo ontem, conversei com ele pessoalmente e conversei pessoalmente com outros colegas aqui. Mas o momento que nós vivemos aqui nesta Comissão não é o mesmo momento de quatro anos atrás, quando existia possibilidade de diálogo. Acordos foram feitos, e nesses acordos entregamos grande parte das riquezas e dos instrumentos de trabalho desses ministérios. Nós não podemos admitir que isso aconteça aqui nesta Comissão. Nós não podemos mandar para o Governo esses ministérios depenados da forma como estão, porque não faz sentido fazer e implementar essas políticas públicas em outras pastas, que muitas vezes nada têm a ver com a área. Senhores, a gente pede aqui o apelo dos colegas para que a gente possa ter as estruturas do ministério funcionando como elas devem funcionar.

Por isso, eu faço um pedido aqui ao Relator para que, se não um ou dois, algum desses nossos pedidos seja atendido. Nós estamos tendo o Ministério do Meio Ambiente depenado, junto com o Ministério dos Povos Indígenas. E quem vai sentir isso é a população brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Túlio Gadêlha.

Com a palavra, por até cinco minutos, o Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para discutir.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero, em primeiro lugar, saudar o Deputado Isnaldo Bulhões, que desde o primeiro momento buscou o diálogo incessante, a quem eu agradeço pelo acolhimento, mesmo que parcial, das nossas emendas, mas eu não posso, Sr. Presidente, deixar de colocar como fez falta a audiência pública que constava no plano de trabalho e não foi realizada.

Dito isso, eu também preciso colocar, como um aspecto negativo, que a justificativa das alterações estruturais propostas pelo Governo, como – abro aspas – "a estrutura de administração pública condizente





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

com o plano de Governo", que se sagrou vencedor nas eleições de 2022... Isso acaba, no final, ajudando, sim, a consagrar uma cultura de gestão pública que vai na contramão da modernidade e da eficiência.

O atual Governo ganhou, sim, ganhou com uma margem de 1,5% dos votos, e parte daqueles que votaram em Lula, como até protesto do Governo anterior, já estão desencantados, porque percebem que foi uma volta ao passado naquilo do atraso em gestão. É óbvio que o eleitor votou no atual Governo, mas não deu passe livre, Sr. Presidente, absolutamente, para a gastança desenfreada, que gera, inevitavelmente, um aumento de tributos para saldar as dívidas volumosas. E está aí, cada vez mais crescendo – e esse ajuste *fake* que estão tentando aprovar.

Não há necessidade de aumentar a máquina para implementar, como diz o Relator, assegurar a relevância das políticas sociais e de desenvolvimento econômico que integram o programa do Governo, aprovado pela sociedade brasileira. Seria uma homenagem, na verdade, ao eleitor brasileiro se o Governo de plantão aproveitasse as boas ideias e desenvolvesse suas propostas de políticas sociais com eficiência, ou seja, sem desperdício, com estruturas desnecessárias que servem apenas para acomodar interesses partidários.

Eu ainda sonho, Sr. Presidente, com um dia em que teremos um Executivo em que não haja mudança radical do aumento da máquina pública com a desculpa de executar políticas sociais. Sonho ainda com o dia em que teremos a continuidade de estruturas administrativas públicas, permitindo o prosseguimento de projetos e políticas públicas, independentemente da mudança dos governantes.

Na minha opinião, equivoca-se, com todo respeito, o nobre Relator ao dizer que "a implantação das novas estruturas organizacionais será realizada sem aumento de despesa". Atenção: isso definitivamente não existe, porque as mudanças não ficam restritas simplesmente a remanejamento e transformação de cargos em comissão e funções de confiança já existentes. Há, sim, Sras. e Srs. Parlamentares, um dispêndio de recursos com adequação física para acomodar as novas estruturas, gastos com diárias, salários, viagens, enfim, uma toada aí muito preocupante.

Para encerrar, criar ministérios com poucas atribuições e funções...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco/NOVO - CE) – ... atenta contra os princípios da impessoalidade e da eficiência, que deveriam nortear as ações de um Governo moderno e responsável, coerente com as práticas de gestão públicas mais atuais e em vigor no nosso tempo.

Vê-se, portanto, que o relatório e os trabalhos desta Comissão infelizmente têm algo sofrível para o resultado final, e é por isso que eu votarei contra esse relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Senador Girão, muito obrigado pelas suas palavras nessa discussão.

Com a palavra, agora alternando aqui a ordem com a Câmara dos Deputados, o Deputado Kim Kataguiri. Por favor, o seu tempo é de até cinco minutos; claro que não precisa usar todo o tempo.

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP. Para discutir.) – Perfeito. Se puder usar o tempo do Merlong Solano, eu gostaria de acumular.

Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro quero parabenizar o Relator, Deputado Isnaldo Bulhões, pela redução de danos em seu relatório àquilo que foi apresentado na medida provisória do Governo.

O discurso governista para o aumento do número de ministérios é de que a sociedade estaria mais representada pelo aumento de número de ministérios e que minorias estariam mais presentes nos ministérios, mas fato é que a maior parte dos ministros, se esse é o discurso do Governo, são homens brancos. E, se minorias deveriam estar representadas, bom, senti falta de um japonês lá, porque são pelo menos 2 milhões de *nikkeis*, não é, Senador Alcolumbre, aqui no Brasil. O fato é que essa não é a intenção. A intenção é acomodar, como bem colocou o Senador Girão...

(Soa a campainha.)

O SR. KIM KATAGUIRI (UNIÃO - SP) – ... interesses políticos; é utilizar os cargos de primeiro, de segundo e de terceiro escalão para formar a base parlamentar, e o fato é que isso diminui a eficiência administrativa, porque várias secretarias que deveriam conversar e trabalhar em conjunto vão deixar de trabalhar em conjunto por causa dessa separação.

Não é eficiente alocar os recursos públicos dessa maneira. Um exemplo: a medida provisória divide o Ministério da Infraestrutura em dois outros: transportes e portos e aeroportos. Transportes e portos e aeroportos devem ter uma interlocução direta e diária. Quando a gente separa em dois ministérios diferentes, a gente está diminuindo a interlocução e prejudicando a infraestrutura do país, que já não tem o investimento necessário. Outro exemplo: o Ministério da Agricultura e Pecuária foi desmembrado em três: agricultura; desenvolvimento agrário e agricultura familiar; e aquicultura e pesca. São três áreas também que dialogam diretamente umas com as outras e que, se estivessem sob o mesmo guarda-chuva, trabalhariam de uma maneira muito mais eficiente, evitariam retrabalho, evitariam bateção de cabeça, dificuldade de gestão.

Também, muitas vezes um ministério dá um parecer, outro ministério dá outro parecer, e isso causa insegurança jurídica para o empreendedor, Deputado Bertaiolli, que é Presidente da Frente do Empreendedorismo. Há sobreposição também de competências, duplicação de temas na mesma estrutura. A confusão é tamanha que acho que nenhum membro do Governo aqui é capaz de citar de cabeça o nome de todos os ministérios.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu quero parabenizar o Relator por manter o Coaf no Banco Central. Esse foi um avanço importante. O Ministro Haddad havia dito, à época do Governo Bolsonaro, que o Coaf não poderia ficar sob o guarda-chuva de um político. Agora ele mesmo queria, por essa medida provisória, estar com o Coaf no seu ministério, mas o Deputado Isnaldo Bulhões, muito bem, manteve o Coaf no Banco Central.

Neste ponto eu discordo do Relator e do Governo: o CAR passar para o Ministério da Gestão, e não ficar com o Ministério da Agricultura. O Cadastro Ambiental Rural já demora hoje para ser validado, o agricultor já tem dificuldade em relação a isso, à obtenção de crédito – ele é punido, muitas vezes, por questão ambiental quando tenta se regularizar –, quando o Ministério da Agricultura tem os melhores quadros e tem a experiência para realizar esse trabalho.

E quero, principalmente, parabenizar o Relator por atender um pedido meu, que foi o de retirar da medida provisória os serviços de inteligência do Ministério da Casa Civil. E eu digo isso por que, Deputado Bertaiolli e Senador Davi Alcolumbre? Eu digo isso porque, quando eu era militante no Movimento Brasil Livre – ainda sou militante, mas agora também Parlamentar –, o Governo Dilma mandou o Ministro da Justiça me investigar e fazer um dossiê contra mim, ou seja, perseguir um adversário político. Agora você imagine um serviço de inteligência no mais político dos ministérios, que é o Ministério da Casa Civil! Seria a institucionalização da espionagem contra adversários políticos. E eu não digo isso de maneira leviana, não, porque há um processo judicial, um *habeas data* em que eu dispute na Justiça até hoje, desde aquela época, para ter acesso, saber o que é que o Ministro da Justiça do Governo Dilma descobriu sobre aquele menino de 18 anos de idade. Quero saber quais foram os crimes, quais foram os indícios que foram descobertos. É claro que era uma mera perseguição política contra alguém que estava lutando contra um governo que afundou este país.

Eu queria terminar apenas fazendo uma crítica e aqui até concordando – e é difícil a gente concordar – com o Deputado Túlio Gadêlha. Apesar de discordar completamente da gestão da Ministra Marina Silva, que bateu recorde de desmatamento agora, esvaziar o Ministério do Meio Ambiente é uma questão institucional. Tirar a questão dos resíduos sólidos, tirar a questão da agência das águas acho que é extremamente prejudicial ao meio ambiente, mesmo que eu discorde veementemente da Ministra Marina Silva e ache que ela faz uma péssima gestão.

Por isso, Presidente, só para finalizar, dado o atendimento do Deputado Isnaldo Bulhões à retirada do serviço de inteligência da Casa Civil, eu vou retirar os requerimentos procedimentais em relação ao relatório, mas, pelo conjunto da obra, eu me vejo obrigado a votar contrariamente ainda, Deputado Isnaldo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Kim Kataguiri.

Com a palavra, continuando na Câmara dos Deputados, Deputado Danilo Forte, pelo tempo regimental de cinco minutos no máximo.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu não topei esse seu acordo aí, não, mas, então, me dê o meu tempo de Líder, que a gente fica satisfeito, já que o senhor também não topou votar destaque por destaque. Se o senhor tivesse tido a benevolência... (Pausa.)

O Presidente está dizendo que topa votar destaque por destaque. Você topa? (Pausa.)

Então, só os cinco minutos. Então, acrescente lá o tempo de Líder, por favor. Tem que acrescentar no relógio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, toda reforma administrativa tem que buscar eficiência, e aqui eu quero exaltar o trabalho...

Mas está uma feira livre aqui atrás, hein?

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Quero exaltar o trabalho do Deputado Isnaldo Bulhões, que não é uma tarefa fácil num país do tamanho do Brasil, com a quantidade de atribuições que lhe foram ofertadas nessas mudanças que o Governo quer fazer. É um Governo realmente que vem muito diferente do governo anterior. Até se justifica, em alguns casos, a busca da eficiência do serviço público, mas, por outro lado, a gente também tem que ter como parâmetro o que já deu certo, a história de cada uma das instituições...

Eu acho que Pedro Uczai está dando uma aula aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – ... a história de cada uma das instituições e o trabalho que precisa ser feito para que o povo brasileiro possa sentir um Governo que seria capaz de responder às suas ansiedades e às suas necessidades.

O povo está muito carente, está muito sofrido. A crise econômica é muito forte, com o desemprego aumentando numa velocidade muito grande, e as empresas fechando. O Presidente Bertaiolli, na nossa Frente do Empreendedorismo, tem visto a angústia do que é ser empresário no Brasil e o custo Brasil.

No meu estado, no Estado do Ceará, recentemente, nós tivemos o fechamento de uma fábrica de confecções, só em Fortaleza, com mais de 2 mil empregos diretos. Agora mesmo, lá no Vale do Curu, na minha região, nós temos quatro municípios que dependem do polo calçadista, e nós estamos em um esforço muito grande para não fechar, para não diminuir a oferta de quase 6 mil empregos numa região tão carente de oportunidades e que teve na industrialização uma motivação muito forte para poder ter o reerguimento da sua economia.

Diante desses fatos, eu acho que a ponderação e o equilíbrio da gestão são fundamentais.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Aqui eu exalto, dentro dessa preocupação com o povo brasileiro, aquilo que já deu muito certo e muito resultado, haja vista o exemplo... E aqui eu tenho uma gratidão eterna à Fundação Nacional de Saúde. A Funasa me deu a oportunidade de conhecer os quatro cantos do Brasil. Eu conheci Manacapuru, no Amazonas, onde um banheiro era, de fato, para aquele povo, naquele momento, uma inovação, ao ponto de que eu vi um funcionário da Funasa adentrar uma casa, uma palafita, e quando se abre a porta do banheiro, ao fundo do corredor, o vaso sanitário ser transformado num jarro de flores.

E era a Funasa que ia e que vai aos quatro cantos do Brasil. É a Funasa que, com essa remodelagem que está sendo feita administrativamente, se extingue. E essa população ficará totalmente esquecida dentro do novo bolo orçamentário.

Para um Presidente da República, Deputado Adolfo – e no Amapá não é muito diferente da realidade do Amazonas –, que diz que quer botar o povo no orçamento, na hora em que se extinguir a Funasa, pode ter certeza de que os milhares de municípios pequenos do Brasil serão deserdados. Ficarão sem nenhum acesso à política de saneamento. Os banheirinhos serão esquecidos. As melhorias habitacionais para substituírem casa de taipa, que abriga o barbeiro, veiculador da doença de Chagas, não cabem no Programa Minha Casa, Minha Vida, porque os empresários não vão fazer casas isoladas para substituírem casas de taipa.

Os pequenos municípios do Nordeste e do Norte do país, que lutam há séculos por um abastecimento d'água, onde não se tem a cultura do pagamento pela água e muito menos pelo esgoto, não poderão ser incorporados no programa de saneamento básico da nova legislação, porque as empresas não vão fazer saneamento básico sabendo que não vão receber, porque não têm a cultura do pagamento.

E nós estamos num país em que um quarto da população – ou seja, mais de 50 milhões de brasileiros – ainda não tem água tratada em casa. Nós estamos num país em que ainda três quartos da população não têm serviço de esgoto no tratamento. E nós estamos aqui determinando à instituição Funasa o seu encerramento. Ela, que tem uma *expertise* de quase meio século! Ela, que foi criada – e aqui quero fazer uma homenagem ao Senador José Serra que, em 2001...

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – ... incorporando toda a luta de combate às endemias...

O senhor não acrescentou o meu tempo de Liderança.

Em 2001, ela foi criada exatamente para fazer saúde preventiva na prevenção das doenças por vias fluviais, e é exatamente isso que o relatório está dizendo: vamos acabar com a Funasa. Vamos desassistir os pequenos municípios, que não caberão no orçamento do Ministério da Saúde, porque o Ministério da Saúde não tem de investimento sequer 2% do Orçamento público da Lei Orçamentária Anual. E os grandes projetos, e as grandes cidades, e os grandes estados com força política incorporada simplesmente deixarão





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

os municípios pequenos numa expectativa que será frustrante. E, com certeza, se arrependerão, no futuro, de terem extinto a Funasa.

Como também foi um erro – e aqui é muito bom deixar muito claro – tirar da Funasa a saúde indígena.

A Funasa, em cinco anos que eu passei lá, reduziu a mortalidade infantil indígena em 50%! Isso é um dado relatado pela Dra. Zilda Arns, que é uma das maiores autoridades do mundo em relação ao combate à mortalidade infantil.

Nós conseguimos erradicar a oncocercose na comunidade ianomâmi, em Roraima, pelo que fomos, inclusive, premiados pela fundação Carter. O ex-Presidente americano Jimmy Carter veio ao Brasil – eu era Presidente da Funasa, e o Ministro Temporão, Ministro da Saúde – e fomos condecorados exatamente por erradicar a oncocercose.

E aí nós vemos novamente, depois que tiraram da Funasa essa obrigação, os ianomâmis totalmente abandonados, morrendo de fome, morrendo no abandono, morrendo sem ter o tratamento devido e o acompanhamento – e eu inaugurei a Casai (Casa de Saúde Indígena) em Boa Vista para atender principalmente a comunidade ianomâmi.

É diante desses fatos, Sr. Relator, Deputado Isnaldo, que eu lhe peço a sensibilidade, a sensibilidade de poder atender a essas demandas.

Eu sei que o Presidente da Comissão, o Senador Davi Alcolumbre, é muito preocupado com as cidades pequenas, porque ele conseguiu, inclusive, um feito extraordinário: fez com que as águas do São Francisco levassem desenvolvimento ao Amapá, levando a área de abrangência da Codevasf para o Amapá!

E nós estamos aqui discutindo uma coisa que já está lá. Eu estive em Santana, me reuni com os Prefeitos do Amapá e sei das necessidades que eles têm de ter o acompanhamento de uma instituição valorosa, que conhece tanto a realidade dos cantos do Brasil, como a Fundação Nacional de Saúde.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu agradeço as suas compreensões e, ao mesmo tempo, ressalto que é importante que na Emenda 54, com relação às agências... Eu tive oportunidade de conversar com o senhor hoje pela manhã, e a gente tem uma compreensão muito clara da modificação não só com relação ao mérito, mas também com relação à incapacidade financeira, porque ela não tem custo. Eu deixei isso muito claro. O conselho não traz nenhuma despesa para a União. Esse conselho fiscalizatório representado pela sociedade... (Pausa.)

Eu estou falando com o Relator, mas ele está ali conversando com o Dr. Zarattini.

É o seguinte. Eu queria que o senhor também tivesse a compreensão de modificar essa questão da incapacidade financeira, da incompatibilidade financeira, porque ela realmente não retrata a Emenda 54. A Emenda 54 não ocasiona nenhuma despesa orçamentária.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Ao mesmo tempo, quero reafirmar o nosso compromisso. Nós somos de um partido reformista, nós somos de um partido que quer o avanço do Brasil, mas nós não podemos avançar para trás. A gente tem que avançar para a frente. E o avançar para a frente significa modernizar a atividade administrativa do Brasil. Espero que a gente consiga avançar nesse debate e que a gente possa sair daqui com uma medida provisória que possa, de fato, atender ao povo brasileiro e não tirar dele a segurança dos seus investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Danilo Forte.

Com a palavra, o Deputado Zé Trovão, pelo tempo...

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, boa tarde. Ao nobre Relator Isnaldo, ao Senador Randolfe Rodrigues, boa tarde.

Eu, ontem, estive aqui e fiquei bem preocupado, como eu disse ontem e repito hoje, com o galope acelerado. Eu me senti em uma prova de laço de sete segundos.

A gente entende que o Relator, uma pessoa que tem capacidade, que fez um trabalho na medida do possível, conseguiu melhorar muito – melhorou bastante, Relator. A gente sabe que o senhor trouxe pontos e contrapontos importantes.

Mas vamos lá. Nós estamos falando em um custo estimado em R\$4 bilhões no mandato do Presidente Lula. São R\$2 bilhões, perdão, nos quatro anos do mandato do Presidente Lula, a mais no bolso do contribuinte. Nós estamos falando que os ministérios que foram criados, os novos ministérios...

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Seria bom se as pessoas fizessem silêncio, senão, Presidente, não tem condições de falar em uma Comissão onde não há respeito muitas vezes da parte de quem está na lateral. Fica ruim para a comunicação. Eu quero que o Relator ouça o que nós estamos falando. Isto aqui não é brincadeira. Isto é o futuro do país e, com relação ao futuro do país, tem que se respeitar.

O inchaço que já foi criado nos ministérios para atender os seus aliados políticos se tornou inviável. Hoje os novos ministérios estão trabalhando de uma maneira oca. Não se tem estrutura dentro desses novos ministérios. Não se tem espaço físico dentro desses novos ministérios. E me preocupa tudo isso. Preocupa-me, por exemplo, como disse o Senador Jorge Seif – e esta é uma preocupação que questionei hoje inclusive à Ministra Marina Silva –: por que existe o Ministério da Pesca, mas não se pode aprovar nada no Ministério da Pesca ou fazer nada de lá, sem passar pelo Ministério do Meio Ambiente? Nós estamos sofrendo em Santa Catarina sanções com relação à pesca que têm que ser discutidas entre dois ministérios, mas cada ministério tem que cuidar da sua pasta. Cada lugar, para não dizer outra palavra, vou dizer uma palavra... Cada lugar tem que estar ali determinado, senão nós vamos, nobre Relator, infelizmente patinar no seco, ter o mais do mesmo, e talvez esse mais do mesmo vá criar um problema maior do que nós já estamos criando.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Olhem só o absurdo do arcabouço fiscal: vai dar mais R\$80 bilhões para se gastar onde, quando, como? Não tem destinação. Fala-se em economia, fala-se em avanço do Brasil, mas nós não conseguimos enxergar isso, Presidente. Presidente, é toda hora uma pedra de tropeço maior que a outra. E o que me preocupa, no meio de tudo isso, é que nós estamos bem equiparados, todos nós aqui estamos tranquilos – temos nossas residências oficiais, nossos carros oficiais, gasolina paga pelo Congresso, comida paga pelo Congresso –, mas a ponta da lança é que está sofrendo. E aí se cria mais uma situação dessa que vai custar mais R\$2 bilhões. Então, eu não estou entendendo o que o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva quer. Nós não podemos continuar seguindo esse caminho, esse caminho sem volta. Esse caminho sem volta é doloroso, mas é sem volta.

(Soa a campainha.)

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – E eu temo muito – nesse último minuto –, Sr. Presidente, que a Argentina seja o próximo caminho financeiro do Brasil e talvez, até o final dos quatro anos do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, com essa quantidade de ministérios, que cheguemos à Venezuela.

Os ianomâmis estão morrendo de fome por irresponsabilidade. Vai me dizer que no Brasil falta dinheiro? Não falta, porque os 200 bilhões que foram colocados na mão do Governo Lula agora não assistiram os ianomâmis. Então, é mais dinheiro, é mais ministério, é reestruturação. Acho que nós precisamos começar a pensar nisso aqui com um pouco mais de responsabilidade.

Então, infelizmente, meu irmão, com todo respeito que eu tenho por V. Exa., meu voto será "não".

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Zé Trovão.

Na alternância aqui das Casas, com a palavra agora por até cinco minutos, Senador Rogério Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Já? Eu iria me inscrever e já vou falar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senadores, Sr. Relator...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. *Fora do microfone.*) – Tem que ligar o microfone.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Para discutir.) – Está ligado. Está ligado. Obrigado.

Primeiro, quero elogiar aqui o trabalho que V. Exa. fez, de tirar literalmente leite de pedra. A proposta que o Governo faz com legitimidade, é bom que se diga, de reestruturação da organização que o Governo terá nos próximos quatro anos é realmente um emaranhado sobre o que V. Exa. teve o trabalho de se debruçar para tentar dar o mínimo de racionalidade.

Digo a V. Exa. que nós estamos preocupados – e é nosso dever nesse Parlamento nos posicionarmos, colocarmos de forma muito clara o nosso sentimento, entendendo inclusive, como eu disse, que é legítimo o Governo fazer essa proposição – com o futuro do país, porque é uma sinalização muito clara que o





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Governo dá de que não está preocupado com o país, está preocupado em distribuir cargos com essa estrutura que o levou ao pleito último de outubro.

O aumento de 14 ministérios de uma forma tão superlativa, que foi recepcionado pela imprensa de uma forma natural, parece-me tão exagerado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, que nós nos debruçamos sobre as informações dadas: a forma como o Governo tenta passar essa estrutura organizacional para gerir a próxima administração. Não é à toa, Sr. Relator, Sr. Presidente, que nós estamos vendo de manhã um ministro falando, afirmando, dando declarações, e à tarde um outro ministro desmentindo aquele ministro, numa demonstração inequívoca de que o Governo não consegue se entender, porque ao invés de ter um plano, há um amontoado de pessoas para satisfazer não um projeto de país, mas um projeto de poder.

Isso é tão grave, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, que nos leva a nos posicionarmos contra o relatório de V. Exa., com todo respeito que V. Exa. merece; não contra o resultado do trabalho – como eu disse no início, V. Exa. tirou leite de pedra. É um trabalho extraordinário diante do que V. Exa. recebe –, mas contra a demonstração de falta de cuidado para com o país, com a criação de cargos, a criação de sinecuras, a criação de estruturas que mostram a vontade desse Governo de voltar a aparelhar o país, a fazer no país – com os mesmos personagens, ou quase com os mesmos personagens, com os mesmos métodos – a repetição do que vimos em governos anteriores. E o resultado, o final desse filme triste impactou, de forma decisiva, a nação brasileira. Sr. Relator, não é por acaso que nós estamos ouvindo aqui Deputados e Senadores que me antecederam preocupados não só com a forma, mas principalmente com o conteúdo: que retira ações importantes, que subtrai posturas que aparentemente eram harmônicas, e passam a colidir...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – ... entre si, que distribui atribuições, aumentando a complexidade de quem vai administrar o país. Parece até que a busca pelo excesso da burocracia, do detalhamento, da forma difícil que é colocada para a máquina pública e que vai impactar aqueles que serão governados por essa nova estrutura organizacional é uma meta do Governo que não pretende governar, pretende apenas aparelhar o país e estimular esse projeto de poder.

Por isso, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, a nossa posição, respeitando o trabalho do Relator, será contrária ao projeto.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Senador Rogerio Marinho.

Com a palavra agora, da Câmara dos Deputados, Deputada Célia Xakriabá, por favor, pelo tempo de até cinco minutos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG. Para discutir.) – Obrigada, Presidente. Obrigada, Relator. Obrigada, Relator, também por nos escutar.

A demarcação dos territórios indígenas, como, na última semana, puderam acompanhar, é a política mais aprovada do atual Governo, mais do que o salário mínimo.

O Congresso Nacional, que sempre também nos chamou de atrasada...

E eu concordo agora com o Deputado Zé Trovão: que cada pasta cuide da sua atribuição.

Eu discutia ainda que, muitas vezes, nós somos chamados de atrasados, mas vocês não acham que atrasado mesmo é um Brasil que demorou 523 anos para ter o primeiro Ministério dos Povos Indígenas, a demarcação dos territórios indígenas em um ministério? E, agora, quer arrancar o coração.

Quero dizer que, nesse momento, é muito contraditório um ministério, que é conduzido por uma mulher indígena, o Ministério do Meio Ambiente, também conduzido por uma mulher, serem arrancadas atribuições importantes.

Quero dizer que, nesse momento, nós estamos já também em concordância que a competência vá para o MJ, assim como está sendo discutido, mas nós também temos uma proposta: que ao menos se inclua, em articulação, com o Ministério dos Povos Indígenas.

Quando nós discutíamos ainda no GT de Transição, nós não falamos que queríamos agricultura dentro do Ministério dos Povos Indígenas, porque entendemos que a agricultura é atribuição do Ministério da Agricultura.

É importante dizer ainda que a demarcação dos territórios indígenas é reconhecida pela ONU como a solução número um para barrar a crise climática.

Nesse momento, me parece muito mais que nós estamos caminhando lá para 1500, assim também como na época do SPI tutelado, que dizia que nós não tínhamos competência de cuidar e de saber o que era bom para nós.

Como tem dito a articulação dos povos indígenas, não adianta ter um governo que caminha para o futuro se uma parte do Congresso Nacional caminha para um passado arcaico, porque nós entendemos que progresso não pode significar um projeto que é antivilizatório porque não inclui a autonomia dos povos indígenas.

Nesse momento, é importante dizer ainda que nós povos indígenas – que contribuímos bastante, sobretudo, para a pauta, não somente de transição econômica – queremos, sim, discutir sobre a economia, transição econômica, transição energética, transição humanitária e, neste momento, esta Comissão... Faço um apelo aqui a todos os Parlamentares presentes para reavaliarem, porque para nós seria uma perda.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

E nós queremos caminhar para o progresso, e para caminhar para o progresso não pode ser votado um retrocesso diante disso, de não considerar a demarcação dos territórios indígenas dentro do Ministério dos Povos Indígenas.

Estamos aqui porque queremos ser tratados como, também, prioridade para participar dos processos de negociação – não como a prioridade que negocia o direito e que não tem condição de pensar e de discutir conjuntamente.

Então, peço aqui também aos Srs. Parlamentares presentes, sobretudo ao Relator, que também diz que gosta muito dos povos indígenas – ontem ainda conversamos. Com todos os Parlamentares aqui nós temos discutido, assim como presido a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, porque, neste momento, discutir sobre o rumo do país, sobre a economia, sobre as questões ambientais, sobre o combate à fome, não deve ser tratado somente como pauta progressista, mas sobretudo como pauta humanitária.

Eu acredito que o que está se discutindo hoje, dentro do Ministério dos Povos Indígenas, é pauta humanitária. Não vai existir possibilidade de barrar as mudanças climáticas se não se respaldar, como democracia, a demarcação dos territórios indígenas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Muito obrigado, Deputada Célia.

Tem a palavra, por até cinco minutos – não precisa usar os cinco –, o Deputado Alencar Santana.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Para discutir.) – Presidente Bertaiolli, seguindo sua orientação, tentarei falar menos de cinco minutos.

Relator, Deputado Isnaldo, demais colegas, Deputados e Deputadas, primeiro quero parabenizar o Relator, Deputado Isnaldo, que, em todo esse período, após designação, estudou o tema, conversou bastante, dialogou, ouviu diferentes lados. Lógico que nem sempre se chega a um denominador que deixa todo mundo, eventualmente, contente, mas sei que foi feito o possível para que a gente pudesse garantir essa reestruturação, considerando as forças políticas desta Casa. Logicamente que também entendemos que podemos, ainda, fazer determinados ajustes até a votação final.

Não se trata, tão somente, de uma medida provisória, de algo administrativo, de uma reestruturação de um governo, como se mexer com um ministério, com "a", com "b", fosse algo habitual.

É importante frisar que não há aumento algum de despesa com essa nova remodelagem da Esplanada. Não há aumento de cargos, quem falou isso ou não leu o texto, ou joga com a mentira.

Quero aqui destacar o simbolismo também dessa medida provisória. O Governo do Presidente Lula recria o Ministério das Mulheres, o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério dos Povos Indígenas –





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

cujo debate sobre sua importância, tenho certeza, ainda faremos –, o Ministério das Cidades e o Ministério do Meio Ambiente, tratando ali também e colocando claramente a importância da mudança climática, de nós fazermos essa discussão no país de maneira aprofundada e de maneira séria, em sintonia com a discussão mundial.

Aqui também, o Presidente recriou o Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar, que antes também foi esquecido num período mais recente.

O Ministério da Cultura foi sepultado, acabado, por uma medida no início do Governo anterior, demonstrando o desprezo pela cultura no país que, infelizmente, vivemos, mas agora a gente muda novamente porque sabemos da sua importância. Da mesma maneira, o Ministério do Esporte... e quero destacar aqui esse debate sobre esporte, cultura, igualdade racial, direitos humanos, com esse assunto mundial que estamos vivendo, através da postura da resistência de um jogador brasileiro, de um jovem preto da periferia, que está pautando o mundo numa discussão, resistindo contra o racismo que ele sofre na Espanha. E tem a ver com esses ministérios também aqui no nosso país.

O Ministério da Indústria e do Comércio, que também tinha sido anexado a outro ministério, ocupado pelo Vice-Presidente da República, também demonstrando a sua importância. E assim mais alguns outros, como o Ministério dos Portos.

Então, é uma medida provisória que carrega um simbolismo muito forte de um governo que tem como missão reconstruir as políticas públicas do país. Alguns aqui falaram: "Avanço não pode significar atraso". Jamais, não tem como avanço significar atraso.

(Soa a campainha.)

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP) – Não tem como. Avanço, para nós, significa olhar para o futuro, para a modernidade, e trabalhar no dia a dia. No governo que está dando os seus sinais, esperamos que o Parlamento, na aprovação do conjunto das políticas, também esteja em sintonia – procurando avançar, reconstruir e garantir direitos, políticas públicas, serviços públicos de qualidade e, acima de tudo, também o processo democrático. E aí reconhecendo todos os atores, todos os movimentos, todas as pessoas, comunidades, culturas e diferenças que há na sociedade brasileira.

Então aqui, parabenizo o trabalho de todos, pedimos o voto favorável.

Que a gente garanta a implementação completa daquilo que o Presidente Lula discutiu na campanha e sinalizou ao enviar essa medida provisória para a Casa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Obrigado, Deputado Alencar Santana.

Sobraram 4 segundos, se o senhor quiser...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O senhor abre?

Com a palavra, Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar todos os Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras aqui presentes.

Cumprimentar o nosso Relator, Isnaldo Bulhões. Parabenizá-lo pelo trabalho feito e bastante importante. Teve uma boa discussão, uma boa interlocução, mas eu acho que tem algumas questões que a gente precisa avançar, que não avançaram ainda.

O Governo recriou o Ministério do Desenvolvimento Agrário exatamente com o objetivo de permitir que a gente tenha um incentivo à agricultura familiar, que a gente tenha um incentivo à produção de alimentos. Alimentos que chegam à mesa do povo brasileiro, pois é na agricultura familiar que se produz a maior parte dos alimentos que o povo come.

E eu queria dizer que, nesse relatório, faltou colocar, Deputado Isnaldo, a questão do abastecimento, já que o Ministério do Desenvolvimento Agrário também cuide do abastecimento.

A outra questão que eu acho que deveríamos ter cuidado mais é a do Ministério dos Povos Indígenas. Ora, o ministério foi organizado justamente para permitir que os povos indígenas sejam valorizados em nosso país. E o que acontece? Nós temos uma polêmica aí, polêmica que vai ser resolvida no STF, que é a questão da demarcação, qual é o marco temporal. Essa polêmica não está sendo tratada aqui, o que está sendo tratado aqui é a capacidade de o Ministério fazer a demarcação, e quem sempre fez essa demarcação foi a Funai, portanto, nós achamos que todo processo técnico de demarcação deve, sim, ficar na Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Também, por fim, gostaria de dizer que eu acho importante, Relator, que o Ministério do Meio Ambiente não perca instrumentos importantes para realizar os seus desígnios: o sistema nacional de resíduos sólidos, que foi transferido para outro ministério, o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas. São instrumentos importantes para o Ministério do Meio Ambiente poder realizar o seu trabalho.

Nós não estamos tratando aqui de uma disputa, nós precisamos organizar o Estado brasileiro, e esse Estado tem que ser organizado dando os instrumentos a quem de fato pode realizar isso. Então, eu gostaria até de solicitar que o Relator fizesse uma reconsideração no seu texto.

Por fim, a questão da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Eu acredito que a Abin não pode estar subordinada de novo ao GSI. O GSI é uma estrutura que tem a sua inteligência, tem o seu órgão de inteligência, mas quem coordena o Sisbin, que é o Sistema Brasileiro de Inteligência, é a Abin. Então, a Abin deve estar ligada a um órgão coordenador do Governo, que, no caso, é a Casa Civil. Então, acho que não deveríamos ter mudança nesse ponto também, Sr. Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Por fim, quero agradecer muito o seu trabalho e parabenizá-lo.

Nós vamos votar favoravelmente. Aqueles que acham que isso aí vai aumentar os gastos estão completamente equivocados, não existe aumento de cargos nessa mudança toda, nessa reforma. Pelo contrário, vai haver aumento da atenção aos problemas do povo brasileiro, isso sim. Vai ser um Governo que vai ter mais ouvidos para atender...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – ... as demandas do povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Muito obrigado, Deputado Carlos Zarattini.

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Tem requerimento sobre a mesa.

Tem requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Eu vou chegar lá, Deputado.

A Presidência informa que foi apresentado o Requerimento nº 14, do Deputado Danilo Forte, sobre o adiamento da discussão.

Nos termos do art. 40 do Regimento Comum, indefiro o requerimento de adiamento de votação, uma vez que o prazo constitucional da vigência da medida provisória se encerra no próximo dia 1º de junho.

Fica, assim, prejudicado também o Requerimento nº 13... do Deputado Danilo Forte, que pedia a votação nominal desse requerimento, que está prejudicado.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) –

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Sr. Presidente, o caso não foi encerrado. O dia 1º é na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Mas tem que votar na Câmara, tem que votar no Senado... Daí não dá tempo.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Sim, mas não justifica a sua decisão.

Eu vou recorrer da sua decisão.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Combinado, Deputado Danilo.

Em votação a matéria.

Foram apresentados 16 requerimentos de destaque para votação em separado: o Requerimento nº 3, do Deputado Kim Kataguiri, foi retirado; os Requerimentos nºs 7 a 10, do Deputado Guilherme Boulos, estão prejudicados; os Requerimentos nºs 20 a 23, do Deputado Alencar Santana, foram retirados.

Há sobre a mesa um requerimento para a votação em globo dos requerimentos desses destaques ora apresentados. Há ainda um requerimento para que a votação seja pelo processo nominal do requerimento de votação em globo.

Então, vamos primeiramente à votação do requerimento para definir o procedimento da votação do requerimento em globo.

Os Parlamentares que concordam com o procedimento de votação nominal queiram se manifestar. (Pausa.)

Está rejeitado, portanto, o requerimento.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Verificação, verificação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Ah! Não, não. Retiro a verificação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Danilo, deixe, deixe essa, Danilo! Não vale a primeira declaração.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Eu estou com medo de que não tenha quórum. Aí piora para você.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Há sobre a mesa requerimento para a votação em globo da admissibilidade dos destaques.

Os Parlamentares que concordam com a votação em globo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Está aprovado...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE. *Fora do microfone.*) – Opa! Conte isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Estou contando, Presidente. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados a esta matéria. (Pausa.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Os Parlamentares que concordam com os requerimentos apresentados queiram se manifestar.

Estamos votando em globo todos os requerimentos.

Os Parlamentares que concordam com os requerimentos apresentados queiram se manifestar.
(Pausa.)

Rejeitados em globo.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Não, eu acho... Eu proponho, desde o início... Essa formatação está confusa. O que é fato? Você vai votar destaque por destaque ou vai votar globalmente? Sim ou não. É essa a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – A decisão de votar em globo nós já tomamos já foi superada. Agora, nós estamos...

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Não, o senhor não contou os votos. Tinha voto...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Agora, nós estamos...

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Não tinha voto para votar em globo. Não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, já declararamos o resultado, Deputado.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Declarou, mas declarou errado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado, isso já foi.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Isso vai para a CPI da manipulação das apostas, viu?
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Nós estamos agora na votação...

Vamos explicar, para que não haja dúvida.

Nós estamos agora na votação em globo dos requerimentos.

Muito bem, é essa a votação agora.

Os Parlamentares que concordam com os requerimentos apresentados...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Se for possível, quais são esses requerimentos? Sei que o senhor já falou anteriormente, mas quais são esses requerimentos, só para ficar mais claro?





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Que estão no globo. (*Pausa.*)

Os requerimentos que estão, então, no globo, Senador, são: o Requerimento 4, do Deputado Danilo Forte; o Requerimento 5, do Deputado Danilo Forte, ainda está no globo; o Requerimento 6, do Deputado Danilo Forte; os 7, 8, 9 e 10 estão prejudicados; o Requerimento 19, do Senador Kajuru; os 20, 21 e 22, do Alencar Santana, foram retirados; o 23, do Alencar Santana, foi retirado; e está aqui em votação o 24, o 25 e o 26, do Senador Jorge Seif.

São esses os requerimentos que compõem o globo.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Eu retiro o Requerimento nº 6. Para facilitar a votação, eu retiro o nº 6.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – O do Ministério das Cidades. Está retirado.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente, caso a gente...

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pois não, Senador.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Só para esclarecer: caso os requerimentos em globo não sejam aceitos, é possível ainda excepcionalizar para votar em separado algum destaque? Sim, não é? Algum destaque pode ser apresentado por partido, não é? O partido pode apresentar algum destaque ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Sim. Senador, nós já definimos votar em globo. Após a votação em globo, não será mais permitido o destaque de nenhum desses requerimentos. Pode, sim, como apresentou o Deputado Danilo, um destaque no Plenário de um dos artigos apresentados, de um dos requerimentos apresentados.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não aqui na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não mais aqui na Comissão.

Então, vamos lá.

Os que concordam...

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Quem admite todos os destaque em globo vota "sim", é isso, Presidente? (*Pausa.*)

O Senador Randolfe está cumprindo bem o papel de contrarregra, assistente de som. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Estamos aqui consultando os universitários.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Portanto, está em votação...

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Não, é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pois não.

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Quem vota "sim" à admissibilidade de todos os destaques requer o espaço para votar os destaques em separado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Danilo, vamos lá!

A admissibilidade do destaque em separado já foi votado, e nós já vencemos essa matéria.

Agora nós estamos votando em globo.

Os Parlamentares...

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Sim. Se nós estamos admitindo em globo, nós estamos votando em separado. O senhor está votando duas vezes a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Perfeito.

Então, vamos lá!

Os Parlamentares que rejeitam os requerimentos que estão nesse rol permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Estão rejeitados os requerimentos no globo – ponto.

Muito obrigado, senhores.

Em votação, neste momento, o relatório apresentado pelo nosso Relator, o Deputado Isnaldo Bulhões.

Em votação o relatório.

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Nominal.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Não. Primeiro ele tem que proclamar o resultado. Espera aí! Calma! (Pausa.)

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Tem um requerimento de votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Sim, o nosso Secretário está providenciando, porque foram muitos requerimentos.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Porque, do jeito que o senhor está fazendo conta aí, nós estamos com problema, viu?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Não, vamos com calma que dá tudo certo. A resultante, a ordem dos fatores não altera o produto, Deputado.

Há sobre a mesa...

Nós estamos em votação...

Senhores, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Em votação o relatório do Relator Isnaldo Bulhões.

Há sobre a mesa um requerimento de votação nominal do requerimento de aprovação do relatório.

Os Parlamentares...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de o senhor encaminhar essa votação do requerimento, eu faria um apelo aqui à Comissão. Pela importância e relevância do tema, não tem por que essa votação ser simbólica, eu acho que deveria ser uma aclamação aqui de que fosse nominal. Cada Deputado e cada Senador não vai ter nenhuma dificuldade de colocar sua digital aqui num processo como esse.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Presidente, posso falar rapidinho?

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (UNIÃO - AP) – Seria um requerimento do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Senador, está colocado e nós estamos exatamente nesse momento discutindo essa possibilidade.

Com a palavra o Relator, Isnaldo Bulhões.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Então, apenas, rapidamente, eu queria pedir, eu sei que é difícil sensibilizar quem está num processo de obstrução e também quem faz oposição ao Governo, mas eu estou vendo aqui o nosso Senador e ex-Ministro Rogerio Marinho, convivemos muito próximo, apesar de ele não ter sido meu colega, e ele sabe que eu sempre busquei o entendimento, e não foi diferente na construção desse relatório. Eu ouvi todos os Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, lideranças de partidos, então eu acho que essa construção, mesmo não saindo o texto ideal para o que cada um pensa, eu acho que foi o melhor possível.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Então, eu queria, principalmente aos Líderes aqui, Senador Rogerio e meu querido amigo Deputado Danilo, que a gente tocassem a votação, Presidente, sem obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Em votação o requerimento.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Já que eu sou um querido amigo, eu só queria um esclarecimento: a questão da inadequação financeira o senhor retirou?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Retirei.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Então, nós podemos votar.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Obrigado, meu querido amigo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Vamos lá.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (UNIÃO - AP) – E a obstrução, você parou?

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Parei.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Parou.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – Está terminando já.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, em votação o requerimento de votação nominal do relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Com a votação nominal.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (UNIÃO - AP) – Espera lá, Presidente...

Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Em votação...

Senador.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (UNIÃO - AP) – É só porque tem quem adotar o mesmo ritmo que V. Exa. aprovou ainda há pouco. Quem estiver apoiando o requerimento é que tem que se manifestar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Em votação o requerimento de votação nominal do relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

Senador Davi Alcolumbre, nós estamos seguindo a ordem dos universitários aqui.

Em votação simbólica o relatório.

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Verificação; verificação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deixe-me proclamar primeiro aqui.

Em votação o relatório.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o relatório do amigo do Danilo, Deputado Isnaldo Bulhões, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Deputado Isnaldo Bulhões. (*Palmas.*)

O SR. DANILÓ FORTE (UNIÃO - CE) – Verificação; verificação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Verificação concedida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – A orientação do Governo é "sim" ao relatório do Relator Isnaldo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Nós vamos abrir o painel para que os Srs. Deputados, as Sras. Deputados, os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras possam votar.

Informo aos Parlamentares que a votação poderá ser feita pelos computadores do Plenário ou pelos sistemas digitais Infoleg nos celulares de todos aqueles que registraram presença. (*Pausa.*)

A votação já está aberta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Para orientar a bancada.) – A Bancada do Partido dos Trabalhadores orienta "sim". (*Pausa.*)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Dando continuidade à nossa reunião, passo a Presidência desta sessão ao nosso Presidente Davi Alcolumbre. (*Pausa.*)

Senhoras e senhores, declaro encerrada a votação e determino, por favor, a licença de todos para que a gente possa continuar a primeira parte, abrir um espaço aqui...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – ... para que eu possa enxergar aqui o painel, por favor.

Encerrada a votação, determino a abertura do painel de votação.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente Bertaiolli, gostaria que V. Exa. consignasse meu voto "não", por gentileza, Sr. Presidente, porque eu não consegui votar em tempo.

O SR. DANILLO FORTE (UNIÃO - CE) – O sistema não está abrindo aqui, não. Também não consegui...

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Proclamando o resultado: SIM, 15 componentes da nossa Comissão; votaram NÃO, 3.

Está aprovado o relatório do Deputado Isnaldo Bulhões. (*Palmas.*)

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Com a palavra, antes de encerrar...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – O Presidente não quer que eu agradeça!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Antes de encerrar a reunião, com a palavra o Senador...

Pessoal, um minutinho de atenção, por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – É apenas para consignar o meu voto "não", Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Pessoal, um minuto, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Por favor.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Presidente, é apenas...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Senador...

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – É apenas para consignar o meu voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Está consignado o voto contrário do Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (PL - RN) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Com a palavra o nosso Relator, amigo de todos, Isnaldo Bulhões.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL. Como Relator.) – Eu quero fazer aqui alguns agradecimentos a todas as Parlamentares e os Parlamentares, Senadoras, Deputadas Federais, Deputados Federais e Senadores, primeiro pela confiança e pala compreensão durante a construção desse relatório. É verdade que ainda teremos aí uma semana de debates, continuando a construção e buscando, sem dúvida nenhuma, um relatório possível, mas que garanta a legitimidade da...

(Soa a campainha.)

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Está terminando já.

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – O resto está tudo conversando ali.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Silêncio rapidinho, por favor, só para agradecer.

O SR. DANILO FORTE (UNIÃO - CE) – Vamos fazer silêncio! Silêncio!

(Soa a campainha.)

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – A legitimidade que têm todos os governos de apresentar a sua restruturação.

Eu falava há pouco, Presidente Bertaiolli, que tive uma excelente convivência com o Senador Rogério Marinho durante o período em que ele coordenou a reforma da previdência, mesmo com grandes distâncias ideológicas do governo anterior e um partido com postura de independência. Eu tenho certeza





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

de que ele é testemunha da sensatez que sempre busquei ter, tanto na reforma administrativa do governo anterior, e não poderia ser diferente adotar o mesmo critério nesta, desta feita relatando essa matéria.

Eu queria registrar aqui uma das coisas que mais me trazem, assim, alegria, dentro desse relatório, mesmo por acreditar, por concepção, que a saúde do Ministério dos Povos Indígenas terá, sem dúvida nenhuma, mais eficiência com essa demarcação – o reconhecimento dela – estando no Ministério da Justiça, mas esse é um dos pontos mais especiais neste relatório.

Então, por fim, eu quero agradecer aqui ao Líder do bloco parlamentar do qual o MDB faz parte – MDB, PSD, Podemos e Republicanos –, o Deputado Hugo Motta – não sei se o Hugo ainda está aqui. Está?

Muito obrigado, Líder Hugo, aos Líderes também Antonio Brito e Fábio Macedo e todos os Parlamentares do nosso bloco, que em mim confiaram.

Àqueles que não sabem, eu não pedi para relatar essa matéria, meu Líder Randolfe. Muito me traz, assim, gratidão ter sido um caminho inverso, ou seja, ser escolhido entre todos os Parlamentares que têm a capacidade, a sensatez de relatá-la.

Quero agradecer de uma forma muito especial ao Presidente Davi Alcolumbre. O Davi é um dos grandes quadros da política nacional, na sua forma firme de atuar, de manter e cumprir os seus compromissos e de liderar, acima de tudo, pelo diálogo e de uma forma carinhosa com todos os seus amigos e suas amigas.

Muito obrigado, Presidente Davi, também por essa confiança.

Agradeço ao nosso querido Vice-Presidente, Marco Bertaiolli, Deputado do PSD de São Paulo, que fez um grande trabalho, presidindo a Comissão, também participando de todos os debates.

Agradeço aos Líderes: Randolfe, Senador Randolfe, Líder do Governo no Congresso; ao Deputado José Guimarães, Líder do Governo na Câmara; e ao Senador Wagner, Líder do Governo aqui no Senado.

Quero agradecer a todos os ministros – queria citar aqui a Ministra Esther Dweck, o Ministro Rui Costa e o Ministro Alexandre Padilha, que centralizaram as discussões comigo, com o Bertaiolli, com o Presidente Davi – e quero estender o cumprimento aqui a todas as pessoas que formam as assessorias dos ministérios, cumprimentando aqui o Dr. Marcos Rogério. Sintam-se todos abraçados.

E, acima de tudo, quero agradecer, de uma forma muito especial, à assessoria da Liderança do MDB, que esteve em todos momentos comigo nessa construção, bem como a pessoa do nosso Chefe de Gabinete, Levino, bem como à Consultoria da Câmara dos Deputados, na pessoa do nosso Consultor Wellington.

Eu acho que não estou me esquecendo de ninguém não aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Um forte abraço, muito obrigado, e vamos aos Plenários da Câmara e do Senado para aprovar essa medida provisória tão importante para o Brasil e que proporcionará ao novo Governo entregar as políticas públicas que os brasileiros esperam desde quando elegeram o Presidente Lula, de forma democrática, numa eleição muito dividida, mas em que imperou a vontade soberana do povo brasileiro.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Presidente Davi Alcolumbre, um agradecimento especial por me permitir conduzir esta sessão tão importante no nosso Congresso Nacional. Para sua...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (MDB - AL) – Presidente, quero fazer justiça e citar a Ana Paula. Eu esqueci só de citar a Ana Paula.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Senador Davi.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (UNIÃO - AP. Pela ordem.) – Rapidamente, antes do Deputado Zé, eu quero só agradecer a oportunidade da convivência com os nossos colegas, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas.

Eu quero cumprimentar o Marco, o nosso Vice-Presidente; cumprimentar o Isnaldo, o nosso Relator; cumprimentar o nosso Líder Randolfe Rodrigues; cumprimentar aqui o Senador Eduardo Girão, nosso colega Senador da República; cumprimentar o Deputado Danilo; cumprimentar o Deputado Zé Trovão; e, na pessoa deles, cumprimentar todos que participaram dos debates em relação à deliberação.

É lógico e evidente, Deputado Zé Trovão e Senador Girão, que nós respeitamos as posições de cada Parlamentar, porque V. Exas. foram eleitos para isso, para estarem no Parlamento brasileiro colocando a sua opinião, o seu ponto de vista, mas eu quero fazer um registro, Deputado Danilo, da cordialidade de tratamento de todos os colegas Congressistas em relação à tramitação, diante da minha Presidência, do Marco e do Relator Isnaldo Bulhões, da Medida Provisória 1.154, com a forma que cada um teve de se colocar, de firmar suas posições, de apresentar o seu desejo, de fazer naturalmente o papel de obstrução, de votar contra, de manifestar contrariamente...

E a gente precisa exaltar, depois de todo o debate desta matéria, a capacidade de articulação do Relator da matéria. O Deputado Isnaldo Bulhões teve a paciência necessária para ouvir todos os atores, sejam do Governo, sejam da oposição, das frentes, das bancadas. Eu tenho certeza absoluta, Líder Isnaldo, que V. Exa. conseguiu conduzir esse processo como Relator da matéria, fazendo um texto mediano, que pudesse conciliar muitos dos interesses. Eu tenho convicção de que foi a condução de V. Exa. que nos trouxe até aqui, com a sua maneira elegante, educada, sensível às causas... É lógico e evidente que, com uma matéria complexa como esta, não seria fácil trazermos este debate até aqui. Quero agradecer, Isnaldo,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

a sua compreensão e a atenção que foi dispensada a todos. O Isnaldo não faltou a nenhum membro desta Comissão, a nenhum partido político, a nenhuma Liderança que quis debater, seja do Governo, seja da oposição, esse assunto. Ele estava aberto 100% para ouvir elogios, ponderações e até mesmo críticas. E é para isso que nós estamos aqui, o Parlamento é feito para isto: discutir, debater e deliberar.

Hoje, democraticamente, todos tiveram a oportunidade de mostrar o seu ponto de vista, e eu tenho certeza absoluta de que é este ambiente de cordialidade e de respeito que nós conseguimos proporcionar ao longo desse período curto de debate da Medida Provisória 1.154.

Estão de parabéns todos os membros desta Comissão, mas eu quero exaltar novamente, para concluir a minha fala: parabéns, Líder Isnaldo, pela condução desse processo, que foi, sem dúvida nenhuma, um ponto fundamental para que nós chegássemos até aqui!

E obrigado pela confiança de todos que me deram a oportunidade de ser Presidente desta Comissão, de uma matéria relevantíssima para o Estado brasileiro e para o Governo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só preciso fazer... É para deixar registrado que a Deputada Caroline de Toni tentou votar pelo aplicativo, não foi possível – e não só ela, mas alguns outros Parlamentares. Então, é preciso ser feito esse registro, para que não tenha ônus aos nobres Parlamentares que tentaram fazer o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Registrado, Deputado Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (PL - SC) – Que Deus abençoe o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Marco Bertaiolli. PSD - SP) – Está encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 11 horas e 03 minutos e suspensa às 12 horas e 23 minutos do dia 23/05/2023, a reunião é reaberta às 15 horas e 29 minutos e encerrada às 17 horas e 34 minutos do dia 24/05/2023.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1165, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 3.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia dez de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Marcelo Castro e Dorinaldo Malafaia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023, com a presença dos Parlamentares Alan Rick, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Sidney Leite, Carlos Jordy, Gustavo Gayer, Samuel Viana, Jorge Solla, Josias Gomes, Ana Pimentel, Dr. Zacharias Calil, Dr. Fernando Máximo, Cristiane Lopes, Julio Lopes, Geraldo Resende, Adriana Ventura e Marcel Van Hattem, e ainda dos Parlamentares Geovania de Sá, Eduardo Gomes, Efraim Filho, Paulo Paim, Augusta Brito, Roseana Sarney, Eduardo Braga, Marcos do Val e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Confúcio Moura, Carlos Viana, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Motta e André Fufuca. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** A Comissão é instalada. São eleitos o Deputado Dorinaldo Malafaia para Presidente e o Senador Marcelo Castro para Vice-Presidente; e designada Relatora a Senadora Zenaide Maia. **2ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Deliberação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho), da Senadora Zenaide Maia, propondo a realização de audiências públicas para debater a matéria, ressalvado aos membros da comissão, por acordo admitido pela Presidência e pela Relatoria, que serão consideradas as indicações de convidados para as audiências públicas do dia 16 e 17 de maio de 2023, mediante e-mail enviado à secretaria da Comissão até as 19h da data da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Dorinaldo Malafaia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/10>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.165, de 2023.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Dorinaldo Malafaia.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Declaro eleito Presidente o Deputado Dorinaldo Malafaia, a quem eu convido para sentar-se aqui a esta mesa, para poder dar prosseguimento aos trabalhos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP. Fala da Presidência.) – Primeiro, quero pedir desculpas pela voz, porque essa temperatura em Brasília tem tido muita oscilação, mas eu quero agradecer, sobretudo, ao acordo das Lideranças, ao Senador Randolfe Rodrigues, Líder do Governo.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado, como Presidente, Dorinaldo Malafaia, e para Vice-Presidente, o Senador Marcelo Castro.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Todos os que concordam permaneçam como estão. (Pausa.)

Os Parlamentares, então, estão todos cientes e se encontram satisfeitos com essa decisão.

Então, declaro eleito Vice-Presidente o Senador Marcelo Castro. (Pausa.)

Muito bem. Designo, como Relatora, a Senadora Zenaide Maia e solicito que, por favor, faça parte da mesa.

Parabéns, Senadora, que também é médica. (Pausa.)

Então, tendo Relatora, passo a palavra para que a nossa Relatora já apresente o plano de trabalho desta Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Quero já agradecer por fazer esta relatoria aqui, acordado com os Líderes e com o nosso Líder Randolfe, e ter como Presidente o colega aqui, trabalhador da saúde e Deputado Federal, e também Marcelo Castro, ex-Ministro da Saúde, além do Líder Randolfe, que está ali.

Eu estou vendo que tem que aumentar o número de mulheres, não é, Adriana Ventura?

Está aqui meu colega Hiran, meu outro colega Fernando e também Zacharias Calil.

Quero dizer o seguinte: eu apresentei aqui um plano de trabalho.

O presente plano de trabalho tem como objetivo organizar o funcionamento da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.165, de 2023, que dispõe sobre o novo Programa Mais Médicos para o Brasil.

A medida detalha as prioridades do programa, que foi remodelado para atender à demanda de profissionais de atenção primária à saúde nas regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde, especialmente em regiões caracterizadas por extrema pobreza.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Na nova versão do programa, o Governo enfatizou medidas de incentivo aos médicos participantes, com o objetivo de reduzir a rotatividade e garantir a continuidade da assistência à população, como, por exemplo, a previsão do pagamento de adicionais conforme o tempo de permanência e o índice de vulnerabilidade do município atendido pelo profissional.

Assim, com a intenção de viabilizar o debate desse tema, que representa uma das políticas públicas mais importantes dos últimos anos, esse plano de trabalho propõe, na sequência adiante discriminada, a realização de audiências públicas, a apresentação do parecer do Relator e uma última reunião voltada à discussão da matéria e à deliberação em torno do assunto.

Reuniões de trabalho. Botei isso aqui, mas não quer dizer que não possa ser alterado. As reuniões de audiência pública da Comissão Mista ocorrerão, preferencialmente, às terças à tarde e às quintas pela manhã. Isso a gente já... Não foi assim. Eu acho que, nas quintas, a gente não vai conseguir ter a maioria. Então, eu proporia aqui terças de manhã e quartas à tarde, porque a maioria das Comissões Permanentes são pela manhã e fica difícil a gente colocar os Parlamentares aqui para essa discussão.

As etapas de trabalho, o debate e a apreciação da MPV 1.165, de 2023...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Questão de ordem, Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – É que tem muitos Deputados e Senadores que chegam aqui, normalmente, na manhã da terça-feira. Então, eu sugeriria, com a devida aquiescência de V. Exa. e do Presidente, que a gente invertesse isso para terça à tarde e quarta de manhã. Eu acho que a gente garantiria um quórum mais robusto na Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Tudo bem.

Seriam todas à tarde, terça e quarta à tarde, até porque esses locais estão todos ocupados com Comissões Permanentes.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A gente tem plenário, não é?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Então, seria terça à tarde e quarta à tarde?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Quarta à tarde.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Está bom.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Pela ordem.) – Mas é quarta no início da tarde, Senadora? Porque vocês têm plenário a partir das 14h, correto?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Às 14h.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Seria às 14h.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Pronto. Certo?

Sugerimos a realização de reuniões para audiência pública com representantes dos Ministérios da Saúde, Educação, Fazenda, com audiências públicas introdutórias à matéria.

Na sequência, propomos que seja prevista uma audiência com representantes da sociedade civil a serem sugeridos pelos membros deste Colegiado à Secretaria da Comissão até às 19h desta quarta-feira.

Após as audiências, será apresentado o parecer e passaremos à discussão e votação do relatório.

Apresenta-se o seguinte cronograma para os trabalhos da Comissão Mista, a juízo da Mesa: dia 16/05, como ficou combinado, às 14h. Eu já estou apresentando alguns convidados, que vão ser complementados – é bom que os senhores já apresentem isso aí.

Convidei aqui: Nésio Fernandes, Secretário de Atenção Primária à Saúde, do Ministério da Saúde; Edvaldo Nogueira, Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, porque isso é muito relacionado com as prefeituras; representante do Ministério da Educação, que vai ser proposto aqui; representante do Ministério





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

da Fazenda, como foi falado; Felipe Proenço, Secretário Adjunto da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, do ministério; e Héider Aurélio Pinto, docente da Universidade Federal da Bahia.

Essas foram as propostas de nomes. E até às 19h a gente acatará os requerimentos para mais sugestões aqui.

Passo aqui para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado mais uma vez, Senadora. Em discussão o requerimento.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Só vamos seguir a inscrição: Deputada Adriana; e, em seguida, o Senador.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para discutir.) – Obrigada.

Presidente, na verdade eu quero parabenizar a Presidência, saudar a nossa Senadora que será Relatora – é um prazer tê-la como Relatora –, o Senador Marcelo Castro e todos que estão aqui presentes.

Eu estou muito feliz de estar aqui. Eu acho que a gente tem muito a construir e contribuir. Gostaria, inclusive, de propor para a audiência, sim, outras pessoas. Eu quero até ver...

Eu estou um pouco em dúvida de como serão as questões, como propor audiência, se é pelo sistema ou não é. Eu gostaria depois que a assessoria nos ajudasse, já que é a primeira vez que eu participo de uma Comissão Mista. Então, isso é muito importante.

E gostaria aqui, inclusive, de fazer um pedido, Sr. Presidente e Senadores que nos ouvem, porque eu estou muito chateada.

Inclusive, como vocês sabem, o Novo é uma bancada de três Deputados, um partido que diminuiu muito, e nós fazemos parte da Minoria do Congresso, porque a gente não entrou em bloco nenhum. E, assim, a gente entra nessa Comissão... E a gente está aqui, inclusive, no sistema de rodízio da Minoria, porque é um direito constitucional a defesa das minorias, como sempre teve nesse Senado e nessa Câmara.

Infelizmente, por uma mudança de entendimento, depois de estarmos aqui – inclusive, eu participo também da Comissão Mista de Orçamento, justamente respeitando a Constituição –, me causou estranheza que o Presidente Rodrigo Pacheco ontem não tenha nos designado, porque nós somos o único partido de Minoria que ficou fora de bloco. E nós não fomos designados para as quatro medidas provisórias, o que é uma questão constitucional e regimental das duas Casas. Eu só estou falando isso porque eu sei que o Presidente não tem nada a ver com isso, a Relatora também não, mas eu gostaria de fazer um apelo, porque hoje pode ser o Novo, mas amanhã pode ser qualquer partido e qualquer pessoa aqui, e a gente sempre, numa Casa de leis, precisa fazer valer a Constituição e precisam valer as leis internas, o Regimento Interno: seja o Regimento Comum, seja o Regimento das duas Casas.

Mudar o jogo por interesses, ainda mais quando a gente fala, por exemplo, de medida provisória, e mesmo quando a gente fala de CPI, que é um instrumento da Minoria, tirar a vaga da Minoria do rodízio constitucional para dar para a Maioria, isso não é correto. E eu sei que os Srs. Senadores e o Sr. Presidente, Deputado Dorinaldo, sabem o quanto é importante a gente respeitar isso.

Então, eu vim pedir ajuda dos senhores no sentido de a gente cumprir a Constituição, cumprir os Regimentos da Casa, o Regimento Comum que rege e a Constituição, porque aqui não se trata nem de questão *interna corporis*, a gente está falando objetivamente de um direito constitucional de Minoria, que não está sendo respeitado.

Eu estou muito feliz de poder participar desta Comissão, que é minha vaga por direito constitucional e regimental, e eu quero muito contribuir com a Comissão, e vocês podem contar comigo sempre.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Deputada.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Uma questão de ordem, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Acatada as suas observações.

Eu queria primeiro passar à questão de ordem do Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR. Para questão de ordem.) – Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, eu quero só solicitar ao Presidente que, antes de começar os nossos trabalhos, fosse nomeado o Relator-Revisor, que deve ser um Deputado Federal.

Então, fica aqui a minha questão de ordem, e eu acho que a gente pode resolver isso agora aqui. Nós temos vários colegas Deputados aqui presentes, e eu até sugeriria o nome de, com a devida vénia dos colegas, um dos médicos aqui presentes: Dr. Fernando Máximo, Dr. Zacharias Calil, estão aqui presentes, tem o Dr. Solla, tem aqui o Sidney, que não é médico, mas entende muito, conhece muito da matéria, então vamos ver se nós conseguimos eleger logo o Relator-Revisor.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Perfeito, só respondendo à questão de ordem: Senador, não houve acordo com as Lideranças e não há prejuízo para que a gente possa fazer uma indicação posterior a esta reunião. Então, vou acatar sua questão de ordem e avaliar junto com a Mesa.

Deputado Marcel van Hattem está inscrito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para discutir.) – Sim, Sr. Presidente, eu quero aqui, na mesma linha do que disse a Deputada Adriana Ventura, informar ao plenário desta Comissão que, a partir das novas Comissões Mistas de análise de medida provisória... Aliás, nós do Novo defendemos a instalação das Comissões, não porque nós preferímos – e de fato preferímos, mas não é isso o que importa –, em relação ao método utilizado durante a pandemia, que foi um método temporário e necessário, mas porque está na Constituição e que, se fosse para mudar, que se mudasse a Constituição.

Fizemos questões de ordem nesse sentido e apoiamos a reinstalação das Comissões Parlamentares Mistas para tratar de medidas provisórias, porque nós entendemos que o que está na Constituição é o que deve ser seguido. Ponto. Acabou. Se quer mudar... Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Faz uma PEC.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – PEC. Três quintos dos votos, Câmara, Senado, promulga-se.

Acontece, Sr. Presidente, que a decisão do Rodrigo Pacheco, por pedido do Deputado Arthur Lira, de retirar o Novo das Comissões Mistas, primeiro da CPMI, e agora das Comissões Mistas, faz com que a Câmara dos Deputados já não tenha mais 513 Parlamentares – não em termos de Comissão Mista, Senador Marcelo Castro –; a Câmara dos Deputados hoje tem 510 Deputados.

A Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil, para a finalidade de composição de Comissões mistas que tratam de medidas provisórias, tem 510 Deputados! O que o Deputado Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados, fez e o que o Senador Rodrigo Pacheco concordou em fazer foi retroagir a nossa posse como Parlamentares. A Deputada Adriana Ventura, o Deputado Gilson Marques e eu, do partido Novo, não somos mais Deputados Federais, representando os nossos eleitores, no que diz respeito a Comissões mistas. E qual é o próximo passo? Tirar-nos das Comissões regulares da Câmara dos Deputados?

Senador Marcelo Castro, muitas vezes discordamos, outras concordamos, mas estivemos presentes na CMO e estamos, neste ano, presentes na CMO, Deputado Carlos Jordy, em virtude da vaga de rodízio.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Por um casuísmo de uma CPMI, que, sinceramente, não deveria nem vir ao caso – por isso, um casuísmo –, retiraram a vaga do Novo. E, agora, o Senador Rodrigo Pacheco estende essa decisão para as Comissões parlamentares que tratam de medidas provisórias.

Eu preciso protestar, Presidente – e agradeço a oportunidade que V. Exa. está nos dando –, porque, lamentavelmente, nós tivemos que entrar com mandado de segurança no STF. Estamos aguardando as respostas que o Presidente Lira e o Presidente Pacheco devem dar ao Ministro Barroso, Relator do mandado de segurança, mas isso não deveria jamais ter chegado a esse ponto. Como pode o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Congresso Nacional nos cassarem os diplomas?

A Rede, que não superou a cláusula de barreira no ano passado, estava na Câmara dos Deputados representada e depois nas Comissões mistas pela vaga do rodízio. E, agora, ao Novo não é dado o mesmo direito. E no próximo ano? Qual é o partido que não vai superar a cláusula de barreira? E vão inventar esse critério, que não está em nenhum lugar do Regimento Comum, porque nós somos bancada. Somos apenas três, sim, mas nós somos bancada, com direito à vaga do rodízio.

Então me perdoe, eu não quero tomar mais o tempo da Comissão, mas, Sr. Presidente, eu gostaria de contar, inclusive, se for possível, com a solidariedade de V. Exa., da Senadora, que é a Relatadora, também do Vice-Presidente, o Senador Marcelo Castro, e dos demais membros desta Comissão, porque aqui, repito, nós não estamos pedindo nada para nós; nós estamos pedindo para os eleitores brasileiros e para a democracia que a Constituição seja respeitada.

E hoje, para concluir, lamentavelmente, cassaram o diploma de três Deputados Federais da Câmara, da Casa ao lado, e só há, para efeitos de Comissões mistas do Congresso Nacional, 510 Deputados Federais diplomados e no exercício dos seus mandatos aqui no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Obrigado, Deputado Marcel. Eu só quero garantir e aqui estender a V. Exa. que a vaga do Novo está garantida nesta Comissão. Portanto, toda essa avaliação crítica não cabe a esta Comissão.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não é a esta Presidência e a esta relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Perfeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – A gente só está fazendo um apelo.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Mas é bom que fique registrado, porque fica mais clara ainda a injustiça que se comete daqui para frente. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Mas é bom que seja registrado que nós garantimos a presença da Minoria. Aqui, logicamente, esse é um debate que se estenderá, com a decisão do Presidente do Senado. Enfim, tem toda uma análise regimental que os senhores, com todo o direito que têm e que lhes assiste, estão recorrendo para que seja corrigida ou não essa questão.

Queria chamar o Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Deputado Dorinaldo, quero saudar a Senadora do meu partido, Zenaide Maia; o Senador Marcelo Castro; o meu amigo, Senador da nossa região, médico, que, durante muito tempo, como Deputado Federal, contribuiu muito para o desenvolvimento da nossa região, o Senador Dr. Hiran; e demais pares.

Presidente e Senadora, eu entendo que esta Comissão, Deputado Marcel, tem uma importância muito grande, principalmente para o Brasil profundo. Talvez quem não conheça a realidade de parte do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte do Brasil não entenda a importância dessa medida provisória, a retomada desse programa para garantir um direito básico ao cidadão, que é o acesso mínimo à saúde pública. Nós





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

temos um sistema concebido de forma linda, bela, democrática e, conceitualmente, Senador Hiran, talvez um dos melhores sistemas do mundo, que é o nosso SUS. Exemplo disso é a estrutura que a gente tem do Programa Nacional de Imunização.

Então, Deputado van Hattem, eu entendo, e nós não devemos aceitar injustiça, mas eu gostaria de fazer um apelo: que a gente se concentrasse nesse tema, porque nós temos milhões de brasileiros, infelizmente, que estão excluídos do acesso à saúde básica – infelizmente –, que não têm acesso a um médico, que não têm acesso a um diagnóstico. Eu venho de um estado em que a questão da saúde é de calamidade, Senadora. Infelizmente, na cidade de Manaus, Deputado van Hattem, centenas de centenas de enfermeiros que prestam serviço para o estado estão há cinco meses com salários atrasados; centenas de milhares de indígenas não têm acesso à saúde. E esse programa é a porta, é a alternativa, é o único caminho que a gente tem para dar luz a isso.

Então, Senadora Zenaide, eu só fiquei aqui com uma dúvida, e a minha dúvida é a seguinte: até quando, para essa audiência do dia 16, nós podemos encaminhar e fazer sugestão a este Plenário de nomes de debatedores para tratar dessa questão do Mais Médicos?

A outra questão – é uma pergunta que faço aqui ao Deputado Dorinaldo – é se a gente pode avançar nessa questão, que é mais uma questão de dúvida organizacional, da estrutura do programa, e se nós poderíamos ter a ferramenta da telemedicina, certo? Então, esta também é uma consulta que eu estou fazendo aqui à Senadora e ao Deputado no sentido do encaminhamento.

No mais, obrigado. Quero desejar sucesso a esta Comissão, porque o resultado desse trabalho com certeza é um grande serviço que todos nós estaremos prestando a essa população que tem o direito, mas não consegue acessar o sistema de saúde pública no nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Obrigado, Senador.

Quero agradecer mais uma vez ao nosso Vice-Presidente, o Senador Marcelo Castro, que teve que se retirar, e dizer ao Deputado Sidney Leite, primeiro, respondendo a sua pergunta, que nós temos até hoje às 19h o prazo para contribuição de nomes para essas primeiras audiências, certo? E a contribuição, logicamente, será recepcionada aqui pela mesa; todas as contribuições.

Eu queria chamar, então, o Deputado Carlos Jordy para uso da palavra.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Quero saudá-lo, saudar a Relatora e todos os demais integrantes desta Comissão.

Eu só queria entender um pouco mais como vai ser essa indicação dos participantes da audiência e se há um cronograma, porque eu tenho uma indicação – não sei se isso tem que ser feito formalmente ou se pode ser aqui pelo microfone mesmo –, que seria o Raphael Câmara, que foi Secretário de Atenção Primária à Saúde no Governo Bolsonaro, responsável por implementar o Mais Médicos, aliás, o Médicos pelo Brasil. E gostaria de saber quando serão essas audiências para que eu possa comunicar-lhe – hoje ele está morando no Rio, mas manifestou o seu interesse em participar dessas audiências.

E quero também aqui me solidarizar com os meus amigos do Partido Novo, que, embora seja um partido reduzido, apenas três Deputados, mas são Deputados muito atuantes, Deputados que contribuem muito para o debate democrático não só na Câmara, mas no Congresso como um todo. E eu acho que é algo muito triste de se ver esse cerceamento da participação deles.

Nós já temos uma sub-representação nas Comissões, na CPMI, nas Comissões mistas, tendo em vista que somos 513 Deputados e o Senado tem 81 Senadores. Não estou desprestigiando em momento algum esta Casa, mas acredito que deveria ter uma proporcionalidade, e não termos igual número para cada uma dessas Casas. E ainda temos agora uma sub-representatividade também da participação da Câmara dos





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Deputados, tendo em vista que o Novo representa um espectro político importante e contribui para o amplo debate, para que consigamos ter um consenso democrático de todas as decisões.

Espero que esse caminho possa cessar. Já não bastam todos os retrocessos que nós estamos vendo por parte do Judiciário, ver retrocessos também no Parlamento é muito triste.

Então, eu espero que essa decisão possa ser revista tanto por parte do Presidente Arthur Lira quanto por parte do Presidente Rodrigo Pacheco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Deputado.

Só para lhe informar que também essas contribuições serão por *e-mail*, e nós podemos disponibilizar daqui a pouquinho para o senhor ou para qualquer Deputado ou Deputada o *e-mail* para que possam indicar nomes para essa audiência.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Presidente, é só uma questão de ordem... Não é questão de ordem, é uma pergunta.

Será que a gente pode estender o prazo de sugestões até amanhã? Porque hoje, até às 19h, fica muito exíguo, até porque a gente fez – as datas foram dadas – a definição de ser terça e quinta.

Então, eu quero fazer um apelo à Senadora Zenaide, só para a gente poder organizar os trabalhos, mas de uma maneira bem-feita, pensada, para a gente pensar em audiências interessantes, até para somar com o debate.

Se a senhora puder estender até amanhã à noite, eu agradeço.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) – Não teria... Até amanhã... O grande problema também é que, se os convidados...

Pelo menos inicialmente, o plano de trabalho consta dessas duas audiências públicas, que já acontecerão na terça e na quarta-feira. Por isso, a gente preferiu... Mas isso não quer dizer que não voltemos a ter, se for necessária, mais uma audiência pública, entendeu, Adriana?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, não entendi. Não, desculpe, Senadora, só deixe-me entender. Isso quer dizer que hoje, por exemplo, para as audiências da semana que vem...

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Era até às 19h.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – ... até hoje às 19h, se eu entendi bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – É, porque eu acho que a gente teria até dificuldade de os convidados estarem aqui.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Não, eu concordo. Os da semana que vem... Mas isso quer dizer que a gente pode mandar por *e-mail* e, da outra semana, a gente... Está tudo certo. Não precisa ser hoje às 19h.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Acho o *e-mail* o mais correto.

Mas, se vocês fizerem por *e-mail*, vocês já recebem o que tem aqui... Iran já... Todos... O pessoal aqui vai...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está ótimo.

Minha outra pergunta é a seguinte: essa audiência e essas coisas que estamos fazendo, esse rito sempre vai ser dessa forma, terças e quartas, no horário em que a gente combinou aqui? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Perfeito.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Está ótimo, obrigada!

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Presidente, pode me inscrever aí?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – O.k.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Só para organizar, eu quero propor aqui que nós passemos à votação do requerimento do plano de trabalho e, logicamente, dando continuidade aos inscritos.

Está inscrito o Deputado Jorge Solla, e, logo mais, eu faço inscrição aqui dos Deputados.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Lamento, gente, desculpa.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) – Pela ordem.) – Eu só queria sugerir à Relatora que já inclua – é uma preocupação que eu tenho – a presença do Conselho Federal de Medicina, nessa primeira audiência (*Fora do microfone.*) ... e também do Conass e do Conasems. O Conass é o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, e o Conasems é o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Eles precisam estar nesta primeira audiência, até para poder colocar suas posições.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Como Relatora.) – Acatado. É só mandar, Geraldo.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) – O.k.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Entendeu? Mas é até hoje para mandar, porque não tem eles aqui ainda.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) – O.k., e o faremos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Realmente aqui a gente não vai vetar, de jeito nenhum, uma presença.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Pertinente.

Vamos passar à votação – quem tem acordo, não é?

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram, para que a gente possa realmente aprovar esse plano de trabalho. (*Pausa.*)

Todos então.

Aprovado.

Vamos lá, dando continuidade, com o Deputado Jorge Solla; e depois está inscrito o Senador Dr. Hiran.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Pela ordem.) – Obrigado, Presidente. Quero parabenizar por sua condução aí à frente de um trabalho tão importante.

E com certeza a nossa Relatora, mais uma vez, dará uma grande contribuição para o Programa Mais Médicos, que, como já foi chamada a atenção aí, com o Programa Mais Médicos, pela primeira vez – e é sempre bom lembrar isto –, nós levamos médico a 40 milhões de brasileiros que nunca tinham médico para chamar de seu, no seu posto de saúde, no seu bairro, na sua cidade. Foi a primeira vez que nós colocamos médico em todos os distritos sanitários indígenas. Isso foi fundamental. E perdemos, em grande parte, essa cobertura; perdemos, em grande parte, essa capacidade assistencial; e a ansiedade dos gestores, de usuários, de representantes na saúde, especialmente os conselheiros de saúde, é grande pelo retorno desse programa e da prioridade desse investimento, não é?

Eu ia sugerir, Senadora Zenaide, mas já foram lembrados aí o Conass e o Conasems, porque são os gestores que mais capilaridade vão estar dando a uma ação dessa natureza.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Como Relatora.) – Eu queria dizer aos colegas que eu apresentei alguns, mas tinha que deixar também aberto para os membros também apresentarem os seus representantes para a audiência pública.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Claro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – Quanto mais dermos visibilidade à importância desse programa para o país, para o povo brasileiro, melhor.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Então, como falou o Geraldo Resende, são dois que iriam. A gente já sabia porque a gente tinha que chegar aqui com algum plano. Então, teve esses convidados, e os próximos virão. O Hiran está aí também. Se eu boto tudinho – não é, Hiran? –, quem é que vocês iriam chamar?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – A outra sugestão que eu daria, Senadora Zenaide – foi lembrado aí o CFM –, é que eu acho que é importante a AMB, mais até do que o CFM, porque o conselho tem um papel muito mais de disciplinar a atuação do profissional, e a AMB tem um papel mais voltado às questões relacionadas a especialidades, à formação do profissional. Então, acho que é importante, se vai chamar o CFM, não poder faltar a AMB para um debate dessa natureza. É uma representação importante que precisa ser evidenciada, não é?

Eu sei que não está, no âmbito desta medida provisória, a questão da abertura de cursos, mas não posso deixar aqui de compartilhar, com os colegas e as colegas que estão conosco nesta Comissão, a preocupação com o que tem ocorrido nos últimos anos, não é? No primeiro Programa Mais Médicos, vocês estão lembrados que tinha não só a questão da contratação emergencial de profissionais, mas a "disciplinação", a regulamentação da abertura de novos cursos.

Naquela ocasião, a Lei do Mais Médicos estabeleceu critérios muito claros e, eu diria, bastante positivos: não abria curso privado em um município que já tem outra faculdade; tinha um número de vagas em função da capacidade instalada da rede hospitalar, da rede municipal; tinha obrigatoriedade de contrapartida do curso, Presidente, para a rede municipal. E o que eu achei interessante, Senadora Zenaide, é que aqueles membros que criticavam tanto essa proposta que restringia e estabelecia critérios, nos últimos anos, não vejo criticarem o que está acontecendo, o que vem acontecendo. Abriram vários cursos, sem nenhuma norma, sem nenhuma regulamentação. Aumentaram as vagas indiscriminadamente: curso que tinha autorização para 50 vagas está hoje com 150; municípios em que o Mais Médicos não permitia abrir novos cursos abriram. Ou seja, acabaram, nos últimos anos, com qualquer regramento, com qualquer critério. Infelizmente, eu não vejo nem o CFM nem ninguém criticando o que está acontecendo, faculdades entrando na Justiça, ganhando liminar. Então, acabaram a disciplinação, acabaram a regulamentação.

Então, não vai ser objeto do nosso debate, porque não faz parte desta MP, mas eu não podia deixar de lembrar, porque é realmente muito preocupante, Senadora Zenaide, o que está acontecendo: voltamos ao tempo anterior do balcão em que quem tinha peso político chegava lá no MEC e abria, quem não tinha peso político ia na Justiça e abria, sem critérios, sem nenhuma qualidade essa forma como vem sendo feita atualmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito bem. Obrigado, mais uma vez, Deputado.

Passamos a palavra ao Senador Dr. Hiran; logo em seguida, à Deputada Adriana. Na fala do Dr. Hiran, a gente encerra as inscrições.

Eu queria agradecer, então, a compreensão de todos.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente Dorinaldo, Deputados, Senadores e Senadoras aqui presentes, ilustre Relatora, minha querida colega e amiga Zenaide Maia: a senhora tem um desafio do tamanho do Brasil.

Esta Comissão Mista vai suscitar debates muito profundos aqui. E eu queria aqui, como eu fiquei meio esquecido depois que eu tive covid e quase morri, me contrapor ao que o meu colega Solla acabou de falar. É bom que a gente diga que, se abriram escolas médicas neste país durante essa vigência da moratória que acabou no mês passado, foi por conta de judicialização. As escolas foram abertas sem critério, Solla,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

porque as liminares não determinam onde se abrem escolas. E nós lutamos muito. O Conselho Federal de Medicina tem sempre feito gestões, tanto no Ministério da Educação quanto no Ministério da Saúde, para que nós possamos estabelecer critérios absolutamente rigorosos para a abertura de novas escolas médicas e, mais do que isso, para que nós possamos fechar muitas escolas que formam péssimos médicos no país.

Além disso, nós estamos aqui na vigência de dois modelos. O modelo que era o modelo que trazia médicos de fora sem a devida valorização e admitia a rachadinho com Cuba. Nós tínhamos rachadinho. O médico recebia uma parte e mandava outra parte lá para Cuba, já que se fala muito em rachadinho aqui. Admitiam-se médicos aqui, e a gente não sabia se eles...

Eu conheço muito bem como são formados os médicos em Cuba pela Elam (Escola Latino-Americana). Porque sou membro do Parlamento do Latino-Americano, já visitei essa escola, que produz médicos para serem exportados para países subdesenvolvidos, como países africanos e países do Caribe, principalmente.

Meu querido Zacharias, a maior *commodity* de Cuba não é tabaco nem turismo, é venda de médicos para o exterior. E isso aconteceu muito aqui no nosso país.

Nós não vamos admitir mais médicos trabalhando aqui sem o devido marco legal que nós aprovamos aqui por 2 votos, esse aqui estava lutando lá, que é o Revalida. O Revalida deixou de ser uma política de governo, é uma política de Estado, e nós vamos ter que fazer com que esse marco legal seja respeitado aqui no nosso país.

Nós temos, minha ilustre Relatora e meu ilustre Presidente, 5 mil médicos pelo Brasil trabalhando em regime CLT, com estímulo à interiorização, trabalhando nos mais diversos rincões deste país. E nós temos uma lista de 15 mil já aprovados em processo seletivo rigoroso, prontos para entrar em atividade no nosso país. E médicos muito preparados, vocês vão ver aqui.

Agora mesmo, Senadora Zenaide, nós tivemos uma reunião na nossa Frente Parlamentar da Medicina na qual dois médicos foram apresentar aquilo que eles desenvolvem junto ao Médicos pelo Brasil. São médicos que vão fazer parte de eventuais audiências públicas aqui e nós vamos mostrar que realmente eles são extremamente preparados.

Eu queria chamar também a atenção de que essa MP não trata de abertura de novas escolas. Mas eu tive o cuidado de, entre as 25 emendas – das 258 que foram apresentadas, 25 são minhas –, eu coloquei também uma emenda que estabelece critérios muito rigorosos para abertura de novas escolas, porque abrir escolas médicas no interior não significa fixar médico no interior. Agora mesmo, a gente estava conversando sobre isso. Só em Rondônia – cadê o nosso Fernando, que não me deixa mentir? Nós temos quantas escolas médicas lá? Onze, Fernando?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Nós temos 11 escolas, 11 escolas médicas em Rondônia e nós não temos médicos no interior de Rondônia. Nós não temos médicos no interior do Acre. Então, nós precisamos encarar essa discussão aqui sem ideologia. Nós precisamos encarar com seriedade para que nós possamos colocar médicos bem-preparados num cenário de prática adequado, com toda a estrutura para que se faça a medicina de qualidade e não se faça da medicina uma medicina de rico e uma medicina de pobre neste país, que é o que está acontecendo.

Então, a senhora terá aqui... Eu confio na sua sensibilidade, no seu conhecimento de ex-gestora, de ex-Secretária de Saúde, uma mulher que conhece este país, que conhece medicina, que sabe das dificuldades, sabe a importância de termos um plano de cargos e salários adequado, de termos, volto a dizer,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

um cenário de prática adequado para que o profissional se sinta seguro para se estabelecer nos lugares mais longínquos. E muita gente não vai para esses lugares mais longínquos, sabem por quê? Porque são pessimamente formados, porque tem médico que não tem peito para encarar o interior do meu estado, o interior do Amazonas, lá em Benjamin Constant, Tefé, onde for, porque ele não foi bem-formado, ele não consegue encarar um paciente sozinho.

E eu digo isso, meu ilustre Presidente, porque há 40 anos, há 41 anos eu saí do Rio de Janeiro, fiz residência lá, e fui ser oftalmologista onde ninguém queria ir: lá em Roraima, há 41 anos. Então eu digo isso com propriedade.

Eu acho que nós vamos ter aqui nesta Comissão Mista, que tem vários colegas que conhecem a matéria, Deputados e Senadores que são extremamente vocacionados na questão da saúde pública, uma grande responsabilidade com o nosso país e, principalmente, com as pessoas mais humildes que precisam desses programas para terem acesso àquele que é o maior sistema de saúde do mundo, que é o nosso SUS, que preceitua integralidade, universalidade e equidade. Nós estamos lutando há mais de 30 anos pela implantação desse sistema, e eu digo que continuamos implantando.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, minha Senadora Zenaide Maia.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Muito obrigado, Senador Dr. Hiran, mais uma vez.

Só quero dizer que nós teremos, logicamente, muitos debates ainda. Será rica a audiência.

Nós vamos, então, finalizar com a inscrição do Deputado Geraldo Resende, mas agora passo palavra à Deputada Adriana, que estava inscrita.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Obrigada, Presidente.

Eu quero agradecer a deferência e queria fazer um pedido, na verdade. Eu estava olhando o plano de trabalho aqui, eu o abri, e eu queria conversar, dialogar com a Presidência e com a Relatora, porque eu me dei conta de que nós temos duas audiências na próxima semana, que são essas que a senhora propôs e a gente aprovou, mas eu vi que na semana seguinte, logo no dia 23 de maio, às 14h30, tem a apresentação e votação do parecer.

Eu acho que é um tema muito relevante e importante. Eu sei que a gente tem uma preocupação com o prazo, mas essa medida provisória vence em agosto. Pelo fato de vencer agosto, eu gostaria de pedir que a gente não fizesse essa apresentação e votação do parecer, senão a gente não vai fazer audiência nenhuma. Eu gostaria de pedir que a gente pudesse estender por pelo menos mais duas semanas de audiências, para que a gente possa fazer mais quatro audiências públicas, porque tem temas relevantes aqui para serem votados, como o contrato de trabalho.

Eu acho que todos os Deputados que apresentaram emenda... Eu ouvi o Senador Dr. Hiran falar que apresentou 25 emendas; eu apresentei várias. A gente precisa fazer o bom debate aqui.

Então o meu pedido, o meu apelo é que a gente estenda, porque a gente votou um plano de trabalho e a gente tem que discutir esse plano de trabalho. Esse prazo vai nos deixar com duas audiências e a votação de um parecer sem debate. Então eu gostaria de pedir que essa votação e apresentação do parecer pudessem contemplar pelo menos mais umas quatro ou cinco audiências públicas.

É o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Consultando aqui, Deputada: a senhora pode apresentar isso como um requerimento, certo? Neste momento não há prejuízo. Nós precisamos garantir o que estabelece esse plano de trabalho agora, nas duas audiências, mas não é prejuízo de a senhora fazer uma apresentação para que a gente delibre na próxima reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Mas, Presidente, me desculpa. A gente vai fazer uma votação de um parecer desta Comissão no dia 23 – não é na semana que vem, mas já é na outra. A minha pergunta é: a gente está fazendo a Comissão só para votar o parecer ou para debater um tema? Eu acho que é bem relevante o que eu estou... A questão é a data da votação.

Outra coisa: esse documento, infelizmente – eu não sei quanto aos outros Parlamentares –, eu olhei na hora em que você falou "vamos votar o plano de trabalho". Eu não tive acesso a ele antes. Eu não sei quando ele subiu no sistema, não sei se foi enviado para os Deputados, porque eu não tenho acesso ao sistema do Senado. Eu gostaria de saber isso para ser tudo correto. Eu gosto das coisas muito corretas e com prazo e previsibilidade. A gente votou e eu quero ter o direito...

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Perfeito.

Nós aprovamos o plano de trabalho que foi relatado aqui, estendendo o prazo até 19h para a primeira audiência, como foi estabelecido aqui. Se tiver alguma alteração no processo, a senhora pode apresentar um requerimento para que a gente possa realmente...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Presidente, só uma questão de ordem. Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – O senhor tem a discricionariedade, como Presidente desta Comissão Mista, de deliberar sobre isso agora, sem tergiversar, sem procrastinar.

O senhor pode, inclusive, colocar isto em votação: vocês estão de acordo para que a gente postergar o encerramento dos nossos trabalhos por tanto tempo? Não tem nenhum tipo de problema. O senhor é Presidente para isso.

E o Plenário, aqui, é soberano. Nós estamos plenamente representados.

Como nós acabamos de apresentar o plano de trabalho... E eu nem ouvi essa questão do prazo.

O senhor pode colocar essa sugestão dela em votação agora.

Aliás, é uma sugestão de extremo bom senso, porque realmente esta matéria vai suscitar muitos debates aqui, porque o tema é um dos temas mais importantes que estão acontecendo esta Casa, dessas medidas provisórias que foram apresentadas pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Nossa entendimento é de fazer as duas audiências. Em caso de necessidade, nós colocamos e pautamos aqui. E tranquilo.

Parece-me que nós temos um tempo bastante pequeno do ponto de vista da aprovação dessa medida provisória. Nós avaliamos em conjunto se se esgota nas duas audiências. E, aqui, fica um acordo entre todos nós, para que, se for necessário – não há nenhum problema, Senador –, nós abramos mais uma vez para avaliação.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Quer dizer que o senhor não acata essa nossa solicitação, a solicitação da Deputada, para que nós possamos avaliar isso agora?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Estou acatando, mas estou ajustando. Estou acatando a formulação de abrir, porque, a princípio, nós tínhamos duas, que estavam finalizadas, fechadas, que foram aprovadas aqui por todos nós.

Apresentamos aqui o plano de trabalho. Esse plano de trabalho foi apresentado e votado.

Foi dito aqui, neste plenário, que teria tempo, até 19h, para agregar convidados para a primeira audiência. Foi aprovado.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O que nós estamos fazendo aqui é ajustando, garantindo a contribuição da Deputada Adriana, entendendo que a gente possa fazer as duas e avaliar, quando for na segunda, se necessário, a continuação.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem.) – Quem vai deliberar, uma vez que a gente não tem sessão deliberativa prevista para deliberar se a gente terá ou não audiência? Como será esse processo?

Eu só quero saber a questão procedural, para contribuir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Por isso nós solicitamos à senhora, por exemplo, que apresentasse o requerimento.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Se o senhor for ler o plano de trabalho, o plano de trabalho não estabelece essas datas. Eu estou lendo aqui. Não estabelece as datas. Não consta da nossa tela. Só duas audiências? Não consta aqui.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Mas não fala em duas audiências.

(Intervenções fora do microfone.)

(Interrupção do som.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Relatora, é que esses prazos, o prazo de duas semanas, o dia 23, não

...
A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) – Eu acho o seguinte: foi um plano de trabalho. Vamos ouvir, vamos fazer a audiência pública e ver.

Isso não é *ipsis litteris*.

Vamos ouvir os representantes.

Se as pessoas que estão aqui, Senadores e Deputados, acharem que é preciso ter mais discussões, é claro que a gente faz.

O SR. CARLOS JORDY (PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Geraldo Resende, questão de ordem?

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) – Na linha do que a Senadora colocou, nós já aprovamos o plano de trabalho. O plano está aqui, com as datas, está bem explícito aqui. Não há nada que pudesse confundir, está bem claro aqui: dia 16, audiência pública; dia 17, audiência pública. E, ao finalizar a segunda audiência pública, a gente avalia: se houver necessidade para mais uma ou duas, não tem problema. E ainda tem um prazo depois para vista também.

Então, a gente tem margem aí para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Temos margem, está claro.

Muito bem, seguimos a nossa inscrição.

Deputado Geraldo Resende.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS. Para discutir.) – Primeiro, temos um outro componente aqui que a gente precisa discutir. A questão das audiências, eu acho importante, "nem tanto à terra, nem tanto ao mar", vamos fazer alguma situação que possa ser consensual.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Eu acredito que a gente tem maturidade suficiente para não prolongar muito a discussão de um projeto tão forte, tão vigoroso, como esse.

Então, a partir das sugestões, de hoje, até às 19 horas, vamos ver - logicamente todos os Deputados, todos os Senadores e Senadoras vão apresentar sugestões -, e a Relatora, eu tenho certeza absoluta, pela capacidade dela, já convivemos enquanto Deputada Federal, lá na Comissão de Saúde, foi uma companheira muito debruçada e muito compromissada com o SUS, e depois, inclusive, o povo potiguar reconheceu o trabalho dela aqui e a fez Senadora. Eu tenho a absoluta convicção de que ela vai fazer um bom trabalho.

E eu quero externar aqui também a preocupação sobre alguns temas já levantados. O Deputado Hiran já colocou, eu tenho uma preocupação muito forte hoje com a formação dos médicos no Brasil.

Acho que o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira, e eu também acho que precisamos abrir para as entidades se manifestarem... A formação médica hoje no Brasil é muito precária. Eu fico espantado de ver a qualidade daqueles que estão, inclusive, em locais importantes como os pronto-socorros, no país hoje, atendendo a nossa gente.

Há uma profusão de escolas médicas. Eu não sabia, que um Estado como Rondônia tem 11 escolas médicas. Isso é, de fato... (*Fora do microfone.*)

Onde?

Goiás tem 12. Mas Goiás, logicamente, é três vezes maior do que Rondônia. Mas, no Mato Grosso do Sul, eu achava que já tinha demais, e aí, veja...

Mas, além disso, nós temos municípios de fronteira, Brasil-Paraguai, Brasil-Bolívia, e outros países da América Latina, que têm cidades que têm 16 cursos de Medicina, como a Ciudad del Este.

Pedro Juan Cabalero, a 100km da minha cidade, tem já 12. Eu achava que era nove, Hiran. Há alguns dias atrás, eu levantava que era nove, e já são 12.

E outra, com toda a perversidade que se encontra, hoje, nesses municípios de fronteira, para esses cursos de Medicina, formando pseudomedicós e médicas.

Vocês, o Brasil, o Brasil daqui, do litoral, do centro para o litoral, precisa conhecer. Tem gente saindo lá do Nordeste, meninas, para fazer prostituição para bancar o curso de Medicina. E para servir de mula para levar droga para a sua cidade de origem. Meninos fazendo a mesma coisa.

Então, é importante a gente fazer essa discussão da formação médica.

Na minha época, e o Hiran parece que se formou na mesma época, eu fiz a conta aqui, parece que formamos no mesmo ano, 41 anos de formado, e eu também, 41. Então, é o mesmo ano: 1982; de 81 para 82.

Então, tinha gente aqui que nem nascido era, mas, para se fazer o curso de Medicina, era extremamente rigoroso passar no vestibular e também, depois, sair médico lá fora, porque o próprio curso de Medicina impedia o avanço daqueles que eram inabilitados para a atividade médica.

Da minha turma de formação, o Dr. Fernando Máximo deve saber, dois profissionais que passaram em Rondônia, Ida Perea e Joana D'arc, que passaram em Rondônia, são profissionais extremamente zelosas.

Hoje, infelizmente, nós temos uma profusão de cursos de Medicina no país, com a formação muito precarizada. Estava-se apontando que nós temos, hoje, em torno de vinte e poucos mil médicos formados por ano e que, em 2025, nós vamos ter 30 mil médicos formados por ano no país, e que vamos ter 1,5 milhão de médicos, agora, a partir de 2030. Nós vamos ter médicos que alguns políticos do passado dizendo que era...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Conclua, por favor, Deputado.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) – Para terminar...





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Dizendo que era igual sal – a gente vai ver que vai ser pior do que isso –, igual ao sal, porque era branco e era barato. Nós vamos ver... Alguns políticos, no passado, faziam isso, quando nós tínhamos só 70 escolas de Medicina. Hoje, nós temos quatrocentos e poucas.

Então, esse debate tem que surgir aqui e nós precisamos apontar caminhos...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Perfeito.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) – ... para a gente poder não correr risco.

Eu mesmo tenho absoluta certeza de que eu vou deixar, na minha carteirinha: "Não quero ser atendido no pronto-socorro A, no pronto-socorro B... Leve-me para esse, se eu tiver qualquer tipo de urgência, para ser atendido".

Então, é essa a preocupação que eu quero externar e bom debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Obrigado, Deputado...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Presidente, desculpe eu interrompê-lo. Só gostaria de ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Precisamos encerrar. Senão nós vamos abrir um grande debate aqui.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR. Pela ordem.) – Sabe por que é que não vai ter debate? (Pausa.)

Eu achei que a gente ia ter muito mais maleabilidade aqui, Presidente. Eu não sei o porquê, mas está muito rígido, então, eu também sou obrigado a me ater ao Regimento e ao que está consignado no sistema.

Na convocação desta medida provisória, está muito claro aqui que a finalidade desta nossa reunião é somente a instalação e a eleição de Presidente e Vice-Presidente. A nossa Relatora ia fazer uma convocação extrapauta para apresentar o plano de trabalho.

Então, tudo o que nós estamos deliberando aqui, do ponto de vista regimental, não tem valor – a não ser a eleição de V. Exa. e do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Não, senhor. Teve acordo.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Eu estou aqui com a convocação.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Teve acordo com a liderança. Foi aprovado aqui, neste plenário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Perdão!

Teve aqui a apresentação do plano. Nós votamos. Veja só, nós podemos inverter a pauta. Nós aprovamos aqui o plano de trabalho, as datas de audiência. Portanto, isso já é uma matéria superada. Os senhores estão querendo retornar a um debate que nós já superamos aqui.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Não, Presidente.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) – Presidente, qualquer votação precisa ser tratada com previsibilidade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) – Por favor, abra o microfone. (Pausa.)

Eu sei que seria o senhor, mas vamos quebrar o protocolo.

Primeiro, eu queria deixar claro que aqui a gente não está discutindo vagas, ampliação de cursos médicos.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Claro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – O que vai ser discutido aqui, como foi dito, que é de uma importância fundamental, é o Mais Médicos, algo que eu acredito que ninguém aqui pode ser contra.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

Outra coisa, já deixamos claro que esse plano é inicial. Nós vamos ter as audiências públicas, o que não quer dizer que, depois do que foi apresentado aqui, vocês não já sugiram uma nova audiência pública com mais convidados. Entendeu? Isso não é rígido, desde o início que eu disse: olha, eu sugeri isso aqui, poucos, que era para os colegas que fazem parte desta Comissão sugerirem outros. Se não vai dar para todos os sugeridos e, se vocês acharem que tem necessidade de mais audiência pública, não tenham dúvida de que vai ter as audiências públicas. Eu estou garantindo isso a vocês.

Agora para discutir, por favor, o Mais Médico.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Claro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) – A questão de abertura de novas vagas para Medicina, ampliação, isso não está na pauta.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Pela ordem. – Minha querida Relatora, com todo o respeito pela tradição que a senhora tem e conhecimento: o Mais Médico está consignado em lei. A lei do Mais Médico, no seu art. 3º...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Senador...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – ... que é fruto de uma ADC lá no Supremo, estabelece critérios de chamamento público para abertura de nova escolas médicas.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Senador...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Isso está...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Vou ter que interrompê-lo, Senador.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Vou ter que interrompê-lo, porque não cabe agora nós estendermos esse debate especificamente do mérito.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Eu estou arguindo, então, uma questão de ordem que eu queria que o senhor me respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Sim.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Nós fomos convocados para vir aqui para a instalação e eleição desta Comissão mista para analisar a 1.165, está aqui no sistema. Se o senhor não tiver aí, eu a tenho aqui. O sistema é claro. Aqui eu queria...

Eu estou arguindo essa questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Exatamente. Eu estou recorrendo aqui aos técnicos da Casa, que estão falando que foi apresentado como uma questão extrapauta, sem nenhuma objeção.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Não foi colocado extrapauta, querido amigo. Você está aqui presente. Não vamos...

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) (Fora do microfone.) – Não foi colocado extrapauta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Não. Não se diz que isso era extrapauta.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Não, o que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Não teve nenhuma objeção.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Nós temos que votar extrapauta, querido amigo. Não é assim.





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Nós aprovamos todos...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Você sabe que não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Nós aprovamos todas as medidas tomadas até aqui. O senhor está retornando ao processo. Você faça um requerimento para a gente analisar.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) – Nós vamos apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) – Nós damos por encerrada esta sessão. Está certo?

Declaro encerrada, e nós vamos abrir. Nós estamos iniciando, instalando os trabalhos aqui.

Então, portanto, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e tratamos, nas próximas audiências, de reunião desta Comissão.

(Iniciada às 14 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 48 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1165, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2.

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Dorinaldo Malafaia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Confúcio Moura, Alan Rick, Carlos Viana, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Rogério Carvalho, Jorge Seif, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Sidney Leite, Jorge Solla, Dr. Zacharias Calil, Dr. Fernando Máximo, Cristiane Lopes, Geraldo Resende e Adriana Ventura, e ainda dos Parlamentares Marcos do Val, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Efraim Filho, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Da Vitoria, Augusta Brito, Eduardo Braga e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Humberto Costa, Eduardo Girão, Roseana Sarney, Hugo Motta, Carlos Jordy, Gustavo Gayer, Josias Gomes e André Fufuca. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1165, de 2023. **Participantes:** Nésio Fernandes, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde; Pedro Luiz Rosalen, Coordenador-Geral de Expansão e Gestão da Educação em Saúde do Ministério da Educação; Antônio José Gonçalves, Secretário-Geral da Associação Médica Brasileira (AMB), e Gutemberg Fialho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam). **Resultado:** Audiência pública realizada. Registra-se a presença da Sra. Gisele Viana Pires, Diretora de Desenvolvimento da Educação e Saúde do Ministério da Educação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Dorinaldo Malafaia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/16>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1165, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 3.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Dorinaldo Malafaia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Confúcio Moura, Alan Rick, Carlos Viana, Rodrigo Cunha, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Mara Gabrilli, Laércio Oliveira, Sidney Leite, Ismael Alexandrino, Samuel Viana, Jorge Solla, Josias Gomes, Ana Pimentel, Dr. Zacharias Calil, Geraldo Resende e Adriana Ventura, e ainda dos Parlamentares Marcio Bittar, Dr. Francisco, Efraim Filho, Paulo Paim, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra e Flávio Bolsonaro, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Izalci Lucas, Humberto Costa, Eduardo Girão, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Roseana Sarney, Hugo Motta, Carlos Jordy, Gustavo Gayer, Dr. Fernando Máximo e André Fufuca. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade**: Debater a Medida Provisória nº 1165, de 2023. **Participantes**: Sandro Schreiber de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica; Felipe Proenço, Diretor de Programa da Secretaria de Atenção Primária à Saúde; Julio Cesar Vieira, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Medicina; Heider Aurélio Pinto, Docente da Universidade Federal da Bahia; e Maria Cristina Sette de Lima, Consultora do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. **Resultado**: Audiência Pública realizada. A presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores. As atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Dorinaldo Malafaia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/17>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1165, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Dorinaldo Malafaia e Jorge Solla, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Confúcio Moura, Alan Rick, Carlos Viana, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Mecias de Jesus, Sidney Leite, Ismael Alexandrino, Alice Portugal, Ana Pimentel, Dr. Zacharias Calil, Dr. Fernando Máximo, Geraldo Resende, Dr. Frederico e Adriana Ventura, e ainda dos Parlamentares Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Ciro Nogueira, Marcos do Val, Angelo Coronel, Alberto Mourão, Soraya Thronicke, Paulo Paim e Magno Malta, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Girão, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Roseana Sarney, Hugo Motta, Carlos Jordy, Gustavo Gayer, Josias Gomes e André Fufuca. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1165, de 2023. **Participantes:** José Antônio Alexandre Romano, Secretário de Educação Médica e Formação Profissional da Federação Médica Brasileira - FMB; Edson Pistori, Advogado e membro do Instituto de Direito Sanitário Aplicado - IDISA; e Luciana Loureiro, Procuradora da República - MPF. **Resultado:** Audiência pública realizada. A presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Dorinaldo Malafaia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/23>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1165, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 3.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Dorinaldo Malafaia e Jorge Solla, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Confúcio Moura, Alan Rick, Carlos Viana, Izalci Lucas, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Eduardo Girão, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Sidney Leite, Ana Pimentel, Dr. Zacharias Calil, Geraldo Resende, Dr. Frederico e Adriana Ventura, e ainda dos Parlamentares Zé Trovão, Augusta Brito, Túlio Gadêlha, Eduardo Braga, Plínio Valério, Alencar Santana, Marcos do Val, Davi Alcolumbre, Marco Bertaiolli, Dr. Francisco, Luis Carlos Heinze, Isnaldo Bulhões Jr. e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Humberto Costa, Chico Rodrigues, Roseana Sarney, Hugo Motta, Carlos Jordy, Gustavo Gayer, Josias Gomes, Dr. Fernando Máximo e André Fufuca. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade**: Debater a Medida Provisória nº 1165, de 2023. **Participantes**: Dário Saadi, Vice-presidente de Saúde da Frente Nacional de Prefeitos (FNP); Felipe Proenço, Diretor de Programa da Secretaria de Atenção Primária do Ministério à Saúde (MS); e Ulysses Tavares Teixeira, Diretor de Avaliação de Educação Superior do INEP. **Resultado**: Audiência Pública realizada. A presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dezessete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Dorinaldo Malafaia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/24>





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA N° 1165, DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 30 E 31 DE MAIO DE 2023, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO N° 2.

Às quinze horas do dia trinta de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Dorinaldo Malafaia, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Confúcio Moura, Carlos Viana, Izalci Lucas, Fernando Dueire, Cid Gomes, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Humberto Costa, Chico Rodrigues, Otto Alencar, Mara Gabrilli, Rogério Carvalho, Eduardo Girão, Jorge Seif, Dr. Hiran, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Emanuel Pinheiro Neto, Sidney Leite, Alberto Mourão, Ismael Alexandrino, Samuel Viana, Jorge Solla, Ana Pimentel, Dr. Zacharias Calil, Dr. Fernando Máximo, Cristiane Lopes, Eduardo Velloso, Julio Lopes, Geraldo Resende, Dr. Frederico, Flávia Moraes e Adriana Ventura, e ainda dos Parlamentares Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Ciro Nogueira, Eduardo Braga, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Dr. Francisco, Dr. Samuel Araújo, Juliana Cardoso e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Alan Rick, Hugo Motta, Gustavo Gayer, Josias Gomes e André Fufuca. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senadora Zenaide Maia faz a leitura do Relatório. É concedida vista coletiva. Às dezessete horas e dois minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e três. Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Dorinaldo Malafaia, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1165, de 2023 - Não Terminativo** - que: "Institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.165, de 2023, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação da MPV nº 1.165, de 2023, e das Emendas nos 2, 5, 12, 21, 22, 34, 35, 38, 43, 50, 51, 66, 70, 71, 75, 82, 96, 97, 104, 111, 113, 121, 127, 130, 139, 149, 158, 160, 165, 169, 177, 178, 183, 186, 189, 201,





CONGRESSO NACIONAL

Coordenação de Comissões Mistas

203, 205, 213, 225, 227, 238 e 256, pela aprovação parcial das Emendas nos 6, 7, 8, 11, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 44, 48, 56, 57, 58, 80, 87, 97, 102, 106, 107, 122, 123, 129, 131, 141, 142, 148, 150, 151, 152, 154, 159, 161, 171, 182, 204, 207, 209, 224, 228, 230, 234, 240 e 251, e pela rejeição das demais emendas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. **Resultado:** Em 31/05/2023, é apresentado o Requerimento nº 9, de votação em globo dos requerimentos de destaque, e o Requerimento nº 10, de destaque. Os Requerimentos nºs 2 a 8 foram parcial ou totalmente atendidos. É prejudicado o Requerimento nº 9 e rejeitado em votação simbólica o Requerimento nº 10. Requerida verificação de votação pelo Senador Dr. Hiran para o Requerimento nº 10, é procedida a chamada nominal com o seguinte resultado: 17 votos contrários e 4 favoráveis. É aprovado o Relatório da Senadora Zenaide Maia, com a Errata apresentada, que passa a constituir o Parecer da Comissão, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado. Registraram voto contrário o Senador Dr. Hiran, e os Deputados Dr. Frederico, Dr. Fernando Máximo, Eduardo Velloso e Dr. Zacharias Calil. Apresentados votos em separado pelo Senador Dr. Hiran e pelo Deputado Dr. Frederico. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. A ata é assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Dorinaldo Malafaia

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo nos links abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/30>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/05/31>





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

30/05/2023 - 6ª - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP. Fala da Presidência.) - Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.165, de 2023.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Zenaide Maia, para que proceda à leitura do relatório.

Em discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Sr. Presidente, eu queria saber se eu posso ir direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Se não tiver nenhuma objeção por parte do Plenário, nós podemos indicar a leitura e partir direto ao voto.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) - Obrigada.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.165, de 2023, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.165, de 2023, e das Emendas nºs 2, 5, 12, 21, 22, 34, 35, 38, 43, 50, 51, 66, 70, 71, 75, 82, 96, 97, 104, 111, 113, 121, 127, 130, 139, 149, 158, 160, 165, 169, 177, 178, 183, 186, 189, 201, 203, 205, 213, 225, 227, 238 e 256, pela aprovação parcial das Emendas nºs 6, 7, 8, 11, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 44, 48, 56, 57, 58, 80, 87, 97, 102, 106, 107, 122, 123, 129, 131, 141, 142, 148, 150, 151, 152, 154, 159, 161, 171, 182, 204, 207, 209, 224, 228, 230, 234, 240 e 251 - ao todo, para acatar a aprovação de emendas, foram 89, certo? Sendo 49 totalmente e outras parcialmente.

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° - CM

Institui a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera as Leis nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médico; nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Revalida; e nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Médicos pelo Brasil e autoriza a criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps); para criar novos incentivos e regras no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil e do Revalida e transformar a Adaps em Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, com vistas à integração de programas de formação, provimento e educação pelo trabalho no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da execução do disposto nesta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Saúde no Orçamento Geral da União.

Art. 2º A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

1/23



“Art. 1º.....

II - fortalecer a prestação de serviços na atenção primária à saúde no País, de modo a promover o acesso de primeiro contato, a integralidade, a continuidade e a coordenação do cuidado, e qualificar a abordagem familiar e comunitária capaz de reconhecer e interagir com as características culturais e tradicionais de cada território atendido;

VII - aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e no funcionamento do SUS;

VIII - estimular a realização de pesquisas aplicadas ao SUS;

IX - garantir a integralidade com transversalidade do cuidado no âmbito dos ciclos de vida, por meio da integração entre educação e saúde, com vistas a qualificar a assistência especializada em todos os níveis de atenção do SUS; e

X - ampliar a oferta de especialização profissional nas áreas estratégicas para o SUS.” (NR)

“Art. 2º.....

II - estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica no País;

III - promoção, nas regiões prioritárias do SUS, de aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde, mediante integração ensino-serviço, inclusive por meio de intercâmbio internacional;

IV - instituição de programa próprio de bolsas de estudo e pesquisa para projetos e programas de educação pelo trabalho desenvolvidos no âmbito do Programa;

V - uso de recursos de telessaúde, quando necessário, nos termos dispostos na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.” (NR)

“Art. 2º-A. Para fins do disposto no inciso I do art. 1º e no inciso III do art. 2º desta Lei, serão considerados regiões prioritárias, dentro dos critérios de vulnerabilidade, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos e as comunidades ribeirinhas.”

“Art. 13.

§ 4º Para fins de preenchimento das vagas disponíveis no Projeto Mais Médicos para o Brasil, o regulamento estabelecerá os percentuais de vagas reservadas para médicos com deficiência e pertencentes a grupos étnico-raciais, bem como critérios e normas pertinentes.” (NR)

“Art. 14. No contexto da educação permanente, a formação dos profissionais participantes ocorrerá por meio de cursos de aperfeiçoamento ou de pós-graduação lato ou stricto sensu, ofertados por instituições de ensino e pesquisa, como atividade de integração ensino-serviço.

§ 1º A formação de que trata o caput terá prazo de até 4 (quatro) anos, prorrogável por igual período, conforme definido em ato conjunto do Ministro de Estado da Saúde e do Ministro de Estado da Educação.

” (NR)

“Art. 16. O médico intercambista exercerá a Medicina exclusivamente no âmbito das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Projeto Mais Médicos para o Brasil, dispensada, para esse fim, apenas durante os primeiros quatro anos de sua participação, a revalidação de seu diploma nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 6º A prorrogação da participação do médico intercambista no Projeto, conforme o disposto no § 1º do art. 14, fica condicionada à apresentação de diploma revalidado nos termos do disposto no § 2º do art. 48 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 7º Fica autorizada a recontratação dos médicos participantes nos ciclos efetivados até o mês de dezembro de 2022 do Projeto Mais Médicos para o Brasil, independentemente do período de atuação desses profissionais no Projeto, desde que o acesso ao Projeto ocorra por meio dos editais vigentes a partir da data



de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.165, de 20 de março de 2023, observado o disposto no caput e no § 6º deste artigo.”

“Art. 16-A. Para fins de inscrição em Prova de Título de Especialista em Medicina de Família e Comunidade, o médico intercambista que tiver o diploma revalidado no País terá considerado o tempo de atuação no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento de requisitos de provas de concurso público, exames de título de especialista ou quaisquer outros processos seletivos que exijam comprovação de experiência em serviço no âmbito da atenção primária à saúde, será reconhecido o tempo de exercício nos programas de provimento federais dos profissionais que tenham tido seus diplomas revalidados.”

“Art. 18. O médico intercambista estrangeiro inscrito no Projeto Mais Médicos para o Brasil fará jus ao visto temporário de aperfeiçoamento médico pelo prazo de 4 (quatro) anos, prorrogável por igual período, conforme o disposto no § 1º do art. 14, mediante apresentação de declaração da coordenação do Projeto.

.....”

“Art. 19-A. O médico participante que cumprir o disposto neste artigo e atuar de forma ininterrupta no Projeto fará jus a indenização por atuação em área de difícil fixação, a ser definida em ato do Ministério da Saúde, equivalente a:

I - 20% (vinte por cento) do valor total das bolsas percebidas pelo médico participante no período de 48 (quarenta e oito) meses, se atuar em área de vulnerabilidade indicada em ato do Ministério da Saúde; e

II - 10% (dez por cento) do valor total das bolsas percebidas pelo médico participante no período de 48 (quarenta e oito) meses, se atuar nos demais Municípios.

§ 1º No ato de adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, o médico participante poderá optar por uma das seguintes condições de recebimento da indenização prevista no caput:

I - em duas parcelas, da seguinte forma:

a) 30% (trinta por cento) do total da indenização após 36 (trinta e seis) meses de permanência no Projeto, contados da data de sua entrada em exercício; e

b) 70% (setenta por cento) do total da indenização após 48 (quarenta e oito) meses de permanência no Projeto, contados da data de sua entrada em exercício; ou

II - em parcela única, após 48 (quarenta e oito) meses de permanência no Projeto, contados da data de sua entrada em exercício.

§ 2º O médico participante fará jus ao recebimento da indenização quando atendidos os seguintes requisitos:

I - cumprimento dos prazos estabelecidos nesta Lei;

II - aprovação em todas as atividades educacionais oferecidas pelo Projeto; e

III - cumprimento dos deveres estabelecidos em ato do Ministério da Saúde.

§ 3º Será dado ao médico, antes de sua adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, o conhecimento sobre os deveres de que trata o inciso III do § 2º deste artigo.

Art. 19-B. O médico participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil que tiver realizado graduação em Medicina financiada no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, nos termos do disposto na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, poderá requerer indenização diferenciada por atuação em área de difícil fixação, em substituição à indenização prevista no art. 19-A.

§ 1º O valor total da indenização diferenciada corresponderá a:

I - 80% (oitenta por cento) da quantia a ser percebida pelo médico participante no período de 48 (quarenta e oito) meses, se atuar em área de vulnerabilidade; ou

II - 40% (quarenta por cento) da quantia a ser percebida pelo médico participante no período de 48 (quarenta e oito) meses, se atuar nas demais áreas.

§ 2º A indenização diferenciada será paga em 4 (quatro) parcelas, da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) do total da indenização após 12 (doze) meses de exercício contínuo no Projeto, contados da data de sua entrada em exercício;



II - 10% do total da indenização após 24 meses de exercício contínuo no Projeto, contados da data de sua entrada em exercício;

III - 10% do total da indenização após 36 meses de exercício contínuo no Projeto, contados da data de sua entrada em exercício; e

IV - 70% do total da indenização após 48 meses de exercício contínuo no Projeto, contados da data de sua entrada em exercício.

§ 3º O número de vagas disponíveis anualmente para adesão à indenização de que trata o caput será estabelecido em ato do Ministério da Saúde.

§ 4º O recebimento da indenização de que trata o caput está condicionado ao requerimento do interessado, de acordo com o disposto no regulamento.

§ 5º A indenização de que trata o caput, considerado o seu valor total, poderá ser recebida somente uma vez por participante.

§ 6º Será dado ao médico, previamente à sua adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, conhecimento sobre o número de vagas disponíveis para a indenização de que trata o caput e as regras dispostas no regulamento especificado no § 4º."

"Art. 19-C. Para fins de gozo dos benefícios de que tratam os arts. 19-A e 19-B, os períodos de licença maternidade ou paternidade e o afastamento do local de trabalho, por até seis meses, assegurado nos termos do inciso II do § 2º do art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 [isso aqui é a Lei Maria da Penha, para entenderem, que diz que a mulher, se estiver ameaçada, pode ficar afastada, por até seis meses, sem ser por licença-maternidade] serão computados no prazo de participação dos médicos no projeto, excluídos os demais afastamentos."

"Art. 19-D. As bolsas e as indenizações estabelecidas no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil:

I - não representam vínculo empregatício com a União;

II - não implicam incorporação aos vencimentos dos profissionais para quaisquer efeitos legais;

III - caracterizam-se como doação com encargos;

IV - não serão utilizadas como base de cálculo para recebimento de outros benefícios, inclusive para fins previdenciários;

V - não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador nos termos do art. 26 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; e

VI - não caracterizam contraprestação de serviços nos termos do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo único. As bolsas e indenizações a que se refere o caput serão pagas em igual valor e de forma direta a todos os médicos participantes."

"Art. 20.

§ 1º A médica participante que estiver em gozo de licença-maternidade fará jus à complementação, pelo Projeto, do benefício concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no valor correspondente à diferença entre a bolsa e o benefício previdenciário recebido, pelo período de 6 (seis) meses.

§ 2º Será concedida licença-paternidade de 20 (vinte) dias consecutivos ao médico participante, pelo nascimento ou pela adoção de filhos.

§ 3º O disposto no caput não se aplica aos médicos intercambistas que aderirem a regime de seguridade social em seu país de origem, caso esse país mantenha acordo internacional de seguridade social com a República Federativa do Brasil.

§ 4º Será concedido horário especial, definido em ato do Ministério da Saúde, ao médico participante com deficiência ou que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência, comprovada a necessidade por junta médica oficial, sem exigência de compensação de horário."

"Art. 22.



§ 6º A Residência de Medicina de Família e Comunidade em instituição devidamente credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica, em conformidade com a matriz de competência da especialidade, corresponde a uma das ações de aperfeiçoamento da Atenção Básica previstas no caput."

"Art. 22-A. Ao médico participante de programa de Residência de Medicina de Família e Comunidade que cumprir, de forma ininterrupta, os 24 (vinte e quatro) meses de formação com aprovação para obtenção de título de especialista e que tenha realizado graduação em Medicina financiada no âmbito do Fies, nos termos do disposto na Lei nº 10.260, de 2001, será concedida indenização por formação em especialidades estratégicas para o SUS, de valor monetário correspondente ao seu saldo devedor junto ao Fies no momento de ingresso no Programa de Residência.

§ 1º O número de vagas disponíveis anualmente para adesão à indenização de que trata o caput será estabelecido em ato conjunto do Ministro de Estado da Saúde e do Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O recebimento da indenização de que trata o caput é condicionado ao requerimento do interessado, de acordo com o disposto no regulamento.

§ 3º A indenização de que trata o caput, considerado o seu valor total, poderá ser recebida somente uma vez por participante.

§ 4º Será dado ao médico, previamente à sua adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, conhecimento sobre o número de vagas disponíveis para a indenização de que trata o caput e as regras dispostas no regulamento especificado no § 2º."

"Art. 22-B. Serão desenvolvidos processos de monitoramento e avaliação sobre a efetividade do Projeto Mais Médicos para o Brasil na formação dos médicos participantes, na alocação e fixação dos profissionais em áreas de difícil acesso e na melhoria dos indicadores de saúde da população.

§1º A coordenação do Programa Mais Médicos manterá sítio na internet em que divulgará dados e informações sobre o Projeto Mais Médicos para o Brasil, entre os quais:

I - dados e indicadores atualizados, definidos em regulamento, nacionais e por localidade, sobre a implementação e a efetividade do Projeto Mais Médicos para o Brasil;

II - relatório circunstanciado anual com os resultados dos processos de monitoramento e avaliação.

§2º Inclui-se nos processos de monitoramento e avaliação dispostos no caput a pesquisa de satisfação dos usuários do SUS acerca da disponibilidade de médicos e da humanização da atenção à saúde."

"Art. 22-C. A fim de conferir agilidade na alocação de médicos, em caso de vagas não providas, o Ministério da Saúde poderá implantar critério de seleção para redistribuição de médicos inscritos no mesmo Estado com vagas não preenchidas."

"Art. 25. São os Ministérios da Saúde e da Educação autorizados a contratar, com dispensa de licitação, instituição financeira oficial federal para realizar atividades relacionadas aos pagamentos das bolsas, das ajudas de custo e das indenizações de que trata esta Lei." (NR)

Art. 3º As novas regras da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que passam a vigorar a partir da data de publicação desta lei, também se aplicam aos médicos selecionados nos editais publicados no ano de 2022 e com termos de adesão efetivados no ano de 2023 e àqueles integrados ou reintegrados por força de decisões judiciais no ano de 2023.

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 13.959, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§4º O Revalida será aplicado quadrienalmente, na forma de edital a ser publicado em até 60 (sessenta) dias antes da realização do exame escrito.

§5º O exame de habilidades clínicas especificado no inciso II do §3º deste artigo será dispensado quando o médico comprovar aprovação nas avaliações periódicas realizadas no Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, referentes ao período de 48 (quarenta e oito) meses de atuação no âmbito do Projeto." (NR)

Art. 5º A Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde - ADAPS, cuja instituição foi autorizada pela Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, fica transformada em Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS - AGSUS.

Art. 6º A Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 4º O Programa Médicos pelo Brasil será executado pela AGSUS, nos termos do Capítulo III desta Lei, sob a orientação técnica e a supervisão do Ministério da Saúde.

..... III - a relação final dos Municípios incluídos no Programa Médicos pelo Brasil e o quantitativo de médicos da AGSUS que atuarão em cada Município; e

..... ” (NR)

“CAPÍTULO III

DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS

..... ” (NR)

“Art. 6º Fica o Poder Executivo federal autorizado a instituir a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS - AGSUS, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, com a finalidade de promover, em âmbito nacional, a execução de políticas de desenvolvimento da atenção à saúde indígena, nos diferentes níveis, e da atenção primária à saúde, com ênfase:

..... II - em áreas com vazios assistenciais e nos locais de difícil provimento;

..... Parágrafo único. As áreas com vazios assistenciais e os locais de difícil provimento serão definidos conforme ato do Ministro de Estado da Saúde, submetido à aprovação da Comissão Intergestores Tripartite.” (NR)

“Art. 7º Observadas as competências do Ministério da Saúde, compete à AGSUS:

..... VII - produzir informações relacionadas ao dimensionamento e ao provimento de trabalhadores da saúde e promover a incorporação de tecnologias assistenciais e de gestão para a melhoria da atenção à saúde nas áreas de que trata o inciso II do art. 6º;

..... VIII - firmar contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas e privadas, inclusive com instituições de ensino, para o cumprimento de seus objetivos; e

..... IX - prestar serviços nos diferentes níveis de atenção à saúde nas áreas indígenas.” (NR)

“Art. 8º Constituem receitas da AGSUS:

..... IV - os rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela AGSUS;

..... ” (NR)

“Seção II

Da Estrutura Organizacional da AGSUS” (NR)

“Art. 9º A AGSUS é composta de:

..... ” (NR)

“Art. 10. O Conselho Deliberativo é órgão de deliberação superior da AGSUS e é composto de:

..... ” (NR)

“Art. 11. A Diretoria Executiva é órgão de gestão da AGSUS e é composta por um Diretor-Presidente e por dois Diretores, escolhidos e designados pelo Presidente da República, podendo ser por ele exonerados a qualquer tempo, de ofício ou por proposta do Conselho Deliberativo, aprovada por maioria absoluta de seus membros.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva terão mandato de três anos, permitida uma recondução por igual período.

..... ” (NR)

“Art. 13. Os membros do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal poderão ser destituídos, nos termos do regulamento da AGSUS.” (NR)



“Seção III*Do Contrato de Gestão e da Supervisão da AGSUS” (NR)**“Art. 14. A AGSUS firmará contrato de gestão com o Ministério da Saúde para execução das finalidades de que trata esta Lei.**.....” (NR)**“Art. 16.**V - as diretrizes para o estabelecimento de código de ética e código de conduta para os dirigentes e os empregados da AGSUS;**VI -**a) o limite prudencial e os critérios para a realização de despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos empregados e bolsistas da AGSUS e pelos membros da Diretoria Executiva;**.....” (NR)**“Art. 17. São obrigações da AGSUS, sem prejuízo de outras estabelecidas no contrato de gestão de que trata o art. 14 desta Lei:**IV - apresentar relatório anual circunstanciado de suas atividades, o qual deverá conter sumário executivo, programa de trabalho, cronograma de execução, avaliação de desempenho dos médicos, plano de gestão integrante da prestação de contas da AGSUS a ser enviada ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Conselho Nacional de Saúde e disponibilizada no respectivo sítio na internet.” (NR)**“Art. 18. Na supervisão da gestão da AGSUS, compete ao Ministério da Saúde:**II - aprovar anualmente o orçamento da AGSUS para a execução das atividades previstas no contrato de gestão; e**III - apreciar o relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão e emitir parecer sobre o seu cumprimento pela AGSUS, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de apresentação do relatório ao Ministério da Saúde, consideradas, na avaliação do cumprimento do contrato, as informações obtidas com os usuários do Programa Médicos pelo Brasil.**Parágrafo único. O descumprimento injustificado das disposições do contrato de gestão acarretará a dispensa do Diretor-Presidente da AGSUS, a ser promovida pelo Conselho Deliberativo.” (NR)***“Seção IV***Da Gestão da AGSUS” (NR)**“Art. 20. O Conselho Deliberativo aprovará e dará publicidade ao manual de licitações e aos contratos firmados pela AGSUS.**§ 1º A AGSUS poderá firmar contratos de prestação de serviços com pessoas físicas ou jurídicas, sempre que considerar essa solução a mais econômica para atingir os objetivos previstos no contrato de gestão, observados os princípios da Administração Pública.**§ 2º O Poder Executivo federal poderá prestar apoio técnico aos projetos e aos programas desenvolvidos pela AGSUS, por meio de acordos de cooperação, convênios ou instrumentos congêneres.**.....” (NR)**“Art. 21. A AGSUS realizará a contratação e a administração de pessoal sob o regime estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e com base em plano próprio de cargos e salários.**§ 2º Os empregados da AGSUS serão admitidos por meio de processo seletivo público, que observará os princípios da Administração Pública, respeitada a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos percentuais previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.*

§ 3º A AGSUS disporá sobre as regras específicas aplicáveis aos seus profissionais médicos atuantes na atenção primária à saúde, inclusive quanto a transferências, observada a legislação trabalhista.” (NR)

“Art. 22. O estatuto da AGSUS será aprovado pelo Conselho Deliberativo no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua instalação.

Parágrafo único. O estatuto da AGSUS:

.....” (NR)

“Art. 23. Na hipótese de extinção da AGSUS, o seu patrimônio e os legados, as doações e as heranças que lhe forem destinados serão automaticamente transferidos à União.” (NR)

“Art. 24. No âmbito do Programa Médicos pelo Brasil, a AGSUS realizará a contratação de profissionais médicos para incrementar a atenção primária à saúde em locais de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade.

.....” (NR)

“Art. 25.

§ 2º A remuneração dos profissionais médicos será regulamentada em ato da AGSUS, aprovada pelo Conselho Deliberativo e acrescida de incentivo financeiro diferenciado e variável, de modo a incentivar o provimento de médicos nos Municípios e localidades mais distantes dos centros urbanos ou naqueles com maior vulnerabilidade, atendidos os critérios estabelecidos nos incisos II e III do caput do art. 2º desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 28-B. Fica o Ministério da Saúde autorizado a participar, na qualidade de interveniente, dos ajustes celebrados entre a AGSUS e os entes federados.”

“Art. 31. Os servidores da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional poderão ser cedidos à AGSUS, com ônus para o cessionário, para o exercício de cargo de direção ou de gerência com graduação mínima equivalente ao nível 13 (treze) dos cargos comissionados executivos - CCE ou das funções comissionadas executivas - FCE.

cargos comissionados executivos - CCE ou das funções comissionadas executivas - FCE.

Gente, eu sou de uma família de 16 em que para se conseguir a fala dava trabalho. Já agradeço o silêncio, mas também tem um limite para isso tudo. Por isso, eu pedi para ir direto ao voto, mas vamos lá:

§1º A cessão de que trata o caput poderá ser realizada ainda que haja disposição em contrário em lei especial.

§2º Até 31 de julho de 2026, a cessão de que trata o caput observará as seguintes condições:

I - aos servidores cedidos serão assegurados os direitos e as vantagens a que façam jus no órgão ou na entidade de origem, considerado o período de cessão para os efeitos da vida funcional como efetivo exercício no cargo que ocupem no órgão ou na entidade de origem; e

II - permitirá opção pela remuneração do cargo efetivo, na forma do §3º.

§3º O servidor cedido, no prazo previsto no §2º, poderá optar por uma das seguintes formas de remuneração, respeitado o teto remuneratório da Administração Pública federal:

I - manutenção da remuneração do cargo efetivo, mediante reembolso ao órgão cedente, acrescida de sessenta por cento da remuneração do cargo de direção ou de gerência; ou

II - não será mantida a remuneração do cargo efetivo e o servidor passará a perceber a remuneração referente ao cargo de direção ou de gerência, hipótese em que não se aplica o disposto no inciso I do §2º.

§4º Após o prazo previsto no §2º, é facultada a permanência do servidor, mediante concordância da AGSUS, do órgão de origem e do servidor, desde que a cessão observe as seguintes condições:

I - não será considerada como tempo de efetivo exercício para fins de progressão e promoção; e

II - não permitirá opção pela remuneração do cargo efetivo.

§5º Não será incorporada à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que venha a ser paga pela AGSUS.



§6º É vedado o pagamento de vantagem pecuniária permanente ao servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção, gerência ou assessoria.

§7º Os servidores cedidos nos termos do *caput* poderão ser devolvidos a qualquer tempo por decisão da AGSUS ou do órgão cedente.

§8º Os servidores da Administração Pública direta, autárquica e fundacional dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão ser cedidos à AGSUS, observado o disposto nos §§2º a 7º e a legislação do respectivo ente federado.” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o inciso VI, do art. 19-D, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Art. 8º Fica revogado o parágrafo único do art. 20 da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

Esse é o relatório.

Eu poderia fazer uma fala de agradecimento a todos vocês? Eu sei que é o relatório e que nós ainda vamos nos encontrar, mas, para quem já estava dizendo que estava cansada de falar, eu ainda poderia aqui dizer o seguinte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, meus colegas, trazemos hoje esse parecer para esta Comissão Mista. O parecer já é bastante extenso - por isso, anteriormente, eu pedi para passar direto ao voto.

Eu queria registrar a colaboração de todos os Parlamentares. Vocês me enriqueceram e me empoderaram com o conhecimento. Apresentaram 258 emendas inicialmente, resultando em 256 convalidadas, das quais 89 foram aproveitadas total ou parcialmente, que muito colaboraram com este relatório. O aperfeiçoamento do texto eu devo aos senhores aqui.

Outro ponto que se merece registrar é a importância de termos tido quatro audiências públicas com representantes das mais diversas instituições públicas e privadas e das demais diversas áreas da medicina, do ensino, da pesquisa e da categoria médica. Várias ideias e questões traduzidas nas audiências públicas foram incorporadas ao PLV.

As alterações da redação primitiva da medida provisória, nas quais são alterados os dispositivos da Lei 12.871...

Nesse bloco, eu gostaria de ressaltar a inserção do art. 2-A, que, dentre outros critérios de vulnerabilidade, serão consideradas regiões prioritárias para o SUS os distritos sanitários especiais indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos e as comunidades ribeirinhas.

Destacamos também a alteração promovida no art. 16, que reduziu de oito para quatro anos a possibilidade de atuação de médicos não revalidados no âmbito do programa.

Realçamos também a inserção de direitos equivalentes aos trabalhistas no art. 19-C, bem como a previsão de que as bolsas e indenizações a que se referem o *caput* serão pagas em igual valor e de forma direta a todos os médicos participantes - prevista no parágrafo único do art. 19-D.

Além disso, criamos mecanismos de transparência no art. 22-B na linha de recomendações feitas pela CGU que consta no relatório da avaliação do Mais Médicos de nossa relatoria apresentado em 2020.

2. Inserção de dispositivo que altera a Lei 13.959, de 2019, Lei do Revalida, para que a aprovação do médico intercambista nas avaliações periódicas do projeto Mais Médicos para o Brasil, desde que ele tenha cumprido um ciclo de quatro anos de atuação, sirva como prova de habilidades clínicas para fins de revalidação do diploma, dispensando-o de cumprir essa segunda etapa prática.

3. Inserção de dispositivos que alteram a Lei nº 13.958, a Lei da Adaps, para acatar proposta de ampliar o espaço de atuação dessa agência, com correspondente transformação da Adaps em Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS. Assim, a nova agência, além de executar políticas de atenção primária à saúde em âmbito nacional, também promoverá a execução de política de desenvolvimento da saúde indígena nos diferentes níveis de cuidado. Com isso esperamos contribuir para a melhoria da assistência à saúde das populações vulneráveis, em particular das populações indígenas.

Esses são os pontos que avalio serem mais importantes a serem destacados - já está em poder de todos os Parlamentares a versão completa do nosso parecer. Assim, está concluído, pelo menos até agora, o trabalho desta relatoria, de maneira que a Comissão possa deliberar antes de a matéria seguir para o Plenário das duas Casas deste Congresso Nacional.

Queria registrar aqui meu agradecimento pela confiança dos meus colegas membros desta Comissão e a minha satisfação pessoal, como Parlamentar e como médica, de poder desempenhar relevante relatoria de uma matéria primordial para a saúde e a vida de todos os brasileiros e brasileiras, especialmente daqueles que precisam do SUS. Esperamos que esse novo marco legal do Mais Médicos possa virar essa triste página da realidade brasileira que é a falta de médicos na atenção primária no Brasil, especialmente nos lugares mais pobres e remotos deste continente.

9/23



Muito obrigada.

O SR. JULIO LOPES (PP - RJ) - Senadora, boa tarde! Deputado Julio Lopes.

Queria cumprimentá-la pelo relatório, parabenizá-la pela leitura e dizer que queria me somar aqui ao pedido de vista em relação à questão do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado Julio Lopes. Muito obrigado, Deputado Julio Lopes.

Vai ser assegurado o pedido de vista. Já foi informado pela nossa equipe técnica que também solicitarão vista o Senador Dr. Hiran e o Senador Mourão.

A princípio então será assegurado. No entanto, nós queremos também dar garantias à discussão da matéria para os inscritos que estão aqui, antes de mais nada agradecendo à nossa Relatora, Senadora Zenaide...

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) - Questão de ordem, Presidente.

Boa tarde, boa tarde a todos!

Presidente, o prazo que o senhor vai colocar do tempo de vista seria qual prazo?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Questão de ordem?

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) - Isso, o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - O prazo regimental é de até 24 horas.

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) - Para questão de ordem.) - Então, o art. 132 do Regimento, no §1º, diz que o pedido de vista do processo somente poderá ser aceito por uma única vez e pelo prazo máximo e improrrogável de cinco dias. Eu queria pedir ao senhor que esse prazo fosse estendido até os cinco dias, tendo em vista a complexidade da matéria, tendo em vista o relatório ter sido apresentado há pouco prazo e o tempo para essa MP expirar ainda está bastante longo, Presidente. Então eu queria ver a possibilidade: é só para agosto que expira essa MP, o assunto é muito delicado, longo, precisamos ter uma compreensão melhor e um tempo maior para poder avaliar o relatório.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Para responder questão de ordem.) - Obrigado, Deputado. (*Pausa.*)

Só para esclarecimento, a nossa prerrogativa, no §3º, quando se trata de proposição com prazo determinado, que é o caso dessa medida provisória, nós teremos a prerrogativa de estabelecer até 24 horas, que é o que diz o Regimento. Portanto, nós vamos assegurar a medida de urgência.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Vista conjunta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Conjunta garantida, assegurada.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Só um minuto, Deputado Solla.

Inscritos aqui, pedido também...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Eu, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Ana Pimentel, a Deputada pediu?

A SRA. ANA PIMENTEL (PT - MG) - Eu pedi para me incorporar à vista coletiva e pedi inscrição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - O.k., será garantido, só questão de ordem primeiro, precede, depois vamos às inscrições.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO) - Para questão de ordem.) - Presidente, acho que seria o ideal a gente ter um consenso aqui de cinco dias, para que a gente possa analisar com mais cautela. Eu não vejo essa pressa toda, essa urgência para analisar em 24 horas, sendo que só se encerra em agosto, Sr. Presidente. Vamos fazer um acordo aqui para que a gente entre num consenso.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos avaliar daqui a pouquinho.

Eu queria só, antes de continuar, fazer um agradecimento à nossa Relatora, porque de fato é um trabalho bastante robusto. Quero pedir a gentileza de todos os Senadores e Deputados, porque esse trabalho logicamente foi extenuante, de muitos

10/23



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

dias, de muito esforço coletivo, tanto da contribuição de todos os Parlamentares quanto dos palestrantes que vieram aqui. Nós tivemos, como todos sabem, uma larga e extenuante audiência pública, foram quatro audiências públicas com a sociedade civil, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, com os conselhos, das quais nós conseguimos fazer esse compilado, que não foi muito fácil de fazer. Dentro da relatoria, eu quero agradecer o esforço muito grande da Senadora Zenaide Maia e também da sua equipe técnica, da equipe técnica desta Comissão que vem acompanhando essa medida provisória. Esse tema vocês sabem que é muito caro a todos nós. Aqui tem uma série de profissionais da saúde também, médicos, enfermeiros. Tem fora desta Comissão uma centena de pessoas acompanhando esse processo, pelas redes sociais, e uma imensidão de profissionais esperando. Nós temos a informação de que, inclusive, pelo Ministério da Saúde, a adesão ao programa e aos editais é bastante forte e muito alta. Nós tivemos mais de 32 mil pessoas. É isso? Trinta e dois mil profissionais - trinta e dois mil profissionais -, ou seja, é uma vitória o que está acontecendo aqui, do debate e do preenchimento de vagas. Mesmo sem a medida provisória já toda analisada, nós já temos o edital, que já é muito vitorioso.

Queria parabenizar o Ministério da Saúde pelo edital e parabenizar também a todos os profissionais que viram a necessidade de preenchimento dessas vagas. Nós queremos médicos nas áreas de difícil acesso principalmente.

Então, quero parabenizar mais uma vez a minha colega e Senadora Zenaide pelo esforço, pela grandiosidade desse relatório, que contempla sem dúvida alguma - eu também fiz aqui todas as análises junto com sua equipe, e, desde o final de semana, a gente vem fazendo um comparativo do que se avançou - o que é mais do que razoável: a garantia de direitos, principalmente; a garantia de profissionais reconhecidos, ou seja, corrige todos aqueles questionamentos que pairavam sobre a flexibilidade de direitos trabalhistas, questões de mediação de outros órgãos que não o próprio Ministério da Saúde. Então, superou esse tipo de questionamento. Parece-me que agora nós estamos avançando nesse sentido.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente!

A SRA. CRISTIANE LOPES (UNIÃO - RO) - Presidente! Por favor, Presidente!

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, V. Exa. me concede...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos lá! Eu vou aqui... Só um minutinho, vou garantir, aqui, primeiro, as vistas, por 24 horas, segundo o Regimento, de urgência, e estabelecendo aqui uma ordem de prioridade de inscrições, garantindo ao Deputado Jorge Solla, que é o nosso Relator Revisor, a palavra; em seguida, à Deputada Ana Pimentel; e depois ao Deputado Ismael Alexandrino.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, o senhor pode me inscrever? Sou o Senador Hiran, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Claro! Claro! Vamos só garantir aqui.

A SRA. CRISTIANE LOPES (UNIÃO - RO) - Deputada Cristiane Lopes, Presidente, por favor! Obrigada.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) - Deputado Sidney Leite, Sr. Presidente!

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Deputado Dr. Frederico, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Deputado Jorge Solla, com a palavra, nosso Relator Revisor.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Para discutir.) - Uma boa tarde, Presidente, Relatora, colegas!

Eu queria, primeiro, parabenizar o trabalho da nossa brilhante colega Senadora Zenaide Maia e ressaltar a importância dessa temática dessa medida provisória.

Primeiro, dizem que a realidade se impõe - não é, Senadora? -, e os resultados do que nós tivemos no passado, no Governo da Presidenta Dilma, com o Mais Médicos, e a receptividade com que essa medida provisória tem sido acolhida mostram a sua necessidade.

Todos os Prefeitos, Senador, independentemente de partido político, estão parabenizando o Governo Lula por essa medida provisória. Todos os secretários municipais de saúde e secretários estaduais, não há um único! Eu fiz um levantamento nesse final de semana, na mídia, e não achei - não vou dizer não há; vou corrigir o verbo: não achei -, Deputado Zacharias, um único posicionamento na mídia de um Prefeito, de um Governador, de um secretário municipal ou de um secretário estadual falando contra o programa. Achei críticas a todas as outras medidas provisórias. Essa é uma unanimidade nas esferas de gestão estadual e municipal. E eu tenho certeza de que este Parlamento saberá também aprová-la em função da sua importância, em função do benefício que traz à população que mais precisa.

Os dados são gritantes: a única vez que nós tivemos toda a população indígena com assistência médica foi quando o programa estava em sua plena atividade. Hoje, metade da população indígena está excluída. Mesmo os Prefeitos das

11/23



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

capitais, de grandes cidades e médias cidades sabem a importância do programa na periferia de seus municípios, onde é muito difícil colocar profissionais que deem conta desse desafio.

A Relatora eu acho que conseguiu avançar em pontos cruciais. Um deles, que eu comentei aqui, vou dar o luxo de retomar, usando as palavras que eu disse aqui na audiência pública: "Não tem uma prova pontual, não tem uma avaliação na data específica que possa substituir uma avaliação processual". Os programas de residência médica, quando dão a titulação ao final, avaliam o desempenho do profissional nos dois, três, quatro anos da sua atividade. Portanto, a melhor forma de avaliar a capacidade de um profissional é avaliar processualmente. Portanto, a solução que a Senadora trouxe - quero parabenizá-la - é muito positiva. Para fins de revalidação - não vou nem usar o termo "Revalida" -, para fins de revalidação de diploma de forma mais ampla, mantém-se a exigência de uma prova de conhecimentos teóricos, mas a prova prática deixa de ser algo pontual de estações artificiais e passa a ser a vida real do desempenho do profissional durante todo o tempo no programa. Isso com certeza vai dar um resultado muito mais eficiente do ponto de vista avaliativo e vai, eu diria até mais, estimular os profissionais a que o seu esforço de formação e de atualização se dê durante todo o período do programa. E dá uma resposta também, é óbvio, às demandas daqueles que cobram o processo de revalidação, o que eu acho correto. Acho correto.

A gente conseguiu, com essa solução, juntar as duas faces, as duas dimensões: a necessidade de suprir aquela vaga com um profissional, mesmo que ele não tenha revalidado ainda o diploma, mas, se ele não tem a revalidação, ele vai ter essa oportunidade e vai poder demonstrar, na sua atividade, a sua capacidade de ter essa revalidação assegurada; e, se depois, na segunda... Porque, com isso, ele vai poder até se propor a ficar mais quatro anos, não é isso, Relatora? Mas, se ele não quiser ficar...

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Não, mas ele só pode continuar os quatro anos se ele passar.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Se fizer o Revalida.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Isso, em sendo revalidado, ele vai poder pleitear mais quatro anos. Mas se abre a possibilidade - é para isso que eu queria chamar a atenção, Senadora... Se ele tiver o diploma dele revalidado e ele não quiser mais ficar no programa, o programa vai poder lançar um outro edital e preencher essa vaga. Isso porque, vamos ser sinceros, em sendo revalidado, existe a possibilidade de esse profissional querer atuar em outro local. É o direito dele; ele passa a ter esse direito legalmente estabelecido. O que a gente não pode... assegurar o direito dele eu defendo, mas o que a gente não pode é esquecer a população lá.

Então, essa solução que V. Sa. identificou é muito positiva...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Concluindo: garante a revalidação, garante uma revalidação mais eficiente e garante que, em esse revalidado não continuar no programa, abra-se um novo edital para substituir com outro profissional, já revalidado ou não.

Então, parabéns e muito positiva a solução.

E, ainda, quero reforçar também a Adaps, transformada em AGSUS, cobrindo uma outra lacuna, que é a situação da contratação dos outros profissionais para a saúde indígena, que é outra preocupação importante, porque, hoje, tem uma rotatividade também muito grande até de quem é que vai fazer a gestão da assistência lá na ponta, nos distritos sanitários. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado Jorge Solla, nosso Relator Revisor. Mais uma vez, nosso agradecimento.

Vou passar a palavra ao Senador Dr. Hiran...

Só um minutinho, Dr. Hiran. Uma informação que eu acho que é importante: dos 32 mil inscritos nesse primeiro edital, pelo menos 17 mil são brasileiros formados aqui - não é isso, Ministério da Saúde? -, formados no Brasil. Então, já é um avanço muito grande pela importância do estímulo que o novo programa está estabelecendo.

Eu queria chamar o Senador Dr. Hiran, para o uso da palavra, por cinco minutinhos.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR. Para discutir.) - Sr. Presidente Dorinaldo, minha ilustre colega Relatora, Senadora Zenaide, meus queridos colegas Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras aqui presentes, eu quero também enfatizar o trabalho, que deve ter sido um trabalho hercúleo de V. Exa., da sua assessoria, o trabalho dos nossos colegas da Comissão



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Mista, que trabalharam e apresentaram mais de 150 emendas - só eu apresentei 25 - para aperfeiçoar o texto. Mas eu vejo com muita preocupação algumas questões.

Nós flexibilizamos um marco legal que nós lutamos muito nesta Casa, Senadora Zenaide, para aprovar, que foi o Revalida, o Revalida em duas vezes ao ano, em duas etapas. Há uma coisa interessante no projeto: a senhora aumenta para três, mas flexibiliza a prova de habilidades. Eu acho que é indispensável nós avaliarmos, de maneira adequada, um profissional para atender a população brasileira.

Outra coisa que eu queria refutar, até na fala do meu querido colega Jorge Solla: residência médica é uma coisa, atenção às pessoas é outra coisa. Residência médica pressupõe, meu querido amigo Frederico, dedicação exclusiva, estudo e aprendizado em cenário de prática adequada. Quando você coloca o médico não qualificado adequadamente, mal avaliado para atender populações nas áreas de difícil provimento, nos vazios deste país, você está colocando a nossa população como cobaia; você está colocando um médico despreparado para atender a população mais pobre e, com isso, criando uma segregação social.

Então, assim, nós pedimos vista até para aperfeiçoar esse texto, que foi muito benfeito pela nossa Senadora Zenaide, que é uma pessoa que conhece muito a matéria, mas esta aqui é a Casa da discussão, do diálogo, que é feito com muito respeito. Mas eu quero crer que a gente flexibilizar essa norma legal, que nós lutamos muito, aprovamos com 12 votos na última legislatura, é um desrespeito a nós mesmos. Então, eu não admitiria. Vou lutar até o fim para que nós consigamos manter esse marco legal que nós aprovamos aqui, que não é um marco legal de governo, não é de governo de A nem governo de B; é um marco que deve perdurar por longo tempo no nosso país, para que a gente possa proteger a nossa população - e aqui se fala em proteger as populações lá dos rincões com médicos adequadamente avaliados.

Também o relatório cria uma flexibilização para que a gente... A gente colocou aqui, no arcabouço das nossas emendas, um mecanismo para, inclusive, diminuir o valor, principalmente da segunda etapa da prova de revalidação. Isso foi retirado do texto, e eu acho que a gente vai tentar recolocar, porque precisamos reconhecer o sacrifício que faz o médico de ir para um lugar difícil, onde o cenário de prática é mais complicado, onde ele não tem, às vezes, todo um arcabouço tecnológico para fazer diagnóstico e tratamento; às vezes, não tem acesso a medicações de ponta, a exames de imagem, a exames laboratoriais, que, às vezes, são disponibilizados a ele em outros lugares do nosso país.

De forma que o meu pedido de vista é, principalmente, por essas razões. Eu acho que nós precisamos realmente garantir uma avaliação adequada, que já está consignada no nosso arcabouço jurídico pátrio, que é o Revalida, que é uma conquista do povo brasileiro através da nossa votação na última legislatura aqui nesta Casa. Então, eu quero parabenizar, mas também eu queria ter um pouco mais de tempo para elaborar sugestões para aperfeiçoar o texto. Até porque, Senadora Zenaide, esse texto foi disponibilizado para nós exatamente às 11h da manhã.

Eu estava me encaminhando para a casa do Presidente da Câmara, para uma reunião de coordenadores de bancada, quando eu tive acesso ao texto. Então, como é um texto muito longo, que me deu muito trabalho, deu muito trabalho a todos, eu espero que a gente possa aperfeiçoá-lo mais, ampliando essa discussão, que poderia ser feita também por cinco dias, como foi sugerido aqui até pelo nosso colega Zacharias Calil.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Senador Dr. Hiran.

Com a palavra, a Deputada Ana Pimentel.

A SRA. ANA PIMENTEL (PT - MG. Para discutir.) - Presidente, quero começar cumprimentando o senhor pela condução dos trabalhos desta Comissão. Eu entendo que, ao longo dessas reuniões em que estivemos aqui, pudemos acumular um conjunto de avaliações do que foi a primeira versão do Programa Mais Médicos; e, ao longo dessas reuniões... E quero também aproveitar para parabenizar a Senadora Zenaide pelo relatório apresentado, denso, qualificado, que contempla também muitíssimo bem essas discussões que foram feitas ao longo das reuniões que nós tivemos, inclusive fortalecendo e mostrando, evidenciando o espírito democrático da Senadora e mediador, para contemplar a diversidade de posições que foram sendo apresentadas ao longo desses debates que nós tivemos aqui.

Quero cumprimentar também meu querido companheiro e colega Jorge Solla, que é Revisor, pelo trabalho que fez ao longo de todos esses debates.

E também preciso, neste momento, fazer menção a duas pessoas que foram muito centrais nesse processo, que são o Secretário de Atenção Primária à Saúde, Nésio Fernandes, pela condução, inclusive pelo trabalho que tem feito na Secretaria, mostrando a importância da atenção primária à saúde nesse Ministério e também relacionando esse programa ao contexto do fortalecimento da atenção primária à saúde no país, ou seja, não desvinculando, mas dando a articulação



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

necessária. O Programa Mais Médicos é uma das estratégias de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, é uma das estratégias para que a gente consiga garantir o provimento de profissionais de saúde.

E, também, Felipe Proenço, que é o coordenador do programa, um especialista que o acompanha desde a primeira versão. Quero fazer publicamente essa menção a ele, pelo trabalho que tem feito de aprimoramento, dessa que a gente pode chamar segunda versão, do Mais Médicos.

A primeira questão que eu queria ressaltar, do mérito, é que essa medida provisória, com o relatório agora apresentado pela Senadora, deixa evidente o compromisso que nós temos em garantir o acesso à saúde à nossa população, e é acesso à saúde principalmente lidando com o desafio histórico que nós temos no país, que é a dificuldade de fixar profissionais nas áreas em que nós temos populações em situações de maior precariedade e populações que são colocadas em situação de vulnerabilidade social.

É importante dizer que essas populações são colocadas. Ninguém naturalmente está em situação de desigualdade. São contextos sociais e políticos que fazem com que as pessoas tenham menos acesso à saúde.

E eu considero que o Programa Mais Médicos é uma estratégia que, na sua primeira versão e nessa segunda, com tudo o que nós aprimoramos nela, vai garantir o que nós tanto primamos, que é o acesso da nossa população - e, principalmente, da população que está em situação de vulnerabilidade, em territórios que nós temos dificuldade de fixação - a médicos. Essa é a consigna mais importante. Isso precisa ser falado, precisa ser dito.

Então, eu queria parabenizar pelo trabalho, dizer que acho que nós temos um ato e uma posição de coragem, ao afirmar a importância de garantir o acesso à saúde à nossa população.

Eu queria comentar duas questões rápidas, que acho que são fundamentais e que estão explicitamente confusas: a primeira delas é que esse programa garante a avaliação dos profissionais que estarão no programa, garante uma avaliação continuada; e isso está muito bem colocado pela Senadora no relatório.

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA PIMENTEL (PT - MG) - Uma avaliação continuada tem um mérito muito mais eficaz, tem uma eficácia muito maior do que uma avaliação pontual.

Então, o que nós estamos assegurando é: primeiro, que serão garantidos profissionais; que esses profissionais serão avaliados e que os profissionais que são avaliados, permanecerão no programa. É um grande mérito, é um programa que vai, sem dúvida alguma, ser muito importante, mudar a realidade - que é a realidade da atenção primária à saúde, hoje.

E é importante dizer, para concluir a segunda questão que eu queria mencionar, que nós sabemos que a atenção primária à saúde, com as tecnologias que estão disponíveis lá, resolvem entre 80% e 85% dos problemas de saúde da população.

Então, não vamos confundir o debate agora e dizer que precisamos de hospitais de ponta ou tecnologias de última geração para que a população seja bem atendida. O que nós precisamos é de profissionais que tenham escuta, ouvido, que palpem o fígado, que palpem a nossa população para ter um cuidado, que é com qualidade e com atenção para a nossa população, e isso o Programa Mais Médicos garante.

Então, vamos localizar o debate onde ele precisa ser feito. Esse programa, nas condições em que ele está colocado, garante qualidade, avaliação, profissionais competentes e o principal, que é o acesso da nossa população à saúde, que é o que nós queremos com o Programa Mais Médicos.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputada Ana Pimentel.

Passamos a palavra ao Deputado Ismael Alexandrino.

O SR. ISMAEL ALEXANDRINO (PSD - GO. Para discutir.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Sra. Relatora, Dra. Senadora Zenaide, e aos nossos colegas aqui presentes.

Gostaria de parabenizá-lo, Deputado Dorinaldo, pela condução das discussões das audiências públicas. Acho que travamos discussões aqui de alto nível nesse assunto, porque ele é suprapartidário, supraestatal, para além de questões simplesmente de governo.

Quero parabenizar também a Deputada Zenaide - Senadora Zenaide -, formada lá na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo trabalho que a senhora desenvolveu: um relatório longo, complexo, de um tema importantíssimo.

Quero parabenizar também o meu colega e amigo, Secretário de Atenção Primária do Ministério da Saúde, Nésio Fernandes, que é um entusiasta do tema, fala com propriedade. Nós ladeamos como Secretários de Estado e depois na Diretoria do Conselho Nacional também; e também o Felipe Proenço - salvo engano, está até aqui no Plenário - pela condução.



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Eu acho que o texto, como eu já havia dito outrora, evoluiu muito. O programa tem aspectos de fixação que são importantíssimos. Um deles, que eu acho que é um grande chamariz, e eu vejo com justiça a questão do Fies de se abater parte do saldo devedor do Fies para aqueles que concluírem os quatro anos.

Eu acho que é importante discutirmos um pouco mais em relação à forma da avaliação - concordo que a avaliação seriada é melhor do que uma avaliação pontual, precisaremos encontrar o ponto de equilíbrio entre o peso da prática e da teoria, mas eu acho que esse é um caminho que dá para ser percorrido de forma mais tranquila.

Agora, em relação ao Revalida, por si só, e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, eu acho que são duas legislações que foram conquistadas a duras penas. A Lei de Diretrizes se rege não só pelo aspecto da graduação médica, mas das demais graduações também, para terem seus diplomas revalidados.

Em relação à lei do Revalida propriamente dita, seria uma garantia mínima daqueles profissionais que fizeram faculdade fora, brasileiros ou não, para exercerem a medicina de forma integral aqui, no Programa Mais Médicos ou fora do Programa Mais Médicos, como o Deputado Jorge Solla mesmo mencionou.

Então, eu acho que esse período de vista que os colegas pediram será um período importante, porque essa sugestão para o ingresso de novos participantes no Programa Mais Médicos, de ficar condicionado à apresentação do diploma revalidado, não só daqui a quatro anos, considerando esse período de supervisão de quatro anos, mas a partir de agora... E aí eu não estou falando nem do passado, dos que já estão, eu acho que é de bom tom que continuem entregando o seu serviço, prestando serviços nos rincões do nosso Brasil, para usar aqui os termos do Secretário Nésio Fernandes, do Brasil profundo, que, de fato, é difícil de suprir, mas essa questão é uma questão que é cara, não é simplesmente uma questão classista, apesar de ser muito cara e muito nobre para a grande maioria dos médicos e para o conselho também.

E o aspecto do Revalida não ser nos moldes que hoje o é, a melhor forma de se avaliar é que discutamos com o Ministério da Educação, com a participação ativa do Conselho Federal de Medicina, a melhor forma de reavaliar...

(Soa a campainha.)

O SR. ISMAEL ALEXANDRINO (PSD - GO) - ... que não seja de forma pontual, numa prova que, hoje em dia, 95% das pessoas são reprovadas num único dia e tudo o mais, mas que não simplesmente rasgue essa legislação, mas que, sim, oportunize casarmos essa legislação com a lei de diretrizes e com essa medida provisória, que é fundamental.

Como o senhor mesmo disse, tem já de 32 a 34 mil inscritos no programa. Desses, em torno de 18 mil são formados no Brasil, já têm o seu diploma validado e, desses, para provimento imediato, em torno de 5,9 mil vagas. Então, dificilmente, do ponto de vista prático, chegaria depois dos 18 mil, mas não tem uma trava. Se chegar no próprio Brasil profundo e precisar, não tem nada que impeça esses profissionais de participarem. Eu acho que é uma garantia mínima.

Repto, a medida provisória é importante, o programa evoluiu e acho que tem pontos altos de fixação do programa, a questão da especialidade pós dois anos, a questão do mestrado profissional pós quatro anos, a questão do Fies, em abater o financiamento para quem cumprir todo o programa, mas, para nós, eu acho que essa questão do Revalida é pétreia, é importante, e a gente não pode banalizar a preocupação de muitas pessoas, não só dos médicos, mas, também, da população em relação a ela.

Muito obrigado e mais uma vez parabéns pela condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado Ismael Alexandrino, pela explanação e importante avaliação.

Chamamos, agora, a Deputada Cristiane Lopes.

A SRA. CRISTIANE LOPES (UNIÃO - RO. Para discutir.) - Boa tarde a todos os colegas, Presidente, boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu quero parabenizar a Relatora desta tão importante MP para o nosso país, a Senadora Zenaide, e parabenizar o Presidente, Deputado Dorinaldo, pela condução dos trabalhos aqui.

Assim que eu tive conhecimento de que nós teríamos a oportunidade de discutir, de fazer parte desta Comissão da MP 1.165, eu fiz questão de participar, justamente para ter essa garantia das modificações que foram feitas aqui, que foram ouvidas, que foram acatadas e recebidas, sugestões durante várias audiências públicas, algumas em que eu estive presente.

Eu mesma apresentei uma emenda à MP, justamente para fortalecer e para que o atendimento prioritário, os primeiros a serem atendidos pelo programa sejam as comunidades dos distritos mais distantes, as comunidades indígenas, os quilombolas, porque, lá, sim, na ponta, é que a gente sabe que, hoje, falta o atendimento da atenção primária de saúde. Hoje, no nosso Brasil imenso, quantos municípios nós temos e, dentro de cada município, quantos distritos, hoje, onde a população necessita do atendimento médico?

15/23



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

E aí eu trago, de uma maneira particular para o Estado de Rondônia, que é dentro da Região Amazônica. Daí a gente já vê a dificuldade de acesso, de transporte, com as péssimas condições das estradas, muitas vezes faltando pontes para esse acesso, para o atendimento chegar, para uma ambulância que, muitas vezes, não consegue chegar até aquele local, para uma viatura da polícia que não consegue chegar até aquele local. Imaginem a dificuldade para que essas pessoas recebam atendimento de qualidade. Então, preocupada com eles é que fiz questão de participar e garantir que a nossa população tenha o Mais Médicos.

De uma maneira muito particular, ontem mesmo, eu estive reunida com a Comissão Comunitária do Distrito de União Bandeirantes, Senadora. Lá em Porto Velho somente... Só para a gente ter uma noção, Porto Velho é do tamanho de um país, é do tamanho de Israel. São 13 distritos no Município de Porto Velho. Um distrito, Extrema, é distante quase 400km do distrito sede. É muita dificuldade para chegar. União Bandeirantes é distante cerca de 165km do distrito sede; ou seja, lá, em cada distrito, no mínimo, hoje, faltam dois médicos - no mínimo! - para poder dar conta do atendimento à população daquela região.

Então, é por esse motivo que eu digo aqui que a saúde tem pressa, a saúde tem urgência. Hoje, se nós tivéssemos um reforço a mais no SUS, na atenção básica, na atenção primária de saúde, com certeza, nós não tínhamos os hospitais de alta complexidade superlotados e com filas enormes de pacientes esperando para fazerem cirurgias graves, que foram agravadas devido à falta do atendimento lá no postinho de saúde, porque, se tivesse tido o atendimento nos primeiros momentos, nos primeiros sintomas, ainda lá no postinho de saúde, com aqueles medicamentos, entre aspas, "simples", mas tão necessários e urgentes naquele momento, com certeza, as doenças não se agravariam e nós não estariam na situação em que estamos no nosso país, diante de um caos - a verdade é essa! -, com hospitais superlotados.

Então, por isso, eu parabenizo pela atuação. Não vejo a hora da aprovação desta MP, para que o atendimento possa chegar a todas as comunidades indígenas, aos distritos distantes do nosso país, às comunidades quilombolas, enfim, àqueles que se levantam às 4h da manhã e têm que enfrentar uma fila imensa...

(Soa a campainha.)

A SRA. CRISTIANE LOPES (UNIÃO - RO) - ... para conseguirem ser atendidos em uma das únicas 15 fichas, no máximo, que, às vezes, são distribuídas por dia para que eles possam ser consultados.

Então, parabenizo mais uma vez. Estou à disposição do nosso país.

A saúde tem pressa!

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Muito obrigado, Deputada Cristiane Lopes.

E vamos, agora, ao Deputado Sidney Leite.

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM. Para discutir.) - Sr. Presidente, Deputado Dorinaldo, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos.

Esta medida provisória, sem dúvida nenhuma, para nós que somos da Região Amazônica, faz um diferencial, certo? E, aí, Deputado Ismael, não é uma força de expressão não; é o Brasil profundo mesmo!

Quero parabenizar a Senadora Zenaide, que é do meu partido e a Relatadora, que fez aqui um denso relatório, como já foi dito. E quero também agradecer, agradecer por priorizar as populações dos povos originários, as populações indígenas, porque há um vazio.

Inclusive, hoje, eu tive uma reunião com o Secretário Nacional de Saúde Indígena expondo essa situação, mas reconhecemos a dificuldade da fixação de profissionais médicos nos distritos sanitários indígenas, principalmente num Estado que é um continente, que é o Estado do Amazonas. Num único município, muitas vezes, você tem que voar, Deputado Ismael, uma hora e meia, saindo da sede do município, para chegar ao distrito, como é o caso de São Gabriel da Cachoeira, para chegar a São Joaquim. Então, você tem a noção da grandeza.

A outra questão é considerar os recursos da telemedicina, da telessaúde. Por quê? Porque, como foi dito aqui, hoje nós temos uma fila e essa fila, muitas vezes, está na atenção básica, mas ela não se encerra na atenção básica. Ela já é automaticamente encaminhada para a média complexidade. Se nós tivermos essa oportunidade que está aqui, no relatório da Senadora Zenaide, de aproximar o especialista da atenção básica, em regiões como essa, sem dúvida nenhuma nós vamos ter: primeiro, uma capacidade de resolutividade imensurável; segundo, descomprimir essa fila; terceiro, melhorar efetivamente a qualidade do serviço prestado a essa população.

Por isso, Senadora Zenaide, eu quero agradecer-lhe por trazer, no seu relatório, esses dois temas que, sem dúvida nenhuma, fazem um diferencial nesse programa que é um ganho, principalmente, para as populações que estão nessas regiões do Brasil, do Brasil profundo, mas na nossa região, que é o caso da Amazônia.

16/23



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Também quero dizer que a questão do Fies é um ponto alto porque garante também um salto no sentido de trazer essa atração, de que é exemplo os mais de 30 mil inscritos, os 18 mil médicos brasileiros que já estão inscritos no programa. Sem dúvida nenhuma, ele abre esse leque e eu diria o seguinte: traz oportunidades para esse profissional conhecer uma outra realidade, uma outra expectativa, porque, infelizmente, diferentemente do que foi dito aqui, essa tecnologia não está à disposição de todos; muito pelo contrário, está à disposição de uma faixa muito pequena da população.

E corroboro, Presidente, com a sua decisão de conceder vista, haja vista que num relatório desse, como o da Senadora Zenaide, a gente não consegue dirimir todos esses pontos aqui em poucas horas. Entendo que esse tema é sensível e importante, tanto é importante que está aí o resultado do número de inscritos e está aí o resultado do belo trabalho da Senadora Zenaide. Eu entendo que nós haveremos de chegar a um bom termo aqui. A Senadora, que é médica, que é especialista, que tem formação, tem espírito público de tratar essa questão do Revalida.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que esse é o ponto central e sensível, eu acho, dessa segunda etapa da discussão, mas quero dizer que nós avançamos muito. As audiências públicas e os debates foram muito esclarecedores, desde a oportunidade do número de vagas de ingresso ao curso de Medicina...

(Soa a campainha.)

O SR. SIDNEY LEITE (PSD - AM) - ... até as desigualdades do que é posto, hoje, no Brasil, e a necessidade da formação de especializações, que é um grande desafio que nós temos neste país.

Dito isso, Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, agradecer-lhe pela condução dos trabalhos e saudar a Senadora Zenaide.

Que a gente possa, findo esse prazo de que V. Ex^a concede essa vista, que a gente possa chegar a um bom termo e apresentar um bom relatório, tanto para a Câmara dos Deputados, quanto para o Plenário do Senado da República.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado Sidney Leite. V. Exa. faz uma abordagem importante sobre a dificuldade da Amazônia, essa que é uma dificuldade de todos nós no Amazonas, no Amapá, no Nordeste brasileiro e também nos centros do país. Foi relatado aqui, durante as nossas audiências, que muitos do Sudeste têm um vazio também importante que nós vamos preencher com esta medida provisória, com esse programa, fortalecendo o programa.

Eu queria, então, dessa maneira, para finalizar, chamar o Deputado Dr. Frederico, o Deputado Geraldo Resende, em seguida, e finalizamos com o Deputado Zacharias Calil.

Deputado Dr. Frederico.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) (Para discutir.) - Sr. Presidente, Dorinaldo Malafaia, a gente sabe a luta hercúlea que é para trazer um tema tão importante e, ao mesmo tempo, tão controverso para um debate. Quero parabenizar V. Ex^a pela condução dos trabalhos. Tive a oportunidade de participar de audiências de alta qualidade, sim.

Eu a parabenizo muito, Senadora. A gente teve a oportunidade de conhecer mais o trabalho de V. Ex^a. A gente percebeu que V. Ex^a teve a intenção de aprimorar o projeto, realmente foi um trabalho técnico de importância. E todos nós somos a favor de levar uma saúde melhor às pessoas que mais precisam, só que há alguns pontos - eu quero deixar claro aqui - que a gente realmente entende que poderiam avançar mais, como é a questão de transformar a bolsa em direitos trabalhistas. A gente ressalta isso, que entendemos questões orçamentárias, mas ressaltamos uma melhoria grande do orçamento do Ministério da Saúde. Isso não vai ser bom a longo prazo, sabe, Senadora? Por que a gente não fez na CLT? Por que a gente não deu direito trabalhista a essas pessoas, pois poderia ficar muito melhor de fixá-las em locais distantes, principalmente profissionais com qualidade?

A questão do Revalida, a nossa posição é de que realmente é uma questão que deveria ser focal do projeto, mas V. Exa. também teve a sensibilidade de melhorar essa questão. E, no fundo, o que a gente quer é levar os médicos ao local em que mais se precisa. Só que aí a gente entra numa questão do edital, em relação às vagas, onde são alocados esses médicos.

Então, quero parabenizar todos os Parlamentares do Norte principalmente, porque o Norte realmente, todos nós entendemos - eu sou de Minas Gerais, eu entendo - que o Norte tem um vazio essencial maior que o de Minas Gerais, que também sofre muito, principalmente ali no norte, no Vale do Jequitinhonha, em Mucuri, mas a gente entendeu que o Norte teve um grande incentivo, e eu tenho certeza de que todos os Parlamentares aqui concordam com a Amazonas recebendo 475 médicos das 6 mil vagas aproximadas; o Acre com 56; o Amapá com 67.

Agora, quando você vai para o restante do país, começa a haver umas distorções, e talvez a gente poderia ter melhorado o critério de indicação onde os profissionais vão ser alocados. A gente vê algumas questões aqui que ficam difíceis de



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

entender, por exemplo, no Rio Grande do Sul, que é um estado menor, teve 541 vagas, mais até que o Amazonas. Não sei se a V. Exa. tinha noção desse valor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Pois é, então, eu acho que a gente está num momento aqui em que se poderia rever, porque o Rio Grande do Sul é um estado que, como todos, precisa, mas a gente teve o Rio Grande do Sul com 541 vagas; São Paulo, que é o maior estado da Federação, 1.028 vagas; Minas Gerais - eu tenho que defender o meu estado aqui, eu lamento, porque a gente quer ver o estado bem amparado -, que é o segundo maior estado da Federação, com 371 vagas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - ... e a Bahia, que é menor que Minas Gerais, mas é o nosso vizinho querido, duzentas e poucas vagas. Então, eu não entendi esse critério.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Posso quebrar um pouquinho o protocolo? Acho que é importante essa elucidação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) - A gente botou o art. 22-C para conferir agilidade na alocação de médicos, em caso de vagas não providas - fora essas 16 mil -, o Ministério da Saúde poderá implantar critério de seleção para redistribuição dos médicos inscritos. Então, não fechou só nos seis mil e pouco. Eu botei isso aqui porque junto com o pessoal a gente...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - E esse é o primeiro edital, não é isso? Esse é o primeiro edital e ainda tem umas vagas remanescentes. Só para se ter uma ideia - é pertinente a sua abordagem -, essa é uma preocupação que teve no Amapá. Para exemplificar, nós tínhamos 65. Mas quando eu fui fazer o novo cadastramento, eu comecei a receber, Deputado, uma série de relatos de Prefeitos desesperados, dizendo: "Não é nossa realidade". Nós temos que pelo menos dobrar isso.

Então, existe um processo cadastral que o ministério provavelmente atualizará. Parece-me que esse dado é do primeiro processo, mas que, de fato, cabe muito a sua reflexão, o que é nosso questionamento também e, em certa medida, já abordado pela nossa Relatora, porque ela amarra isso aqui também na medida provisória. Então, nós estamos versando sobre um processo anterior, antes da medida provisória.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Presidente...

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Só um minutinho.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Trinta segundos.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - O Presidente e a Relatora interromperem é uma honra para mim.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Eu só ia dar uma informação, porque fica pertinente até para você até falar depois.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Como V. Exa. é o Relator Revisor, vamos dar essa...

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Eu procurei saber isso logo depois de uma audiência pública que teve aqui e a informação que eu tive da representação do ministério é que esse primeiro edital foi feito com as vagas que estavam em aberto, mas que haveria um novo, com novas vagas. É só para trazer essa informação.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Bem, muito obrigado pela contribuição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - O motivo aqui são vagas de reposição.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. *Fora do microfone.*) - Recomponha o tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vou recompor o tempo de V. Exa.

É muito pertinente o que o senhor trouxe aqui. Vagas de reposição ainda têm dez mil. É isso, Fernanda? (*Pausa.*)

18/23



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

No próximo edital são dez mil vagas. É claro que nós estamos falando de redistribuição e não de quantitativo. Parece que o que V. Exa. tem apontado é de uma redistribuição realmente equilibrada para as áreas que mais têm essa necessidade. Então, aqui está garantido e repasso a palavra a V. Exa.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Pois é, mas agora até me assusta mais.

Presidente, de verdade, a gente entende as questões partidárias, políticas, mas eu peço a V. Exa., peço à Senadora Zenaide: vamos pensar isso com calma. Essa medida provisória não está à beira de vencer. Tem medida provisória aqui que já está praticamente vencida aqui e que não andou. Então, o que eu quero falar com V. Exa. é uma questão técnica. Além do que eu falei, a gente tem 1.860 municípios que possuem médicos, moradores, residentes, que têm seus domicílios nesses municípios - 1.860 - e estão recebendo 5.948 vagas.

(Soa a campainha.)

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - São municípios que já têm médicos que moram lá. Por isso que o discurso aqui é muito bonito: vamos interiorizar, vamos dar acesso para todo mundo, mas, na prática, quando abre o edital não é o que a gente vê. E aí você tem 214 municípios que não possuem médicos no município, que ninguém mora lá e esses 214 só estão recebendo 304 vagas.

Então, assim, a gente fica realmente preocupado se isso aqui é só um belo discurso para fazer um programa que vai burlar ou quebrar as regras profissionais brasileiras de alguma forma. Isso é um problema político - sabe, Senadora Zenaide? O que mais incomoda a gente é se... Qual é o critério de escolha? Para onde o profissional vai? Por que ele vai para uma cidade que já tem um monte de médicos que moram lá? E por que 214 municípios só vão receber 304 médicos?

Então, assim, é preocupante até, nos estados de V. Exas., essa distribuição. Ficar um monte de médicos em Manaus, mas ninguém vai para a região de fronteira e ninguém vai para comunidade indígena. Então, é uma sugestão, Senadora. Eu sei que a senhora já leu o relatório, mas talvez a gente possa construir um voto em separado para que a gente tenha um maior controle, este Parlamento, do critério de seleção, porque não está claro o IDH, não estão claras essas questões no relatório de V. Exa. Desculpa.

Então, eu pediria, finalmente aqui, para darmos um prazo de cinco dias. Não é para fazer tumulto, não; é para realmente aperfeiçoar. Eu vou ter a maior honra de poder votar a favor desse projeto. Mas a gente está vendo um projeto que está abrindo brecha para uma politicagem pura e quem está lá na ponta não ser atendido, Senadora.

Muito obrigado pela paciência de V. Exa. A senhora acatou algumas sugestões nossas. Obrigado, Presidente. Mas eu acho que a gente poderia melhorar o critério de seleção, de verdade.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Eu queria dizer ao senhor que não tem - quem me conhece sabe - questão, isso é suprapartidário, isso é realmente uma preocupação. É claro que as primeiras vagas seriam essas 6 mil. Ninguém esperava que mais de 18 mil médicos brasileiros... Porque, quando a gente entrou aqui, as maiores preocupações eram que viessem médicos de fora, mas já eram priorizados os médicos daqui, segundo a questão do Revalida. Por exemplo, eram seis anos sem um Revalida, no projeto anterior, e quando eu vi eu disse: "Vamos, em vez de oito, botar quatro". Em quatro anos, vai ter que ter o Revalida, senão ele não vai mais continuar nisso aí.

Outra coisa, gente, nós não estamos jogando os médicos sem conhecimento para atender o nosso povo, Geraldo. Nós temos a supervisão e acompanhamento, gente - supervisão da universidade. Quem dera... Por exemplo, aqui uma coisa que os médicos falaram e que eu acho que tem que ter: vamos dar uma olhada nos médicos com tantas faculdades, como foi, porque a gente acha que a graduação poderia voltar a ser como antes.

Agora, outra coisa, o Revalida achar que um dia, para a prova prática, com atores e com pessoas e crianças que não são, é mais eficaz do que um campo de atuação com pessoas, onde ali no mínimo 90% vai ter o diagnóstico... Gente, eu sou médica, como os senhores, e a gente sabe que a saúde básica, a primária, é a única que faz a medicina preventiva. Claro que a gente precisa da média e da alta complexidades, mas naqueles países, como o Dr. Zacharias visitou, há a importância da saúde básica. Ela que faz o pré-natal, ela que trata da diabetes, da hipertensão, da vacinação. E nós temos um privilégio, porque essa equipe não atua só, gente. Nessa equipe, nós temos o privilégio, no SUS, de ter médico, enfermeira, técnica de enfermagem. E tem mais: nós temos agentes comunitários e agentes de endemia, e todos nós sabemos que epidemiologia é uma coisa muito importante.

Não acredito que essa distribuição de vagas tenha nada a ver com partido nem isso. O que eu sei é que eu botei aqui a brecha já para ter a possibilidade onde tiver. É claro que eu vou lutar para a gente ter mais médicos onde estão as falhas. E tudo que foi apresentado...

19/23



O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Mas só um minutinho, Senadora...

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Só um minuto.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Mas o IDH, ou algum critério mais técnico, a gente não poderia colocar no relatório?

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Gente, isso é uma lei. É claro que vai ter regulamentação e atos. Nós não podemos ter aqui...

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Sim, só esse questionamento. Com tudo eu concordo, mas um critério técnico... Aonde que está indo esse médico? Como é que a gente vai provar que ele está indo para o vazio existencial? Como é que a gente vai...

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Ah, mas vai ter, gente. Todo mundo sabe onde está, o Ministério da Saúde sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Mas aí existe um critério. O que cabe ao Ministério da Saúde e ao da Educação, além da elaboração do edital, é ter uma ligação direta com as prefeituras, e aí tem a ver exatamente com o Cneas, tem a ver com... Por exemplo, agora nós temos em torno de 6 mil equipes de saúde da família vazias, sem médicos. Ou seja, você tem um cadastramento e uma resposta direta das prefeituras. Então me parece que esse canal de diálogo está muito bem estabelecido. Logicamente que nós tivemos aqui um vazio de quatro anos, e tem sempre um questionamento sobre um cadastramento que de certa forma não estava muito bem claro, não é?

Então, temos o número de vagas e a distribuição e outros detalhes no edital; não estão no escopo da medida provisória, não são parte. Essa definição se dá exatamente pelo Ministério da Saúde. Nós não temos como tratar todos os detalhes na medida provisória.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Não tem como colocar o IDH, por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano na medida provisória, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Podemos avaliar.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Porque ter um critério...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Nós temos ainda o prazo do pedido de vista para avaliar, recepcionar...

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - E o senhor não poderia conceder cinco dias de vista?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Aí é outra questão.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Vinte e quatro horas para arrumar tudo isso é muito pouco.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Nós estamos tratando... Veja bem, primeiro há uma necessidade. Existem diversas medidas provisórias e nós, todos aqui, estamos em várias delas, não só nesta. Nós não temos dedicação exclusiva apenas a esta. Nós estamos em outras, e há uma necessidade de aprovação, que todos estão acompanhando, inclusive pelos municípios. Então nós queremos realmente avançar nisso, por isso aprofundamos aqui em várias audiências, de forma muito censativa, de certa forma. Ouvimos bastante os Parlamentares que estiveram presentes aqui, e os senhores e as senhoras estão de parabéns porque realmente ficaram aqui na maioria dos dias. Portanto, nós avançamos bastante.

Eu queria passar a palavra, para nós finalizarmos, ao Deputado Geraldo Resende, em seguida finalizamos com o Deputado Zacharias Calil.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS. Para discutir.) - Eu acompanhei aqui, no que foi possível, já que tinha uma audiência no FNDE a que eu não poderia deixar de comparecer, o relatório e a discussão. Eu me sinto bastante contemplado com algumas falas aqui de Deputados e Deputadas que me antecederam.

O Ismael foi muito feliz em algumas abordagens - aqui temos o Ismael, Fernando Máximo -, e nós fomos secretários junto com o hoje responsável pelo Programa Mais Médicos, cuja atenção primária está na alcada dele, e que é um companheiro de primeira hora, compromissado e de uma qualidade muito grande, que é o Secretário Nésio Fernandes.

Então, ele jogou junto com o Diretor Felipe Proenço, a quem também quero honrar aqui, quero fazer menção importante - ele participou ativamente aqui, tirou várias dúvidas. E acredito que o relatório, Senadora Zenaide, que a senhora construiu



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

pelo menos nos dá uma certa segurança. Avançou muito em relação à versão número um do Programa Mais Médicos e houve uma resistência enorme. E eu, que estava aqui, acompanhei. Houve um certo inconformismo, inclusive, de todas as entidades médicas, com a formatação que teve o programa na sua versão um, e nós estamos vendo que agora a senhora constrói um relatório acolhendo aqui as várias sugestões de vários daqueles que aí perfilaram e ajudaram a construir essa medida provisória.

Eu tenho certeza de que, com esses cinco dias regimentais que a gente vai ter de prazo de vista, nós podemos aperfeiçoar aqui... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - O Deputado Geraldo é muito bom.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) - Nós podemos aperfeiçoar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - É uma... Isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Com certeza, mas o Deputado Geraldo é a experiência em campo, não é?

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) - Cinco dias aqui que nós vamos ter, nós vamos aperfeiçoar...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) -

É a experiência em campo.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) - ... e fazer algumas correções que vão nos deixar um relatório que esteja à altura daquilo que o Governo pretende. E aqui eu não falo em nome de Governo, eu estou ainda numa posição equidistante do Governo e da oposição, então, estou intermediário. Eu quero ajudar a construir o que for melhor para a nossa gente, para o nosso povo.

Então, eu quero parabenizar a você, Dorinaldo Malafaia, pela condução. E quero dizer que fico muito feliz porque conheço a Senadora Zenaide desde que nós militamos juntos, na Comissão de Seguridade Social. Ela recém-chegada aqui, lá do glorioso Rio Grande do Norte, potiguar como é, com esse sotaque que é muito gostoso de ouvir, do Nordeste brasileiro. E sei da sua competência e sei da qualidade do seu relatório.

Temos situações que nós pontuamos aqui, que para nós médicos são muito caras. O Deputado Zacharias daqui a pouco vai dizer da importância de a gente ter de fato uma qualidade para a gente definir quem vai ingressar nesse programa, assim como também eu tenho aquela visão de que eu não estou apontando somente para quem é formado fora do país, eu aponto para quem é formado aqui no país. E isso ficou muito evidente nas minhas falas e nas falas de outros. Nós temos uma profusão de escolas médicas que estão formando médicos em série e a gente sabe muito bem que são de qualidade duvidosa.

(Soa a campainha.)

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) - Então eu defendo e vou defender o Revalida não só para os médicos do Programa Mais Médicos, mas um Revalida que aborde também e que faça uma avaliação dos produtos das nossas universidades aqui do Brasil, para que sejam no mesmo patamar e a gente possa verificar o profissional formado em qualquer universidade, seja pública, seja privada, no nosso país, para não deixar que o nosso povo seja paciente de quem não tem uma formação adequada.

De tal sorte que vamos verificar, vamos dar uma contribuição, vou dar uma lida mais atenta. A minha assessoria ficou de me dar alguns encaminhamentos que eu quero apresentar à Relatora para tentar aperfeiçoar o programa, mas quero desde já manifestar aqui a minha gratidão por ver a acolhida a muito daquilo que nós levantamos ao longo desses dias em que estamos aqui em debate.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado Geraldo Resende, nosso companheiro também nas outras Comissões de saúde.

Vou chamar agora, para finalizar, o Deputado Dr. Zacharias Calil.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO. Para discutir.) - Boa tarde, boa tarde a todos!



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Gostaria de parabenizar a Senadora Zenaide pelo brilhante, complexo e trabalhoso... Não é, Senadora? Eu acho que é para poucos debruçar-se numa relatoria como essa. Então, a gente vê o esforço que a senhora fez e que tem que ser reconhecido, sim, aqui, por todos nós. Como foi bem dito por vários colegas aqui, é importante o relatório e, sim, temos que valorizá-lo. Mas vivemos numa democracia, e por isso que tem o "sim" e o "não". Então, a gente vai chegar a um acordo, e eu acho que é importante o que o Presidente Dorinaldo falou: "Nós temos 34 mil médicos inscritos, e 18 mil só de brasileiros", então, praticamente, a gente não precisa nem desse Revalida mais, Geraldo, porque já se preencheram as vagas. Então, nós estamos discutindo aqui alguns assuntos que às vezes nem são necessários.

Eu me lembro bem, a senhora, o Geraldo, talvez vocês não: o Fernando e o Ismael, que são mais novos, e o Frederico... São guris, não é? Nós temos mais de 40 anos de formados, não é? Então, na nossa época... (Risos.)

Quarenta e um... Eu tenho 42 anos. Então, na minha época, a gente fazia o internato rural. Por exemplo, lá em Goiás, era comum a gente ir para o interior e ficar lá um mês, dois meses. O pessoal de Goiás saía, ia para Picos, no Piauí, não é? Havia o Projeto Rondon, vocês se lembram disso? Era uma coisa muito interessante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO) - Pois é!

Então, assim, a gente diversificava e aprendia, mas com supervisão. Os médicos que atuavam ali nessas cidades, que tinham convênio com as universidades, davam toda assistência para nós, porque nós éramos alunos do sexto ano.

Goiás - eu estou aqui junto com o Deputado Frederico, que citou bem a má distribuição, e eu vi que houve uma preocupação também da mesa aí - recebeu, vai receber, 201 vagas para o Programa Mais Médicos. Então, nós temos, sim, que rever esse critério de distribuição: o Rio Grande do Sul, com 500.

Eu vejo - o pessoal que veio aqui, lá do Amazonas, a Deputada Cristiane já saiu - situações em que parece que nós estamos vivendo aquele momento, Geraldo, de Médicos Sem Fronteiras. Não seria mais fácil a gente fazer um apanhado geral? A gente vê propaganda aí - propaganda, não; um chamamento - na televisão de Médicos Sem Fronteiras, que são de várias nacionalidades, que atendem essas pessoas com... Só para quebrar um pouco aqui o momento!

Mas eu, a Senadora Zenaide, o Dr. Hiran, o Frederico e mais outros Deputados trabalhamos muito na legislatura passada em relação ao Revalida, então eu acho que é muito importante. Quando eu ouvi o Solla falando desses colegas que vêm de fora, sem supervisão... Ele falou: "Não, mas tem supervisão na universidade". Falei: "Mas como é uma supervisão continuada?". Como é que eles vão continuar, lá no interior do Amazonas, naquela situação ruim? Como é que vão avaliar esses colegas para que eles tenham...

(Soa a campainha.)

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO) - ... o diploma revalidado no Brasil depois de quatro anos? É uma preocupação. Eles são autodidatas? São pessoas que não têm aquela formação. Então eu vejo, assim, a importância do Revalida. Nós temos... Nós já ganhamos isso uma vez, nós vamos lutar para que isso aconteça no nosso país, porque é inadmissível. Eu, por exemplo, se quiser entrar em outro país, eu tenho que fazer o Revalida, é justo. Agora é inadmissível alguém entrar aqui sem o Revalida porque ele vai ter uma supervisão, quatro anos depois ele ganha um diploma de médico para que possa atuar no Brasil.

Eu tenho exemplos aqui, Senadora. O meu tempo está acabando, mas é só para citar. Um médico formado na Bolívia chegou em Goiás e conseguiu revalidar o diploma dele. Ele contratou os estudantes de lá pagando, pegou três ou quatro prefeituras e os estava pagando com aquele salário dele, com os estudantes de Medicina formados no exterior, usando o carimbo dele. Olha que absurdo! Foi para o Conselho Regional de Medicina. Teve um outro estudante - está aqui no Portal G1 - juntou com o biomédico lá e foram fazer cirurgia estética lá em Anápolis. Uma mulher foi internada na UTI com septicemia e tudo mais.

Não é isso que a gente precisa para a nossa população.

Estou pedindo aqui, juntamente com os meus colegas, mais cinco dias para que a gente possa ter um melhor aparato e trazer para vocês as nossas ideias também. Eu acho isso importante. Não é uma emergência, como eu disse. É justo a gente ter um consenso.

A Senadora Zenaide é uma pessoa do bem. Nós aprovamos um projeto juntos, um projeto de lei - a senhora lembra, Senadora? - para obrigar os hospitais a fornecerem EPIs para todos os funcionários, para os servidores que trabalham lá. Então, eu sei da sua trajetória, sei também da do Deputado Dorinaldo. Eu acho que, por isso aí, vamos entrar num consenso.

(Soa a campainha.)

22/23



Reunião de: 30/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO) - Está bom? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado Zacharias Calil e Deputado Geraldo Resende, os dois que nos antecederam aqui com a sua experiência.

Inclusive, penso, Deputado Zacharias, que o modelo que V. Exas. estudaram tem que retornar de certa forma, porque teve um vazio aí. Nós estamos falando de uma geração que foi a campo, que foi fazer medicina nas áreas de difícil acesso e me parece que depois disso teve um vazio. Eu acho que, inclusive, essa medida que nós estamos tomando hoje aqui, a medida provisória do Programa Mais Médicos, tenta inclusive reparar esse vazio. Então, tem completo acordo.

Agora nós estamos tratando - para finalizar -, e tem que ser esclarecido... O Revalida está presente na medida provisória. São três avaliações processuais durante o ano.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB - MS) - Três durante o ano; doze durante quatro anos. Se a pessoa não passar por 12 vezes...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - É algo que me parece que é um processo de avaliação permanente que permite exatamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Não. Mas o estrago... É só pegar o que foi o próprio Mais Médicos anteriormente; pelo contrário, vamos falar de coisa concreta.

Na vida real, nós tivemos o Programa Mais Médicos e não me lembro, honestamente - e implantei no meu estado, acompanhei isso -, não me lembro de um relato de alguma - abro aspas - "barbeiragem", ou que tenha agora. É claro que a apresentação do Dr. Zacharias, quando fala de crime, aí é crime, porque o senhor está falando aqui das exceções, as exceções são crimes. Nós não estamos falando disso, nós estamos falando da regra. Nós estamos tratando de uma regra, e não das exceções.

Parece-me que essas questões estão contempladas no relatório da Senadora Zenaide, bastante consistente, nós até superamos isso.

Eu queria, então, a partir desse rico debate que nós fizemos ao logo desses dias, tratar, pedir para amanhã virmos votar, porque, de fato - e daí finalizo, pedindo a V. Exas. a compreensão -, nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado, fica concedida vista coletiva à matéria, como bem solicitado pelos nobres Deputados e Senadores.

A gente declara suspensa a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 31 de maio, às 14h30, neste plenário - neste mesmo plenário, amanhã.

Portanto, está suspensa a reunião.

O meu agradecimento a todos os Senadores e Deputados.

(Iniciada às 15 horas e 01 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 04 minutos.)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

31/05/2023 - 6ª - Comissão Mista da Medida Provisória nº 1165, de 2023

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP. Fala da Presidência.) - Declaro reaberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.165, de 2023.

A Presidência comunica que, no dia 30 de maio, a Senadora Zenaide Maia procedeu à leitura do relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Gostaria de passar a palavra à Relatora Zenaide, para suas considerações, e, em seguida, dar continuidade à discussão dos Parlamentares que não estavam inscritos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) - Boa tarde a todos e a todos os colegas aqui presentes, agradecendo mais uma vez a presença dos colegas aqui, que ajudaram a fazer esse relatório, e solicitando a votação pela aprovação do relatório lido ontem.

Essas considerações são de agradecimento, porque a gente sabe que se não fosse a união de todos, a gente não tinha chegado a esse relatório. Como sempre eu disse, foi ouvindo todos os setores e todos os colegas Parlamentares que a gente chegou a esse relatório. Então, peço aqui o apoio para a gente aprovar, porque esse projeto ainda vai daqui para a Câmara dos Deputados e depois ainda volta para o Senado Federal. Essa é uma medida provisória. Lembrando que isso aqui é uma medida provisória e que a gente colocou porque todas as medidas provisórias, na hora em que são lançadas, ficam como se fosse em caráter de urgência, porque tem prazo. Nenhum gestor vai querer já efetivar sem ter a garantia de que o Congresso Nacional vai aprovar. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - A Presidência informa que a discussão foi aberta na reunião iniciada ontem, quando nove Parlamentares usaram a palavra. O art. 13 do Regimento Comum prevê que apresentado o parecer, qualquer membro da Comissão poderá discuti-lo uma única vez, permitido ao Relator usar a palavra em último lugar. Assim, seguiremos a lista de inscritos, na ordem de inscrição daqueles que ainda não usaram a palavra, alternadamente, entre Deputados e Senadores, pelo prazo de cinco minutos.

Em discussão.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Pois não.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR. Pela ordem.) - Eu apresentei um voto em separado que já está no sistema e eu queria... Obviamente, se o senhor quiser dar a palavra aos nossos colegas, mas eu queria ter o meu tempo para ler o meu voto, por favor.

É só no sentido de aperfeiçoar esse trabalho que foi tão bem feito pela nossa Senadora Zenaide e teve a colaboração de todos, mas eu acho que a gente poderia melhorar um pouco mais e por isso que apresentei esse voto.

Muito obrigado, Presidente. Obrigado, Relatora. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Bem, inscritos... Deputada Adriana Ventura é a única inscrita que não se utilizou da palavra ontem, pelo próprio critério regimental.



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Não, só tem a senhora...*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Não. Por enquanto só V. Exa. está inscrita.*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. PRESIDENTE** (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Exatamente. Nós temos aqui o art. 13 do Regimento, que prevê o seguinte, que nós mantivemos a sessão de ontem aberta, nove inscritos foram... Nove inscrições foram realizadas ontem, inclusive o Senador Dr. Hiran fez parte dessa discussão. Então, regimentalmente, a palavra já foi garantida a esses primeiros inscritos. E agora o Regimento permite, então, que aqueles que não participaram possam falar. Neste caso, V. Exa. é a primeira a estar inscrita.**A SRA. ADRIANA VENTURA** (NOVO - SP. Pela ordem.) - Presidente, na verdade, então, eu gostaria de solicitar que eu fale, como representante do Novo, depois que o Dr. Hiran apresentar o voto dele, só para não ficar ocupando espaço da Comissão.

Daí eu acho que eu posso contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Dr. Hiran, pelo Regimento, V. Exa. tem o direito a usar da palavra como Líder, mas a apresentação do seu voto em separado, o Regimento não garante a defesa.**O SR. DR. HIRAN** (PP - RR) - Não estou entendendo, Presidente.

Eu apresentar um voto em separado é uma prerrogativa regimental minha.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Não, não.

Diz o art. 132:

*Art. 132. [...]**§ 6º Os membros da Comissão que não concordarem com o relatório poderão:**I - dar o voto em separado. [...]*

Portanto, voto em separado é apenas uma declaração de voto do Parlamentar, que não concorda com o relatório. É uma possibilidade facultada ao Parlamentar para que possa apresentar suas razões, por escrito, de discordância, com o relatório apresentado.

Em suma, o voto em separado não é um relatório alternativo. E seu autor não tem as prerrogativas do Relator. Caso o autor deseje fazer a leitura do voto em separado, deverá fazê-lo dentro do tempo determinado pela Presidência para discussão da matéria.

Neste caso, só para eu concluir, o senhor tem o direito como Líderança. Mas só queria esclarecer: para aqueles que não têm a prerrogativa de Liderança, o Regimento não assegura.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Obrigado, Presidente.**O SR. PRESIDENTE** (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Cinco minutos.**O SR. DR. HIRAN** (PP - RR) - Obviamente, vou solicitar o tempo de Liderança para apresentar o voto.

Está concedido o tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Sim, senhor. Cinco minutos.**O SR. DR. HIRAN** (PP - RR. Pela Liderança.) - Vou procurar ser o mais rápido possível.

Concordamos com a Relatora da medida provisória, no âmbito desta Comissão Mista, de que o provimento de médicos na atenção primária representa um desafio a ser superado, especialmente em áreas remotas e de maior vulnerabilidade social e sanitária.

Assim, são bem-vindas as inovações da medida provisória que visam estimular a fixação dos profissionais nas áreas prioritárias definidas pelo Ministério da Saúde e aquelas medidas que estimulam a formação em residência de Medicina de Família e Comunidade.

Da mesma forma, concordamos com as medidas voltadas para a regulamentação de aspectos trabalhistas, inclusive aquelas propostas pela ilustre Relatora, além de outras alterações que aperfeiçoaram a MPV.

2/17



No entanto, aqui é importante, discordamos frontalmente da proposta contida no projeto de lei de conversão apresentado que flexibiliza o marco legal do Revalida, que foi uma grande conquista das duas Casas do Congresso Nacional.

O Revalida, conforme o atual marco legal, Lei 13.959, de 18 de dezembro de 2019, é realizado duas vezes por ano e é constituído de duas etapas, um exame teórico e um exame de habilidades clínicas.

O projeto de lei de conversão proposto pela Relatora perante esta Comissão permite a supressão da prova prática, substituindo-a por aprovação do médico na formação no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, após quatro anos de atuação, o que não nos parece adequado.

O exame de habilidades clínicas nos moldes propugnados pela Lei do Revalida é instrumento fundamental para atestar a capacidade e a habilidade clínica do médico e não pode ser substituído por avaliações no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Assim, propomos a exclusão do art. 4º, incluindo na Lei 13.959, de 2019, pelo projeto de lei de conversão. Não vemos razão para alterar os dispositivos da Lei do Revalida, conforme aprovamos em período tão recente pelo Congresso Nacional, razão pela qual nos manifestamos contrários às alterações promovidas na Lei do Revalida.

No que tange aos requisitos para a participação de médicos no projeto, não concordamos com que seja admissível permitir que médicos...

Eu queria que o senhor recompusesse meu tempo e pediria um pouco de silêncio...

(Soa a campainha.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - ... por respeito aos nossos Senadores e Senadoras e a todos que nos assistem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos só garantir a palavra do Senador, por favor.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - O senhor pode recompor meu tempo, por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Sim, sim. Vou garantir mais um minuto.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - No que tange aos requisitos para a participação de médicos no projeto, não concordamos com que seja admissível permitir que médicos, estrangeiros ou brasileiros formados no exterior, sem diplomas revalidados estejam habilitados para o atendimento da população. Independentemente do local em que resida, a população brasileira tem o direito de ser atendida por médicos bem formados e bem avaliados, para que haja segurança de que ela será bem assistida. Especialmente nos rincões brasileiros, onde há precariedade de recursos diagnósticos e terapêuticos, é necessário que os profissionais tenham habilidades que os tornem capazes de superar as deficiências tecnológicas existentes ao lidar com as mais diferentes necessidades da saúde. A avaliação feita no processo de revalidação dos diplomas é um instrumento que confere segurança sobre a qualidade da formação do médico e seu preparo para prestar assistência à saúde. Esse é um requisito que buscamos inserir no texto da medida provisória, conforme as Emendas nºs 123, 141 e 142...

(Soa a campainha.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - ... de nossa autoria, além de outras emendas apresentadas por outros Parlamentares.

Nesse sentido, com o objetivo de aperfeiçoar o texto da medida provisória, propomos as alterações dos arts. 13 e 16 da Lei 12.871, de 2013, para introduzir a exigência de revalidação dos diplomas, nos termos da Lei do Revalida, e prever a obrigatoriedade de apresentação de certificado de proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros em nível intermediário, conforme já determina norma do Conselho Federal de Medicina (Emenda nº 141).

Também propomos a inclusão de dispositivo que conceda desconto na realização das provas do Revalida, como forma a estimular a realização da revalidação dos diplomas dos médicos que já participaram do Programa Mais Médicos e em reconhecimento ao seu esforço de ser prestado assistência em serviços em condições precárias de atenção à saúde (Emenda nº 135).

Com relação ao supervisor, concordamos com a alteração promovida pela Relatora que retira do texto a possibilidade de que outros profissionais de saúde possam exercer essa função no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil. No entanto, cremos que é necessário explicitar que a supervisão deverá ser presencial, para que ela cumpra de forma adequada a sua função.

Por fim, a título de contribuição para o aperfeiçoamento da matéria, propomos alterações no art. 3º da Lei do Programa Mais Médicos, dispositivo que trata de critérios para autorização de funcionamento de curso de graduação em Medicina por



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

instituição de educação superior privada. A definição de critérios objetivos para abertura e avaliação de escolas médicas no Brasil é necessária e ajuda a conferir maior qualidade ao processo...

(Soa a campainha.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - ... de formação dos novos profissionais. Essa proposta está contida na Emenda 133.

Nas demais questões, acompanhamos a Relatora, Senadora Zenaide Maia.

Assim, apresentamos este voto em separado, que visa a escoimar impropriedades no texto apresentado pela Relatora e incluir dispositivos essenciais para o aprimoramento da medida provisória de forma a conferir maior segurança à atenção que será prestada às populações que hoje estão desassistidas e o direito não só à assistência à saúde, mas à assistência de qualidade.

Vamos ao voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.165, de 2023, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira.

No mérito, votamos pela aprovação da MPV nº 1.165, de 2023, e das Emendas nºs 2, 5, 12, 21, 22, 34, 35, 38, 43, 50, 51, 66, 70, 71, 75, 82, 96, 97, 104, 111, 113, 123, 127, 130, 133, 135, 139, 141, 142, 149, 158, 160, 165, 169, 177, 178, 183, 186, 189, 201, 203, 205, 213, 225, 227, 238 e 256, pela aprovação parcial das Emendas nºs 6, 7, 8, 11, 21, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 44, 48, 56, 57, 58, 80, 87, 97, 102, 106, 107, 122, 129, 148, 150, 151, 152, 154, 159, 161, 171, 182, 204, 207, 209, 224, 228, 230, 234, 240 e 251, e pela rejeição das demais emendas, na forma do seguinte projeto de lei de conversão:

Institui a Estratégia...

(Soa a campainha.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° - CM

... Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos, e altera as Leis nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos; e nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, que institui o Programa Médicos pelo Brasil e autoriza a criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps); para criar novos incentivos e regras no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil e do Revalida e transformar a Adaps em Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (Agsus).

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Senador Hiran, conclua, por favor.

Quero pedir ao Plenário que faça silêncio, por favor, para garantir a nossa finalização dos trabalhos.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Bom, as considerações foram feitas, Presidente, no relatório e constam no documento anexo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Senador Hiran.

Só relatar a V. Exa. que está garantido o seu voto em separado, já disponibilizado no *site*.

Chamamos agora, para o uso da palavra, o Senador Rogério Carvalho.

Cinco minutos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) (Para discutir.) - Sr. Presidente e Sra. Relatora, em primeiro lugar, quero dizer que tive a honra de ser Relator do Programa Mais Médicos na primeira versão, que colocou no Brasil 18 mil médicos e reduziu em mais de 30% as remoções de pacientes sem cuidados dos municípios, de um município para outro, e colocou médicos em mais de 1.200 municípios que nunca viram e nunca tinham visto um médico na sua história.

Então, foi um programa de bastante sucesso.

Infelizmente, ao longo dos últimos anos, o programa foi desfigurado - foi desfigurado -, porque os critérios para abertura de novos cursos de graduação foram abandonados e, portanto, virou um comércio a abertura de faculdades de Medicina no Brasil, o que é um perigo, porque o aumento excessivo do número de médicos aumenta o custo de forma insuportável para o Governo. Portanto, é preciso que isso seja algo pensado.

Dois, nós, naquela versão, trabalhávamos com a ideia de que, nos dois anos em que o médico ficasse no Programa Mais Médicos, com supervisão do ministério, aqueles que fossem brasileiros - certo? - teriam uma formação, e essa formação poderia ser considerada uma residência e pré-requisito para especialidades médicas outras - cardiologia, nefrologia,

4/17



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

dermatologia -, porque essa ideia de que a atenção primária, de que a atenção básica é uma atenção de baixa qualidade é algo preconceituoso que nós precisamos superar. Essa é a primeira observação que eu quero fazer.

Dois...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Senador, só um minutinho. Novamente, eu peço que façam silêncio; caso contrário, nós vamos pedir para que haja um certo esvaziamento do plenário. Por favor, tá?

Eu vou garantir a palavra do Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A questão de exigir que o médico estrangeiro, para entrar no Mais Médicos, tenha que fazer o Revalida é a mesma coisa que dizer: não teremos médicos estrangeiros trabalhando no Programa Mais Médicos. É a mesma coisa que dizer isso, porque o Revalida era para ser feito com teste de progresso, que estava no programa original, em que o médico seria avaliado. O médico da graduação no Brasil seria avaliado ao final do segundo ano, ao final do quarto ano e ao final do sexto ano, com o mesmo grau de dificuldade aplicado nas provas, porque um teste de progresso é a mesma prova que você aplica no segundo ano, no quarto ano e no sexto ano, é a mesma prova, como se ele já fosse médico, para você ver o ganho de competência desse profissional. E tem um grau de dificuldade...

Eu queria pedir às pessoas que estão no plenário que tivessem um pouco de respeito - de respeito! -, porque está na tribuna um Parlamentar. Por favor! Este é um debate sério. Eu peço à Mesa aí que diminua o debate, porque nós estamos falando de coisa séria e de respeito com o Parlamentar que está na tribuna. Que coisa feia!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Senador...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Desculpe a minha...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - ... vou garantir mais um minuto para V. Exa. para que possa concluir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Eu queria concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Claro, estou garantindo mais um minuto para V. Exa. em virtude da interrupção.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Em um minuto não dá para concluir, porque eu fui interrompido no raciocínio umas três vezes, Presidente.

Eu queria pedir a vênia de V. Exa. para que eu pudesse concluir o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Conclua.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Como eu estava falando, no programa original, nós tínhamos um teste de progresso. Esse teste de progresso definiria o grau de dificuldade da prova a ser aplicada aos médicos estrangeiros para o Revalida; o mesmo grau de dificuldade que seria aplicado aos médicos formados no Brasil. E, portanto, teria uma condição de igualdade entre os brasileiros e os estrangeiros na avaliação para o exercício. Não é isso que acontece, e não é isso que vem acontecendo com essa prova do Revalida.

Então, independentemente disso, eu quero dizer que é um obstáculo muito grande para a gente conseguir ter médico e colocar médico onde nós já tivemos, e hoje não temos, nas cidades mais distantes, principalmente na Amazônia, de onde é o Senador Hiran, principalmente no Semiárido nordestino, principalmente nas cidades mais distantes. Nós precisamos que médicos venham e que, ao longo do tempo, essa prática, sob supervisão, seja considerada como avaliação prática, porque quem não passar na avaliação prática, ao longo desses dois anos, nem deve fazer o Revalida. Então, é uma avaliação prática real, na vida; ele tem que ser avaliado.

Então, eu acho que a proposta da Senadora...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - ... é uma proposta muito importante, muito relevante.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - O outro tema...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) *Fora do microfone.* - Desculpe. Perdão!

5/17



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - O outro tema é sobre... Foram duas questões, mas o barulho aqui acabou... Eu acho que essa é uma questão central, de que a gente não pode abrir mão. O outro depois eu vou me lembrar no debate e peço de novo a palavra a V. Exa.

Muito obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Muito obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Só um minuto. Nós temos que dar continuidade, Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - É uma questão de ordem?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - ... esta aqui é uma Casa...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - É uma questão de ordem, Senador?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - ... é uma Casa do debate, e, como o Líder Rogério Carvalho enfatizou aqui, aliás, de uma maneira muito enfática, isso aqui é uma coisa muito importante. Isso trata da vida e da saúde das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Perfeito. Senador...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Então, eu queria também fazer um contraponto em relação ao que o nosso ilustre colega Senador colocou aqui.

Eu queria... Eu acho que a gente tem que ter a oportunidade de debater, Presidente, aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Senador...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Eu não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Senador, V. Exa. sabe que nós fizemos quatro audiências, correto?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Claro, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Quatro audiências...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Muito pouco, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - ... com um debate bastante amplo. E nós temos aqui, logicamente, o rito regimental com inscritos. Então, com respeito realmente a V. Exa. e a todos que estão aqui, eu queria garantir que não se fizesse um debate bilateral e que fosse garantida a palavra aos inscritos.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - O senhor pode me reinscrever, por favor, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Posso reinscrever, posso reinscrever.

Agora, está inscrita a Deputada Adriana Ventura; em seguida, o Deputado Dr. Luiz Ovando.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Para discutir.) - Obrigada, Presidente.

Eu quero saudar o Presidente e todos os Parlamentares na pessoa da nossa Senadora e do Senador Eduardo Girão, que, com muito orgulho, faz parte da nossa bancada.

Eu queria aqui, primeiro, elogiar o trabalho feito pela Senadora Zenaide Maia, uma vez que ela nos atendeu nas nossas preocupações, nas nossas demandas - eu acho que é importante reforçar isso.

A gente não pode esquecer que o Programa Mais Médicos é muito necessário para que a saúde chegue ali na ponta, aonde hoje não chega. A gente fala do grande interior, a gente sabe que tem muitos vazios assistenciais, temos problemas que precisam ser resolvidos. E, com dados, nós sabemos que, em lugares onde tem médicos - sobre isso tem dados explícitos -, ali na ponta, baixa a mortalidade infantil e várias outras coisas.

Eu entendo aqui, até porque eu tenho, nesta Comissão, vários colegas médicos - e trabalhamos juntos na Comissão de Saúde -, que eu respeito muito, e eu acho muito legítima a preocupação dos médicos aqui presentes de garantir a qualidade, porque a gente sabe que temos, sim, problemas de qualidade das faculdades de Medicina. Temos, sim, grandes problemas... Esta é uma discussão que a gente tem que travar de uma maneira muito séria com o MEC: estão abrindo faculdade de

6/17



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Medicina e formando médicos sem a devida prática. É uma preocupação legítima. Também é uma preocupação legítima pessoas que se formam no exterior entrem aqui com qualidade. Eu acho que também esse ponto a gente tem que debater. E acho que a Senadora Zenaide foi feliz. Ela colocou uma solução "meio do caminho", porque a questão não é só ter o Revalida. A questão é: quem tem o Revalida vai para o interior? Vai atender onde hoje não chega o médico? É uma preocupação que a gente tem que ter. Então, a preocupação é muito legítima de ter o Revalida. Eu sou superfavorável a isso. A preocupação é legítima de ter a qualidade na ponta e de como a gente faz para colocar o médico na ponta.

Dentro deste quadro, até porque este programa é um programa bom, que já teve suas fases em vários governos - não é questão de ser direita ou esquerda aqui -, a gente precisa valorizar o relatório feito e, na minha visão, e é até uma visão do Partido Novo muito explícita, a gente não acha que reservar o mercado para médicos estrangeiros ou médicos brasileiros ou criar um monte de barreira de entrada vá resolver o problema.

Então, eu me comprometi - e nós aqui - com a Senadora Zenaide Maia, até porque ela acatou três emendas que são muito caras para nós. Ela acatou a nossa emenda para evitar problemas que tivemos no passado, que são públicos e notórios, como o do envio de dinheiro para Cuba, e o pagamento não era feito para os profissionais, e todos aqueles problemas que tivemos com os intermediários. Ela colocou uma emenda para garantir que este problema não se repita; colocou e acatou a nossa emenda que vai garantir transparência dos recursos, dos programas, dos dados; e ela acatou também a nossa emenda que fala do monitoramento dos programas.

Então, eu agradeço bastante à Senadora, até porque conversamos com ela agora - eu e o Senador Girão - no sentido de garantir que isso chegue ao Plenário dessa forma.

Nesse sentido, garantindo aos meus colegas médicos, inclusive, que eu me comprometo a entrar no debate com vocês sobre a questão do Revalida para todos, sobre a questão de melhorar as faculdades de Medicina para que tenham a parte prática, nós vamos nos posicionar favoravelmente a este relatório, parabenizando a Relatora aqui pelo trabalho feito e agradecendo a ela pelas três emendas que foram acatadas, que são muito caras para nós: a questão de pagamento direto ao profissional...

(Soa a campainha.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - ... a questão de transparência dos programas, dos recursos e a questão deste monitoramento para que a gente possa continuar evoluindo nas políticas, para que elas não se percam.

Então, agradecendo, registro aqui o nosso voto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputada Adriana Ventura.

Chamamos, agora, o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) (Para discutir.) - Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento V. Exa. aí pela condução dos trabalhos; e a nossa Relatora, Senadora Zenaide Maia. Estamos juntos em muitas causas.

Eu acho que a Deputada Adriana Ventura foi muito feliz em sua fala, não quero ser redundante aqui.

Quero agradecer à Senadora Zenaide Maia por ter atendido as emendas. Conversei há pouco com ela ali na mesa e a Senadora Zenaide se comprometeu a defender esse texto, com essas emendas apresentadas pelo Partido Novo, que eu acredito que é uma solução que contempla, pelo menos, a nossa visão, respeitando o nosso querido amigo Senador Dr. Hiran, que busca a qualidade, que tem uma preocupação extrema e necessária com a saúde, mas eu acredito que os médicos estrangeiros, de outros países, são muito bem-vindos também.

O Brasil tem essa marca diplomática, essa marca de interação que eu acho muito positiva. Só temos que aprender. Lá no Ceará, nós tivemos essa experiência, que foi positiva no aspecto dessa troca dos médicos, na época, cubanos com os cearenses.

E eu acredito em uma coisa: que essa emenda, para mim, foi chave na questão de evitar que dinheiro nosso vá para organizações internacionais, vá para outros países. Eu acho que, aí, resolve-se uma preocupação grande que era uma crítica ferrenha nossa: que a gente possa, de certa forma, buscar qualificar mais à frente.

Agora, a senhora encontrou um caminho do meio que eu acho que foi inteligente. E nós, do Partido Novo, vamos dar o apoio, com toda vénia, às colocações legítimas do Senador Dr. Hiran e de todos os demais Senadores médicos aqui presentes porque a gente comprehende essa preocupação. Eu acredito que vai ter mais um saldo positivo do que negativo, esse é o nosso entendimento.

Agora, eu queria o compromisso da Senadora Zenaide, se puder fazê-lo depois, de que vai buscar se empenhar para manter. Essa é a confiança que a gente está tendo nessas emendas feitas pelo Partido Novo.



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Senador Girão, pelas palavras. Eu acho que a gente avançou realmente muito nesse consenso. Todos aqui, de certa forma, cederam em algum ponto. E eu acho que temos um texto mais maduro.

Agradeço, mais uma vez, suas palavras, Deputada Adriana.

E chamo para o uso da palavra o Deputado Dr. Luiz Ovando.

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PP - MS. Para discutir.) - Sr. Presidente Dorinaldo Malafaia e Sra. Relatora, Senadora Zenaide, eu quero, nas pessoas dos dois citados, saudar todos os colegas Deputados e Senadores nesta Comissão Especial de análise dessa Medida Provisória 1.165.

Sr. Presidente, a minha preocupação não é trabalhista, porque isso já foi muito bem discutido e nós não vamos insistir nesse aspecto. A minha preocupação é profissional, é técnica.

Quando nós falamos em atenção primária à saúde, nós percebemos que, como foi muito bem colocado pelo Senador Rogério, ela é tida como se fosse um demérito e alguns, às vezes, dizem assim: "O que você faz?"; "Ah, eu sou clínico"; "Mas não deu para ser outra coisa?"; como se aquilo realmente fosse uma execração profissional. O que a gente percebe é que a coisa simples é complexa, e nós estamos precisando, neste país, é de clínicos que resolvam.

Daí a minha preocupação, principalmente porque o clínico não termina ao fim de um processo de residência de dois anos; o clínico incorpora uma determinação. Isso é igual ao amor: nós nos determinamos a amar, porque ele não é espontâneo - existe diferença de paixão. E o clínico é assim: "Eu vou ser clínico e começo a trabalhar em função disso, adquirindo experiência, estando na linha de frente".

Então, é preciso que haja desafios, é preciso que haja atrativos para que, verdadeiramente, ele possa se colocar numa posição. Aí o Governo é importante. O Governo acena com um salário de R\$13 mil a R\$15 mil, mas a minha preocupação vai exatamente logo em seguida, que é a avaliação. Então, nós não chegamos a lugar nenhum sem antes sermos desafiados e, consequentemente, avaliados, e os pontos específicos destacados para que se corrija aquela determinada situação.

Então, quando se fala em tirar o Revalida, eu fico preocupado, na condição de professor de curso de medicina, exatamente porque nós precisamos ir à beira do leito, ver e corrigir aquilo, mas para isso é preciso do preceptor, para isso é necessário o professor estar do lado. E aqui nós temos uma tentativa de formar profissionais especializados em medicina de família, e, vamos dizer, clínicos de uma maneira geral, mas nós não temos a especificação técnica, a operacionalização desse acompanhamento quando esse indivíduo estiver lá no Amazonas, estiver lá em Roraima, estiver lá no interior do Mato Grosso do Sul ou no interior de um estado mais ermo. E a gente não sabe, não tem ideia de como esse processo se dará.

Aí vem a situação. Falaram: "Não, mas se o indivíduo vai ficar quatro anos, ele pode ser dispensado do Revalida". Eu acho que essa não é uma boa prática nem uma boa intenção.

Desculpem-me, eu não assisti ao relatório, não o li totalmente, mas essa tem sido a minha preocupação. Primeiro, nós precisamos enfatizar o atendimento primário em saúde, estimular o clínico a abraçar esse desafio...

(Soa a campainha.)

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PP - MS) - ... qualificá-lo adequadamente, através de um treinamento que verdadeiramente possa fazer frente à necessidade daquela comunidade ou daquela situação que ele está enfrentando, e daí para frente aprimorando.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

Esses são meus pontos de vista, como profissional.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) - Não é um debate, mas, como o Prof. Dr. Luiz falou, como ele disse que não teve acesso... Dr. Luiz, em nenhuma hora aqui a gente tirou o Revalida. Na proposta, na segunda etapa do Revalida - não na parte teórica -, o profissional vai estar durante quatro anos no projeto, nesse projeto do Mais Médicos, sendo supervisionado e avaliado pelas universidades, pelos professores médicos - isso seria com avaliações. Eu já fui Secretária de Saúde e tive isso... Também sou médica da universidade. Em nenhuma hora a gente falou aqui de abolir o Revalida.

Na proposta, eu coloquei, em vez de uma única avaliação do Revalida, da maneira que está apresentada pelo Inep - num hospital com atores, com crianças em forma de bonecos, em um dia -, uma avaliação pela universidade, que o senhor falou como fazer. É como o senhor mostrou aí, que a gente... Eu achei que seria muito mais válida para a prova prática



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

uma avaliação seriada, progressiva, pela academia, pela universidade, durante quatro anos, do que uma única avaliação em um dia. A proposta é assim.

Depois, quero dizer aqui o seguinte: em nenhuma hora a gente afastou o Revalida aqui. A gente apenas propôs, porque acha que, se você acompanha - o senhor, que é professor -, durante quatro anos, um aluno com um campo de trabalho que é a saúde primária...

O senhor, como professor, falou aí que, muitas vezes, se desconsidera um campo amplo... Porque a gente chega a dar 95% dos diagnósticos na saúde primária, se ela for vista mesmo como deve ser vista e supervisionada.

Então, aqui, em nenhuma hora, nessa relatoria, eu disse que não era para ter o Revalida. Acho que quem passa quatro anos com a supervisão da academia, de médicos professores da universidade, sendo avaliado em série, essa avaliação com pessoas reais... Essa é a sugestão do programa. Mas manteria a primeira fase, tanto a questão descritiva... Em nenhuma hora. A proposta foi essa que foi feita.

E não era nem para eu estar debatendo, mas como o senhor é professor e disse que não tinha lido, por isso que eu estou explicando.

Outra coisa: as maiores preocupações... O que eu fiz? Eram quase 300 emendas, e a gente se debruçou sobre cada uma e viu como, por exemplo, agradecendo aqui a Girão, a Adriana, que tiveram esse olhar, e a gente foi resolvendo.

Como o programa anterior eram três mais três sem Revalida, a gente vai ser quatro mais quatro, e ele vai ter quatro anos para ter esse Revalida. E, na proposta, que a prova prática seja num campo de atuação com supervisão e avaliação mais frequentes.

E, como nós vamos... Como isso é um projeto, com certeza a gente não ia botar aqui no projeto de lei, porque isso é uma regulamentação, que vai ter o acompanhamento e que vai contar com esta médica aqui para acompanhar juntamente com os colegas. Certo?

O SR. DR. LUIZ OVANDO (PP - MS) - Perfeito, Senadora.

Estou convencido de que, tendo esse acompanhamento, ao fim de quatro anos, sem dúvida, isso será um ganho fantástico. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Muito obrigado.

Garanti a palavra ao Senador Confúcio Moura...

Antes disso, Senador, só para informar a todos os Parlamentares aqui que nós temos uma lista bastante ampla, e é garantido, pelo Regimento, que aqueles Parlamentares que não falaram desde ontem, quando pedirmos vista, seja garantida a fala agora. Então, todos aqueles que usaram a palavra ontem já não terão esse direito assistido neste momento. Então, vamos garantir a palavra àqueles que não fizeram intervenção.

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (MDB - RO) - Para discutir. - Sr. Presidente, Sra. Relatora, demais Deputados e Senadores presentes, eu tive a satisfação de relatar esse mesmo projeto alguns anos atrás - sobre o Mais Médicos. Naquela época era bem mais difícil, porque nós tínhamos também aí 2,5 mil cubanos que deixaram de retornar ao seu país e estavam desvalidos em território nacional. Então, naquele momento histórico, nós incluímos os médicos cubanos e criamos o Revalida em duas etapas, primeiro semestre e segundo semestre, todos os anos nas universidades federais.

O Programa Mais Médicos é um programa que deu certo no Brasil, é um programa que os Prefeitos das pequenas comunidades e até das grandes regiões, das regiões metropolitanas, das periferias das cidades... Onde ninguém deseja trabalhar, esses médicos vão trabalhar; vão a São Paulo, à região de Campinas e a outras regiões, fora as regiões mais necessitadas do Brasil, que são as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

Creio que o programa renasce agora sob a batuta da Senadora Zenaide, que participou também do outro debate nosso aqui e que já tem experiência. Ela acolheu muitas emendas modernizadoras no seu relatório. Eu creio que o relatório dela é merecedor do apoio de todos nós. A gente tem uma experiência muito grande, já que eu sou lá da Região Amazônica, sou de Rondônia, e Zenaide é do Rio Grande do Norte, e a gente sabe da necessidade real desses profissionais nas pequenas comunidades.

De outro lado, a gente entra na discussão sobre se esses médicos são ou não são competentes para trabalhar - o médico brasileiro, formado aqui mesmo, passado pelo Conselho Regional de Medicina, ou mesmo o médico estrangeiro revalidado. Se ele é revalidado, nós acreditamos que ele seja competente, consequentemente.



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Dessa forma, vou dar o meu apoio total ao relatório da Senadora Zenaide Maia, por ter lido e incluído emendas de quase todos os Parlamentares, melhorando bastante o seu texto. Eu quero parabenizá-la por ser uma grande condecorada da medicina popular e da medicina comunitária e por ter esta oportunidade histórica de fazer o seu relatório hoje.

Muito obrigado.

Boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Senador Confúcio.

Agora, com a palavra, o Deputado Dr. Fernando Máximo, por cinco minutos.

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) Para discutir.) - Boa tarde, Presidente, Deputado Dorinaldo Malafaia, e Relatora, Senadora Zenaide Maia. Boa tarde a todos os colegas presentes, a todos os servidores, ao Senador Confúcio Moura, que é do meu estado e que está aqui.

Eu quero, de antemão, contar um relato lá do nosso estado, o Estado de Rondônia. Eu era o Secretário de Estado da Saúde, e chegamos a uma situação muito grave durante a pandemia da covid 19, em que tínhamos muitos pacientes na fila e não tínhamos leitos de UTI suficientes.

Naquele momento, eu liguei para um Secretário de Saúde de estado, Dr. Hiran, que era o Dr. Nésio, que era Secretário do Espírito Santo, e contei a história para ele. E o Nésio falou: "De quantos leitos de UTI você precisa?". Falei: "Nésio, preciso de 30 leitos". Ele falou assim: "Sem consultar o meu Governador, pode mandar os 30 pacientes para cá, porque nós vamos salvar esses rondonienses". Nós mandamos aqueles pacientes e, daqui mais alguns dias, eu liguei para ele e falei: "Nésio, eu preciso de mais 35 leitos de UTI". E o Nésio falou assim: "Agora eu vou consultar o Governador". Daqui a pouco, ele falou assim: "O Governador autorizou. Pode mandar os rondonienses". Foram 65 rondonienses que estavam à beira da morte, intubados lá em Rondônia e que foram transferidos para o Espírito Santo, cruzaram este país inteiro. E a grande maioria deles foi salva, cerca de 50 voltaram vivos para Rondônia. Então, a gente tem uma consideração muito grande pelo Dr. Nésio, que é o Coordenador do programa. Gratidão eterna, Nésio - está ali atrás o Nésio -, pelo seu gesto de salvar cerca de 50 rondonienses na época da pandemia.

O segundo que mais nos ajudou está aqui também, o Dr. Geraldo Resende, que era do Mato Grosso do Sul. Pedi leito para ele também. Depois, quando acabaram os leitos dele, lá no Mato Grosso, ele me ligou também e nós recebemos os pacientes do Mato Grosso do Sul em Rondônia. Estava melhor a pandemia lá. Isto é o Sistema Único de Saúde: um ajudando o outro e salvando os nossos brasileiros.

No Programa Mais Médicos, a gente tem algumas críticas quanto ao programa, críticas quanto ao relatório. Temos que agradecer à Senadora Zenaide por ter aceitado várias alterações importantes para o Conselho Federal de Medicina, para a Associação Médica Brasileira, mas alguns pontos ainda ficaram, Senadora, difíceis para nós, como médicos, defendermos, por exemplo, o médico sem Revalida ainda. Por mais que sejam quatro anos do médico ali sem o Revalida e prestando a prova todo ano - se ele não passar, ele não vai voltar para o programa -, é uma parte ainda que é muito pesada e nós poderíamos ter construído algo para tentar modificar isso, para entrarem todos os médicos com Revalida.

Eu sei que teve algumas alterações importantes, mas essa questão de dar preferência, primeiro, para médicos que têm Revalida, médicos brasileiros ou formados no exterior que têm Revalida - formados no Brasil ou formados no exterior que têm o Revalida -, depois para médicos formados no exterior sem o Revalida e depois para intercambistas - médicos de outros países sem o Revalida - ainda é muito cara para nós médicos, para nós do Conselho Federal de Medicina, dos conselhos regionais, da Associação Médica Brasileira. Eu acho que nós poderíamos ter construído algo um pouco diferente disso, até porque nós já temos mais de 18 mil médicos até ontem inscritos e que têm CRM no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) - Trinta e quatro mil são o total. Dos 34 mil, 18 mil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) - Trinta e quatro mil inscritos, dos quais mais de 18 mil até ontem, 19 mil hoje já... E é a prioridade do programa.

E a gente acha que, como são 5 mil vagas, talvez nem chegue aos intercambistas, mas cria uma dúvida na cabeça dos médicos, dos estudantes de Medicina. Eu sou muito envolvido dentro das faculdades, dou aula em três faculdades de Medicina, fui da Câmara Técnica do Conselho Federal de Medicina, sou Conselheiro - até tive que me afastar, claro - do Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia, e isso aí nos pesa muito, apesar de que fui Secretário de Saúde e sei da importância do programa, sei das dificuldades que os municípios...



(Soa a campainha.)

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO) - ... especialmente na nossa Região Norte - no Estado de Rondônia e nos demais estados -, têm de colocar médicos nas cidades menores, mais distantes. Sei da extrema importância do programa, mas esse ponto é um ponto muito caro para a gente, que acaba nos pegando.

Parabenizo de novo o nosso amigo e colega Nésio, colega médico, um coração imenso, um técnico extremamente capacitado. Parabenizo a Senadora Zenaide pelas alterações que fez, acatando as nossas sugestões, várias delas - 90 sugestões acatadas no texto. Realmente, isso foi uma sensibilidade.

Faço uma crítica por não terem aceitado aquele prazo maior que a gente queria ontem. Claro, é prerrogativa do Presidente, mas vários Deputados e Senadores pediram ontem um prazo de cinco dias.

E o ponto que fica pegando para a gente nesse relatório é exatamente esta questão dos médicos sem Revalida, os médicos de outros países virem trabalhar sem Revalida, num país em que temos médicos suficientes hoje, e possivelmente se preencham essas vagas todas aí com médicos brasileiros com CRM.

Obrigado e boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Obrigado, Deputado.

Deputado inscrito Alberto Mourão.

O SR. ALBERTO MOURÃO (MDB - SP. Para discutir.) - Boa tarde, Presidente! Boa tarde, Senadora!

Desde o começo eu tenho me posicionado extremamente favorável ao Mais Médicos pela posição minha de executivo, mas eu queria fazer aqui uma fala em cima da que fez o Dr. Luiz Alberto, meu xará, quando ele pontuou essa questão do atendimento primário, que está jogado, parece que o médico é de quinta categoria neste país, e na realidade ele é o responsável... Se ele der resolutividade no começo, se ele tiver apoio de meios para isso também... Porque isto é que afugenta o médico, volto a falar, de lá da ponta: ele não consegue, ele não quer ficar ali, ele não quer ter responsabilidade de amanhã ser acusado de alguma coisa errada que acontecer. Então, na realidade faltam meios.

Quando eu coloquei a Emenda 153, foi para dar uma resposta para isso, e ela foi rejeitada. A gente continua com liminares abrindo novos cursos de Medicina em regiões que não têm compromisso com a saúde da família, não têm compromisso com atendimento primário, e isso porque a gente não tem uma trava. Quando eu coloquei lá, eu coloquei uma trava de 36 meses, e só se podem conceder novos cursos em cidades e regiões onde você tenha 80%, no mínimo, do programa estabelecido e em que você tenha residência médica há mais de cinco anos funcionando naquela cidade na área de saúde da família. Por quê? Porque, se essa cidade, essa comunidade, está comprometida com o programa, automaticamente essa faculdade só poderá ser instalada nessa cidade se houver participação conjunta do ministério e da cidade. Isso já é uma trava, porque a gente pode até abrir novos cursos, mas se não tiver condições...

E depois, o mesmo texto eu carrego para o outro, para a Emenda 46. Essa Emenda 46 autoriza o estado e os municípios a fazerem parceria com essa cidade mais distante, contratar, quer dizer, pagar o curso de seis anos desse estudante, e quando ele terminar o curso ele é obrigado a ficar os quatro anos de Residência Médica lá na região dele. Então, você já está formando o cara aqui que está comprometido com o programa. Senão a gente vai continuar assistindo abrirem novos cursos. Acabou, na minha região, de abrir mais um curso de Medicina, com uma liminar. Ou a gente trava de vez isso ou não dá para falar de qualidade, qualidade não vai acontecer, porque quem paga R\$16 mil, R\$15 mil, R\$12 mil para fazer faculdade não quer ir para os extremos do país. A gente precisa dar uma trava na abertura de novos cursos e só abrirão os cursos que...

Outra coisa: a gente tem que colocar lá essa historinha de abrir curso de qualquer faculdade. Você faz... Nós não temos que fazer uma prova para o profissional que saiu da faculdade, não, é prova para a faculdade. Se a faculdade não for avaliada... Se naquele ano os alunos não tiverem uma boa nota na avaliação, sabe o que vai acontecer? No ano seguinte, ela entra na fase amarela do sistema, ela entra no processo de fechamento, ela está proibida de fazer novos chamamentos para vestibular. Aí, ou ela conserta nos próximos três anos, ou ela fecha depois de terminar o sexto.

Hoje, a gente dá uma trava nas faculdades porque às vezes a gente tem que chamar o médico, ele tem que fazer o exame de avaliação e tal. Mas eu acho que o pior é continuar formando gente sendo enganada de que está fazendo curso de Medicina e não está fazendo curso de Medicina, sendo enganada de que está fazendo curso de Direito e não está fazendo curso de Direito, e a gente não avalia as faculdades. Teve um *boom* de curso universitário, mas de qualidade péssima.

Então, Zenaide, eu acho que, quando eu quis fazer as minhas emendas, elas tinham sincronia uma com a outra no sentido de enfrentar um problema da abertura de cursos excessivos.



(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Perfeito.

Obrigado, Deputado.

Inscrito agora, por último, o Deputado... *(Pausa.)*

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, só lembrando que eu pedi para me inscrever - viu, Presidente?

Presidente! Aqui. Eu pedi para me inscrever - viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vou avaliar daqui a pouquinho, porque eu estou seguindo o Regimento e nós temos... Se eu abrir uma exceção para um ou outro que estava inscrito... São nove. Nós não vamos terminar, não vamos conseguir vencer essa matéria hoje, está certo? Então, eu queria pedir a compreensão de todos os Deputados e Senadores, porque nós estamos dando continuidade ao que foi a sessão de ontem.

O SR. EDUARDO VELLOSO (UNIÃO - AC. Para discutir.) - Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar a todos aqui, Parlamentares presentes, na pessoa do nosso Deputado Dorinaldo e da nossa Relatora, Senadora Zenaide Maia.

Eu queria falar aqui que nós vivemos... Eu venho de um estado bastante precário quanto à saúde. Quando nós fazemos faculdade - eu sou médico de formação, sou Oftalmologista -, nós percebemos que a dificuldade realmente não é de nós termos médico, é da concentração nos locais onde nós precisamos daquele profissional. Então, o nosso Estado do Acre hoje tem 22 municípios e nós temos dificuldades de alguns médicos estarem lá, principalmente hoje, que nós difundimos muito a Residência Médica, e percebemos que hoje tem vaga de residente que nem se preenche: pediatria, ginecologia. Por quê? O que está acontecendo? Nada mais do que a falta de - como é que podemos falar? - poder melhor remunerar aquele profissional. Então, se nós percebermos nos rincões do nosso Brasil, chegaremos a uma falta de remuneração.

Quero parabenizar a senhora em alguns termos, por ter acatado pautas que nós médicos, juntos com o CRM e o CFM, defendemos, mas fica difícil para nós médicos aceitarmos que o médico que não tem a Revalida possa fazer o programa.

Eu falo isso porque nós mesmos, quando vamos procurar um profissional, dificilmente a gente vai em um médico sem Revalida.

Eu quero que algum Parlamentar aqui levante a mão e me fale se alguém já foi consultado com um médico sem Revalida. Então, se nós não queremos para nós, por que nós vamos querer para a população?

Eu acredito que comungo das mesmas falas do meu colega Fernando Máximo sobre a nossa fila de 19 mil inscritos, que, talvez, não cheguem a esse ponto. Mas eu acho que nós poderíamos rever.

Se nós pudéssemos rever depois que o programa começar, eu queria deixar uma sugestão aqui, antes de terminar minha fala.

Talvez a entrada do programa, a inscrição do programa esteja garantindo para aquele médico uma possibilidade de ele fazer a prova na entrada. Então, se ele for apto, ele entra no programa. Se não, não entra.

Então, aqui fica uma sugestão futura, mas eu tenho certeza de que ninguém iria querer que um engenheiro ou um arquiteto que fizesse um prédio, este prédio que nós estamos, fosse um engenheiro ou um arquiteto de outro país sem a regularização aqui no nosso Brasil.

Então, ficam aqui as minhas considerações.

Todos nós somos a favor, sim, de interiorizarmos o médico, mas um médico com qualidade, aquilo que nós temos e queremos que seja igual para toda a população brasileira.

Obrigado, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Nenhum inscrito.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG. Para questão de ordem.) - Sr. Presidente, V. Exa. explicou, eu já falei ontem, mas eu queria colocar uma questão de ordem.

O art. 132, §6º, inciso I, do Regimento Comum, e o art. 172, inciso III, do Regimento da Câmara, ambos dão preferência a quem tem voto em separado.

Então, eu gostaria da minha oportunidade de ler o voto em separado se V. Exa. acolher a questão de ordem.



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP. Para responder questão de ordem.) - Deputado, voto em separado, pelo art. 132, é garantido às Lideranças. Foi o caso do Senador Dr. Hiran. Portanto, a gente queria garantir aqui o que está no Regimento.

Esse é o entendimento da Mesa.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - A minha assessoria pode confirmar se já chegou a autorização da Liderança?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Já está disponibilizado.

Só um minutinho. Deixe-me consultar.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Porque o Bloco já ia me colocar como Líder. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Perfeito. Se estiver registrado, não tem nenhum problema, será assegurado o seu direito.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MARA GABRILLI (PSD - SP) - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A SRA. MARA GABRILLI (PSD - SP) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Passamos à votação da matéria.

Perdão.

A SRA. MARA GABRILLI (PSD - SP. Para discutir.) - Eu quero parabenizar nossa Relatora, pela sensibilidade, pela capacidade de ouvir, pela capacidade de ouvir e transformar isso naquilo que ela acredita que possa ser bom para o país. A Zenaide sabe que eu tenho muita admiração por ela. E o fato de ela ser uma médica e uma mãe de pessoa com deficiência faz dela uma mulher que todos nós admiramos, pela competência, pelo esclarecimento, pela vontade de transformar os projetos cada vez mais prósperos e melhores para a população brasileira.

Então, você tem toda a minha admiração, Zenaide! Eu queria só a parabenizar pelo relatório dela.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Muito obrigado, Senadora.

Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação a matéria.

Foi apresentado um requerimento de destaque para votação em separado.

A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma: votaremos, em primeiro lugar, o requerimento da admissibilidade dos destaques; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques; e, por último, os destaques cuja admissibilidade tenha sido aprovada.

De acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos que tratam da admissibilidade dos destaques não serão discutidos nem encaminhados.

Em votação o Requerimento nº 10 de admissibilidade do destaque §5º do art. 2º da Lei 13.959/19, contido no art. 4º do PLV.

Os Parlamentares que concordam com o requerimento de admissibilidade permaneçam como se encontram. (Pausa.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Aprovado, não é, Presidente? Está aprovado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Está aprovado, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos fazer aqui...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Está aprovado. Por unanimidade, Presidente. Está aprovado, eu estava acompanhando.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Isso é a admissibilidade dos destaques, é isso?

13/17



O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) - Presidente? Por favor, Presidente, vamos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Sim, vou fazer a leitura, porque foi aprovado, não é? Com três...

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Foi aprovado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Sim.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. *Fora do microfone.*) - É só para ler.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos colocar em votação novamente. Vamos aqui em votação nominal?

Os Parlamentares que concordam com o requerimento de admissibilidade permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não, é o contrário.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Aprovado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Como se encontram... Quem levanta a mão... Perdão, deixem-me esclarecer. É quem for contrário.

Vamos fazer a contagem? Para esclarecimento.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (MDB - MT) - Faça a contagem.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Votação nominal, por favor. Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Não, vamos aqui. Dá por contraste, dá para perceber por contraste aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. *Fora do microfone.*) - É.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Está muito claro. Quem, logicamente, levanta a mão é contrário. Está certo? Quem é a favor permaneça como está, não é isso?

Vamos lá. Não é isso? Vamos lá.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Eu solicitei...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Novamente. Isso aqui é igual no movimento estudantil.

Vamos lá: os Parlamentares que concordam com o requerimento de admissibilidade permaneçam como se encontram.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. *Fora do microfone.*) - No destaque, no destaque.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - No destaque.

Quem é a favor do destaque permaneça como se encontra; quem não é a favor levante a mão - é a tradução.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Aprovado, Presidente, sem dúvida.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Não, aprovado não. Pela contagem aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Pela contagem, não.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (MDB - MT) - Presidente, faça a contagem. Pela ordem.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, para dirimir a dúvida. Presidente, pela ordem. Votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos fazer nominal?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Então, pronto.

Verificação concedida ao Senador Dr. Hiran.

Vamos lá. Contagem. *(Pausa.)*



(Interrupção do som.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. *Fora do microfone.*) - ... está toda orgulhosa de vocês, vote contra esse requerimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Isso. *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para orientar a bancada.) - Presidente, o Governo orienta o voto "não". *(Pausa.)*

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, vamos abrir a votação nominal, senão vamos passar a tarde toda fazendo... Vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos, vamos. Silêncio, por favor.

Vamos iniciar votação. *(Pausa.)*

Os Deputados e Senadores podem votar. Está liberado o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Só questão de esclarecimento: quem vota com a Relatora vota "não", quem vota contrário logicamente vota "sim".

O SR. DR. HIRAN (PP - RR. Pela ordem.) - É mais fácil, Presidente, dizer: quem vota pela admissibilidade, "sim". É mais fácil. Não vamos tergiversar, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Não, Senador, pelo contrário: nós fizemos quatro explicações aqui e muitos Senadores não entenderam. Portanto, cabe o esclarecimento. *(Pausa.)*

Só informo que também pode ser feito pelo Infoleg e pelo Senado Digital, o.k.? Está aí aberto, foi liberado. *(Pausa.)*

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, Presidente, nós vamos ter mais votações, mais discussões...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Sim, sim, claro.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - ... então eu acho que a gente deveria...

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Só garantir, não é? Nós fizemos todo um trabalho de quatro audiências, então tenho que garantir agora, esgotados os debates, o direito do voto mais amplo possível.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, o senhor votou?

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Eu acho que todo mundo presente aqui já votou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - O voto de minerva.

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, todo mundo já votou, vamos ganhar tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Jamais, é crime. *(Risos.)* *(Pausa.)*

Só aguardando o Senador Fernando votar. Está presente? Já votou?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Votou não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos garantir o voto do Senador. *(Pausa.)*

O SR. DR. HIRAN (PP - RR) - Presidente, o quórum está lá estabilizado, não vai mais para frente, não. Está em 22 há muito tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Segundo V. Exa., vamos encerrar a votação? *(Pausa.)*



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Rejeitada a admissibilidade do destaque. Parabéns. Garantido o relatório. *(Palmas.)*

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN. Como Relatora.) - Gente, eu estou tão emocionada e orgulhosa de cada colega aqui, que eu queria dizer para o Brasil...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Eu sei, mas já vou agradecer essa vitória logo.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Vamos garantir a votação do relatório antes que esvazie o plenário.

A SRA. ZENAIDE MAIA (PSD - RN) - Eu queria dizer o seguinte aqui. Quero lembrar que aqui eu vi médicos jovens preocupados. Todos aqui tinham algo aqui que chamava atenção e a que ninguém era contrário: salvar vidas.

Estou olhando aqui para o Deputado Samuel Viana, que apresentou a Emenda 88, que parcialmente eu consegui acatar, mas, quando você olha... Eu olho para os meus colegas médicos, ex-secretários, que têm opinião... É isto: Brasil, o Congresso Nacional se preocupa, sim, com que seu povo, independentemente de onde more, tenha direito a um médico.

Isso para mim é um orgulho muito grande! Muito orgulho de vocês, de Adriana, Solla, Frederico, Hiran, do meu amigo Confúcio, que fez jus, dos dois Mourões - aqui nós temos Mourão ao quadrado -, de todos, gente! Nós temos aí homens e mulheres Parlamentares, meus colegas - está aqui a Mara Gabrilli - de bem, pessoas que querem praticar a política do bem comum, e a política do bem comum é aquela que defende a vida. E é isso que a gente está fazendo aqui. A gente tem que cumprir leis, mas se não tiver vida, vamos formular as leis para quem?

Então quero dizer o seguinte, a questão do Revalida não está... Nós não abolimos o Revalida. Estou aqui olhando com orgulho para o meu amigo Geraldo, que sempre foi junto comigo, como Deputado, na defesa de mais recurso para o SUS. Mas é a opção que a gente tem aqui hoje. Se não tiver nenhum médico com Revalida, revalidado, a gente vai condenar o povo, como falou Adriana, como falou Girão, a não ter um médico? Tenho certeza de que cada colega aqui, que me orgulha bastante... Sinto um orgulho muito grande de vocês! E quero dizer para o povo brasileiro: esse é o Congresso sonhado por todos os homens e mulheres que querem o bem deste país e que estão vendo que, na hora em que a vida está em jogo, vão optar pela vida, independentemente de cor ou partido.

Obrigada, meus amigos, já por essa vitória. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Muito obrigado.

Em votação o relatório.

Depois de todo esse discurso maravilhoso da nossa Senadora, se votar contra... Por favor, não é?

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Parabéns a todos os brasileiros e brasileiras, principalmente ao Mais Médicos, e viva o Sistema Único de Saúde! *(Palmas.)*

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata...

O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO (UNIÃO - RO. Pela ordem.) - Presidente, registra os votos contrários, por favor, Presidente. Só registrar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Dorinaldo Malafaia. PDT - AP) - Registrado. Vamos registrar aqui: um, dois, três, quatro, cinco, seis votos contrários. Vamos anunciar os nomes aqui na ata, tudo certinho.

Mais uma vez agradeço.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Muito obrigado.



Reunião de: 31/05/2023

Notas Taquigráficas - Comissões

SENADO FEDERAL

Mais uma vez, viva o SUS!

(Iniciada às 15 horas e 01 minuto e suspensa às 17 horas e 04 minutos do dia 30/05/2023, a reunião é reaberta às 14 horas e 37 minutos e encerrada às 15 horas e 57 minutos do dia 31/05/2023.)

17/17



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

